

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina**

**LUCAS RODRIGUES MARANGÃO**

**A Questão Militar em Cuba e na Venezuela: uma análise das relações  
Partido-Forças Armadas.**

**Versão Corrigida**

**São Paulo**

**2023**

LUCAS RODRIGUES MARANGÃO

A Questão Militar em Cuba e na Venezuela: uma análise das relações Partido-Forças Armadas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e Estado

Professor orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

Versão Corrigida

São Paulo

2023

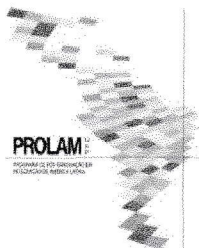
Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M311q      Marangão, Lucas  
              A Questão Militar em Cuba e na Venezuela: uma  
              análise das relações Partido-Forças Armadas. / Lucas  
              Marangão; orientador Lincoln Secco - São Paulo,  
              2023.  
              245 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação  
Interunidades em Integração da América Latina. Área  
de concentração: Integração da América Latina.

1. Cuba. 2. Militarismo. 3. Pretorianismo. 4.  
Relações civis-militares. 5. Venezuela. I. Secco,  
Lincoln, orient. II. Título.



Universidade de São Paulo – PROLAM USP  
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA  
DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância da orientador(a)

Nome do aluno: Lucas Rodrigues Marangão

Data da defesa: 15/03/2023

Nome da orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 10/05/2023

  
Assinatura do(a) orientador(a)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de São Paulo. Ingressei nessa instituição em 2009, como estudante de História e, de um modo ou de outro, convivi nela e com ela de diversas formas desde então. Não tenho no horizonte imediato qualquer perspectiva de retornar a esta Universidade tão brevemente: desta forma, a conclusão deste mestrado é também a suspensão (término?) de um relacionamento de mais de 14 anos. Por mais que tantos a ataquem hoje em dia, de todos os lados, ela faz parte da minha memória afetiva. Agradeço por todas as vivências nestes ambientes, as boas e as ruins.

Agradeço ao professor Lincoln Ferreira Secco. Lembro que ele foi meu professor no primeiro ano do curso de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, na disciplina de História Ibérica II. O impacto da sua aula foi muito grande (acho que dá pra ver!): eu, que não tinha muito interesse pela História Contemporânea, acabei me interessando cada vez mais pela área, sobretudo pela relação dos militares com a política radical, à esquerda e à direita. Depois, me matriculei em todas as disciplinas que ele ministrou, quando possível. Sua abertura ao diálogo, clareza na argumentação e vivacidade no debate são sempre estimulantes e ajudaram sem a menor sombra de dúvida na conclusão do presente trabalho. Sua orientação, professor, é de longa duração. Obrigado por tudo!

Agradeço também aos professores José Rodrigues Mao Júnior e Gilberto Maringoni de Oliveira, os quais me honraram ao aceitar compor as duas bancas para avaliar o presente mestrado. Suas observações e indicações foram importantes para que eu corrigisse vários aspectos do trabalho, enriquecendo-o e abordando lacunas relevantes, e conseguisse esclarecer pontos que me impediam de avançar ou geravam dúvidas incômodas.

Agradeço aos amigos que de um jeito ou de outro acompanharam todo esse processo. Ao Mita, Elis, Tel, Emerson, Priscila, Luis Doutor, Bacchi, Agatha, Ivan, Órion e toda a repartição da COMESP, agradeço demais por me fazerem rir, dançar e dividirem vídeos e memes de conteúdo duvidoso como molho rosé. Ao Gustavo, agradeço por ser um amigo dissertativo e aberto para ouvir todo tipo de demência que a vida no capitalismo tardio BR edition nos proporciona. Ao Rodrigo, por me receber mesmo quando chegava do nada e chamava pra sair, além dos comentários sempre na lata.

Agradeço a minha família. Meus pais, Laerte e Célia Marangão, por terem sido sempre meus dois principais apoios, inclusive nos momentos de conclusão desse trabalho, por me aturarem nos vários momentos de fundo do poço e por serem ótimos avós, meu

muitíssimo obrigado e minhas sinceras desculpas. Espero um dia poder retribuir pelo menos 10% do que vocês me ajudaram. Para minha irmã, Camilla Marangão, acadêmica idealista e comprometida com o ideal de educação pública e de qualidade enquanto elemento de transformação a níveis absurdos, e que sempre acreditou mais no meu potencial e capacidade do que eu mesmo, o meu eterno obrigado. Eu com certeza não teria nem mesmo ingressado nesse Programa se não fosse o seu estímulo.

Agradeço ao meu amor e a minha paixão, Carolina. Pelos "olares", pelas conversas, pelos chás, pelo companheirismo e por tantas outras coisas. Obrigado pela disposição em sacrificar um início de verão frio e chuvoso comigo para concluir esse trabalho. Que venham outros verões mais quentes.

E, a mais importante, agradeço à minha filha, Lavínia Dubs Marangão, nascida também nessa Universidade. Seu olhar de alegria e seu sorriso são tudo para mim. Por mais que você ainda não saiba ler (mas quase lá), obrigado pela paciência, pelas farofas e por ser essa jóia que só me alegra. Que eu possa um dia compensar cada segundo de lazer que você sacrificou para eu terminar esse trabalho, e que você viva em um mundo onde não precisemos debater a presença dos militares na política - embora eu particularmente duvide que cheguemos tão cedo lá.

Finalmente, um agradecimento a todos anônimos e notórios, vivos e mortos, que, de uma ou de outra forma, ajudam e ajudaram a permitir que um filho de professores da Educação Básica da rede pública de São Paulo pudesse cursar a pós-graduação em uma das principais universidades públicas da América.

MARANGÃO, L. R. **A Questão Militar em Cuba e na Venezuela**: uma análise das relações Partido-Forças Armadas. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

## **RESUMO**

Esta dissertação estuda as relações civis-militares durante a Revolução Cubana e a Revolução Bolivariana através da análise da dinâmica entre partido e forças armadas, utilizando o método comparativo e histórico. No primeiro capítulo, introduzimos os debates sobre as relações entre civis e militares na Ciência Política e apresentamos como termos originários destes (em especial, pretorianismo e militarismo) são utilizados para criticar os dois processos políticos. No segundo, analisamos como a tradição socialista abordou a questão militar. No terceiro, estudamos o longo processo de estruturação do Partido Comunista de Cuba e das Forças Armadas Revolucionárias no pós-Revolução Cubana. No quarto, estudamos a conformação do bolivarianismo, dos partidos ligados ao processo bolivariano e das Forças Armadas Bolivarianas. No quinto, realizamos a comparação pretendida entre os dois processos políticos. Concluimos ao final da pesquisa que, em que pese dificuldades comparativas entre objetos de estudo, o controle partidário do Partido Comunista de Cuba sobre as Forças Armadas Revolucionárias durante o pré-1990 foi mais intenso do que o exercido pelo Partido Socialista Unido de Venezuela sobre as Forças Armadas Bolivarianas.

**Palavras-chave:** Cuba; Militarismo; Pretorianismo; Relações civis-militares; Venezuela.

MARANGÃO, L. R. **A Questão Militar em Cuba e na Venezuela**: uma análise das relações Partido-Forças Armadas. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

## RESUMEN

Esta disertación estudia las relaciones cívico-militares durante la Revolución Cubana y la Revolución Bolivariana a través del análisis de la dinámica entre el partido y las fuerzas armadas, utilizando el método comparativo e histórico. En el primer capítulo, introducimos los debates sobre las relaciones cívico-militares en Ciencias Políticas y mostramos cómo los términos derivados de estos (en particular, pretorianismo y militarismo) se utilizan para criticar ambos procesos políticos. En el segundo, analizamos cómo la tradición socialista abordó la cuestión militar. En el tercero, estudiamos el largo proceso de estructuración del Partido Comunista de Cuba y las Fuerzas Armadas Revolucionarias en la posrevolución cubana. En el cuarto estudiamos la conformación del bolivarianismo, los partidos vinculados al proceso bolivariano y la Fuerza Armada Bolivariana. En el quinto, realizamos la comparación prevista entre los dos procesos políticos. Concluimos al final de la investigación que, a pesar de las dificultades comparativas entre objetos de estudio, el control partidista del Partido Comunista de Cuba sobre las Fuerzas Armadas Revolucionarias durante el período anterior a 1990 fue más intenso que el ejercido por el Partido Socialista Unido de Venezuela sobre las Fuerzas Armadas Bolivarianas.

**Palabras clave:** Cuba; Militarismo; Pretorianismo; Relaciones civiles-militares; Venezuela.



MARANGÃO, L. R. **A Questão Militar em Cuba e na Venezuela**: uma análise das relações Partido-Forças Armadas. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

### **ABSTRACT**

This thesis studies civil-military relations during the Cuban Revolution and the Bolivarian Revolution through the analysis of the dynamics between the party and the armed forces, using the comparative and historical method. In the first chapter, we introduce debates about civil-military relations in Political Science and show how terms originating from these debates (in particular, praetorianism and militarism) are used to criticize both political processes. In the second, we analyze how the socialist tradition addressed the military question. In the third, we study the long structuring process of the Cuban Communist Party and the Revolutionary Armed Forces in the post-Cuban Revolution. In the fourth, we study the conformation of Bolivarianism, the parties linked to the Bolivarian process and the Bolivarian Armed Forces. In the fifth, we performed the intended comparison between these two political processes. We conclude at the end of the research that, despite comparative difficulties between objects of study, the control of the Cuban Communist Party over the Revolutionary Armed Forces during the pre-1990 period was more intense than that exercised by the United Socialist Party of Venezuela over Bolivarian Armed Forces.

**Keywords:** Civil-military relations; Cuba; Militarism; Praetorianism; Venezuela.

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo I. Volume de Transferências de Armamentos para Cuba em <i>Trend Indicator Value</i> (TIV) no período 1951-1970.....</b>	<b>239</b>
<b>Anexo II. Volume de Transferências de Armamentos para Cuba em <i>Trend Indicator Value</i> (TIV) no período 1980-1991.....</b>	<b>240</b>
<b>Anexo III. Gasto orçamentário cubano com Defesa e Ordem Pública entre 1978 e 1994.....</b>	<b>241</b>
<b>Anexo IV. Gasto militar venezuelano entre 1999 e 2017 (em bilhões de dólares).....</b>	<b>p. 242</b>
<b>Anexo V. Percentual dos gastos militares venezuelanos em relação ao PIB durante o período de 1999 a 2017.....</b>	<b>p. 243</b>
<b>Anexo VI. Transferências de armas em <i>Trend Indicator Value</i> (TIV) para a Venezuela de 1999 a 2016, de acordo com o país de origem.....</b>	<b>p. 244-245</b>

## LISTA DE SIGLAS

AD - Acción Democrática  
ARMA - Alianza Revolucionaria de Oficiales Activos  
CDR - Comité de Defensa de la Revolución  
CAVIM - Compañía Anónima Venezolana de Industrias Militares  
CAMIMPEG - Compañía Anónima Militar de Industrias Minera, Petrolífera y de Gas  
CMI - Corriente Marxista Internacional  
CMR - Clase Media Revolucionaria  
CNOC - Confederación Nacional Obrera de Cuba  
COPEI - Comité de Organización Política Electoral Independiente  
CRV - Corrientes Revolucionarias Venezolanas  
CTC - Confederación de Trabajadores de Cuba  
CTN - Comité Táctico Nacional  
CTV - Confederación de Trabajadores de Venezuela  
DEU - Directorio Estudiantil Universitario  
DRE - Directorio Revolucionario Estudiantil  
EBR-200 - Ejército Bolivariano Revolucionario-200  
EIR - Escuelas de Instrucción Revolucionaria  
ENR - Ejército Nacional Revolucionario  
FACOBIA - Fuerza de Acciones Coordinadas de Bases Por La Alianza  
FALN - Fuerzas Armadas de Liberación Nacional  
FBSN - Fuerzas Bolivarianas de Salvación Nacional  
FLN - Frente de Liberación Nacional  
FMI - Fondo Monetario Internacional  
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola  
FONDEN - Fondo para el Desarrollo Nacional  
GE - Gente Emergente  
GTP - Guerra de Todo el Pueblo  
IPCN - Independientes Por La Comunidad Nacional  
JUCEI - Juntas de Coordinación, Ejecución e Inspección  
LS - Liga Socialista

M-26 - Movimiento 26 de Julio  
MAS - Movimiento al Socialismo  
MBR-200 - Movimiento Bolivariano Revolucionário - 200  
MCGN - Movimiento de Concentración Gente Nueva  
MCM - Movimiento Cívico Militante  
MDD - Movimiento por la Democracia Directa  
MEP - Movimiento Electoral del Pueblo  
MIGATO - Movimiento Independiente Ganamos Todos  
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria  
MNI - Movimiento Nacional Independiente  
MNR - Milicias Nacionales Revolucionárias  
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola  
MRT - Movimiento Revolucionario Tupamaro  
MR-200 - Movimiento Revolucionário-200  
MTT - Milícias de Tropas Territoriales  
MVR - Movimiento V República  
OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade  
ONDA - Organización Nacionalista Democrática Activa  
ORI - Organizaciones Revolucionarias Integradas  
PCC - Partido Comunista de Cuba  
PCV - Partido Comunista de Venezuela  
PL - Poder Laboral  
PPC-O - Partido do Povo Cubano - Ortodoxo  
PPT - Pátria Para Todos  
PRC- A - Partido Revolucionário Cubano-Autêntico  
PRV - Partido la Revolución Venezolana  
PSP - Partido Socialista Popular  
PSUV - Partido Socialista Unido de Venezuela  
PURSC - Partido Unido de la Revolución Socialista de Cuba  
R-83 - Revolución-83  
RAAS - Redes de Articulación y Acción Socio Política  
REDES - Redes de Respuesta de Cambios Comunitarios  
SDPE - Sistema de Dirección y Planificación de la Economía  
SINOIA - Sindicato Nacional de Obreros de la Industria Azucarera

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

TIV - Trend-Indicator Value

UBCH - Unidades de Batalla Bolívar-Chávez

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPC - Unidad Patriótica Comunitaria

UPV - Unidad Popular Venezolana

URC - Unión Revolucionária Comunista

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
<b>1. O DEBATE SOBRE RELAÇÕES CIVIS-MILITARES.....</b>	<b>19</b>
1.1. Militarismo e pretorianismo.....	19
1.2. Pretorianismo e militarismo como formas de crítica à Revolução Cubana e Bolivariana.....	25
<b>2. A QUESTÃO MILITAR NA TRADIÇÃO SOCIALISTA.....</b>	<b>34</b>
2.1. Guerra e política - a visão clausewitziana.....	34
2.2. O problema da violência e da guerra na tradição socialista. ....	37
2.3. A Revolução Russa.....	41
2.4. O debate sobre a relação organizações políticas <i>versus</i> organizações militares entre os socialistas latino-americanos.....	49
2.4.1. A crise dos Partidos Comunistas latino-americanos e a Revolução Cubana.....	49
2.4.2. O “foquismo”.....	53
<b>3. ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS E FORÇAS ARMADAS EM CUBA.....</b>	<b>64</b>
3.1. O Partido Comunista Cubano.....	65
3.1.1. Marxismo e insurreição em Cuba.....	65
3.1.2. O Movimento 26 de Julho e o processo de derrubada de Batista.....	73
3.1.3. A formação do novo Partido Comunista de Cuba.....	81
3.1.4. A virada dos anos 1970.....	89
3.1.5. O Processo de Retificação - enfraquecimento partidário?.....	96
3.2. As Forças Armadas cubanas.....	99
3.2.1. A conformação das Forças Armadas cubanas no pós-independência.....	99
3.2.2. O <i>Ejército Rebelde</i> .....	100
3.2.3. Defendendo a Revolução: o pós-1959.....	102
3.2.4. A virada dos anos 1970.....	110
3.2.5. Os anos 1980 e o Processo de Retificação.....	113
<b>4. ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS E FORÇAS ARMADAS NA VENEZUELA....</b>	<b>119</b>
4.1. As organizações partidárias na Venezuela.....	119
4.1.1. A longa gênese do bolivarianismo: do PCV ao PRV.....	119
4.1.2. O Bolivarianismo <i>con uniforme</i> .....	131
4.1.3. 1992: um ano quente.....	141
4.1.4. A sinuosa trajetória ao poder institucional: do MBR-200 ao MVR.....	149
4.1.5. Um novo ciclo de disputa e a resposta partidária: do MVR ao PSUV.....	156
4.1.6. O PSUV: consolidando um novo tipo de organização?.....	162
4.1.7. O PSUV durante o início do governo Maduro.....	172
4.1.8. Um breve balanço sobre o PSUV nos anos mais recentes do governo Maduro.....	174
4.2. As Forças Armadas na Venezuela.....	178

4.2.1. A conformação caudilhista das Forças Armadas venezuelanas no pós-independência.....	178
4.2.2. As transformações da primeira metade do século XX.....	182
4.2.3. O plano <i>Andrés Bello</i> e o ciclo conspiratório da década de 1970 à década de 1990.....	184
4.2.4. A experiência bolivariana no poder.....	189
4.2.4.1. As Forças Armadas durante os governos da Revolução Bolivariana.....	191
4.2.4.2. A economia de defesa da Venezuela bolivariana.....	194
4.2.4.3. A colonização militar do setor civil.....	199
5. COMPARAÇÃO ENTRE O CASO CUBANO E O VENEZUELANO.....	202
5.1 As relações entre organizações partidárias e Forças Armadas em Cuba.....	202
5.2. As relações entre organizações partidárias e Forças Armadas na Venezuela.....	204
5.3. Comparação entre o caso venezuelano e o cubano.....	209
CONCLUSÃO.....	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217
ANEXOS.....	239

## INTRODUÇÃO

Começamos a escrever esta dissertação em 2019. Ainda sob o impacto das então correntes ameaças de invasão à Venezuela e com a então recente transição do poder cubano ao presidente civil Miguel Díaz-Cañel, uma pergunta antiga me incomodava ainda mais neste cenário: “o que faz com que pessoas armadas e especializadas na prática profissional de violência se sujeitem a obedecer as decisões tomadas por um grupo de civis”? A pergunta era ainda mais incômoda quando pensávamos nos casos de governos que não podiam recorrer às armas da principal potência regional, os Estados Unidos, para se manter no poder: antes, tinham nela um de seus principais inimigos. Nesse sentido, essas experiências consistem em uma exceção à quase regra latino-americana de rupturas políticas entre governo e camada militar quando aquele entra em rota de colisão com os interesses de Washington.

Estas inquietações nos levaram a pretender estudar a dinâmica estabelecida entre partidos e forças armadas durante os processos políticos conhecidos como Revolução Bolivariana e Revolução Cubana. Nossa hipótese inicial, movida pela simpatia a tais processos, nos fazia considerar errônea a posição defendida por parte razoável de que tais processos foram marcados por um fenômeno de pretorianização e militarização, isto é, que o setor militar havia adquirido um poder político abusivo dentro deles. Entendíamos que havia um estrito controle civil sobre tais setores, ainda que de modo diverso do estabelecido por regimes liberais, controle exercido através de grupos de civis que eram mobilizados para tarefas de defesa e que conformavam um poder armado que se contrapunha às formações militares profissionais. De acordo com tal perspectiva, nosso intento inicial era compreender como a doutrina militar dessas duas experiências políticas integrava a mobilização de grupos civis para a defesa nacional, em especial as organizações partidárias (sobretudo o Partido Comunista de Cuba e o Partido Socialista Unido da Venezuela), que assumiam para si tarefas tipicamente militares. Como ex-militar, me chamava atenção que uma doutrina assumisse de modo claro que um partido político pudesse ter prerrogativas militares.

Conforme nosso estudo progrediu, contudo, passamos a nos deparar com dois problemas. Em primeiro lugar, era muito difícil obter informações sobre tais formações armadas nos dois casos - dada a forma normalmente sigilosa com que todo país trata de questões relacionadas a sua defesa. O segundo se referia à percepção de que nossa avaliação sobre a dinâmica entre os partidos destes processos e as suas forças armadas era errônea, se constituindo de modo bem diverso do que concebíamos: em primeiro lugar, nem sempre



houve grupos civis mobilizados para tarefas militares nestas duas experiências; em segundo lugar, os partidos possuíam processos muito distintos de constituição dentro da Revolução Cubana e da Revolução Bolivariana, processos que impactaram suas relações com as suas forças armadas. Em razão disto e visando ao menos criticar as posições que classificavam tais processos como dominados em sua totalidade por militares, optamos por mudar nosso objeto de estudo, passando a buscar compreender a dinâmica da relação entre partidos e forças armadas nestes dois processos.

Nossa hipótese de trabalho após mudarmos nosso objeto de estudo era a de que os partidos durante estes dois processos possuíam um controle civil das suas forças armadas precisamente através da politização destas dentro das organizações partidárias. Não podemos afirmar que esta hipótese saiu intacta do estudo, mas acreditamos ter obtido elementos suficientes para ao menos contribuir à melhor compreensão das relações entre civis e militares durante estes dois processos.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo busca introduzir o leitor aos conceitos mais básicos sobre os estudos das relações entre civis e militares. Nos detemos de modo mais atento no modo com que dois destes conceitos, pretorianismo e militarismo, são utilizados para caracterizar de forma crítica tanto a Revolução Cubana quanto a Revolução Venezuelana, nem sempre com muito rigor.

O segundo capítulo apresenta o debate sobre a questão militar dentro das tradições socialistas, com maior atenção sendo fornecida aos debates latino-americanos sobre a questão, para poder compreender em quais marcos se movimentaram a experiência revolucionária cubana e a bolivariana. Nele, debateremos como Clausewitz, Engels e os líderes da Revolução de Outubro, com destaque a Lênin, pensaram a questão da tomada e controle do poder político, em especial a manutenção do exercício da violência (componente essencial da política, dentro de parâmetros politicamente controlados. Subjacente a este debate está a questão de como se deveria relacionar o movimento revolucionário diante de um corpo profissional voltado ao exercício da defesa de um dado território, isto é, forças armadas permanentes. Posteriormente, introduziremos o debate sobre como tal questão foi reelaborada, a partir da experiência do desgaste dos partidos comunistas, da Revolução Cubana e do foquismo estudando Régis Debray e Ernesto “Che” Guevara.

O terceiro capítulo narra o desenvolvimento do movimento revolucionário cubano, em especial o M-26, sua ascensão ao poder, o desenvolvimento das instituições partidárias (as quais culminam no Partido Comunista de Cuba) e das *Fuerzas Armadas Revolucionárias* (FAR) ao longo do tempo. Delinearemos como se deram as relações entre organizações

partidárias e forças armadas nesse caso, tarefa a ser consolidada no quinto capítulo. O percurso de nossa análise finda aqui com o término da Guerra Fria, na medida em que acreditamos que tal acontecimento introduz um cenário novo radicalmente diverso do que se desenvolvia. Além disso, acreditamos que a base geral para o desenvolvimento das relações entre estas duas instituições se assenta anteriormente.

O quarto capítulo realizará tarefa similar à anterior, mas se voltando à Venezuela. Analisaremos o desenvolvimento do movimento bolivariano na Venezuela, com destaque ao *Partido de la Revolución Venezolana* (PRV), *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200) e ao *Movimiento V República* (MVR), os vaivéns deste quanto às estratégias de tomada do poder, a ascensão de Hugo Chávez à presidência e seu exercício de poder, a formação do PSUV e sua atuação sob os governos de Chávez e de Nicolás Maduro, a formação das instituições partidárias e a relação destas com a *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* (FANB).

O quinto capítulo consistirá na análise comparativa das relações estabelecidas entre partido e Forças Armadas nos casos dos países selecionados para estudo. Nossa análise buscará demonstrar que a constituição de um aparato partidário massivo e com capacidade diretiva no caso cubano permitiu que as relações entre civis e militares se constituíssem nos marcos de um controle civil muito específico, o Controle Civil de Penetração, ainda que com algum grau de militarização. No caso venezuelano, contudo, acreditamos que após um processo de disputa constituiu-se uma experiência pretoriana marcada sobretudo pela colonização militar de áreas civis, também com algum grau de militarização, dada a incapacidade do PSUV em se constituir como um partido efetivamente diretivo.

Ao final, delineamos nossa conclusão, comentando possíveis impactos destas relações na dinâmica política destes dois países.

Optamos por traduzir as citações de trechos citados, de modo a permitir uma melhor leitura aos lusófonos que desconhecem a língua traduzida. Os trechos originais encontram-se referenciados em notas de rodapé.

## 1. O DEBATE SOBRE RELAÇÕES CIVIS-MILITARES.

### 1.1. Militarismo e pretorianismo.

Dado o objeto de nosso trabalho, necessitamos esclarecer ao leitor o que se entende por militarismo e pretorianismo enquanto categorias analíticas. Tais categorias surgem no âmbito dos estudos sobre as relações entre civis e militares, sobretudo tendo em vista a profissionalização militar, e adquirem conteúdo polêmico quando se trata de classificar as duas experiências que pretendemos abordar, a Revolução Cubana e a Revolução Bolivariana.

O termo *militarismo* é de uso relativamente recente na História, estando seu uso mais ou menos disseminado localizado temporal e geograficamente a partir da segunda metade do século XIX no vocabulário de diversos idiomas europeus (VAGTS, 1959, p. 14-15). De modo geral, o termo foi usado para descrever uma realidade fática em que grupos militares adquirem um poder acima do esperado para a sua profissão, interferindo além do que é razoável na esfera política.

Contudo, quando o termo é trazido ao debate na Ciência Política e na História, seu sentido tende a ser um pouco mais restrito: o militarismo se trata não de qualquer tipo de intervenção, pontual ou não, de grupos militares na política, mas sim de uma projeção completa dos valores, hábitos, modos de decisão, visão de mundo e de sociedade formulada pelos militares de determinado Estado sobre a sua população (IRWIN, 2008).

O proponente acadêmico inicial do *militarismo* como categoria de análise para uma sociedade e seu respectivo governo foi o historiador alemão Alfred Vagts, em seu livro *The History of Militarism*, escrito em 1937, ainda que outros autores estudassem e debatessem o fenômeno da militarização da sociedade em vários aspectos. O livro, como se pode imaginar, refletia as preocupações de Vagts, que fora militar durante a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão do nazismo na Alemanha. Lá, o autor fornece uma imagem do que entende por *militarismo*, a qual ele diferencia do *modo militar de agir*: enquanto no militarismo os maneirismos da vida militar são projetados para a vida civil, reproduzindo-se sem necessidade, no modo militar de agir estes rituais típicos se mantêm dentro dos quartéis. O militarismo pretende realizar o fortalecimento e reprodução das instituições militares dentro da sociedade civil como um fim em si mesmo, como forma de fortalecer a imagem dos militares em determinada sociedade. Ele envolve o aprestamento para guerra *a despeito de qualquer horizonte de invasão ou conflito*, sobretudo quando o conflito que motivou o aprestamento e eventual conflito é decidido não pelos membros da elite política da sociedade

civil à qual os militares deveriam obedecer, mas sim pelos próprios militares. De modo geral, Vagts afirma que o militarismo floresce em sociedades que estão em paz: segundo seu raciocínio, a falta de sentido à instituição militar faria com que seus membros desenvolvessem uma tendência a afirmar a importância da instituição em face da sociedade civil. O uso das forças militares em campanhas de anexação, invasão ou mesmo pequenas escaramuças apenas para o engrandecimento de líderes, civis ou militares indicaria também um pensamento militarista, e não militar, além do desprezo do civil *por ser civil* (VAGTS, 1959, p. 13-16). Nesse sentido, uma ditadura militar poderia ser um regime que *não é* militarista, ao passo que uma monarquia absolutista ou um regime fascista, em que pese dirigidos por civis, *sim* - embora a primeira possuísse uma tendência a levar a uma estrutura social e política militarista.

Apesar da obra de Vagts ser antiga, ela ainda é utilizada para entender e classificar determinados governos e regimes como militaristas. Por exemplo, na obra do historiador Domingo Irwin, *Caudillos, militares y poder*, que trata da relação entre militares e política na Venezuela, a base conceitual básica do historiador sobre o que é *militarismo* é a de Vagts. Não é esta a única visão sobre o que constitui o fenômeno do militarismo, contudo, conforme veremos.

Em paralelo ao debate sobre o militarismo, temos a questão do *pretorianismo*. O autor que recebeu maior destaque e lançou os termos iniciais para o debate acadêmico que se desenvolveu sobre a relação entre as autoridades civis e os militares foi Samuel Huntington, buscando responder à permanente de questão dos motivos que levam militares a obedecer ou desobedecer governos civis em seu livro de 1966, *The Soldier and the State*. Para ele, as Forças Armadas modernas são marcadas via de regra pela obediência ao grupo civil que detém o poder do Estado. Isto ocorreria pois, através de um processo de profissionalização, tais grupos teriam de se compreender como voltados às tarefas de defesa nacional, e não de debate político. Quando falta profissionalismo por parte dos corpos militares, contudo, estes poderiam deixar de respeitar essa reserva em atuar politicamente e invadir o cenário político, atuando como pretorianos. Nesse sentido, Huntington propõe um binômio marcado por dois pólos: de um lado, forças militares marcadas por um processo de especialização e apolíticas; de outro, forças militares politizadas, dispostas a utilizar a força que detém em razão da sua profissão para influenciar a política de acordo com seus interesses, intervindo direta e constantemente dada a ausência de instituições mediadoras (como, por exemplo, os partidos. Enquanto nos sistemas pretorianos governa quem tem força para tanto (daí a intervenção frequente dos detentores de instrumentos violentos como os militares), nos sistemas onde o

profissionalismo impera, desenhos legais e pressões sociais afastariam a caserna do interesse na política (HUNTINGTON, 1996).

Posteriormente, Huntington desenvolveu ainda mais a sua teoria do pretorianismo. Segundo o autor, quando a institucionalização política fosse superior à participação política, o pretorianismo não conseguiria se manifestar. Contudo, em situações inversas, o sistema seria pretoriano. O caráter e durabilidade dos pretorianismos variaria de acordo com o nível de participação política: caso baixa, teríamos um pretorianismo oligárquico (com duração de longo prazo); caso média, teríamos um pretorianismo radical (com duração de algumas décadas); e caso alta, teríamos um pretorianismo de massas (com duração de alguns anos) (HUNTINGTON, 1975).

Desenvolvendo as teorias de Huntington sobre o *pretorianismo*, Amos Perlmutter acrescentou alguns elementos a mais. Para ele, era possível dividir o *pretorianismo* em dois tipos: o governante, onde os militares tomavam de fato as rédeas da condução de um determinado Estado, e o árbitro, quando, se avaliando politicamente pouco preparados para o exercício do governo, as forças armadas funcionam como um “poder moderador” diante das disputas das frações políticas (PERLMUTTER, 1969).

Segundo Huntington ainda, existem cinco fatores que auxiliam a medir o grau de profissionalização das Forças Armadas: a) a presença de um espírito de corpo, que faz com que os militares se vejam como imbuídos de uma missão específica; b) a presença de requisitos relativamente imparciais para acesso ao oficialato (como provas e concursos); c) a presença de um plano de carreira que permita ascensão profissional; d) a existência e especialização do sistema educacional militar; e e) a natureza da cúpula militar, o mais da vezes nomeada de Estado Maior (HUNTINGTON, 1996).

Além disso, Huntington também estabelece dois tipos de controle civil sobre os militares: o objetivo e o subjetivo. O subjetivo seria o controle civil que se dá através de mecanismos externos: constituições, setores sociais ou instituições governamentais. Já o objetivo seria o mais sólido, na medida em que ocorreria através da internalização por parte dos militares do seu “profissionalismo”, constituindo parte de sua identidade profissional (HUNTINGTON, 1996).

Os pressupostos de Huntington, contudo, sofreram uma série de críticas, já durante os anos iniciais de divulgação da obra. Uma delas, que consideramos pertinente, é o de que a profissionalização por si só levaria à apolitização das forças armadas. Segundo a crítica de Samuel Finer, a própria profissionalização poderia levar os membros do oficialato a se politizarem. Na medida em que eles se entendem como funcionários do Estado e não de um

ou outro governo específico, podem passar a se perceber como agentes capazes de salvar e melhor dirigir o Estado do que um determinado governo. Quando eles se tornam os agentes que detém o monopólio sobre o debate da defesa e segurança de um país, podem se tornar uma instituição politizada precisamente pela especialização que deveria impedir tal processo (FINER, 2002, p. 71). Isso nos ajuda a compreender justamente como corpos militares extremamente profissionalizados não deixam de intervir politicamente.<sup>1</sup>

Seja como for, é interessante notar que os termos do debate propostos por Huntington e outros já indicam certo juízo de valor sobre os tipos de militares que são desejados e quais não são: os militares que não se envolvem em política de nenhuma forma são desejados por serem profissionais e os que se envolvem não são desejados por serem pouco profissionais. A conclusão a se tirar é fácil: as democracias liberais, nas quais os militares são meros agentes apolíticos, são superiores inclusive no campo militar justamente por terem profissionalizado melhor os seus militares e adquirido assim como contrapartida maior estabilidade política. Esse tipo de raciocínio será empregado em diversos ambientes, inclusive os acadêmicos, para criticar as experiências objeto de nosso estudo.

Desta forma, conforme vemos, os termos *pretorianismo* e *militarismo* não são totalmente inocentes: eles carregam juízos de valor sobre a realidade que descrevem. Nesse sentido, ao se classificar dada conformação das relações entre Estado e sociedade civil como um regime militarista ou pretoriano implica que práticas democráticas não são respeitadas de modo minimamente adequado naquela estrutura política. De modo nada surpreendente, estas categorias passaram a ser aplicadas para compreender a dinâmica entre civis e militares nas experiências do chamado “socialismo real”, ou seja, as experiências políticas oriundas da onda que se iniciou com a Revolução de Outubro (1917) e que perdurou até o início da década de 1990.

Contudo, aplicar estas categorias tinha problemas. Como se sabe, a maior parte do mundo do socialismo real tinha seu Estado dirigido por um partido único, ou seja, uma estrutura *política*, e não *militar*, ainda que muitas vezes tal estrutura tivesse ascendido ao poder através de uma insurreição violenta. O problema era ainda maior quando se defrontava com a realidade de que na maior parte dos sistemas socialistas não tenham ocorrido golpes de estado conduzidos por militares *enquanto instituição* tal qual em tantos sistemas liberais (ao

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, aliás, Alfred Stépan desenvolveu as idéias de Finer para estabelecer a noção nos anos 1970 de um *novo profissionalismo militar*, em contraposição ao *velho profissionalismo* de Huntington. Isto, é, tais agentes se veriam como portadores de uma nova capacidade gerencial que os habilitaria a garantir a *segurança interna* de seu país e não mais somente a externa, através de uma gestão mais *profissional* da vida política de determinado Estado e de sua economia com vistas a desenvolver determinada sociedade (STEPAN, 1973).

menos nominalmente) e que a participação política dos militares é efetivamente *promovida e desejada* dentro dos sistemas políticos socialistas, conforme veremos (PERLMUTTER & LEOGRANDE, 1982, p. 778). Como se pode ver, nem existe neste caso o apoliticismo liberal nem tampouco as recorrentes intervenções militares na política enquanto instituição reguladora. Nesse sentido, surgiram algumas formas de buscar compreender a dinâmica entre civis e militares em sistemas comunistas através de categorias novas de análise.

Para explicar esta e outras questões, cientistas políticos buscaram ao longo do tempo estabelecer modelos teóricos voltados à compreensão das relações civis-militares em sistemas políticos socialistas. Apresentaremos alguns destes agora e buscaremos fundamentar nossa opção por um deles para compreender e comparar as dinâmicas das relações entre partido e forças armadas nos casos cubano e venezuelano.

A primeira abordagem teórica para compreensão destas relações é um modelo que podemos chamar de faccional. Nesta abordagem, mais do que desenhos institucionais ou simpatias ideológicas, a compreensão das dinâmicas civis-militares se daria a partir da identificação e mapeamento das facções em disputa nos sistemas socialistas. Um exemplo deste tipo de abordagem na interpretação do sistema cubano é o de Irving Louis Horowitz em seu artigo *Military Origins and Outcomes of the Cuban Revolution*<sup>2</sup>. Segundo o autor, a compreensão das dinâmicas entre grupos políticos e militares passaria pela composição de ao menos três grupos: a) os militares formados na Academia Militar de Frunze, na antiga União Soviética; b) os militares formados na academia militar *Escuela Interarmas General Antonio Maceo* (hoje *Universidad de Ciencias Militares Antonio Maceo*); e c) os militares veteranos da época dos eventos de Sierra Maestra, ligados aos movimentos que participaram da derrubada de Fulgencio Batista. Este último grupo, por sua vez, se dividiria entre os que foram comandados por Fidel Castro, os comandados por Raúl Castro e aqueles que participaram das atividades sigilosas (HOROWITZ, 1989, p. 555).

Os problemas desta abordagem residem, basicamente, no seu nominalismo. Evidentemente, grupos com experiências comuns tendem a possuir comportamentos comuns. Todavia, tais tipos de análise não apresentam dinâmicas que permitam maiores generalizações, se centrando demasiadamente nas idiosincrasias de tal ou qual figura para compreender como e por qual motivo determinado grupo agirá de determinada forma. Além disso, as fronteiras entre as facções determinadas nem sempre são tão claras, podendo

---

<sup>2</sup> Ainda que este autor não se furte a classificar a experiência cubana como militarista, como veremos, para ele a dinâmica política neste caso se dá em razão da disputa destas elites.

determinadas frações ou personalidades que deveriam seguir a racionalidade da sua facção se aproximarem mais da de outra.

Uma segunda abordagem teórica para compreender as relações civis-militares nos sistemas socialistas enfatiza o papel de profissionalização das estruturas militares. Aqui, busca-se demonstrar como a politização das forças armadas e sua profissionalização não são necessariamente excludentes entre si, ao contrário dos paradigmas estabelecidos no Ocidente. Segundo essa abordagem, as forças armadas nos sistemas socialistas pós-revolucionários buscam basicamente garantir espaços de autonomia e desenvolver sua modernização enquanto força combativa. Os exemplos de estudo dessa natureza que encontramos foram voltados sobretudo voltados para a análise das relações civis-militares no caso da República Popular da China (KISELYCZNYK & SAUNDERS, 2010, p. 15). O problema dessas abordagens, contudo, está na dificuldade de diferenciar processos de modernização técnica (como a criação de setores especializados nos quais a atividade partidária é mínima) com processos de profissionalização no sentido de autonomização relativa frente às instituições partidárias em um processo pós-revolucionário<sup>3</sup>.

Por fim, uma tipologia que consideramos razoavelmente útil para entender a dinâmica em sistemas comunistas é a proposta por Amos Perlmutter (um dos já citados teóricos do *pretorianismo*) e William LeoGrande em seu artigo *The Party in Uniform*, de 1982.

Segundo a tipologia estabelecida neste artigo, existiriam três tipos de relações estabelecidas entre partidos e exército nos sistemas políticos socialistas: a relação de tipo coalizional; a de tipo simbiótica; e a de tipo fusional. Cada uma delas indicaria um nível de profissionalização, comunhão de interesses e divisão de tarefas entre partido e forças armadas, onde a relação coalizional tenderia à maior diferenciação e a fusional de menor diferenciação.

A relação coalizional seria a tipicamente presente na União Soviética do pós-Segunda Guerra Mundial. Neste caso, a divisão de tarefas entre partido e forças armadas seria motivada pela especialização profissional dos militares, os quais se voltariam pela própria natureza da profissão a assuntos de difícil compreensão para leigos, como o desenvolvimento de tecnologias militares. As intervenções propriamente políticas dos militares são escassas, e

---

<sup>3</sup> Sobre tudo para o nosso estudo da Venezuela, esta abordagem se demonstra pouco eficaz. Afinal de contas, como veremos, as Forças Armadas venezuelanas já estavam constituídas, organizadas e profissionalizadas quando do início do processo da Revolução Bolivariana, ao passo que as organizações partidárias estavam ainda em processo de gestação. Dessa forma, uma abordagem centrada no processo de profissionalização de um Exército *já constituído previamente* em face das instituições partidárias *em constituição* não é de maior utilidade.



envolvem sobretudo a defesa do Estado, e não de algum grupo partidário. Nestes casos, há relativa independência entre as instituições, cada uma perseguindo seus próprios interesses de modo relativamente autônomo (PERLMUTTER&LEOGRANDE, 1982, p. 782-784).

Na relação simbiótica, o grau de diferenciação e especialização militar em face das elites partidárias é menor, havendo casos em que os interesses do partido e dos militares são comuns. Nestes casos, embora haja certo grau de profissionalização, não é incomum que as forças armadas sejam convocadas para sanar conflitos e tomem lados nas disputas partidárias, em nome da defesa dos interesses de grupos políticos, e não em defesa do Estado. O exemplo principal dessa relação que os autores oferecem é a China de então, isto é, a da década de 60 a 80 do século passado, embora os autores indiquem que Cuba àquela altura fosse também exemplo desse tipo de relação (PERLMUTTER&LEOGRANDE, 1982, p. 784-785).

Por fim, na relação fusional não há diferenciação entre estrutura partidária e estrutura militar. Esse tipo de relação seria a típica de situações em que um movimento toma o poder após o emprego da luta armada, em que a administração de áreas liberadas inevitavelmente teria de ser militarizada, mas tenderia rapidamente a se desvanecer (PERLMUTTER&LEOGRANDE, 1982, p. 785-786).

Em todas estas situações, contudo, afirmam Perlmutter e LeoGrande, as intervenções políticas dos militares se dariam enquanto *membros do partido*, e não *enquanto instituição militar*. Isso se daria justamente pela natureza dos regimes inspirados no marxismo-leninismo, em que a politização das Forças Armadas é vista como um objetivo positivo. Desse modo, não se trataria de uma intervenção militar na política, mas a intervenção dos membros do Partido que “vestem uniforme” (o que explica o título do artigo, o qual traduzido para o português significa “o partido de uniforme”) (PERLMUTTER & LEOGRANDE, 1982, p. 786-788). Não caberia falar aqui de *militarismo* pois não se trata de uma situação de dominação da esfera política pelos *militares enquanto militares*, mas sim de uma reafirmação *manu militari* dos princípios desenvolvidos no partido.

## **1.2. Pretorianismo e militarismo como formas de crítica à Revolução Cubana e Bolivariana.**

Em outros contextos, aqueles que se voltam à crítica aos processos da Revolução Cubana e Revolução Bolivariana empregam basicamente os mesmos termos da racionalização de Huntington. Para estes, tais processos seriam marcados por uma predominância dos militares, trazendo assim não só a força militar para o jogo político mas

também levando a uma politização das Forças Armadas (por vezes, apontando também a diminuição do profissionalismo).

Existem vários exemplos deste tipo de caracterização, de distintos tipos de fontes. Um exemplo é o artigo de 2016 de Tomás Straka, *El Socialismo Pretoriano*, na revista *Nueva Sociedad*. Segundo este autor, a experiência bolivariana e a cubana seriam exemplos de um socialismo pretoriano, remetendo ao referencial estabelecido por Huntington. Vejamos:

As ciências sociais norte-americanas definiram como pretorianismo o tipo de relação entre civis e militares na qual os segundos têm uma influência superior ao estipulado nas leis sobre os segundos. Não há controle civil sobre o militar, mas antes o contrário. Não se trata de um Estado Quartel, de um militarismo ao estilo prussiano, no qual toda a sociedade é militarizada. Não: é uma sociedade que funciona normalmente, porém tutelada por militares, seja porque exercem corporativamente o governo, como nas ditaduras latino-americanas, seja porque tenham a última palavra sobre governos aparentemente civis (por exemplo, na Coreia do Norte). Para o historiador social-democrata Domingo Irwin (1947-2014), o governo de Hugo Chávez era um exemplo claro de pretorianismo. Causou mal-estar em muitos colegas, mas os fatos têm dado razão a ele.

[...]

A categoria de "socialismo pretoriano" admite, de fato, muitas precisões. Do que não cabe dúvida é que nos permite compreender o fenômeno que vive a Venezuela e que Cuba experimenta, com suas diferenças, há algumas décadas (STRAKA, 2016)<sup>4</sup>.

Como podemos ver, a categoria de pretorianismo é utilizada aqui como forma de criticar a experiência da Revolução Bolivariana, remetendo a estudos propriamente acadêmicos, no caso os de Domingo Irwin. A utilização que Straka faz de Irwin e sua

---

<sup>4</sup> No original: *Las ciencias sociales norteamericanas definieron como pretorianismo al tipo de relación entre civiles y militares, en la que los segundos tienen una influencia superior a lo estipulado en las leyes, sobre los segundos. No hay control civil sobre lo militar, sino más bien lo contrario. No se trata de un Estado Cuartel, de un militarismo al estilo prusiano, en el que toda la sociedad es militarizada. No: es una sociedad que funciona normalmente, pero tutelada por militares, bien porque ejercen corporativamente el gobierno, como en las dictaduras latinoamericanas, o bien porque tengan la última palabra sobre gobiernos aparentemente civiles (pongamos, en Corea del Norte). Para el historiador socialdemócrata Domingo Irwin (1947-2014), el gobierno de Hugo Chávez era un ejemplo claro de pretorianismo. Causó malestar en muchos colegas, pero los hechos han tendido a darle la razón.*

[...]

*La categoría de «socialismo pretoriano» admite, en efecto, muchas precisiones. De lo que no cabe duda es que nos permite comprender el fenómeno que vive Venezuela y que Cuba experimenta, con sus diferencias, desde hace décadas.*

classificação da Venezuela e de Cuba como regimes pretorianos é, contudo, um pouco contraditória.

Irwin de fato utiliza a categoria de pretorianismo para definir a experiência bolivariana na Venezuela: boa parte da sua produção, em especial o livro *Caudillos, militares y poder*, de 2008, trata-se da historização da relação entre civis e militares no país como uma longa relação pretorianista, incluindo aí o governo Chávez. Contudo, por exemplo, ao debater os modelos de controle civil sobre os militares, Irwin se remete à tipologia de Eric Nordlinger como parâmetro para compreender as relações entre civis e militares, tipologia formulada como uma crítica aos esquemas propostos por Huntington.

Segundo o autor mobilizado por Irwin, existem três formas de controle civil possíveis sobre os militares: o tradicional, o liberal e o de penetração. O controle tradicional seria aquele presente nas monarquias de Antigo Regime, em que a formação do oficialato se dava precisamente através da mesma classe que dirigia os Estados, isto é, a nobreza. O controle liberal, por sua vez, se apóia precisamente em uma pretensa cisão despolitizante entre elites de governo e oficiais militares, na qual se busca fornecer uma formação profissional aos militares que internalize neles os princípios de obediência e respeito às autoridades civis com as contrapartidas de se valorizar a autonomia militar em aspectos militares e seu espírito de corpo. Irwin reconhece, contudo, que os oficiais militares podem incorrer em "práticas de caráter pretoriano" justamente para proteger tal autonomia (IRWIN, 2008, p. 9-10). Por fim, o último controle, o de penetração, é precisamente aquele encontrado em Cuba, segundo o próprio autor. Vejamos:

O chamado Modelo de Penetração se caracteriza, como indica seu nome, pela infiltração que efetuam as autoridades civis sobre a organização militar. As Forças Armadas são penetradas com idéias e ideologia e até com pessoal político. A doutrinação ideológica abarca não só o corpo de oficiais, mas também a tropa. Se empregam intensamente meios de controle, supervisão e um sistema de prêmios e castigos destinados a obter a obediência e a fidelidade do corpo de oficiais. Se o modelo liberal é característico das sociedades industrializadas, principalmente [...], o de penetração encontra sua melhor representação nos chamados sistemas comunistas totalitários, como é o caso da *Coréia do Norte e Cuba* (IRWIN, 2008, p. 10, grifo nosso)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> No original: *El llamado Modelo de Penetración se caracteriza, como lo indica su nombre, por la infiltración que efectúan las autoridades civiles sobre la organización militar. Las Fuerzas Armadas son penetradas con ideas e ideologías y hasta con personal político. El adoctrinamiento ideológico abarca no sólo al cuerpo de Oficiales, sino también a la tropa. Se emplean intensamente medios de control, supervisión y un sistema de premios y castigos dirigidos a obtener la obediencia y fidelidad del cuerpo de Oficiales. Si el modelo Liberal es característico de las sociedades industrializadas, principalmente, desde el siglo XIX d.C., el de penetración encuentra su mejor representación en los llamados sistemas comunistas totalitarios, como el caso de Corea del Norte y Cuba.*

Ora, como podemos ver, Irwin *não* considera Cuba um regime pretoriano - o que não quer dizer que o autor veja o regime cubano de forma positiva, é claro, como a classificação de Cuba como um regime totalitário permite compreender. Trata-se para o autor venezuelano de um regime onde há um Controle Civil de Penetração<sup>6</sup>. Contudo, a extrapolação identificadora entre Cuba e Venezuela realizada por Straka não encontra lastro na referência acadêmica por ele mobilizada para defender suas posições. Ainda quanto à nossa crítica da utilização de Irwin para criticar Cuba ao identificá-la com o socialismo *pretoriano* venezuelano feita por Straka, recordamos que o historiador venezuelano utiliza precisamente Perlmutter como uma de suas bases para definir o que é pretorianismo - justamente um dos autores que buscou demonstrar que o sistema cubano tinha uma dinâmica *distinta* dos regimes pretorianos (PERLMUTTER & LEOGRANDE, 1982)

Irwin ainda faz questão de pontuar que não se trata de militarismo puro e simples aqui - posição com a qual Straka está de acordo, aliás. Para Irwin, o militarismo é o auge do pretorianismo, sua manifestação máxima, em que a sociedade toda se transformaria em um *Estado Quartel*, isto é, se militarizaria.

Outro caso em que o conceito de *militarismo* é utilizado para criticar a Revolução Cubana é a vasta produção de Irving Louis Horowitz, um dos principais críticos à Revolução Cubana entre os especialistas em Cuba dos Estados Unidos. Por exemplo, em artigo de 1989, Horowitz descreve o militarismo como tendo três características centrais: a) intervencionismo militar em nações estrangeiras; b) uma especialização profissional entre os militares de modo a distinguir a abordagem destes em relação ao civis em assuntos envolvendo procedimentos de treinamento, controle de instrumentos de destruição e condução da vontade política nacional; e c) altos gastos em áreas militares sem fins outros que não fins militares. (HOROWITZ, 1989, p. 563).

Finalmente, um último exemplo em que o conceito de *militarismo* é empregado para criticar tanto a Revolução Cubana quanto a Bolivariana é o caso de Rut Diamint, que propõe explicar a presença dos militares na vida política latina americana recente a partir daquilo que denomina de problemas de uma transição para a democracia incompleta durante as décadas de 1980 e 1990, em especial da falta da “civilinização” dos Ministérios da Defesa e da ausência de controle civil sobre as Forças Armadas (DIAMINT, 2015, p. 156). Assim, há um

---

<sup>6</sup> Em outro texto, assinado junto a Ingrid Micett, o mesmo autor se contradiz e muda de posição, afirmando que a formação das Forças Armadas pós-Revolução Cubana não teriam um processo de profissionalização, e sim de pretorianização, indicando uma posição contrária à do artigo - ainda que ambos não fundamentam sua posição (IRWIN&MICETT, 2011a).

processo de identificação histórica realizada sobre processos tão díspares quanto a transição do fim da ditadura militar na Argentina, a crise do *Pacto de Punto Fijo* (que se caracterizou justamente por certa predominância civil no poder) e a manutenção do Partido Comunista no Poder em Cuba, vistas todos como geradores do mesmo problema mal resolvido no período acima referido de submeter os militares ao controle civil.

Segundo a autora, este novo militarismo se caracterizaria pela delegação voluntária de poder político pelas autoridades civis às Forças Armadas, seja em áreas tipicamente policiais como a segurança pública, seja na distribuição de cargos (sem qualquer relação profissional com a atividade militar) dentro do governo e do Estado para militares (DIAMINT, 2015).

A partir dessa realidade, Diamint critica concepções tradicionais de controle civil sobre o mundo militar, indicando os seus limites para definir como ela se dá no caso do novo militarismo da América Latina. Nesse caso, há controle civil *de jure*, mas não *de facto*, gerando problemas às democracias da região e sua estabilização, fornecendo margem à conformação dos militares como agentes políticos autônomos (DIAMINT, 2015, p. 164-166). Segundo Diamint, tais problemas de falta de controle militar seriam agudos de forma geral na América Latina, mas com maior intensidade em Cuba, no Equador, Bolívia e, sobretudo, Venezuela (DIAMINT, 2015, p. 156). Como se pode ver com um pouco de atenção, este tipo de análise ignora as mediações pelas quais se dá a participação militar na vida política venezuelana e cubana - isto é, mediadas o mais das vezes por um aparato político partidário, sobretudo no último caso.

É importante, contudo, entender que nem todas as classificações dos processos políticos vividos em Cuba e na Venezuela como dirigidos por militares pretendem criticar tais experiências. Conforme avançava nosso estudo sobre a forma com que as Forças Armadas venezuelanas se relacionam com os partidos deste país, em especial o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), nos deparamos com um problema diverso. Era comum encontrarmos debates que traziam à tona o nome de Norberto Ceresole, uma figura polêmica que teria sido responsável por tentar fornecer estrutura ideológica diversa da cubana à experiência da Revolução Bolivariana. Essa influência passava pela questão que já em nosso projeto tinha atraído atenção de nossa parte, no que diz respeito à relação entre Forças Armadas e partido na Venezuela - isto é, o PSUV não ter adquirido um a rigor um papel diretivo da defesa e das Forças Armadas venezuelanas tal qual foi o caso do Partido Comunista de Cuba (PCC) no caso de Cuba.

Basicamente, se pode afirmar que Norberto Ceresole defendia que a Revolução Bolivariana era um experiência positivamente fundadora na medida em que rompia com os

paradigmas não só da democracia representativa liberal, mas também com os paradigmas socialistas e fascistas. Segundo o autor, essa experiência poderia ser caracterizada como “pós-democrática” e teria buscado seus fundamentos na experiência autêntica venezuelana e latino-americana, na medida em que teria se negado a se submeter ao que denomina como tabus do pensamento ocidental-racionalista, entre os quais o liberalismo e o marxismo. Em especial no que diz respeito a este último, teria sido central a rejeição bolivariana feita à altura da publicação do livro de Ceresole em fornecer aos partidos um papel significativo.

No lugar do partido, a dinâmica central de ruptura com o modelo liberal que teria sido importado da Inglaterra, França e Estados Unidos passaria pela relação direta entre Povo e Exército, mediadas pela atuação de um Caudilho capaz de concentrar em sua figura a aglutinação dessas duas forças. A figura de um Caudilho é central para Ceresole, na medida em que responderia aos anseios profundos de diferenciação histórica entre a América hispânica e o mundo ocidental. Na comparação que reconhece o autor argentino ser irresistível entre a experiência cubana e a bolivariana, Ceresole vaticina que a figura do caudilho enquanto um líder de caráter militar seria tão central aos latino-americanos que, desaparecido Fidel Castro, o sistema cubano desabaria rapidamente (CERESOLE, 2000, p. 22). Fazemos questão de pontuar: a previsão do argentino se mostrou errada.

Paradoxalmente, assim, podemos dizer que Ceresole concorda com boa parte das críticas que partem de uma naturalidade e superioridade da democracia liberal quanto à caracterização da Revolução Cubana e da Revolução Bolivariana. O que muda entre ele e os outros autores aqui apresentados é a chave valorativa: enquanto estes enxergam tais fenômenos negativamente, ele os enxerga positivamente.

O projeto ceresoliano, é necessário ressaltar, passava pela conformação de uma América Latina fascistizada, em rejeição tanto ao liberalismo quanto ao marxismo. Central para a implementação desse projeto seria não só a oposição a Israel (a qual se convertia para Ceresole obrigatoriamente na negação da realidade do Holocausto) como também na aliança com o mundo muçulmano. Sua interpretação da realidade venezuelana é deletéria e deve ser combatida, principalmente tendo em vista que ela em certa medida penetrou insidiosamente na esquerda brasileira<sup>7</sup>. Em nossa análise, os problemas suscitados por Ceresole em seu livro

---

<sup>7</sup> Existe uma tradição política em parte do que se entende como esquerda na América Latina que facilitou a análise positiva da figura do caudilho, representada por exemplo pelo peronista Arturo Jauretche, invertendo a conotação negativa do termo. Entre seus representantes no Brasil, temos Gilberto Felisberto Vasconcellos e Nildo Ouriques - os quais cabe sublinhar nunca esconderam suas proximidades de José Bautista Vidal, ex-membro do partido da extrema-direita PRONA, de Enéas Carneiro. Para exemplos mais recentes e problemáticos com relação à figura do caudilho em uma perspectiva ceresoliana, ver o artigo que há anos atrás foi publicado em revista digital de relativa circulação entre a esquerda brasileira em 2019, o qual não só repete os argumentos de que haveria uma delegação direta do povo ao “caudilho” no caso do chavismo, como chega a

de 1999, *Caudillo, Ejército, Pueblo* carecem de um tratamento e uma resposta sistemática e adequada que não podem prescindir de uma análise da relação entre Forças Armadas e partidos políticos no caso de ambos países eleitos para nossa pesquisa.

Tendo em vista esta apresentação sobre o debate quanto aos conceitos de militarismo e pretorianismo e sua utilização nos debates sobre Cuba e Venezuela, gostaríamos agora de esclarecer como pretendemos integrar estes conceitos ao nosso instrumental analítico que trabalharemos ao longo deste trabalho.

Neste trabalho, nos referimos ao *pretorianismo* como um fenômeno de intervenção dos militares *enquanto instituição* na política de determinado Estado, seja de forma duradoura ou pontual.

Nesse sentido, *não* se trata de pretorianismo quando algum grupo pequeno de militares ou, ainda, ex-militares participam de algum modo na política em nome de uma constelação ideológica elaborada por civis em meio a uma organização composta majoritariamente por civis, sobretudo quando essa organização conta com civis em posições de liderança de sua organização e esta intervenção se dá através de mecanismos tipicamente civis, como uma eleição *em que não há ameaça de ou uso efetivo da força de tropas militares profissionais*. Ora, desconhecemos aqueles que definiriam a eleição de Dwight Eisenhower ao cargo de Presidente dos Estados Unidos, que perfeitamente se amolda à situação descrita, como um exemplo de pretorianismo. É razoável que concedam que tal parâmetro pode ser aplicado a outras latitudes.

Tampouco se pode falar em pretorianismo quando temos um grupo político de origem e extração predominantemente civil que, alçado à posição de liderança de determinado Estado (seja por meios violentos ou não), utilize eventualmente grupos armados para se manter no poder, sejam eles profissionais ou não - ora, tal grupo não foi socializado como militar nas casernas deste Estado e a origem de seu poder se relaciona com a conquista política. Esta descrição caberia perfeitamente à Revolução de Outubro ou à Revolução Chinesa. Ora, os próprios formuladores do pretorianismo, conscientes da dificuldade da aplicação do conceito a estas experiências históricas, abriram mão desta noção para estudar a dinâmica civil-militar na China comunista e na União Soviética, dada a centralidade dos Partidos Comunistas nestes casos.

---

citar de forma acrítica e direta o título do livro de Ceresole em uma passagem ao se referir às relações entre Forças Armadas, Chávez e sociedade venezuelana (ORTEGA, 2019). O problema de fundo quanto às posições políticas que permitem tais transversalidades entre extrema-direita e a esquerda no Brasil foi abordado neste caso específico na Revista Badaró (LIBERATOR; NETO, 2020), mas recomendamos ao leitor a consulta à incontornável obra de João Bernardo (BERNARDO, 2015).

Nosso critério para falar da ação de um grupo de militares *enquanto instituição* é importante por certos elementos da socialização militar. Vários autores já apontaram que, na medida em que o militar moderno, sobretudo o oficial, adentra a caserna e passa a fazer parte de um determinado corpo, busca-se fortemente criar uma cisão entre si e os *paisanos*, isto é, os civis. Tal percepção, de longa duração e a qual não cabe historiar aqui, é reforçada devido a uma série de prerrogativas e diferenciações que são dadas como quase naturais, a citar duas delas: o direito a portar armas é quase sempre facilitado a militares e estas corporações estão submetidas a ramos do Judiciário distintos. Conforme descreve Oliveiros Ferreira<sup>8</sup>, essa socialização engendra uma percepção distinta no militar:

Exceto nos momentos de grande comoção, como se pode observar no ardor patriótico com que as multidões saudaram, em toda a parte, a declaração de guerra de 1914, o patriotismo e o morrer pela Pátria *como dever* não está entre esses padrões ideais. O processo de socialização *militar* é complexo, e de sua complexidade decorre o fato de o cidadão que a ele se submeteu sentir-se como fosse *diferente*, ainda que não perca os valores de referência que incorporou à sua personalidade antes de ingressar na vida militar. Até o momento em que atravessa os umbrais de um colégio militar, sua socialização terá sido idêntica à de todos os civis seus companheiros de escola e de folguedos. A partir do instante em que cruza os portões do colégio, começa a perceber que vive num mundo diferente, em que os mais antigos não apenas têm relativa autoridade, mas de fato mandam, dão ordens que ele é obrigado a obedecer - das quais, se as considerar fora de propósito, mas apenas depois de cumpri-las. Continuando na carreira, verá diferenças entre o mundo em que está vivendo e aquele que deixou, a partir do fato de que, lá fora, prevalece a individualidade, e, ali dentro, o grupo. Lentamente, ao longo dos anos que vão do ingresso no colégio ao dia em que recebe a espada de aspirante a oficial, aprende - e disso terá prestado o compromisso - que é seu dever morrer pela Pátria e que o reclamo da individualidade, no sentido em que seus colegas de adolescência interpretam a palavra, deve ser deixado de lado (FERREIRA, 2000, p. 34-35).

O que Ferreira descreve aqui é, basicamente, a idéia de *espírito de corpo*, isto é, a noção inculcada nas instituições militares de que o militar, sobretudo o oficial, faz parte de uma organização maior do que si próprio e que é distinta dos civis. Trata-se de uma categoria ideal, é claro, mas que julgamos relevante utilizar para analisar um comportamento de um militar *enquanto tal*. Desse modo, caso o militar se veja atuando em qualquer âmbito de uma sociedade, inclusive na esfera política, *enquanto militar*, ele deverá se perceber como fazendo

---

<sup>8</sup> Acreditamos que a obra de Oliveiros Ferreira aqui citada, *Vida e Morte do Partido Fardado*, de 2000 ainda que se remeta às Forças Armadas brasileiras, possui elementos interessantes para refletir sobre os militares de forma geral.



parte de um corpo social maior que é o das Forças Armadas e integrando seus valores principais, quais seja, o de hierarquia e disciplina, e será extremamente difícil para ele atuar *enquanto militar* fornecendo maior *autoridade* a um civil (especialmente se ele se encontra fora da cadeia de comando) do que a um militar mais antigo (FERREIRA, 2000, p. 39-43).

Além disso, nos referiremos ao *militarismo* como o processo de transformação de grupos sociais civis para que adquiram elementos militares em larga escala, sobretudo quando se busca atingir *fins* que não possuem ligação com questões relacionadas à defesa *efetiva* de um determinado Estado-Nação. Em nossa avaliação, tal fenômeno adquire feições militaristas sobretudo quando conduzido por instituições militares. Assim, por exemplo, dificilmente se pode dizer que mobilizar militarmente ao menos parte da população civil de um país que sofreu uma tentativa de invasão seja uma prova de *militarismo* - existe uma necessidade de defesa de fato, e não um exercício de reafirmação da autoridade e valores militares aqui.

Desse modo, militarismo e pretorianismo não são fenômenos necessariamente *conjuntos*, embora tendam a ser. É possível que tenhamos um regime que seja militarista sem ser pretoriano - e nisso não fugimos da literatura sobre o fenômeno do militarismo, como Vagts demonstra ao exemplificar com o caso do nazismo alemão. Por outro lado, também é possível haver regimes que sejam pretorianos sem ser militaristas - Irwin classifica o caso da Venezuela durante basicamente todo o Pacto de *Punto Fijo* como uma experiência pretoriana sem militarização social.

## 2. A QUESTÃO MILITAR NA TRADIÇÃO SOCIALISTA.

### 2.1. Guerra e política - a visão clausewitziana.

O fenômeno bélico é uma constante histórica. Sua existência e os problemas por ele suscitados foram objeto da análise de diversas correntes de pensamento ao longo do tempo. A corrente de compreensão deste fenômeno que abordaremos aqui à guisa de introdução, contudo, é a fundada pelo general prussiano Claus von Clausewitz. Nossa escolha por introduzir o pensamento deste autor neste trabalho se deve ao fato deste ter exercido, à sua maneira, influência em toda a tradição socialista que se preocupou com o problema da guerra e, em consequência disto, com a questão do relacionamento entre organismos políticos e estruturas militares.

Clausewitz foi general prussiano que passou por uma série de experiências militares, das quais a mais relevante foi a série de guerras envolvendo o reino da Prússia e o Império Napoleônico. Nascido em 1780 e de família de origem comum mas já com trajetórias dentro da caserna prussiana, pareceu ao jovem Clausewitz razoável seguir também a carreira militar. Seu “batismo de fogo” se deu aos doze anos de idade, mas seu ingresso oficial ocorreu apenas aos vinte e um. Sua vida transcorreu basicamente na caserna, mas isso não o fez deixar de estar atento aos debates filosóficos e teóricos de seu tempo, tendo tido contato com o idealismo alemão e escrevendo seu primeiro artigo sobre teoria da guerra aos vinte e cinco anos. Sua única obra, contudo, foi o livro *Da Guerra*, publicado postumamente em 1832 pela sua esposa, sem nunca ter sido dado por acabado pelo autor. Independentemente disto, a obra se tornou uma referência à teoria da guerra.

Segundo a famosa máxima de Clausewitz, a guerra nada mais é do que a continuação da política por outros meios. Nesse sentido, a guerra é um meio, um instrumento utilizado para atingir determinado fim político. Vejamos:

Vemos, pois, que a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios. O que se mantém sempre característico da guerra releva puramente da especificidade dos meios que ela põe em prática. A arte da guerra em geral, e a do comandante em cada caso específico, pode exigir que as tendências e as intenções da política não sejam incompatíveis com esses meios, exigência seguramente a não desprezar. Mas, por mais poderosamente que reaja, em certos casos, sobre as intenções políticas, isso terá de ser sempre considerado somente como uma modificação destas;

pois que a intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim (CLAUSEWITZ, 2010, p. 27).

Ou seja, para Clausewitz, a guerra e as determinações dos comandantes militares devem se adequar aos ditames políticos - mesmo nos casos em que possa haver contradição entre meios militares e fins políticos, a eventual adequação *deve* obedecer ao primado do interesse político. Dessa forma, ele estabelecia no seu pensamento sobre a guerra a superioridade dos decisores políticos sobre a condução da guerra: cabia aos militares cumprir as missões dadas pelos governantes (reis, primeiros-ministros, presidentes, por exemplo), de modo profissional e técnico, idealmente sem participar ativamente da vida política. Nesse sentido, a guerra para Clausewitz era um instrumento da política, sendo condicionada e limitada pelos objetivos políticos de determinada organização política. É também este o entendimento de Anatole Rapoport. Vejamos:

[...] na sua filosofia da guerra, Clausewitz dá prioridade à autoridade civil sobre a militar, partindo do princípio de que os militares devem servir ao Estado, e não vice-versa. O motivo desta distinção no espírito de Clausewitz reside na sua avaliação das perspectivas abertas respectivamente à chefia militar e à civil. O chefe militar é um especialista. O seu horizonte pode não ir além daquilo que parece necessário para levar a cabo as tarefas militares. O homem de Estado (ou monarca) abarca todas as relações do poder, tanto políticas como militares. Deste modo, o homem do Estado aparece no paradigma de Clausewitz como um supergeneral que deve possuir autoridade decisiva sobre o general, da mesma maneira que o general (que considera a guerra no seu conjunto) deve possuir autoridade suprema sobre os seus coronéis e capitães (que têm uma visão mais limitada da guerra) (RAPOPORT, 2010 apud CLAUSEWITZ, 2010, p. XXVI).

Essa definição nos permite compreender melhor, aliás, uma das comparações que Clausewitz utiliza para fazer o leitor visualizar no que consiste a guerra. A imagem à qual o autor prussiano compara a guerra é a de um duelo entre dois contendores, no qual se busca a) desarmar o inimigo, impedindo-o de combater e b) fazê-lo cumprir a vontade do vencedor (CLAUSEWITZ, 2010, p. 7). Assim, aos militares caberia relativa autonomia tática (como fazer para ganhar uma batalha) e por vezes estratégica (o que fazer para ganhar um conflito) - isto é, o momento de desarme e incapacitação do inimigo -, mas não política (por qual motivo travar ou abandonar um conflito) - isto é, decidir sobre qual seria a vontade a ser imposta ao derrotado. É nesse sentido que Oliveiros Ferreira recomenda a leitura de *Da Guerra*: ela

serve “[...] para aprender que [para Clausewitz] na guerra são os objetivos políticos que devem predominar, não os militares” (FERREIRA, 1994, p. 27-28).

Embora possa parecer contraditório e cruel, nos parece claro que a posição clausewitziana visava limitar a guerra ao estabelecer que ela era e *deveria ser* tão somente um meio para um fim politicamente decidido pela liderança de determinada organização/unidade política. Sua concepção distingue-se, por exemplo, de interpretação da guerra como um ritual com lugar definido e esperado dentro da sociedade<sup>9</sup> ou um semi-imperativo moral diante de determinadas situações de injustiça<sup>10</sup>, conduzidas por vezes à revelia de considerações quanto ao bem coletivo que travar uma guerra implicam.

As organizações políticas capazes de conduzir a guerra para Clausewitz são os Estados nacionais nascidos no pós-Revolução francesa. Nesse sentido, sua interpretação do fenômeno bélico não deixa de ser coerente com a sua época, ainda que o general prussiano tenha assistido apenas ao nascimento do sistema centrado nessa organização política (RAPOPORT, 2010).

Contudo, essa centralidade no Estado não fez com que Clausewitz fosse cego a fatores condicionantes da condução de guerra que fugiam da categoria estatal. É o caso do famoso capítulo 26 do Livro VI de *Da Guerra*, intitulado *O Armamento do Povo*. Neste capítulo, Clausewitz se mostra consciente de que as alterações sociais e políticas trazidas pela Revolução Francesa tendiam a alterar a dinâmica da guerra tal qual entendida até então através da mobilização de elementos sociais represados pelo Antigo Regime. Essa capacidade bélica liberada pelas transformações revolucionárias levavam a uma situação em que mesmo os Estados rivais da Revolução tivessem de transigir com elementos desta para conseguirem enfrentá-la em alguma medida. Clausewitz não faz de modo explícito referência à Revolução Francesa, provavelmente em razão de seu lugar como funcionário da monarquia prussiana, mas é muito claro que é a ela e às transformações militares por ela introduzidas que ele se refere aqui. Nesse sentido, pode-se argumentar que, de modo latente, Clausewitz integrava em sua análise do fenômeno bélico elementos de caráter de classe, ainda que de forma pouco elaborada. Vejamos:

[...] deve-se notar que uma guerra do povo deve em geral ser considerada como uma consequência da maneira como o elemento guerreiro quebrou nos nossos dias as suas velhas barreiras artificiais - por conseguinte como uma extensão e um reforço de toda essa fermentação a que chamamos

---

<sup>9</sup> Como por exemplo no caso da sociedade yanomami (FUJIMOTO, 2016, p. 23).

<sup>10</sup> Como na teoria da guerra justa de Agostinho, utilizada para fundamentar a experiência cruzadista (SANTOS, 2010).

guerra. O sistema das requisições, o crescimento espantoso da massas dos exércitos e à conscrição universal, e o emprego de milícias<sup>11</sup> são coisas que vão todas no mesmo sentido, se se partir do sistema militar do passado; e o levantamento do *landsturm*, ou armamento do povo, atua também no mesmo sentido. Se os primeiros destes novos complementos da guerra constituem as consequências naturais e necessárias do derrubamento das barreiras, e se aumentaram o poder daqueles que primeiro se serviram deles a tal ponto que o inimigo foi por sua vez conduzido e obrigado a adotá-los, a mesma coisa acontecerá com as guerras nacionais. Na maior parte dos casos, a não que fizer uma utilização judiciosa desses meios alcançará uma superioridade sobre aqueles que não se preocupam em utilizá-los. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 669-670).

As autoridades da monarquia prussiana não foram desatentas quanto ao conteúdo explosivo implícito nas palavras de Clausewitz, deve-se sublinhar. Por mais de um século, esse capítulo era suprimido das edições de *Da Guerra* organizadas pelo Estado Maior prussiano - atitude, aliás, seguida por outros Estados, quando após a vitória alemã na Guerra Franco-prussiana em 1871 disseminou-se a obra do general pela Europa (ARON, 1986, p. 91-92). O próprio Clausewitz tinha consciência do conteúdo polêmico destas poucas páginas, iniciando o capítulo na defensiva e deixando bem claro que não se propunha a realizar debates políticos.

Ao fim e ao cabo, Clausewitz, porém, não era um teórico preocupado com tarefas revolucionárias. As unidades ou organizações políticas que concebia como legitimamente dotadas para o exercício da guerra eram Estados soberanos e capazes de manter sob sua tutela o monopólio do exercício da violência e, dessa forma. Clausewitz não se preocupava com a raiz das violências que davam a luz ao Estado nem com qualquer horizonte que permitisse o término do conflito bélico enquanto fenômeno histórico. Quem voltou a sua atenção a estas questões foi Friedrich Engels.

## **2.2. O problema da violência e da guerra na tradição socialista.**

Friedrich Engels foi durante bom tempo relegado a um lugar secundário na história do movimento socialista. Visto por muitos como mero financiador de Karl Marx, porém, suas

---

<sup>11</sup> Cabe esclarecer ao leitor brasileiro que nos estudos sobre defesa o termo *milícia* possui um significado distinto do que estamos acostumados a entender: longe de significar um grupo de agentes armados que possuem ligações com corporações policiais e utilizam essa violência potencial ou efetiva para impor sua autoridade sobre determinados territórios, o mais das vezes explorando setores econômicos lucrativos e extorquindo moradores sob o pretexto de garantia de segurança, *milícia* aqui entende-se como um corpo militar irregular, isto é, não diretamente submetido à autoridade de uma estrutura hierárquica permanente como um Exército ou uma corporação policial, tendo muitas vezes caráter voluntário ou “espontâneo”. Em muitos casos, a milícia se dissolve após a solução do conflito que originou o seu surgimento, outra característica que a distingue dos exércitos e corpos policiais profissionais, que são permanentes .

reflexões sobre a guerra e por conseguinte sobre o Estado são hoje reconhecidas como de maior relevância. Em razão disso, iniciaremos esta pesquisa com as reflexões do “marechal de Marx” para poder situar o debate sobre a guerra e o Estado na tradição socialista.

Segundo Friedrich Engels, a origem da violência e, portanto, da guerra, encontrava-se na violência fundadora da exploração econômica. Para este autor, a violência fundadora na sociedade era a originária da desigual distribuição da produção entre as diversas classes sociais, a qual tendia a gerar outras formas de conflito e relações de força para garantir novos ou sustentar velhos arranjos produtivos. Vejamos:

Qualquer operário socialista sabe perfeitamente que a força ampara a exploração, mas que não lhe dá origem, que a sua exploração tem a raiz nas relações entre o capital e o trabalho assalariados e que essas relações tiveram a sua origem num terreno puramente econômico, e não na simples violência (ENGELS, 1976, p. 132).

A origem do Estado para Engels estaria na necessidade de controlar os conflitos oriundos dessa violência original, fruto da desigualdade de classes. Como forma de proteger e manter a exploração econômica, o Estado surge como ferramenta das classes dominantes para exploração das classes dominadas. Esse instrumento de dominação pode mobilizar mecanismos simbólicos de controle, mas não dispensa jamais a utilização da violência *stricto sensu*, a violência física, como forma de manter o *status quo*. Para assegurar para si o monopólio desse tipo de violência, as classes exploradoras constituem então grupos com diversos graus de especialização para exercer a violência contra as classes exploradas, para tentar garantir que a organização da propriedade e da distribuição da produção de determinadas sociedades não seja alterada por estas (SAINT-PIERRE, 1999, p. 42)<sup>12</sup>.

Ora, sendo o Estado uma expressão da exploração de uma classe pela outra, só se poderia deduzir que um movimento revolucionário voltado ao fim da exploração econômica teria como horizonte o fim do Estado. De forma consequente, Engels defendia assim a dissolução do Estado:

Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado [...] não pode evitar eliminar o mais prontamente

---

<sup>12</sup> A título de exemplo da influência da interpretação engelsiana sobre a gênese do Estado, estes “[...] grupos de homens armados [...]” (LÊNIN, 1980, p. 226 apud SAINT-PIERRE, 1999, p. 43) voltados ao exercício especializado da violência constituem para Vladimir Lênin o indício da presença da organização estatal.

possível, até que uma nova geração, crescida sob condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal (MARX; ENGELS, 2010, p. 197)

Entretanto, para além das questões de princípios, como Engels pensou o problema de como o movimento revolucionário poderia superar o Estado e a ordem social burguesa por ele protegida, tendo em vista a fortaleza estatal que constituem tais “grupos de homens armados”? O socialista alemão não perdia de vista que essa superação passaria inevitavelmente por um momento de enfrentamento violento e, no limite, militar entre as forças revolucionárias do proletariado em ascensão e as forças da ordem. Essa reflexão, contudo, não foi algo uniforme.

De acordo com Douglas Rogério Anfra, a reflexão engelsiana sobre a guerra se iniciou de forma irregular durante o final da década de 1840. Junto à vaga revolucionária de 1848, já começa a despontar nos textos de Engels a preocupação com as diversas questões de natureza militar. Exemplo disso foi a atenção dada pela Liga dos Comunistas da Alemanha ao armamento geral do povo, propondo uma forma de organização direcionada ao exercício da violência que substituiria os exércitos regulares e permanentes por grupos de natureza miliciana na defesa da Alemanha, não custeados pelo Estado. Essa reivindicação, aliás, adquiriu relevância histórica para a tradição socialista revolucionária alemã, constando nos programas políticos de Eisenach (1869), Gotha (1875) e Erfurt (1891) (ANFRA, 2013, p. 19-20)<sup>13</sup>.

Anfra, contudo, especula que inicialmente a proposta da constituição de um sistema de defesa baseado nas milícias buscava granjear o apoio da burguesia alemã no tumultuado cenário das revoluções liberais da década de 1840. A esquerda alemã, Engels inclusive, colocava o horizonte de fim dos exércitos permanentes tendo em vista não só o peso político de formações militares desta natureza como instrumento da reação<sup>14</sup>: também se tinha em vista a argumentação econômica, na medida em que a presença de um corpo militar permanente onerava parcialmente a burguesia e colocava uma nova e penosa tarefa a concluir nos marcos da constituição do Estado alemão (ANFRA, 2013, p. 97).

Ainda segundo Anfra, é apenas posteriormente, na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850) que a conformação de um sistema de defesa miliciano para

<sup>13</sup> A questão da estrutura miliciana foi também questão nevrálgica nos debates entre Rosa Luxemburgo e Isegrim-Schippel, os quais se inserem nas disputas internas à social-democracia alemã entre a ala revolucionária e a reformista e podem ser reconstituídos a partir do panfleto da revolucionária polonesa *Milícia e Militarismo* (LUXEMBURGO, 2017, p. 89-112)

<sup>14</sup> Afinal de contas, parte razoável dos exércitos alemães era composto por nobres sensíveis às suas prerrogativas de classe abaladas pelas vagas revolucionárias, funcionando assim como baluarte ideológico e prático nas trincheiras do Antigo Regime.

Engels e Marx adquirirá ostensivamente um caráter de enfrentamento proletário, isto é, a constituição de um grupo voltado à garantia de defesa da revolução em uma fase de transição, atuando assim não em nome do Estado, mas dos conselhos e comunas dos trabalhadores (ANFRA, 2013, p. 98). Nesse sentido, Anfra assevera que militares e comunistas neste momento se colocavam como antípodas a partir da compreensão da necessidade da dissolução da instituição militar (ANFRA, 2013, p. 99). Desse modo, podemos concluir que no pensamento de Engels o armamento geral do povo<sup>15</sup> evolui para a constituição de um corpo paraestatal (e, no limite, supraestatal) a serviço da classe trabalhadora, posição que se tornará central para a esquerda alemã.

A defesa do modelo miliciano, contudo, passará por alguns abalos antes da Revolução Russa. A experiência da Comuna de Paris colocará uma questão premente para Engels que é o de compreender como uma revolução poderia tomar o poder em um contexto de crescente militarização dentro da Europa. Neste ambiente novo, Engels passará a defender a necessidade de maior organização bélica por parte do proletariado para defender as instituições inovadoras surgidas com a Comuna, com capacidade de coordenação e eficácia que fizesse frente às inovações e reestruturações das forças militares proporcionadas pelo militarismo. Essa questão, contudo, segundo Douglas Anfra, não encontrou uma resposta adequada em Engels. Vejamos:

Neste ponto, a superação do aspecto organizacional e técnico que garantisse uma superação material e organizativa das formas de organização militares não encontra uma resposta satisfatória em Engels, principalmente observando o constante avanço tático, garantido pela organização da comunicação e dos meios de transporte e da artilharia ocorrida desde os eventos da Guerra Franco-Prussiana e sua extensão na Comuna. Mas se observamos em outros textos do período, como o *Sobre a Autoridade* e os estudos sobre a infantaria, é possível imaginar que um avanço da eficácia no sentido militar representasse para Engels uma mudança na própria organização, e por isso, nos princípios adotados pelo movimento, o que certamente corria o risco de uma abstração entre fins em relação aos meios adotados, representados pelo problema de se assumir uma organização centrada na eficácia, e, por isso, à disciplina, com o risco de incorporar os impedimentos que a organização dos exércitos criaram para a política, anulando qualquer princípio de igualdade (ANFRA, 2013, p. 185)

Em certo sentido, a angústia de Engels será resolvida pelos revolucionários russos no calor da guerra. É o que veremos a partir daqui.

---

<sup>15</sup> O armamento geral do povo alemão conforme defende Engels nesse contexto da década de 1840 não deve ser visto como inspirado pelo capítulo 26 do Livro VI da obra *Da Guerra*, de Carl von Clausewitz, já referido acima, pois a essa altura o teórico socialista não havia tomado contato com a mesma (ANFRA, 2013, p. 97).



### 2.3. A Revolução Russa.

A Revolução Russa foi outro momento de reflexão sobre a forma de organização militar em um contexto revolucionário. O longo processo de desgaste do czarismo russo e a tomada súbita do poder pelos bolcheviques em meio ao maior conflito bélico da História recolocou a centralidade do problema sobre como tomar e, principalmente, defender a experiência revolucionária e, posteriormente, o Estado soviético das ameaças colocadas pela reação internacionalmente coligada. Trataremos aqui tanto dos debates sobre a questão militar que antecederam a Revolução quanto dos debates após a tomada do poder pelos bolcheviques.

No período anterior à tomada bolchevique, destacamos a contribuição de Vladimir Lênin à reflexão sobre a questão militar na Rússia czarista. No contexto de crise generalizada do czarismo russo, marcado pela derrota da Rússia na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e pela Revolução Russa de 1905, o revolucionário russo foi profundamente impactado pelas experiências de revoltas militares, tal qual a famosa sublevação do Couraçado Potemkin. Nesses termos, em seu *O Exército e a Revolução*, de Novembro de 1905, Lênin retoma o debate sobre a questão militar.

Neste pequeno texto, Lênin analisa as demandas das Forças Armadas sublevadas na Rússia, em especial Sevastopol. De modo geral, Lênin via com bons olhos a mobilização militar em busca de novos direitos corporativos aos militares e a escalada propriamente política de parte das reivindicações, como o pedido de direitos iguais a todas as nacionalidades dentro da carreira militar (LÊNIN, 2005).

Para o nosso debate, contudo, chama a atenção que neste texto Lênin basicamente se mantenha dentro da tradição da social-democracia no que tange à questão militar: em sua classificação, as demandas dos militares tendiam no limite à abolição do exército permanente (caracterizado como uma instituição reacionária) e ao armamento de todo o povo em seu lugar, a qual o autor defende como a posição militarmente correta a se adotar. Segundo o revolucionário russo,

A experiência da Europa Ocidental mostrou todo o papel ferozmente reacionário dos exércitos permanentes. A ciência militar demonstrou que a organização de uma milícia popular capaz de se elevar à altura das necessidades de uma guerra defensiva bem como ofensiva é perfeitamente possível. Deixemos a burguesia hipócrita ou sentimental sonhar com o desarmamento. Enquanto

houver no mundo oprimidos e explorados, devemos exigir o armamento geral do povo e não o desarmamento (LÊNIN, 2005).

A posição pública de Lênin não se alterou fundamentalmente com o início da Primeira Guerra Mundial. O revolucionário russo assistirá ao desenrolar dos eventos do conflito mundial criticando tanto o militarismo e o chauvinismo de setores da social-democracia quanto o idealismo pacifista, propondo ao menos publicamente o armamento geral e a formação de milícias como o horizonte na questão militar. De fato, conforme se construíam estruturas de poder paraestatal ao longo da Rússia em face da crise generalizada do regime czarista, Lênin enxergava positivamente as experiências de organização das massas russas, como a Guarda Vermelha - a qual chegou a contar com mais de 10 mil homens (CUNHA, 2017, p. 163). Todavia, a questão da organização miliciana ainda não era algo trazido ao debate sempre nos marcos de uma estruturação política socialista: por exemplo, em seu texto *Uma Milícia Proletária*, publicado em Maio de 1917, Lênin sugere que os trabalhadores sejam pagos pelos capitalistas pelas horas gastas na atividade miliciana, funcionando como um processo de transição e educação das massas trabalhadoras para o exercício do poder estatal - embora não deixe de pautar o horizonte socialista neste texto, o revolucionário russo não associa indissolúvelmente a constituição de uma milícia popular com a ditadura do proletariado (LÊNIN, 2020).

Seria errôneo, porém supor que Lênin se mantinha preso aos marcos da milícia enquanto mecanismo de democratização militar dentro de uma organização capitalista. Em boa medida, é razoável supor que o cálculo político orientava sua dubiedade nesta questão. Em outro texto, *O Programa Militar da Revolução Proletária*, publicado em Setembro de 1917 (posteriormente, assim, a *Uma Milícia Proletária*), mas escrito já em 1916, o revolucionário russo propõe abertamente que é inútil debater a questão exército regular ou milícia sem afirmar que o caráter das milícias deve ser proletário e não burguês. Vejamos a sua posição:

Sobre a questão da milícia deveríamos dizer: não somos pela milícia burguesa, mas apenas pela proletária. Por isso, “nem um centavo e nem um homem” não só para o exército permanente, mas também para a milícia burguesa, mesmo em países como os Estados Unidos ou a Suíça, a Noruega, etc (LÊNIN, 2006).

Também se deve notar que data do início da Primeira Guerra Mundial, mais precisamente de 1915, o início da leitura por Lênin da obra *Da Guerra*, de Clausewitz. Essa

leitura permitirá ao revolucionário russo adquirir conceitos que utilizou para orientar sua análise da Primeira Guerra Mundial e da condução dos bolcheviques durante esse período. Assim, por exemplo, Lênin retomará a elaboração clausewitziana sobre a relação entre política e guerra (e do caráter político de qualquer guerra na medida em que decidida por uma organização política) para compreender e classificar o conflito mundial de então como uma guerra interimperialista na qual não havia nada interessante ao proletariado mundial. Cabia transformar aquela guerra em uma guerra civil global, uma guerra revolucionária, na qual a classe trabalhadora seria dirigida pelo Partido contra a burguesia global (ARGUELHES & ALVES, 2019, p. 241; 248-249). É esta, aliás, a compreensão também de Hector Luis Saint-Pierre sobre a leitura leninista de Clausewitz:

A genialidade de Lenin que, a nosso ver, o inscreve como o principal formulador da teoria da guerra revolucionária consistiu em elaborar uma concepção estratégica na qual conseguiu soldar, de maneira original, a teoria marxista da luta de classes com a teoria clausewitziana da guerra. Com essa síntese, por um lado, ele enriquece a teoria da guerra revolucionária com os elementos teóricos desenvolvidos pelo general prussiano quando este pensou na natureza da guerra e, por outro, coloca como fundamento político para caracterizar a natureza da guerra o reconhecimento das classes sociais como sujeitos e partes do conflito, assim como seu posicionamento no confronto armado. Quais os interesses econômicos que promovem uma guerra? Quem defende esses interesses? Que significado tem essa guerra para a luta do proletariado? Essas são as perguntas que Lenin formula para classificar as guerras (SAINT-PIERRE, 1999, p. 71-72).

Contudo, como veremos, não é arriscado afirmar que a leitura de Clausewitz por Lênin não se restringiu à relação existente entre decisão e controle sobre a deflagração de uma guerra e debate político.

A realidade da Guerra Civil Russa que se seguiu à Revolução de Outubro, porém, colocará em pauta o problema de como defender militarmente a Revolução. Além dos inimigos internos da Revolução, que iam de czaristas até republicanos liberais, Lênin e os demais revolucionários tiveram de lidar com a invasão de militares de vinte e um países, entre os quais França, Inglaterra e Estados Unidos. Grande parte dos líderes da Revolução de Outubro esperava também que houvesse revoluções exitosas em outros centros do capitalismo como a Alemanha, Itália, Inglaterra e França, aliviando a pressão sobre a experiência russa, realidade que não se verificou historicamente, contudo. A situação era agravada pela decisão dos revolucionários de desmobilizar o antigo exército czarista, a qual

levou tanto a que parte dos oficiais desmobilizados a se posicionasse ao lado da contrarrevolução quanto a uma sobrecarga da então Guarda Vermelha. Paulatinamente, parte razoável dos revolucionários, sobretudo os bolcheviques, passaram a avaliar que a situação de conflito existente exigia uma capacidade de organização bélica que as milícias de então não eram capazes de prover (BUZETTO, 2013, p. 69-70).

Neste cenário, desponta a figura de Leon Trotsky, um dos principais organizadores do Exército Vermelho. Trotsky nunca deixou de reconhecer o papel progressista que em certas etapas cumpriam as milícias historicamente defendidas pela tradição revolucionária socialista até então (BUZETTO, 2013, p. 71-72), tradição que expusemos aqui principalmente através da social-democracia. Sua principal contribuição nesse cenário, contudo, consistirá na defesa e organização de uma centralização do comando militar revolucionário, centralização que já indicava e efetivamente apontava para a conformação de uma nova estrutura militar, o Exército Vermelho. De fato, posteriormente, ao recordar as tarefas cumpridas nas fases iniciais da Revolução, Trotsky dirá que o seu principal objetivo era

[...] centralizar os órgãos administrativos militares, com fins de mobilização e formação de unidades de um Exército regular. Cada região era dirigida por um Conselho Revolucionário de Guerra de três membros: um representante do Partido, outro do governo, e um especialista militar (TROTSKY, 1980, p. 18 apud BUZETTO, 2013, p.73).

Lênin, como é sabido, concordou com a medida de criação de um exército regular para defender o território tomado pelos revolucionários russos da contrarrevolução. Não se pode afirmar com certeza em que medida essa concordância foi de inspiração clausewitziana. O já citado capítulo *O Armamento do Povo*, de *Da Guerra*, afirma que a defesa baseada na utilização da guerra de guerrilhas para ser efetiva necessita ser acompanhada por tropas regulares, responsáveis enquanto exército permanente para conduzir o conflito em escalas maiores e organizar os grupamentos de tropas irregulares que empregavam esse tipo de conflito (CLAUSEWITZ, 2010, p. 671-672). Contudo, justamente este capítulo não é comentado nas anotações de Lênin sobre a obra do general prussiano (ARGUELHES & ALVES, 2019, p. 245-46). Seja como for, a adoção de uma estratégia defensiva que combinava exército permanente com corpos irregulares era coerente com os ensinamentos de Clausewitz.

Esta citação de Trotsky, aliás, nos faz tangenciar outro problema concernente à organização desta nova estrutura militar. Afinal de contas, a questão que se colocava era como manter uma estrutura tipicamente estatal e com poder de exercer a violência de modo

tão concentrado quanto um Exército regular sob a direção da orientação comunista? O problema era acentuado na medida em que, na falta de pessoal tecnicamente capacitado, os bolcheviques tiveram de recuar na sua política de desorganização do oficialato czarista, recrutando-os novamente para lutar no Exército Vermelho - os quais são referidos na citação de Trotsky com o eufemismo “especialista militar”. Como confiar que oficiais formados até ontem para combater o socialismo executariam as ordens revolucionárias? A solução, defendida por Lênin em seu texto *Atitude frente aos militares profissionais* (LÊNIN, 1918, apud MARX; ENGELS; LENIN, 1981, p. 218), foi a de criação da figura dos comissários políticos dentro da estrutura militar. Não é irrazoável vislumbrar aqui uma outra influência de Clausewitz sobre Lênin: tratava-se de garantir que o primado do decisor político fosse estabelecido sobre os especialistas militares - penetrando de modo explícito a caserna para garantir o respeito às autoridades civis.

Os comissários políticos foram membros do Partido Operário Social-Democrata Russo (posteriormente Partido Comunista da União Soviética) que exerceram uma tarefa mista dentro das Forças Armadas soviéticas então em constituição. Seu papel consistiu em liderá-las mantendo-as dentro dos desígnios do Partido e realizar trabalho de formação, orientação ideológica, agitação e propaganda dentro da unidade que serviam, gerando uma situação de efetivo comando duplo dentro da estrutura militar (BUZETTO, 2013, p. 66; 70-71). Essa situação, como é de se imaginar, por vezes conduziu a conflitos entre os “especialistas militares” e os comissários políticos. Estes conflitos subsistiram até se estabilizarem durante o governo de Josef Stálin (BUZETTO, 2013, p. 73-74).

Dessa forma, podemos dizer que a Revolução Russa inaugurou uma nova etapa na relação que parte da tradição revolucionária socialista tinha com as instituições militares. A realidade concreta fez com que, diante das adversidades enfrentadas pela experiência política em curso no país eurasiático, a organização de exércitos regulares fosse adotada como solução, não bastando em sua análise o que propunha a tradição social-democrata, isto é, o armamento do povo ou a organização de milícias proletárias para combater os invasores e inimigos de classe. Essa relação, contudo, será marcada pela submissão das estruturas militares à direção política do Partido Comunista, manifesta na figura dos comissários políticos - dando concretude, aliás, à máxima clausewitziana de que a guerra é a continuação da política por outros meios, ainda que de modo distinto da interpretação liberal deste *dictum*. Resumidamente, assim, a estrutura proposta pela direção bolchevique aqui será a de corpos irregulares (*i.e.*, milícias) mobilizados em situações de necessidade (como durante a Segunda

Guerra Mundial) somados a forças regulares, permanentes e profissionais sob direção política partidária.

Cabe pontuar, contudo, que a formação desse tipo de estrutura na experiência da Revolução de Outubro não foi algo isento de contraditório entre os revolucionários. Exemplo disso era a posição da anarquista Confederação *Nabat*<sup>16</sup>, a qual acreditava que para salvaguardar a revolução bastava uma estrutura guerrilheira organizada espontaneamente pelas massas (AVRICH, 2017). O maior exemplo que tais anarquistas encontraram ao longo da Revolução de Outubro deste modelo foi o Exército Insurgente liderado por Nestor Makhno<sup>17</sup>, na Ucrânia, o qual a despeito do nome segundo parte da historiografia nunca pretendeu qualquer profissionalização ou centralização militar, buscando assim se manter basicamente nos marcos do sistema miliciano “puro” que havia sido alvo de duras críticas pelos bolcheviques. A rejeição a tais estruturas militares se fazia presente, por exemplo, na *Declaração do Exército Revolucionário Insurgente da Ucrânia* - o seu item sete declarava a abolição de todos os exércitos, corpos policiais e milícias estatais, proclamando que em seu lugar o povo organizaria a sua auto-defesa, com base nos trabalhadores e camponeses (EXÉRCITO INSURGENTE DA UCRÂNIA, 1920).

De fato, a organização de Makhno serviu de exemplo negativo quanto às potencialidades da milícia enquanto forma de organização militar em relação ao exército permanente. Uma das muitas manifestações dessa negatividade é o texto *O Exército Vermelho*, de Mikhail Tukatchevsky<sup>18</sup>, escrito originalmente em Janeiro de 1921. Vejamos:

Não se pode absolutamente compreender como um exército de milícia, que praticamente seria composto de uma grande maioria de camponeses, poderia ter, imediatamente após a mobilização, uma alta qualificação política e se colocar em campanha, com bandeiras comunistas, certo da vitória. É bastante claro que tal suposição é um tanto estúpida.

Basta observar o chefe de bando Makhno, que atua na Ucrânia e que não vive senão à custa do campesinato ucraniano rico, que lhe fornece o material humano necessário, provê-lhe os cavalos,

---

<sup>16</sup> Traduzindo do ucraniano, *nabat* significa “alarme”.

<sup>17</sup> Nestor Makhno (1889-1934), anarquista e líder do campesinato ucraniano. Makhno liderou a organização dos grupos guerrilheiros no Exército Revolucionário Insurrecional Ucraniano, que chegou a contar com 50 mil homens.

<sup>18</sup> Tukatchevsky havia sido um dos muitos “especialistas militares” do antigo exército czarista recrutados para lutar no Exército Vermelho. Sua capacidade militar e envolvimento com o Partido Comunista fez com que se destacasse, participando dos debates sobre a estruturação das Forças Armadas soviéticas, como o texto referenciado atesta. Entrou em conflito com Stálin ao longo de sua carreira e, apesar de nomeado Marechal em 1935, foi executado acusado de colaboracionismo com os nazistas em 1937.

suprimentos, etc, para compreender que com a introdução das milícias em nosso país daríamos ao adversário as armas para nos combater (TUKATCHEVSKY, 2017)

O paradigma fixado pelo Partido Comunista da União Soviética quanto à relação que deveria ser estabelecida entre as estruturas militares e as partidárias orientaram ainda outros exemplos de revoluções socialistas. A título de exemplo, é interessante citar o caso da China.

Neste processo revolucionário, como é bem sabido, a tomada de poder pelos comunistas se deu nos marcos de uma prolongada guerra em que o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsétung, lutou tanto contra a invasão japonesa quanto contra o governo nacionalista de Chiang Kai-shek. Como é de se esperar nessa situação, o problema de se recorrer a um exército estruturado (não se atendo às organizações milicianas) paulatinamente se impôs ao Partido Comunista - ainda que de 1921 a 1924 a política quanto à importância da questão da estruturação militar tenha sido deixada de lado pelos comunistas chineses (MAO, 1975).

Contudo, ao menos em um momento mais tardio do processo chinês a relação que Mao defendeu publicamente entre Partido e estruturas militares era basicamente a mesma proposta pelos bolcheviques durante a Revolução Russa: qual seja, favorável tanto à organização de exércitos regulares quanto de sua submissão às diretivas partidárias. Vejamos a posição do revolucionário já em 1938, em seu texto *Problemas da Guerra e da Estratégia*:

Os comunistas não lutam para dispor de um poder militar pessoal [...] mas eles devem lutar pelo poder militar para o Partido [...]. Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: “O poder político nasce do fuzil”. O nosso princípio é o seguinte: o Partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido [...] Do ponto de vista da teoria marxista sobre o Estado, o exército é o principal componente do poder de Estado. Todo aquele que quiser conquistar e manter o poder de Estado deverá possuir um forte exército. Algumas pessoas ironizam a nosso respeito, tratando-nos de partidários da “teoria da onnipotência da guerra”. Sim, nós somos defensores da teoria da onnipotência da guerra revolucionária; isso não é mau, é bom, isso é marxista (MAO, 1975).

De fato, mesmo anteriormente à deflagração entre comunistas e nacionalistas, o Partido Comunista Chinês buscava aplicar à China as lições que entendia válidas da Revolução Russa quanto à questão militar. O Exército Nacional Revolucionário (ENR), por exemplo, estrutura militar composta por nacionalistas e comunistas, possuía um aparato

político próprio e comissários militares, de modo semelhante ao do Exército Vermelho Russo (BARBOSA, 2019, p. 132).

Como se pode ver, trata-se aqui basicamente da relação proposta entre Partido e estruturas militares já apresentada no momento da Revolução Russa - isto é, o exército passa a ser visto como uma estrutura desejável para um partido revolucionário, mas deve se submeter estritamente ao comando partidário.

Devemos apontar, aliás, que a inovação introduzida pelos revolucionários soviéticos se expandiu também a experiências de organizações de aparatos militares também na Europa Ocidental no entre-guerras. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o lado republicano, apoiado por diversas organizações de esquerda, teve de se deparar com um problema similar ao dos revolucionários russos: como controlar um Exército em que parte do oficialato se insurgia contra o próprio governo - com oficiais formados nas mesmas turmas com mando de tropa em lados opostos? Havia diferenças, contudo: enquanto no caso russo os comissários deviam controlar tropas já experientes em combate, na Espanha seu mando se exercia sobre grupos sem experiência em combate. Tampouco havia um único partido com a direção sobre o Estado então em reorganização. Apesar destas, a solução foi muito similar à soviética: a criação da figura dos comissários políticos por um governo que não era conduzido por um Partido Comunista<sup>19</sup>.

A adoção não se deu sem polêmica. O governo republicano disputou com as organizações da esquerda espanhola, por exemplo, o direito de nomeação dos comissários políticos, por exemplo. Além disso, a clara simetria entre o caso russo e o espanhol fez com que alguns republicanos tivessem de criar verdadeiros malabarismos retóricos para argumentar que a adoção do comissariado em larga escala nada tinha que ver com comunistas: por exemplo, em 1937 Julio Álvarez del Vayo, socialista espanhol ligado ao *Partido Socialista Obrero Español*, argumentava que o revolucionário francês Antoine de Saint-Just também fora um comissário político sem ser comunista (MATTHEWS, 2014, p. 84-85). Seja como for, a própria necessidade de recorrer a tais malabarismos demonstra a difusão da solução soviética.

Veremos agora, contudo, o cenário da América Latina que fez com que esse paradigma estabelecido na União Soviética tendesse a se enfraquecer e ser questionado.

---

<sup>19</sup> Agradecemos ao professor José Rodrigues Mao Júnior pela indicação desta lacuna no trabalho.



## **2.4. O debate sobre a relação organizações políticas *versus* organizações militares entre os socialistas latino-americanos.**

O caso da América Latina, pela natureza de nosso trabalho, receberá mais atenção em durante a análise sobre a questão militar dentro da tradição socialista. Pretendemos desenvolver este debate a partir do seguinte percurso: analisaremos a crise pela qual passaram os Partidos comunistas latino-americanos durante o início da segunda metade do século XX e debateremos rapidamente o que significou a Revolução Cubana para este contexto (momento sobre o qual nos debruçaremos com mais atenção no capítulo 2); posteriormente, analisaremos aquilo que ficou conhecido como “foquismo” a partir dos textos de Ernesto “Che” Guevara e Régis Debray<sup>20</sup> (os quais são apontados como principais elaboradores desta corrente).

### **2.4.1. A crise dos Partidos Comunistas latino-americanos e a Revolução Cubana.**

De modo geral, os Partidos Comunistas na América Latina se mostraram convergentes com as orientações advindas de Moscou. Nesse sentido, sua atuação política e suas produções teóricas buscavam estar de acordo com a III Internacional, ou “Comintern”, a qual tinha estabelecido durante o seu 2º Congresso de 1920 teses concernentes à questão nacional para os países “coloniais e atrasados”, como os desta região. Resumidamente, a orientação geral era de que os Partidos Comunistas deveriam apoiar nestas áreas as “democracias burguesas”. Defendia-se não existir condições para que uma revolução proletária fosse bem sucedida, em razão do baixo desenvolvimento destes países, os quais seriam marcados por relações sócio-econômicas de tipo feudal. Em face deste cenário, caberia aos Partidos Comunistas adotar uma política ambígua: promover o desenvolvimento do capitalismo “clássico” nesta região, apoiando o surgimento de setores burgueses industriais e um processo de modernização generalizado em contraposição às estruturas socioeconômicas feudais centradas no setor agrícola exportador, de forma a criar condições futuras para que o proletariado se tornasse socialmente relevante e permitir que uma revolução socialista encontrasse condições objetivas para ser bem-sucedida (POMAR, 2000, p. 270-273).

---

<sup>20</sup> Debray é um filósofo e jornalista francês que estudou com Louis Althusser em Paris e, em razão de sua proximidade com o governo cubano na década de 60 do século passado, acompanhou Che Guevara durante a guerrilha na Bolívia em 1967.

É a partir dessa racionalidade que se pode compreender parcialmente o apoio dos partidos comunistas à estratégia de frentes políticas em conjunto com setores da burguesia interna dos países latino-americanos. No caso cubano, por exemplo, essa dubiedade fez com que o Partido Socialista Popular (PSP), face institucional do Partido Comunista Cubano, apoiasse a candidatura vitoriosa de Fulgencio Batista em 1940 no contexto de uma frente antifascista. Em contrapartida, esse apoio eventualmente fez com que tais partidos pudessem obter benefícios institucionais, que variavam de certa tolerância para com a circulação da imprensa comunista até a participação nos governos. Essas relações dúbias, por sua vez, também possuíam um custo político para os Partidos Comunistas. Ainda no caso cubano, conforme assevera Luiz Alberto Moniz Bandeira, o PSP paulatinamente foi perdendo credibilidade interna justamente pela sua participação no governo Batista - dois de seus dirigentes, Juan Manuel Vidaurreta e Carlos Rafael Rodríguez, compuseram seus gabinetes (BANDEIRA, 2009, p. 125). No caso venezuelano, essa política fez com que em 1941 o Partido Comunista Venezuelano (PCV) apoiasse a candidatura derrotada de Rómulo Gallegos em face do general Isaías Angarita, simpático ao fascismo. Logo depois, o PCV passa a cortejar o governo de Angarita, processo de negociação que culminará na criação da *Unión Popular Venezolana*, fachada institucional que permitiu ao PCV participar das eleições de 1944 coligado ao *Partido Democrático Venezolano*, o qual era o partido governista do mesmo Angarita.

Essa situação de desgaste comunista se agravou por dois motivos. O primeiro elemento que serve para explicar essa crise será mencionado brevemente, pois afetou de modo geral o movimento comunista mundial: trata-se da política de Nikita Krushev de desestalinização. Stálin morreu em 1953, gerando a ascensão de Krushev como Primeiro Secretário do Partido Comunista da União Soviética. Em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Krushev divulgou seu Relatório Secreto, apontando vários crimes ocorridos durante o período de governo de Stálin. O impacto que essa política de desmascaramento teve sobre os partidos comunistas no mundo todo, inclusive sobre a América Latina, foi fulcral, na medida em que colocava em xeque aquela que tinha sido até então uma das principais figuras políticas e teóricas do comunismo, responsável pela elaboração da linha de atuação até então. Muitos militantes passaram por crises de identidade neste momento e passaram a questionar o legado stalinista em profundidade a partir daí (SILVEIRA, 2013, p. 292).

O segundo elemento, contudo, merece maior atenção. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, o avanço do imperialismo dos Estados Unidos na América Latina e sua coligação com

setores da burguesia interna fizeram com que o processo de expansão e desenvolvimento capitalista adquirisse contornos vorazes, aguçando os sentimentos nacionalistas nestes países. Na medida em que os conflitos que surgiam em razão deste desenvolvimento e que eventualmente atingiam interesses norte-americanos passaram a receber uma interpretação que questionava a inserção da região no capitalismo mundial, aos poucos a América Latina se tornou palco de um tensionamento maior entre interesses norte-americanos (coligados com as elites locais) e as massas latino-americanas (BANDEIRA, 2009, 125-126). Nesse sentido, a posição comunista de apoiar o desenvolvimento do capitalismo e sua aposta na mediação institucional (incluindo eventuais apoios a governos e candidaturas que eles próprios reconheciam como burgueses) passou a ser vista como algo problemático, erodindo sua base de apoio.

Ainda no exemplo cubano, esse desgaste se fortalecerá com o surgimento do Movimento 26 de Julho (M-26) em Cuba, liderado por Fidel Castro. O PSP, seguindo a escola dos partidos comunistas, não viu com bons olhos as tentativas de tomada de assalto de quartéis que o M-26 realizou, sob liderança de Castro. Esses ataques foram classificados depreciativamente como aventuras pequeno-burguesas, que tendiam sobretudo a fortalecer os pretextos de repressão ao PSP e ao movimento operário. Segundo Moniz Bandeira,

Os comunistas repudiaram como “aventureirismo” e “putschismo” o ataque ao quartel de Moncada, realizado em 26 de Julho de 1953, sob o comando de Castro, acusando-o de servir como “*deseado pretexto*” para que Batista com “*salvaje alegría y desbocada furia*” desatasse a onda de perseguições e restrições que atingira o movimento operário e o PSP, cujo jornal *Hoy* fora fechado na ocasião. O PSP considerava-se, como todos os partidos comunistas obedientes às diretrizes de Moscou, o único partido anti-imperialista, o único que não se inclinava ante Washington [...]. Suas diretrizes [...] não contemplavam a ação armada, mas a convocação de “*elecciones libres y inmediatas*”, das quais os comunistas participariam, com um “*programa de solución democrática de la crisis*”, visando à formação “*de un gobierno patriótico de Frente Democrática Nacional*”. O socialismo não constava dos seus objetivos a curto ou médio prazo [...] (BANDEIRA, 2009, p. 198).

Aliás, até cerca de Maio de 1958 a direção do PSP seguiu desacreditando as iniciativas do M-26, afirmando que apenas eles seriam capazes de derrubar Batista, através da mobilização popular massiva. O relacionamento era tão ruim que delegados do PSP em Moscou chegaram a acusar Castro de ser um agente dos Estados Unidos, no mesmo ano (BANDEIRA, 2009, p. 199).

Ainda que já houvesse a oposição inicial entre PSP e M-26, o triunfo da Revolução Cubana com Fidel Castro se destacando como líder da principal força organizada<sup>21</sup> levou à elevação do tensionamento na relação entre estes grupos na medida em que disputas mais contundentes de poder surgiram. De modo coerente com a estrutura que interligava os diversos partidos comunistas na região, outras figuras passaram a ecoar as posições do PSP. Luís Carlos Prestes, por exemplo, reproduziu as acusações do PSP ao classificar Castro de “aventureiro pequeno-burguês” (FARIAS, 2008, p. 109).

O impacto da Revolução Cubana nos debates sobre a América Latina seria tremendo, e não pode ser menosprezado para entender a crise dos partidos comunistas alinhados com Moscou o fato de que as suas posições no geral foram bem críticas quanto a Castro e ao M-26. A Revolução Cubana, naquele momento, apontava um exemplo de tomada bem sucedida do poder de forma relativamente independente das estruturas e dos padrões soviéticos, tornando-se mais uma questão a ser debatida dentro dos partidos comunistas de forma indigesta para as lideranças. Não à toa, parte sensível das cisões comunistas que aderiram à luta armada na América Latina assumiu abertamente sua inspiração na Revolução Cubana, tal qual a Ação Libertadora Nacional liderada Carlos Marighella no Brasil (SALES, 2009) e os venezuelanos *Movimiento de la Izquierda Revolucionaria* (MIR), liderado por Domingo Alberto Rangel e Gumersindo Rodríguez, e *Partido de la Revolución Venezolana* (PRV)<sup>22</sup>, liderado por Douglas Bravo (BANDEIRA, 2009, p. 335; CORDEIRO, 2010, p. 60-62).

Essas tensões repercutiam também na esfera internacional. Ainda que Castro não tenha demorado a reivindicar o caráter socialista da Revolução Cubana, dadas as diversas pressões e tentativas de invasão realizadas pelos Estados Unidos, a relação com a União Soviética estava longe de ser harmônica. Pesou aqui ao tensionamento a política de disseminação de movimentos revolucionários guerrilheiros na América Latina como forma de diminuir a pressão dos Estados Unidos sobre Cuba (política teoricamente sustentada por Ernesto “Che” Guevara, como veremos), a qual levou a choques com a dogmática e com os interesses dos partidos comunistas locais (BANDEIRA, 2009, p. 536). Também sintoma destes conflitos foram as conferências da Tricontinental, em Janeiro de 1966, e da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Julho e Agosto de 1967, as quais incomodaram Moscou ao exigir maior comprometimento soviético com os movimentos

---

<sup>21</sup> Isto é, o *Ejército Rebelde*.

<sup>22</sup> Ainda que, no caso venezuelano, como veremos, a relação entre grupos guerrilheiros e o Partido Comunista seja mais complexa, marcada pela aceitação inicial das iniciativas armadas.

revolucionários no Terceiro Mundo. Para sustentar essas posições e afirmar sua hegemonia como principal farol para a esquerda revolucionária latino-americana, Havana e seus aliados buscaram estabelecer o modelo cubano como via legítima para o socialismo - o que inevitavelmente passava pela questão de como os aparatos político-partidários deveriam se relacionar com as estruturas militares e a tomada do poder. Destas elaborações, surgiu aquilo que ficou conhecido como “foquismo”. É o que veremos a partir daqui.

#### 2.4.2. O “foquismo”.

Basicamente, podemos afirmar que o “foquismo” consiste na ideia de que um grupo guerrilheiro fixado em determinado espaço (principalmente o espaço rural)<sup>23</sup> podia atuar como vanguarda política, constituindo um catalisador de transformações sociais em determinadas condições sócio-históricas tais quais as da América subdesenvolvida. Sua associação com a experiência cubana e a centralidade que forneciam às estruturas militares fará com que por vezes ele seja chamado/acusado nos debates da época de castro-guevarismo, guevarismo, castrismo<sup>24</sup> e militarista.

O “foquismo” começou a despontar de forma relevante pela primeira vez ao debate público na obra *Guerra de Guerrilhas*, de Ernesto “Che” Guevara, publicada em 1961 - embora seja debatível o quanto Guevara pretendia estabelecer um paradigma geral de como conduzir uma revolução a partir desse livro<sup>25</sup>. Fruto de seu esforço para compreender e refletir sobre o que havia sido a Revolução Cubana, em tal obra Guevara tornou pública a sua experiência enquanto líder revolucionário durante o processo de derrubada de Fulgencio Batista, experiência que tinha se dado sobretudo no campo militar.

Logo ao início do texto, Guevara estabelece três postulados para a sua visão do papel do foco guerrilheiro em uma revolução na América Latina que chocavam-se com as teses de parte substancial da esquerda latino-americana - em especial a representada pelos Partidos Comunistas alinhados com Moscou. O primeiro deles é o de que as forças populares poderiam ganhar uma *guerra* contra um exército regular. O segundo, o de que *não* seria necessário esperar o surgimento de condições revolucionárias para que uma revolução fosse vitoriosa, sendo possível que um foco de insurreição inclusive as criasse. Finalmente, o

---

<sup>23</sup> Ou seja, um *foco guerrilheiro* centrado em determinada área - de onde deriva a expressão “foquismo”.

<sup>24</sup> Essa centralidade nas figuras de Castro e Guevara não deixa de ser curiosa pois, como veremos, o principal teórico do “foquismo” foi Debray.

<sup>25</sup> Paul Jaime Dosal, por exemplo, afirma que a representação de Che Guevara como um teórico da guerrilha é enganosa, sendo mais correto compreendê-lo como um estrategista militar (DOSAL, 2005).

terceiro postulado é o de que o campo seria o terreno fundamental da luta armada na América subdesenvolvida (GUEVARA, 1998, p. 5-6). Nos dois primeiros, como se pode imaginar, estava implícita uma crítica aos Partidos Comunistas tradicionais da época, acusados provocativamente por Che de pseudo-revolucionários, dado o contexto que citamos acima.

Ainda que seja uma obra que carrega a marca da polêmica que permeou toda a vida do revolucionário argentino, *Guerra de Guerrilhas* não se restringe a realizar debates políticos com outros grupos da vida política cubana ou latino-americana. A bem da verdade, nos arriscamos a dizer que o grosso da obra não se volta à polêmica teórica e política. Nela, Guevara também faz muitas observações militares de caráter técnico, as quais vão desde estratégias a serem adotadas durante o emprego da guerra de guerrilhas, como a busca da sobrevivência antes de tudo, passam por elementos táticos como as melhores formas de explorar um ataque de emboscada e chegam até mesmo às minúcias do cotidiano dos guerrilheiros, como a recomendação que faz de que tais grupos não devem perder tempo com jogos, sobre a necessidade de divisão igualitária de tabaco e de que busquem se instruir com livros durante as suas campanhas (GUEVARA, 1998). Não por acaso, este livro tão detalhado acabou se tornando parte dos manuais das Forças Armadas cubanas (DOSAL, 2005, p. 41).

Neste sentido, aliás, Guevara demonstra em vários momentos de *Guerra de Guerrilhas* como a arte militar e a prática política revolucionária são interdependentes - traço de seu pensamento que se prolongará por toda a vida. Um exemplo dessa concepção é a sua caracterização do guerrilheiro como um reformador social que deve saber interpretar os anseios das massas camponesas para não só vencer militarmente, mas alterar o sistema de dada sociedade de modo a obter uma vitória política (GUEVARA, 1988, p. 10). Outro é a importância que ele dá para a greve como fator na guerra civil contra um exército regular (GUEVARA, 1988, p. 16). A *Guerra de Guerrilhas* de Guevara pode ser considerada, assim, uma mescla de estratégia militar com pensamento político, na melhor tradição de Lênin, o qual, como vimos, buscava entrelaçar a questão de classe com a questão militar.

Deste modo, apesar de suas polêmicas com a esquerda comunista, é debatível o quanto aquilo que se entendeu como foquismo é passível de se atribuir a esta obra de Guevara. Não vemos aqui, por exemplo, qualquer reflexão teórica quanto ao papel da vanguarda guerrilheira na fundação do partido revolucionário e muito menos uma atribuição de tarefas que coloque a construção da guerrilha como prioridade diante da constituição de um partido - características que comumente atribuímos ao foquismo enquanto teoria revolucionária. De fato, o termo "vanguarda" aparece em *Guerra de Guerrilhas* principalmente como parte das recomendações táticas de Guevara quanto à forma de compor

as colunas guerrilheiras durante as suas marchas, e não em meio a exposições teóricas sobre a revolução latino-americana (GUEVARA, 1998, p. 59; 64; 71; 77).

Ademais, Guevara não advogou neste livro nem a tomada do aparato de Estado pelo núcleo guerrilheiro enquanto tal, sem intermediações, nem tampouco que a guerra de guerrilhas por si só seria capaz de derrotar um exército regular. Para ele, esta guerra era apenas uma fase que não era capaz de conduzir à vitória isoladamente, sendo necessário o desenvolvimento do grupo guerrilheiro em um exército regular (GUEVARA, 1998, p. 13).

Neste sentido, apesar de suas polêmicas com os Partidos Comunistas orientados pela União Soviética, é possível vislumbrar certas continuidades entre a visão comunista educada pelo Kremlin e a de Guevara quanto ao desenvolvimento de estruturas militares ao longo de um processo revolucionário. Tanto no caso de um quanto no de outro, os corpos guerrilheiros irregulares (muito mais próximos de uma estrutura miliciana) se encontram como uma fase insuficiente para a tomada de um Estado adversário e manutenção do exercício do poder, sendo necessária e desejável a organização de um exército regular.

A bem da verdade, uma elaboração teórica mais contundente do foco guerrilheiro como vanguarda política se encontra na obra de Jules Regis Debray, *Revolução na Revolução?*, de 1967. É na supracitada obra de Debray, escrita antes de sua partida à Bolívia, que encontramos as concepções do foquismo de forma mais acabada, isto é, da forma com que se compreende mais corriqueiramente o termo. Vejamos, por exemplo, a concepção que Debray defende no que diz respeito à ordem de tarefas entre a organização da guerrilha e a organização dos partidos:

Em alguns lugares da América, a longo prazo, não há opção entre partido de vanguarda e exército popular. Mas, de imediato, há uma hierarquia de tarefas historicamente fundamentada. O exército popular será o núcleo do Partido, e não o inverso. A guerrilha é vanguarda política “in nuce” e apenas de seu desenvolvimento pode surgir o Partido. Por isso é necessário desenvolver a guerrilha para desenvolver a vanguarda política. Por isso, na conjuntura atual, a tônica principal deve recair no desenvolvimento da guerra de guerrilhas e não no fortalecimento dos partidos e nem na criação de outros. Por isso, nesses lugares, o trabalho insurrecional é o trabalho político número um (DEBRAY, 1967a, p. 85 apud VIEIRA, 2011, p. 98).

Como podemos perceber, Debray estabelece uma hierarquia quanto às necessidades da revolução na América Latina - ainda que o autor seja vago e se refira apenas a "alguns lugares", é exatamente tal imprecisão que permite que suas conclusões sejam extrapoladas

para toda região. Nesta hierarquia, a formação da guerrilha é tarefa que precede necessariamente a formação de qualquer partido revolucionário e da vanguarda política - os quais só podem surgir para ele a partir da guerrilha e da insurreição por ela catalisada. Não existe qualquer formulação de grau similar ao trecho acima em *Guerra de Guerrilhas* - de fato, o termo "partido", no sentido que Debray emprega aqui, não aparece neste livro. Além disso, em *Guerra de Guerrilhas* Guevara restringe apenas a determinadas situações o emprego da guerrilha, aquelas em que toda aparência de legalidade tenha sido abandonada pelo regime burguês (GUEVARA, 1998, p. 8).

Mas a elaboração de Debray quanto ao papel da guerrilha em face das organizações partidárias era mais profunda. De modo geral, não só a formação de guerrilhas era para o francês uma tarefa que precedia a da organização partidária. Mesmo nos casos em que já havia se organizado partidos, Debray apontava para os problemas implícitos na submissão da guerrilha a uma diretiva político-partidária: seriam estes a) a obrigatoriedade de deslocamento da liderança guerrilheira até os centros urbanos (identificados aqui com as direções político-partidárias); b) a dependência moral, logística e militar das diretivas partidárias, em detrimento das necessidades e oportunidades militares da guerrilha; e c) a falta de um comando único.

A obrigatoriedade de deslocamento da liderança guerrilheira era um problema dado que a vida política de determinado país tende a se concentrar nos centros urbanos. Nelas é que se concentrariam as direções partidárias - as quais tendiam segundo Debray a ignorar a realidade guerrilheira justamente pelo afastamento do cotidiano da guerra. As constantes consultas às lideranças políticas condicionadas pela subordinação militar expunham as lideranças guerrilheiras à repressão, na medida em que obrigavam o deslocamento destas últimas em direção das primeiras, gerando um risco desnecessário (DEBRAY, 1967b, p. 56).

A dependência das lideranças guerrilheiras das lideranças políticas por sua vez debilitaria a moral dos guerrilheiros na medida em que estes passariam a ter que ordenar as suas atividades, inclusive as militares, de acordo com os interesses partidários. De fato, Debray caracteriza as organizações partidárias como sendo a burguesia do aparato guerrilheiro-militar, isto é, em uma chave negativa, estando a guerrilha de face a um aparato com interesses irreconciliáveis consigo própria quando lida com os partidos. Vejamos:

Quando uma guerrilha fala com seus responsáveis urbanos [isto é, as direções político-partidárias] ou no estrangeiro, está tratando com "sua" burguesia. Ainda que possua a necessidade de uma burguesia - como de um pulmão artificial para os momentos de asfíxia -, não



pode perder de vista essa diferença de interesses e de meios: os dois grupos não respiram o mesmo ar. Fidel Castro teve essa experiência e não vacilou em condenar e repudiar “sua” burguesia, inclinada a fazer alianças sem princípios, ainda que sofrendo o risco de se isolar em momentos muito difíceis (DEBRAY, 1967b, p. 58)<sup>26</sup>.

Explicando melhor o paralelo com as burguesias, Debray aponta que os aparatos partidários condicionariam as atividades militares-guerrilheiras aos interesses políticos, respeitando assim a institucionalidade burguesa na medida em que pensariam movimentações a partir de elementos como o calendário eleitoral e reuniões parlamentares. Nesse sentido, as direções políticas seriam como “clientes” que ordenam aos *maitres* do hotel o cardápio que os cozinheiros (isto é, os guerrilheiros) devem executar, sem qualquer conhecimento pela situação militar - estando, assim, apartados da prática revolucionária segundo o autor. Vejamos:

Porém uma direção política sem esses conhecimentos [militares] não pode elaborar planos militares sozinha, segundo suas conveniências, como apoio a uma política de manobras ou de pressões sobre o regime burguês, e então transmiti-los a seu aparato militar “para que os ponha em prática”, como o cliente manda uma ordem ao *maitre d’hotel*, o qual a transmite então ao cozinheiros. Por ridícula que seja a comparação, o divórcio entre teoria e prática, entre vanguarda política e vanguarda militar, pode chegar e já chegou a esses absurdos (DEBRAY, 1967b, p. 59)<sup>27</sup>.

Já no que diz respeito à logística, Debray aponta que a dependência da cidade faz com que por exemplo a guerrilha não seja abastecida de modo adequado (enfraquecendo assim sua operacionalidade militar) - o que segundo o autor gerava situações contrastantes, já que por vezes aparatos militares tinham de se sustentar por anos com centenas de dólares enquanto milhares da mesma moeda eram gastos em tarefas que eram sobretudo prestigiosas para os membros do aparato político-partidário, mas pouco efetivas do ponto de vista militar (DEBRAY, 1967b, p. 58) . Ainda segundo Debray, essa dependência logística das guerrilhas em relação aos partidos faria com que aquelas ficassem expostas a infiltrações e cercos, facilitando a tarefa repressiva (DEBRAY, 1967b, p. 58-59).

<sup>26</sup> No original: *Cuando una guerrilla habla con sus responsables urbanos o en el extranjero, trata con “su” burguesía. Aún si tiene necesidad de una burguesía - como de un pulmón artificial para los momentos de asfixia- no puede perder de vista esa diferencia de intereses y de medio: los dos no respiran el mismo aire. Fidel Castro ha tenido la experiencia de ello y no ha vacilado, aún a riesgo de quedar solo en momentos muy difíciles, en condenar y repudiar a “su” burguesía, inclinada a hacer alianzas sin principios.*

<sup>27</sup> No original: *Pero una dirección política sin esos conocimientos no puede elaborar planes militares sola, según sus conveniencias, como apoyo a una política de maniobras o de presiones sobre el régimen burgués, y luego transmitirlos a su aparato militar “para que los ponga en práctica”, como el cliente imparte la orden al “maitre d’hotel”, que la transmite a los cocineros. Por ridícula que sea la comparación, el divorcio entre teoría y práctica, entre vanguardia política y vanguardia militar, puede llegar y ha llegado a esos absurdos.*

Por fim, vejamos os problemas relativos à falta de mando único, de longe a questão sobre a qual se debruça com maior atenção Debray na relação entre partido e guerrilha. Inicialmente, Debray aponta que existe uma grande consequência para a falta de comando unificado entre partidos e guerrilha: a dispersão dos esforços revolucionários na medida em que se evita escolher centralmente determinada forma de luta como a central e outra como subordinada, na medida em que a autoridade estaria dividida entre aparato político e aparato militar. Esse problema se aprofundaria na medida em que, na análise de Debray, o campo e não a cidade é o local de luta revolucionária central e mais efetiva - daí que a dispersão de esforços que a falta de comando unificado geraria seria ainda mais danosa (DEBRAY, 1967b, p. 59-61).

Além disso, Debray afirma que a divisão de autoridade entre aparatos político-partidário e militar geraria problemas na medida em que estimularia a proliferação de focos, evitando assim a criação de um espaço mobilizador concentrado e de difícil repressão. Essa escolha poderia se dar tanto pela simples falta de centralização militar quanto pela dispersão voluntária dos focos guerrilheiros como forma de estabelecer a guerrilha como instrumento de pressão nas negociações político-partidárias (DEBRAY, 1967b, p. 64-67).

Uma leitura atenta, contudo, percebe já aqui que a crítica quanto à ausência de comando único se centra na falta de centralização de comando no *aparato militar*, e não à falta de comando único entre estruturas organizativas. Ora, se a determinação das estruturas político-partidárias opta pela dispersão de focos, é evidente que já não há que se falar de ausência de comando único. Essa questão é reforçada posteriormente.

O argumento de Debray continua, e o filósofo francês critica a política de frentes políticas oposicionistas na medida em que coloca adiante da tarefa de construção de focos a negociação e estabelecimento de aparatos políticos que dispersam os esforços que deveriam estar concentrados. Nesse sentido, o seu argumento basicamente aponta o problema da dispersão, novamente - criticando o frentismo típico dos Partidos Comunistas de então (DEBRAY, 1967, p. 67-71).

Ainda neste capítulo, Debray, mais uma vez contraditoriamente, critica a centralização de comando nas mãos das estruturas partidárias, por exemplo, colocando-as como a cabeça e as estruturas militares como os braços. Dessa forma, a posição de Debray fica clara enquanto defensor não de qualquer centralização de comando, mas centralização de comando nas mãos das estruturas militares. Sua crítica chega realmente a inverter os termos do debate, ao classificar de militaristas as posições daqueles que se negavam a fornecer

qualquer autoridade política às estruturas militares, na medida em que partiriam de uma pressuposta divisão dualista de tarefas. Vejamos:

A despeito das palavras, o “tecnicismo” e o “militarismo” estão mais corretamente do lado daqueles que chamam de militarismo e tecnicismo a vontade de englobar todas as formas de luta na guerra de guerrilhas, do lado dos que opõe linha política e estratégia militar, direção política e direção militar. Estes vivem em um mundo duplo, realmente dualista - e por que não dizê-lo? - com uma herança *espiritualista* muito próxima. O político de um lado, o militar do outro. A guerra do povo é uma técnica, localizado no campo e subordinada à linha política entendida como supertécnica, “puramente” teórica, “puramente” política. O céu manda na terra, a alma no corpo, a cabeça no braço. O verbo precede à ação. Os sucedâneos laicos do verbo - a palavra, a falação, o parlatório - precedem e ordenam a atividade militar, desde o alto do Empíreo (DEBRAY, 1967, p. 73).<sup>28</sup>

De forma consequente com sua teorização problematizando a divisão do comando militar com as instâncias políticas, Debray critica também as práticas partidárias originárias da Revolução Russa, como o envio de militantes guerrilheiros a escolas de quadros e, o que é mais importante para nossa análise, a criação de comissários políticos junto às estruturas guerrilheiras e militares. Ao criticar a figura do comissário político, Debray inverte os termos dessa prática e defende que na verdade são os quadros que se destacam militarmente que devem assumir funções políticas:

Outra direção inibe ou “controla” o desenvolvimento político de seus quadros militares, colocando ao seu lado “comissários políticos” chegados da cidade. Se instaura assim, se não um duplo aparato de direção, em todo caso duas espécies de “quadros” dentro da guerrilha, o que não pode se não atrapalhar o surgimento natural de líderes populares, de dirigentes político-militares completos. Esta atitude contrasta com a de Fidel, em Cuba, durante a guerra: “aos que dão prova de capacidade militar, dar também responsabilidade política” (DEBRAY, 1967b, p. 75).<sup>29</sup>

<sup>28</sup> No original: *A despecho de las palabras, el “tecnicismo” y el “militarismo” están más bien del lado de aquellos que llaman militarismo y tecnicismo a la voluntad de englobar todas las formas de lucha en el contexto de la guerra de guerrillas, del lado de los que oponen línea política y estrategia militar, dirección política y dirección militar. Estos viven en un mundo doble, realmente dualista - y ¿por qué no decirlo? - con una herencia espiritualista muy próxima. Lo político de un lado, el militar de otro. La guerra del pueblo es una técnica, localizada en el campo y subordinada a la línea política entendida como supertécnica, “puramente” teórica, “puramente” política. El cielo manda a la tierra, el alma al cuerpo, la cabeza al brazo. El verbo precede la acción. Los sucedáneos laicos del verbo - la palabra, la palabrería, el parloteo - preceden y ordenan la actividad militar, desde lo alto del Empíreo.*

<sup>29</sup> No original: *Tal otra dirección inibe o ‘controla’ el desarrollo político de sus cuadros militares, poniéndoles al lado ‘comisarios políticos’ llegados de la ciudad. Se instaura así, si no un doble aparato de dirección, en todo caso dos especies de ‘cuadros’ en el seno mismo de la guerrilla, lo que no puede sino estorbar el surgimiento natural de líderes populares, de dirigentes político-militares completos. Esta actitud contrasta con la de Fidel, en Cuba, durante la guerra: ‘A los que dan pruebas de capacidad militar, darles también responsabilidad política’.*

Como podemos concluir, Debray invertia os termos da relação Partido-estrutura militar estabelecidos a partir do paradigma soviético, ao menos na etapa de tomada de poder - embora o autor não estabeleça limites claros quanto a etapa a partir da qual a fase de direção política associada (ou melhor, subordinada) à direção militar deveria ser superada. Em outras palavras, Debray estabelece que os aparatos militares deveriam possuir autonomia política, atuando como instâncias diretivas do processo revolucionário sem prestação de contas a qualquer outra estrutura organizacional. Talvez seja desnecessário dizer, mas os aparatos militares também evidentemente deveriam possuir autonomia estratégica e tática em relação a estas estruturas. De fato, a polaridade guerrilha/campo *versus* partido/cidade faz com que, como vimos, os aparatos “partidários/políticos” tenham sua atividade praticamente reduzida mais a suportes dos grupos armados (sobretudo os no território rural) que propriamente organizações políticas na formulação de Debray.

Essa inversão em relação ao paradigma soviético passava também por formulações pretensamente sociológicas, como vimos, na medida em que os habitantes da cidade e os responsáveis pelas estruturas político-partidárias eram vistos como “aburguesados”, enquanto a prática guerrilheira era “proletarizadora” (DEBRAY, 1967b, p. 63). Dessas alegações, contudo, como é de se imaginar, Debray deduz um conteúdo moral e político que confere aos grupos guerrilheiros o primado de condutores do processo revolucionário, enquanto partido de forma embrionária (DEBRAY, 1967b, p. 58; 90-91).

Essa diferença entre Guevara e Debray no que tange ao papel da guerrilha não é, contudo, sempre recordada. Não é incomum que, ao tratar deste tema, os dois autores sejam reduzidos a uma falsa identidade enquanto “foquistas” que não explicita as nuances de posições existentes entre um e outro. Essa associação, segundo o pesado juízo de João Pedro Stédile, é fruto em parte da deturpação das idéias de Guevara por Debray, o qual teria usado o exemplo de Che para estimular um falso heroísmo dissociado das massas em que bastaria um pequeno grupo de homens bem armados e isolados estimulando a insurreição para que as massas os seguissem - idéias que Stédile reconhece não atribuíveis a Guevara, porém (STÉDILE, 2001, p. 12).

Essa caracterização errônea de Guevara tanto por aqueles que pretendiam se inspirar nele (como Debray) quanto por aqueles que o criticaram como um idealista e voluntarista aferrado a modelos (responsabilizando-o indiretamente, portanto, pelas falhas das várias lutas armadas conduzidas na América Latina) ignora escritos como *Tática e Estratégia da Revolução Latino Americana*, de 1962, em que o revolucionário argentino aponta justamente

o caráter cambiante entre objetivos táticos e estratégicos no decorrer da luta revolucionária. Inspirando-se também em Clausewitz, Guevara aqui fala antes em uma *arte* militar que em uma *ciência* militar, arte que estaria indelevelmente ligada à conquista do poder - o que apontava a ausência de leis fixas para resolver as questões suscitadas pela necessidade de derrotar o inimigo e tomar o poder. Ainda que, em relação a *Guerra de Guerrilhas*, Guevara passe a defender neste texto o uso mais amplo da ação guerrilheira como principal tática para a conquista do poder na América Latina em detrimento das “colinas” da institucionalidade burguesa que mais servem à dissipação de forças que ao objetivo pretendido, havendo assim em relação ao texto de 1961 evidente mudança de grau no quão profundamente Guevara defendia a adoção da guerrilha, ele se demonstra aberto ao debate (GUEVARA, 1981b). Seja como for, não há aqui um menosprezo pelo Partido

As caracterizações reducionistas de Guevara também muitas vezes não fornecem atenção a um aspecto central do pensamento do revolucionário argentino: a estratégia revolucionária tricontinental. É interessante de se notar que, em que pese a publicação de *Revolução na Revolução?* ter precedido<sup>30</sup> o documento paradigmático de Guevara quanto a tal estratégia (qual seja, a *Mensagem aos Povos do Mundo Através da Tricontinental*), a perspectiva da construção de uma alternativa dessa natureza já era encaminhada pelo governo cubano há algum tempo, haja vista que a Primeira Conferência Tricontinental ocorreu em Janeiro de 1966. Apesar disso, Debray não trata da questão abertamente: as suas menções quanto ao principal conflito no Terceiro Mundo da época, o Vietnã, ocorrem sobretudo para indicar diferenças quanto ao papel da guerrilha no caso do país asiático e no caso da vindoura revolução da América subdesenvolvida, por exemplo. Vejamos:

As diferenças entre o Vietnã e a América Latina conduzem ao seguinte contraste. Enquanto no Vietnã a pirâmide militar das forças de liberação se construiu a partir da base, na América Latina, por outro lado, ela tende a se construir desde a cúspide: forças permanentes primeiro - o foco -; forças semirregulares em seguida, nas imediações do foco; e milícias ao final ou depois da vitória (Cuba) (DEBRAY, 1967b, p. 41)<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> O livro de Debray foi publicado em Janeiro de 1967 e a *Mensagem aos Povos do Mundo através da Tricontinental* veio a público apenas em Abril de 1967.

<sup>31</sup> No original: *Las diferencias entre Vietnam y America Latina conducen al siguiente contraste. Mientras en Vietnam la pirámide militar de las fuerzas de la liberación se construyó desde la base, en América Latina, en cambio, tienden a constituirse desde la cúspide: fuerzas permanentes primero -el foco-, fuerzas semirregulares luego, en las inmediaciones del foco; milicias al final o después de la victoria (Cuba).*

Outras eram as preocupações de Guevara com relação ao significado do Vietnã na luta anti-imperialista, contudo. A famosa palavra de ordem do revolucionário argentino, "criar um, dois, três, muitos Vietnãs" é indissociável da estratégia tricontinental por ele concebida.

A estratégia tricontinental de Guevara consistia na ampliação do desgaste do imperialismo através da difusão de novas áreas de conflagração por todo o Terceiro Mundo, aos moldes do Vietnã. De acordo com o pensamento de Che, o Terceiro Mundo era essencial para a manutenção do capitalismo através da exploração imperialista de seus recursos naturais e humanos. Seriam destes territórios que eram extraídos capitais, matérias primas, técnicos e operários baratos e para onde se exportavam novos capitais (caracterizados como instrumentos de dominação) e armas, entre outros produtos, os quais submetiam Ásia, África e América à dependência absoluta aos centros hegemônicos (GUEVARA, 1981, p. 102-103).

O Estado que liderava e garantia o funcionamento desse sistema das mais diversas maneiras, os Estados Unidos, devia ser provocado a deixar os ambientes favoráveis à sua atuação militar e ser forçado a atuar diretamente nos países do Terceiro Mundo através da multiplicação e coordenação de levantes anti-imperialistas pelo Terceiro Mundo, preferencialmente com o apoio das potências socialistas da época, União Soviética e China. A finalidade dessa atuação era desgastar a moral das Forças Armadas estadunidenses e levar o acirramento das contradições internas do capitalismo ao centro imperialista principal, de modo que o inimigo não pudesse sentir paz em qualquer local onde estivesse, tornando a guerra ao imperialismo uma guerra total e global. Uma guerra na qual a luta de classes interna (isto é, no território do centro imperialista), até então atenuada pela exploração da periferia do Terceiro Mundo, ressurgisse como fator militar interno atuando contra o inimigo e permitindo assim a ampliação da margem de manobra dos territórios já liberados desse jugo - tal como a intervenção dos Estados Unidos no Vietnã vinha já fazendo (GUEVARA, 1981, p. 104-105).

Longe de Guevara, portanto, a defesa de que para a derrocada do imperialismo bastava apenas um punhado de homens isolados em um foco, como se costuma afirmar. As lições que ele havia exposto em *Guerra de Guerrilhas* não foram renegadas em nenhum momento, mas continuavam sendo uma das várias táticas e estratégias no arsenal revolucionário da guerra *global* anti-imperialista (DOSAL, 2005, p. 216). Países liberados do imperialismo haviam demonstrado heroísmo ao sustentar seus sacrifícios, como o Vietnã, mas a vitória final exigia um esforço supranacional, no qual a bandeira do país sob o qual se lutava não tinha tanto sentido quanto a causa da libertação do povo - o qual, a cada derrota do

imperialismo, era liberado tanto do lado vencedor quanto do lado perdedor da contenda (GUEVARA, 1981, p. 105-106).

As concepções de Guevara, como já sugerimos, não se restringiram à mera discussão teórica enquanto ele viveu. Tanto ele enquanto pessoa quanto o próprio governo cubano as aplicaram em larga medida: o primeiro, na tentativa de difundir pessoalmente deflagrações por todo o Terceiro Mundo que acabou custando-lhe a própria vida; o segundo, auxiliando e estimulando a criação de grupos favoráveis à luta armada por toda a América Latina de modo a diminuir a pressão estadunidense sobre a ilha caribenha, prática que impactou largamente a história da América Latina pós-Revolução Cubana, inclusive a brasileira (ROLLEMBERG, 2001) e, depois, no “internacionalismo militar”.

Não há, por sua vez, na obra de Debray, maiores preocupações internacionais tal qual na obra de Guevara. O horizonte de seu debate, como vimos, se atém à realidade da guerrilha e à relação deste aparato militar com a estrutura partidária.

Como já dissemos, o exemplo que a Revolução Cubana deu ao resto da América Latina inspirou diversos movimentos a aderirem às teses de Debray. Elas forneciam suporte teórico ao mesmo tempo à crítica das práticas dos partidos comunistas e à adoção da luta armada como estratégia revolucionária central. Não é irrazoável afirmar que o “foquismo” moldou a forma de interpretar a realidade e agir politicamente das esquerdas revolucionárias latino-americanas, conformando a cultura política da esquerda de modo geral no continente, não se restringindo a Cuba (CORDEIRO, 2010, p. 27-28) - de fato, como já sugerimos, tal influência chegou também à Venezuela.

Contudo, é preciso ressaltar que o foquismo, embora extremamente influente em boa parte dos grupos da esquerda latino-americana distante dos partidos comunistas, não foi a única corrente inspiradora nem da esquerda não-comunista nem da luta armada. Grupos ligados a diversas correntes criticaram as teorias de Debray.

Seja como for, a cultura política engendrada a partir das teorizações de origem cubana influenciaram de modo geral a esquerda no continente latino-americano. Mapear o quanto este “desprezo” pelos aparatos político-partidários sob um viés que fornece centralidade aos aparatos militares influenciaram a própria experiência cubana quanto a venezuelana em determinadas etapas é o que pretendemos realizar a partir deste momento.

### **3. ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS E FORÇAS ARMADAS EM CUBA.**

Neste capítulo do trabalho, buscaremos analisar o processo de constituição das organizações partidárias e das forças armadas no caso cubano. Delinearemos ao longo do processo de que maneira se desenvolveram as relações entre as diversas organizações partidárias cubanas (com evidente foco no Partido Comunista de Cuba) e as forças militares deste país, tarefa a ser consolidada no quinto capítulo. Nossa análise buscará compreender como esta relação variou de acordo com a história cubana.

Nossa exposição buscará aqui demonstrar as origens do novo PCC dentro das tradições insurrecionais cubanas, apontando as particularidades de um processo revolucionário que desembocou em uma experiência socialista que contudo não foi conduzida durante parte sensível por um partido comunista (e cujos líderes não foram formados nos marcos do marxismo-leninismo), em uma tradição em que soluções e aparatos militares eram privilegiados em face de organizações político-partidárias. Demonstraremos como aos poucos os grupos favoráveis à Revolução foram levados a se aglutinar em torno do PCC, em um movimento zigzagueante. Buscaremos compreender também o processo de estruturação do PCC e sua ascensão à posição de órgão dirigente da República de Cuba, fato que se consolidará com a Constituição Cubana de 1976. Finalmente, veremos de modo breve como o chamado Processo de Retificação realizado durante os anos 80 impactou o PCC enquanto instituição, no quadro maior de crise do mundo soviético.

Analisaremos então o processo de constituição das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba. Nesse sentido, buscaremos compreender o caráter dessa instituição no pré-Revolução Cubana, como a Revolução Cubana transformou as forças militares cubanas e de que modo tal instituição adquiriu centralidade política durante a primeira década dos anos de 1960. Posteriormente, apresentaremos a dimensão do chamado internacionalismo militar cubano durante a década de 1970, enquadrando-o entre os motivos que levaram a ceder o espaço político ao PCC. Finalmente, também analisaremos como o cenário mundial em transformação durante os anos da década de 1980 e o Processo de Retificação impactaram as Forças Armadas cubanas.

Optamos por deter nosso estudo no início da década de 1990 pois entendemos que o início do Período Especial e o fim do chamado “socialismo real” introduzem fatores demais a serem analisados para compreender a dinâmica entre Partido e Forças Armadas em uma Cuba já distante dos momentos iniciais da Revolução e em um mundo radicalmente distinto



daquele em que a liderança política cubana escolheu se integrar às experiências socialistas do resto do planeta. Acreditamos, contudo, que parte do que pesquisamos pode auxiliar eventuais estudos posteriores sobre a dinâmica destas duas instituições cubanas no pós-1990. Ademais, como pretendemos apontar no quinto capítulo, em razão da relativa estabilização destas instituições nos anos pré-1991 não vemos uma mudança radical na relação entre as instituições militares e o PCC no pós-1990.

### **3.1. O Partido Comunista Cubano.**

#### **3.1.1. Marxismo e insurreição em Cuba.**

A história de organizações marxistas cubanas remonta ao início do século XX, com a fundação do *Club de Propaganda Socialista de la Isla de Cuba*, fundado em 1903, e se confunde com as várias tradições insurrecionais da ilha caribenha. Seu líder e figura central foi Carlos Baliño, militante político cubano cuja vida simboliza o vínculo entre duas gerações de revolucionários cubanos.

Carlos Baliño nasceu em 1848 em família da classe média cubana, mas ainda jovem foi obrigado a se exilar, no ano de 1869, em razão da perseguição do governo espanhol ao seu pai pelas suas simpatias à independência cubana. Morando nos Estados Unidos, Baliño passou a trabalhar então como operário, atuando junto aos movimentos de trabalhadores dos Estados Unidos. Paralelamente à atuação sindical, também se envolveu com os movimentos favoráveis à independência cubana, organizando na comunidade cubana estadunidense o apoio à causa de libertação nacional de Cuba - esforço que o levou, entre outras coisas, a participar da fundação do Partido Revolucionário Cubano de José Martí em 1892. Sua experiência enquanto militante sindical o fez tomar contato com o marxismo e, ao retornar à Cuba no momento pós-independência, em 1902, logo notou as contradições na sociedade cubana entre a independência política formal, de um lado, e a absoluta dependência econômica e manutenção da estrutura social colonial, de outro. A partir daí, sua percepção de que a finalização da tarefa de independência iniciada pela geração de Martí implicava na transformação revolucionária da própria sociedade fez com que Baliño fundasse o *Club de Propaganda Socialista*. Além disso, Baliño atuava junto a partidos políticos, ao nascente movimento operário e à imprensa de oposição na ilha caribenha, sempre pontuando limites nos programas reformistas e realizando um papel formativo de educação junto ao nascente movimento socialista cubano (MAO, 2007, p. 164-168).

A Revolução de 1917 foi marcante para o já experiente revolucionário cubano. Animado com a experiência socialista que surgia então, passou a tentar articular grupos comunistas na ilha junto a outros militantes. Esse esforço ganhou forte ânimo a partir de 1923, quando Baliño conheceu o então jovem estudante Julio Antonio Mella em uma gráfica à época utilizada tanto pelo movimento estudantil quanto pelo movimento operário. Mella integrava há anos o movimento estudantil cubano e já havia participado da *Agrupación Comunista de la Habana*, fundada por Baliño. Dessa união intelectual e política, assim como do empenho de outras centenas de militantes, se organizou o *I Congreso de Agrupaciones Comunistas* em Agosto de 1925, evento que marca a fundação do primeiro Partido Comunista de Cuba (MAO, 2007, p. 167-170).

O Estado cubano da época e a burguesia cubana não ficaram de braços cruzados diante da organização operária. Com auxílio da embaixada dos Estados Unidos, passou a perseguir o nascente movimento sindical e comunista que surgia. Já em fins de Setembro de 1925, o grande jornal *Heraldo de Cuba* estampava na sua manchete a suposta descoberta de um plano comunista para derrubar o governo cubano do general Gerardo Machado, utilizando para tanto as greves como instrumento insurrecional em coordenação com Moscou e com outras organizações comunistas latino-americanas. Junto à ofensiva na imprensa, seguiram-se prisões e execuções ao arripio da lei, aproveitando o pânico semeado pela manchete do *Heraldo* (MAO, 2007, p. 170-171).

O próprio Mella foi preso, acusado falsamente de colocar uma bomba em um teatro de Havana em fins de Novembro de 1925. Em protesto, o jovem revolucionário iniciou uma greve de fome, tática que lhe valeu apoio popular cubano suficiente para levar o general Machado a liberar o preso, de modo que respondesse ao processo judicial em liberdade. A campanha, porém, também fez com que sofresse um processo interno ao Partido Comunista, processo este que resultou na sua expulsão da recém-criada organização em razão da sua indisciplina. Aproveitando a liberdade, Mella fugiu de Cuba, peregrinando pela América Central até se fixar no México, onde rapidamente se integrou ao Partido Comunista do México, chegando a ocupar o cargo de secretário-geral durante certa fase. A pressão do Comintern e do Partido Comunista do México fizeram com que Mella fosse reintegrado ao Partido Comunista Cubano, mas conflitos internos posteriormente levaram-no a ser retirado do secretariado mediante a intervenção do Comintern (MÁRQUEZ, 2021).

Com a morte de Baliño em 1926 em razão da perseguição judicial aos comunistas por parte do Estado cubano, ocorrida como podemos ver pouco após a fundação deste partido, Mella continuou a manter viva dentro das tradições políticas cubanas uma interpretação da

imagem de José Martí e do seu pensamento que o apresentava como o revolucionário radical possível a uma burguesia nacional com tarefas ainda a completar, fornecendo conteúdo classista à luta de independência cubana. Essa interpretação era exemplificada pela própria vida de seu camarada Baliño, aliás (MAO, 2007, p. 172-173).

Exilado no México em razão da perseguição que também vitimara Baliño, Mella seguiu divulgando e articulando a oposição cubana ao governo de Machado. Chegou a conceber um plano que ecoou na História do país caribeno: organizar uma invasão de Cuba com embarcações partindo do México para depor o governo de Machado, contando não apenas com a participação de comunistas, mas também de organizações nacionalistas. Como se pode ver, a estratégia que consistia essencialmente em uma tomada sobretudo militar do poder foi traço de certa constância no pensamento dos revolucionários cubanos, mesmo daqueles próximos ao marxismo revolucionário, tal qual era Mella. A atividade revolucionária de Mella não ficou impune: em 10 de Janeiro de 1929 os serviços de inteligência de Machado, em colaboração com a polícia mexicana, foram responsáveis por um atentado a tiros contra o jovem revolucionário. Ele morreu no dia seguinte, levando ao silêncio uma das vozes mais inquietas do marxismo cubano (MAO, 2007, p. 173-174)<sup>32</sup>. A despeito da repressão que sofreu, sua atividade marcou uma geração de cubanos em uma série de sentidos, como seus planos de depor Machado a partir de uma invasão externa indicam.

O governo de Machado não se sustentou por muito tempo, contudo. A crise de 1929 abateu a capacidade de governar do antigo general, o qual já em 1931 enfrentou um levante nacional composto de forma heterogênea por setores da classe média urbana, caudilhos insatisfeitos, camponeses (os quais puderam manter aceso o levante durante anos) e parte do operariado cubano. Ainda que sem organização tática e estratégica suficiente para efetivar sua derrubada, levando à sua rápida repressão, o levante de 1931 deslegitimou o governo de Machado de forma profunda e serviu para diversificar os setores da oposição, até então

---

<sup>32</sup> Houve debate historiográfico sobre a responsabilidade quanto ao assassinato de Mella, em razão das disputas políticas que este travou com as lideranças dos Partidos Comunistas do México e de Cuba. Alguns historiadores levantaram a possibilidade do assassinato de Mella ter contado com a participação de Vittorio Vidali, o qual esteve envolvido no assassinato de Trotsky (também no México, cabe lembrar), já que o revolucionário cubano chegou a ser politicamente próximo dos trotskistas mexicanos, proximidade que lhe valeu a pena de expulsão do Partido Comunista do México por algumas semanas (TENNANT, 1999). Forneceu força a esta interpretação o fato de Vidali ter se envolvido com a companheira de Mella, Tina Modotti, após a morte do último. Todavia, estudos historiográficos recentes que cruzam a leitura dos arquivos da polícia cubana com os da polícia mexicana indicam que a “responsabilidade estalinista” neste crime não se verificou (LLANO; RODRÍGUEZ, 2018).

monopolizada pelo Partido Comunista de Cuba e pelo movimento sindical (MAO, 2007, p. 175-182)

No bojo dessa insurreição, ganhou força o *Directorio Estudiantil Universitario* (DEU), organização reformista de base estudantil nascida em 1927. Ainda que sem possuir uma orientação marxista, o DEU foi central ao mobilizar setores da radicalidade de classe média, com membros da organização participando de atentados e do levante de 1931. Parte do DEU, devemos sublinhar, se radicalizou com a frustração do levante e aderiu estritamente a táticas terroristas e a um ideário de caráter fascista, criando um grupo paralelo, o ABC (nomeado de acordo com a estrutura das unidades de ação dividida em três componentes, de modo que a repressão de Machado fosse dificultada) (MAO, 2007, p. 179; 183).

Para competir com o DEU na organização do estudantado cubano, o Partido Comunista de Cuba rapidamente organizou a sua própria *Ala Izquierda Estudiantil*. Além da organização estudantil, contudo, o Partido Comunista de Cuba continuou organizando outras frações da luta social cubana, como a *Confederación Nacional Obrera de Cuba* (CNOC) e o *Sindicato Nacional de Obreros de la Industria Azucarera* (SINOIA). Dessa forma, os comunistas eram capazes de coordenar campanhas econômicas com campanhas políticas, unindo pautas e elevando o grau de consciência política das massas cubanas. O espaço de manobra política do machadismo diminuía cada vez mais.

A crise do governo Machado seguiu intensa, atingindo um clímax em Agosto de 1933. A deflagração de uma greve geral neste mês paralisou o país, levando a uma mobilização popular sem precedentes, enfrentada de modo inepto pelas forças de segurança do regime. Machado renunciou após ser pressionado pelo Exército e pela embaixada dos Estados Unidos, com forças da ordem tentando criar um governo provisório encabeçado por Carlos Manuel de Céspedes y Quesada para estabilizar um país que já contava com ocupações de 36 centrais açucareiras pelo campesinato e operariado rural cubano - indicando um movimento social que exigia algo muito além da mera troca de governos (MAO, 2007, p. 188-190).

O governo de Céspedes, contudo, não foi capaz de cumprir a tarefa que lhe havia sido atribuída. Pressionado pelas camadas médias urbanas, representadas sobretudo pelo DEU e pelos militares, o governo provisório teve de enfrentar já em 5 de Setembro de 1933 um motim de sargentos contra as condições dos praças e a presença de oficiais machadistas que permaneciam em posições na estrutura militar. O movimento contou com apoio principalmente dos militares de menor posição hierárquica, os quais desde 1931 tinham atingido novo grau de organização política em razão da fundação do *Club de Alistados*, de

caráter reivindicativo, associação que passou a se aproximar de modo paulatino do DEU. Liderados por Pablo Rodríguez Pedraza, López Migoya e Fulgencio Batista, o movimento levou à queda de Céspedes sem maiores resistências já no dia seguinte, 6 de Setembro. Em meio à desorganização subsequente, Batista ascendeu ao cargo de coronel (então o mais alto na hierarquia militar cubana), assumiu o controle do Exército cubano e reorganizou o oficialato tanto desta força quanto da Marinha, promovendo praças e civis após o sufocamento de uma revolta de oficiais e se tornando o novo homem forte das forças da ordem (BANDEIRA, 2009, p. 91-93; MAO, 2007, p. 191-193). Se iniciava a experiência política do *Gobierno de los Cien Días*.

No início do *Gobierno de los Cien Días* formou-se um novo Governo Provisório, rapidamente substituído pela presidência provisória de Ramón Grau San Martín, um professor universitário. Para o cargo de *Secretário de Gobernación, Guerra y Marina*, Grau indicou um de seus alunos, Antonio Guiterras.

Guiterras havia participado das várias mobilizações estudantis dos anos anteriores, como as manifestações em solidariedade à greve de fome de Mella (o qual Guiterras conheceu pessoalmente posteriormente), fundando o DEU junto com outros militantes e atuando junto a grupos menores como o *Movimiento Estudiantil Unificado* (MEU). Chegou a liderar uma organização política, a *Unión Revolucionaria*, fundada em 1932, defendendo, como tantos outros cubanos da oposição ao machadismo, que apenas uma sublevação armada poderia libertar e manter liberta Cuba da tirania - sublevação que deveria partir, preferencialmente, da província de Oriente. Guiterras claramente representava dentro da experiência dos *Cien Días* forças mais radicalizadas e comprometidas com a transformação social cubana, e sua proximidade de Grau fez com que este fosse impulsionado a aplicar uma série de medidas nacionalistas e reformistas.

Tais medidas fizeram com que o movimento sindical se desorganizasse ao ter parte de suas reivindicações atendidas, levando as forças da ordem a aproveitar o momento e partirem à contra-ofensiva liderada pelo Exército já sob controle de Batista. O Partido Comunista de Cuba, como era de se imaginar, sofreu com tais investidas: em 29 de Setembro de 1933, ao organizar junto a outras organizações uma procissão levando as cinzas de Mella a um panteão construído pelos operários cubanos de Havana, os comunistas e outros defensores do legado de Mella foram alvos de ataque por parte de soldados batistianos, resultando em grande saldo de mortos e feridos. A investida também se voltou contra o panteão, destruído na mesma ocasião, e contra a sede da CNOC, invadida e incendiada. O episódio ajuda a explicar a oposição que as forças de esquerda cubana fizeram ao *Gobierno de los Cien Días*, em

especial as ligadas ao Partido Comunista<sup>33</sup> (BANDEIRA, 2009, p. 93; MAO, 2007, p. 191-193).

As reformas pretendidas por Grau mobilizaram as forças da ordem contra o *Gobierno de los Cien Días*. A reorganização das forças armadas de Machado fez com que apenas 106 oficiais permanecessem nos seus cargos após a composição do governo de Grau. Insatisfeitos, o antigo oficialato de Machado, estimulado pela embaixada americana, realizou em conjunção com o ABC uma sublevação a partir do *Hotel Nacional*, residência do então embaixador americano Summer Welles. Reprimidos ambos os grupos pelo governo Guiteras, Batista aproveitou a situação para consolidar sua posição de domínio sobre os militares cubanos (MAO, 2007, p. 196-197). A incapacidade de Welles em derrubar o governo Grau o fez ser substituído pelo Estado norte americano, o qual colocou em seu posto o embaixador Jefferson Caffery, o qual foi capaz de articular de modo muito mais competente a oposição direitista ao *Gobierno de los Cien Días*, em aliança com Batista. Quando Grau finalmente buscou controlar a situação retirando Batista do comando das forças militares em Janeiro de 1934, era tarde demais: o antigo sargento já controlava as forças armadas e aproveitou a movimentação do governo para depôr o governo Grau em 15 de Janeiro de 1934, colocando imediatamente o seu líder mais radicalizado, Guiteras, na ilegalidade (MAO, 2007, p. 197-198).

O antigo líder estudantil não aceitou a situação, contudo. Passou a articular na ilegalidade diversos grupos de resistência armada ao regime de Batista, como o TNT e o *Joven Cuba*. Paralelamente a ele, o Partido Comunista seguia pressionando o governo através de uma série de mobilizações, atingindo o ápice na greve de Março de 1935, responsável por paralisar vários setores econômicos de Cuba. Embora Guiteras considerasse que uma greve sem disposição à insurreição armada fosse fadada ao fracasso, apoiou o movimento daqueles que tinham se oposto ao governo do qual fizera parte. A supressão das tropas de Batista ao movimento grevista levou a uma escalada repressiva que culminou na morte de Guiteras quando este buscava fugir com alguns de seus camaradas da *Joven Cuba* para o México, de onde planejava organizar uma expedição militar libertadora de Cuba contra Batista. A fuga foi frustrada pela intervenção de tropas do governo cubano (MAO, 2007, p. 201-203).

Ainda que derrotado, o movimento revolucionário cubano dos anos 20 e 30 do século XX foi capaz de criar uma tradição revolucionária que inspiraria a Revolução Cubana de 1959. Conforme José Rodrigues Mao Júnior aponta, as principais formas de luta empregadas

---

<sup>33</sup> O qual ainda seguia a política sectária, a ser abandonada apenas após o VII Congresso da Internacional Comunista em 1935, que estabeleceu como diretiva para a luta antifascista a formação de frente populares

neste momento já despontaram neste momento: a combinação de greves econômicas com reivindicações políticas; a disposição a uma insurreição militar, especialmente a partir de uma invasão coordenada externamente; e a mobilização de um nacionalismo intransigente com disposição a realizar transformações sociais profundas, mesmo quando realizada por setores com horizonte não além do capitalismo (MAO, 2007, p. 205).

A partir de 1937, seguro com a virtual extinção da *Joven Cuba* e a restrição da atividade comunista aos sindicatos, Batista começou a alinhar a sua política interna de acordo com os ventos “antifascistas” que sopravam de Washington. Após a reorientação comunista de 1935 e o início da pressão pelos EUA para uma política que afastasse suas esferas de influência do espectro do Eixo no contexto do pré-Segunda Guerra Mundial, Fulgencio Batista implementou uma hábil dubiedade com relação ao Partido Comunista de Cuba, agora sob a liderança de Blas Roca. Se inspirando no modelo do mexicano Lázaro Cárdenas, Batista buscava angariar apoio dos comunistas cubanos sem jamais se declarar ele próprio simpático ao comunismo. Permitiu então a reorganização legal do Partido Comunista Cubano sob o nome de *Unión Revolucionária Comunista* (URC) em 1939, além da volta das publicações dos periódicos comunistas, como o jornal *Hoy*. Some-se a isso a convocatória de uma Assembléia Constituinte, a qual, inspirada pelas pressões liberalizantes do campo em conflito com o Eixo, elaborou uma Constituição que estabeleceu alguns princípios progressistas, como a função social da terra e a retomada da vida partidária. Em troca, os comunistas cubanos passaram a apoiar o pró-estadunidense Batista em 1940 durante as eleições presidenciais contra ninguém menos que Ramón Grau San Martín, apoiado pelo Partido Revolucionário Cubano-Autêntico (PRC-A), também chamado de Partido Autêntico<sup>34</sup>, sob a lógica das frentes antifascistas. Com a vitória de Batista, o Partido Comunista chegou mesmo a compor o governo cubano, tendo dois de seus dirigentes apontados a ministérios sem pasta.

Nas eleições de 1944, os comunistas novamente ficaram ao lado do governismo de Batista, apoiando Carlos Saladrigas Zayas contra Grau. Nesse mesmo ano, o Partido Comunista assume o nome de Partido Socialista Popular (PSP). Em 1944, contudo, o campo governista é derrotado, com Grau assumindo novamente o governo cubano. Os comunistas se

---

<sup>34</sup> Os *autenticos* aglutinavam setores socialmente heterogêneos, como profissionais liberais e trabalhadores urbanos, os quais buscavam uma reorganização moral e institucional do capitalismo cubano em um sentido radical. Recrutaram uma parte razoável das suas bases da antiga *Joven Cuba* e do DEU - o que ajuda a entender o motivo pelo qual um setor minoritário destes defendia que a derrubada de Batista deveria ocorrer pela insurreição armada, e não por disputas institucionais. A expressão *autenticos* se devia ao fato de pretenderem representar os autênticos seguidores dos ideais de José Martí. Sua predominância na Constituinte de 1940 ajuda a explicar o relativo caráter progressista deste documento legal (MAO, 2007, p. 211-212).

decidem pelo apoio ao governo dos *autenticos* e às medidas que entendem como progressistas, só retirando o apoio em 1947 após a interferência do governo Grau nas eleições da direção da *Confederación de Trabajadores de Cuba* (CTC) em favor do candidato sindical *autentico* contra o candidato comunista (CALEGARI, 2018, p. 150-151).

A situação do PSP se tornou novamente problemática na sociedade cubana após a eleição presidencial do também *autentico* Carlos Prío Socarrás, em 1948, processo no qual o isolamento comunista já se fazia sentir: incapaz de compor alianças como nos últimos pleitos, os comunistas lançaram uma candidatura própria, a qual terminou em último lugar. Isso não se devia a qualquer debilidade do próprio partido: em 1947, o PSP tinha 50 mil filiados, se constituindo no terceiro maior Partido Comunista da América Latina<sup>35</sup>. Antes, a situação apontava o isolamento político que a nova conjuntura impunha aos comunistas em Cuba. Dançando conforme os tempos da Guerra Fria, Socarrás iniciou perseguição sistemática ao movimento sindical e ao comunismo em Cuba: a título de exemplo, a rádio comunista *Mil Díez* foi fechada em Maio de 1948, o *Notícias de Hoy* teve sua sede destruída em Agosto de 1950 e os líderes sindicais Jesús Menendez, Amancio Rodríguez e Aracelio Iglesias foram mortos pela polícia cubana. A situação, contudo, se acentuaria com o golpe de Fulgencio Batista em 1952, desfechado em meio ao processo de eleição ao cargo de presidente no referido ano.

A deterioração dos governos *autenticos* em relação ao ideal fundacional do PRC-A levou parcelas mais radicalizadas sob a liderança de Eduardo Chibás a fundar em 1947 um novo partido, o Partido do Povo Cubano - Ortodoxo (PPC-O), também conhecido como Ortodoxo. Sua ideologia não era particularmente distinta da do antigo Partido Autêntico, mas dentro da juventude *ortodoxa* começava a circular o marxismo como ferramenta de análise para compreensão da realidade do país caribenho, esgrimido também como para justificar a incapacidade de constituição do “capitalismo purificado” em Cuba. A frustração com o *autenticismo* no poder fez com que os *ortodoxos* crescessem ferozmente. Chibás costumava participar da vida pública cubana através de locuções ferozes no rádio, denunciando a corrupção de membros do governo e da sacarocracia da ilha caribenha. O locutor pretendia concorrer às eleições de 1952 como candidato a presidente. Contudo, em Agosto de 1951, o líder *ortodoxo* se viu incapaz de fornecer provas de um escândalo de corrupção envolvendo o Ministério da Educação de Cuba, motivo pelo qual acabou se suicidando e abrindo espaço para o avanço de Batista, cujas intenções golpistas denunciou antes de morrer. Entre os

---

<sup>35</sup> Agradecemos ao Professor José Rodrigues Mao Júnior pela informação.



membros da referida juventude *ortodoxa*, encontrava-se um jovem estudante de Direito que tencionava se lançar candidato nas eleições de 1952, pretensão frustrada pelo golpe de Batista e pelo suicídio de Chibás: Fidel Castro Ruz (BANDEIRA, 2009, p. 125-126; MAO, 2007, p. 227-230).

Imediatamente após o golpe, o PSP passou à oposição. O partido fez com que toda a sua bancada legislativa renunciasse para não jurar aos Estatutos que Batista tinha imposto no lugar da até então vigente Constituição de 1940, manobra que gerou fortes problemas financeiros à organização. Além disso, sedes partidárias em cidades importantes como Santa Clara foram invadidas, membros da direção foram detidos e instalações de produção do *Notícias de Hoy* foram novamente visadas pelo governo cubano. Depois de realizar um chamado a estabelecer uma aliança com as forças de oposição ao regime, o Partido Comunista se viu sem resposta de qualquer liderança partidária, motivo pelo qual passou a denunciar articulações oposicionistas de *autenticos* e de movimentos estudantis como experiências pequeno-burguesas. Isso não implicou uma mudança de sua tática frentista: entre 1952 e 1956, o PSP seguia apostando que a deposição de Batista só poderia advir de uma frente ampla de partidos buscando a redemocratização da ilha caribenha - frente que obviamente deveria contar com a participação de si próprio e das massas que ele pretendia representar - acreditando que a redemocratização era uma etapa necessária ao desenvolvimento social e econômico de Cuba para a chegada ao socialismo. De maneira coerente, os comunistas mantiveram sua denúncia de táticas putschistas e que pretendiam empregar insurreições armadas para a deposição de Batista. O surgimento de um novo movimento no horizonte político cubano, contudo, colocou em xeque as posições dos antigos comunistas (CALEGARI, 2018, p. 154-156). É o que veremos a partir daqui.

### **3.1.2. O Movimento 26 de Julho e o processo de derrubada de Batista.**

Com a morte de Eduardo Chibás, o antigo movimento *ortodoxo* entrou em crise. Sem saber ao certo que rumo tomar, as lideranças partidárias foram rapidamente atingidas por um segundo impacto, o golpe de Batista. Desnortado, o Partido Ortodoxo viu suas bases se desorganizarem.

É nesse cenário que Fidel Castro impulsionou a formação de um movimento de resistência específico, *El Movimiento*. Aglutinando setores da extração popular como a juventude *ortodoxa*, estudantes e mesmo membros desobedientes do PSP (como era o caso do irmão de Fidel, Raul Castro) esse movimento tinha um caráter acentuadamente militar, na

medida em que era organizado em células de dez a vinte e cinco membros diretamente subordinadas a um Estado Maior, estando ausentes órgãos com funções de caráter político. Como horizonte a *El Movimiento*, Fidel propunha um levante armado que levasse à deposição de Batista, utilizando os espaços que obtinha na imprensa e no rádio para divulgar suas idéias - rapidamente retirados ao longo de 1952 pela censura de Batista. *El Movimiento* chegou a reunir mais de mil membros ao longo de sua existência (MAO, 2007, p. 237).

Fidel pretendia iniciar a derrubada de Batista a partir da tomada da cidade de Santiago de Cuba, dialogando com a história cubana, já que esta era a capital da então Província de Oriente, berço maior de uma série de movimentos contestatórios cubanos. Para atingir este objetivo, contudo, pretendia obter armas para suprir o nascente exército do movimento. O quartel Moncada, localizado em Santiago, era perfeito: então a segunda maior unidade do Exército cubano, se tomada a instalação podia servir de local de suprimento para Fidel e seus homens quanto ao armamento, estando situada na histórica província rebelde e, em caso de derrota, próxima à famosa *Sierra Maestra*, de onde poderiam iniciar uma guerra de guerrilhas se *El Movimiento* se visse obrigado a fugir de Santiago. Trata-se, como podemos perceber, de uma estratégia bem diversa da pretendida pelo PSP para derrotar a ditadura de Batista (MAO, 2007, p. 237-239).

Após os devidos preparativos, marcados pelo extremo sigilo (de todo o movimento liderado por Fidel, cerca de dez pessoas sabiam do alvo pretendido), o planejado assalto se iniciou nas primeiras horas de 26 de Julho de 1953, com mais de cem participantes. Todavia, a surpresa, elemento central no plano, fora perdida em razão de conflitos na rua entre membros do Exército de Batista e de *El Movimiento*, além da falta de capacidade de alguns participantes do ataque em encontrar o quartel alvo por desconhecerem a cidade de Santiago. A resposta das forças da ordem foi implacável - mais da metade dos participantes foram mortos, muitos após sessões brutais de tortura. Também preso, Fidel teve de adotar uma estratégia diferente (MAO, 2007, p. 239-241).

Iniciados os processos contra os revoltosos, Fidel decidiu aproveitar a sua condição de advogado para conduzir a própria defesa em face do regime de Batista. Em uma hábil guinada histórica na condução do julgamento, o líder de *El Movimiento* assumiu a responsabilidade sobre o ataque ao Quartel Moncada, mas se apresentando como um libertador em face de tiranos, aproveitando a situação para colocar Batista e a sua ordem golpista no banco de réus ao denunciar os vários crimes cometidos pela ditadura - a começar pelos crimes cometidos contra seus companheiros. Nesse cenário, Fidel demonstrou uma de suas principais características pessoais: a sua excelente oratória. A situação se tornou tão

problemática para o Estado cubano que Fidel teve seu processo separado do restante dos réus, sendo julgado a portas fechadas. Por ocasião da leitura de sua sentença, Fidel pronunciou o seu famoso discurso, *A História me absolverá*, continuando a alta tensão sustentada ao longo de todo o julgamento (MAO, 2007, p. 243-245).

Ao final, os vários membros de *El Movimiento* foram todos condenados a penas variando entre alguns meses e mais de dez anos de reclusão, e então remetidos ao cumprimento da pena ao presídio da *Isla de Pinos* - erro duplo, já que, além de concentrar todos os revoltosos em uma mesma unidade prisional, se tratava do mesmo local para onde fora enviado preso José Martí, facilitando assim o diálogo simbólico com as tradições históricas cubanas de insubordinação ao poder que Fidel e seus camaradas já haviam iniciado. Ali, *El Movimiento* se tornou o *Movimiento 26 de Julio* (M-26), em homenagem à data do assalto ao Quartel Moncada. Movimento heterogêneo, o M-26 era formado por uma base social diversa, de profissionais liberais e militantes oriundos do movimento estudantil a antigos militares.

Após pressões oriundas de manifestações populares e buscando dotar o regime de um verniz democrático após eleições em que fora o único candidato, Batista anistiou os revoltosos em 1955. Livre assim como o restante do grupo, Fidel tentou retomar a atividade política do M-26 com seus camaradas, mas logo avaliou que não havia espaço de manobra política para tanto se permanecessem na ilha caribenha. Com o auxílio de membros do M-26 já no México, escapou para lá para reorganizar uma nova investida militar contra o regime de Batista. Esta deveria ser composta por uma combinação de levantes, centrados os esforços, novamente, na Província de Oriente.

Cabe sublinhar que o caráter dessa investida era alvo de polêmica interna à organização. Enquanto alguns setores, sobretudo os próximos a Fidel, defendiam a estratégia oriental e da construção de colunas guerrilheiras no interior cubano, outros setores do M-26 defendiam que a ofensiva militar contra Batista deveria se dar nos centros urbanos de Cuba, principalmente em Havana.

Seja como for, no México o M-26 estabeleceu uma linha de estratégia política clara e distinta em relação a outras organizações cubanas de oposição, tanto os partidos como o PSP e o Partido Ortodoxo quanto o *Directorio Revolucionario Estudiantil* (DRE), movimento de base estudantil liderado por José Antonio Echeverría. Por um lado, se opunham ao gradualismo e à participação institucional proposta pelos partidos como forma de derrotar o regime de Batista, defendendo a estratégia armada conjugada com uma greve como única solução possível nos marcos do fechamento político imposto pelo golpe de 1952. Por outro

lado, se opunham ao que classificavam como estratégia terrorista e tiranicida do DRE, acreditando que eram necessárias transformações mais profundas da sociedade cubana para garantir a derrota da ordem política que sustentava Batista - não bastava remover fisicamente a presença do tirano, era imperioso revolucionar a sociedade cubana para que não houvesse mais tirania. O M-26 (em especial o setor ligado a Fidel) também discordava do DRE com relação ao local central da condução de lutas contra Batista: enquanto o DRE afirmava que Havana deveria ser o epicentro de lutas, o M-26 defendia que a província de Oriente fornecia maior margem de manobra, alegando que Havana concentrava o grosso das forças de Batista (MAO, 2007, p. 254-256).

Tais discordâncias, contudo, não impediram que o M-26 estabelecesse alianças com o DRE para alinhar estrategicamente a oposição a Batista - alianças que posteriormente se ampliaram a outros setores da oposição cubana. De acordo com o pacto estabelecido com o DRE, enquanto este se preocuparia com as tarefas de Havana, o M-26 se voltaria a abrir uma frente guerrilheira em Oriente (MAO, 2007, p. 254-256).

De sublinhar ainda que durante a estadia e preparo do M-26 no México, foi central o general cubano Alberto Bayo e suas lições sobre a tática guerrilheira. Bayo participara já de vários episódios militares, entre os quais a Guerra Civil espanhola, atuando como oficial republicano contra as tropas de Francisco Franco, apoiado pelo nazifascismo. Durante essa experiência, Bayo defendeu que a Primeira República Espanhola deveria adotar a guerra de guerrilhas em larga escala contra as investidas das tropas franquistas, evitando a confrontação direta e dando preferência a ataques intermitentes (MAO, 2007, p. 250-251). A tática guerrilheira não agradava à maior parte dos cubanos<sup>36</sup>, entre os quais Fidel, os quais preferiam ataques diretos a instalações e cidades de grande relevo, mas chamou a atenção de um médico argentino: Ernesto “Che” Guevara (DOSAL, 2005, p. 76-96).

Com este horizonte em mente, o M-26 passou a preparar a sua nova invasão de Cuba. Partindo do México às pressas em meados de Novembro de 1956, em razão de uma incursão

---

<sup>36</sup> Essa rejeição não deve ser atribuída exclusivamente a um “traço cultural-histórico” cubano, que privilegiaria estratégias de enfrentamento militar direto e atos de bravura em detrimento de uma estratégia “covarde”, marcada pela fuga constante. Antes, uma boa parte da tradição socialista até então via a guerrilha como uma forma qualitativamente inferior de estratégia militar, ligada sobretudo às tradições reacionárias da guerra irregular da Vendéia e dos grupos monarquistas responsáveis por fustigar as tropas napoleônicas durante a ocupação da Península Ibérica pelos franceses - de onde, aliás, o termo “guerrilha” (*guerrilla*) deriva a partir do castelhano, significando literalmente “guerrinha”. Nem mesmo no caso da Revolução Chinesa se buscou teorizar a guerrilha como estratégia central de assalto ao poder. A situação mudará, precisamente, com o sucesso da Revolução Cubana, o que no entanto não quer dizer que os defensores do campo reacionário tenham aberto mão de reivindicar para sua tradição a guerrilha: um dos principais exemplos é o de Carl Schmitt em seu *Teoria do Guerrilheiro*, em que o jurista da direita radical tenta reinterpretar as revoluções chinesa, vietnamita e cubana (mas não as de Che) de modo dubiamente positivo pois “telúricas”, ligadas a um solo (SCHMITT, 2008). Agradecemos parte desta nota às observações feitas por José Rodrigues Mao Júnior.

policial, os revolucionários do M-26 zarparam com destino a Cuba em um pequeno iate, o *Granma*, com Fidel Castro, Raúl Castro e Ernesto “Che” Guevara. Embora a embarcação fosse destinada a cerca de vinte pessoas, mais de oitenta membros do movimento embarcaram no *Granma*. O desembarque, programado para ocorrer em conjunto com uma série de levantes armados em Novembro (inclusive um que efetivamente ocorreu, liderado por Frank País em Santiago de Cuba no dia 30 de Novembro), se deu apenas no dia 2 de Dezembro de 1956 - atraso que fez com que os levantes planejados fossem abortados. As condições foram terríveis: desembarcados em um ponto distante do inicialmente pretendido, os revolucionários tiveram de marchar por mangues e pântanos, perdendo materiais e rebaixando a moral da tropa. Para piorar a situação, a repressão de Batista tomou conhecimento da movimentação do M-26 e preparou uma emboscada em *Alegria del Pío*, ponto próximo a canaviais da região oriental, prendendo ou matando a maior parte dos companheiros de Fidel. Por sorte, o líder cubano conseguiu reagrupar ao longo de dias seus comandados e a partir daí reorganizar o M-26 na *Sierra Maestra*, estabelecendo nas montanhas uma base operacional móvel para conduzir a abertura de uma frente guerrilheira (DOSAL, 2005, p. 71-74; MAO, 2007, p. 259-263).

Inicialmente, as tarefas do nascente *Ejército Rebelde* eram em suma as típicas militares: estabelecer bases e redes logísticas, conseguir firmar contatos com a população local, obter munições e armamentos e atacar ou se defender de incursões inimigas. Todavia, já no verão setentrional de 1957 a preocupação com a formação política de quadros passou a ser um elemento integrante da estratégia do M-26: a essa altura, Che já havia requisitado a contatos no PSP o envio de um quadro político de modo a educar o nascente *Ejército* do M-26. O enviado, Pablo Ribalta, havia estudado em Praga e, após ser testado pelo próprio Che no que diz respeito ao seu conhecimento do marxismo e pela realidade da guerrilha no que concerne seu aprestamento militar, ingressou como instrutor na pequena escola militar criada pelo M-26 nas *Minas del Frío*, no início de 1958. Che entendia que havia a necessidade não só da criação de uma força militar, mas de que esta força militar fosse dotada de formação política revolucionária (DOSAL, 2005, p. 154).

Conforme a guerrilha de Fidel conseguiu obter repetidos sucessos militares e políticos, sua imagem diante da oposição cubana foi se consolidando e se tornando uma questão de debate. A ideia de que havia um *Territorio Libre de Sierra Maestra* onde a soberania de Batista era posta a prova funcionou como um rastilho de pólvora no já quente cenário político cubano. O PSP não escapou à questão, como toda a sociedade cubana. De modo coerente com a sua posição histórica, os antigos comunistas seguiam pouco confiantes

quanto ao caráter do M-26 (BANDEIRA, 2009, p. 198). Embora alguns de seus militantes estivessem ligados ao *Ejército Rebelde*, como vimos, a posição oficial e pública de Blas Roca e demais líderes era de que a deposição de Batista deveria não só ser liderada pelo PSP como tampouco poderia ser obra de um punhado de “aventureiros” isolados na mata.

Exemplo dessa situação foi a greve de Abril de 1958. Para entender a importância e o papel do PSP da questão, é necessário retomar alguns pontos. Conforme já delineamos, o M-26 era um movimento longe de ser algo monolítico. Mesmo após a formação do *Territorio Libre*, ainda havia debates internos ao M-26 quanto a qual devia ser o foco de luta e ao papel do *Ejército Rebelde* no panorama da refrega. Aqueles que defendiam que a *Sierra* deveria ser o eixo do combate do M-26 ficaram conhecidos como *la Montaña*, em referência às montanhas da cordilheira da *Sierra*. Já aqueles que defendiam que Havana deveria ser o local central do levante armado contra o Batista ficaram conhecidos como *el Llano*, ou planície, em referência à localização predominante deste setor do M-26 em terras mais baixas (em especial, os centros urbanos). Como bem recorda Mao Júnior, estas duas posições do M-26 eram inspiradas em ciclos insurrecionais de Cuba e se mantinham nos marcos de determinadas tradições de insubordinação da ilha caribenha (MAO, 2007, p. 299).

No momento dos debates sobre a deflagração da greve, a posição do grupo “militarista” era contrária ao emprego da tática naquele momento. De acordo com a sua estratégia, expor os militantes responsáveis por nutrir e sustentar o esforço armado do *Territorio Libre* à repressão de Batista era uma irresponsabilidade. Já para o *Llano*, o momento era adequado para que a greve se desenvolvesse e tornasse um levante armado a partir das grandes cidades. Naquele momento, a posição do *Llano* do M-26 saiu vitoriosa (DOSAL, 2005, p. 155-156; MAO, 2007, p. 300-301).

A greve, contudo, foi uma falha retumbante. Apenas em Santiago, Camaguey e Santa Clara houve adesões relevantes à mobilização. De qualquer modo, as previsões da *Montaña* se mostraram corretas: a repressão de Batista aproveitou que os militantes do M-26 tiveram de sair das sombras da clandestinidade durante o movimento para avançar sobre estes, lendo a fraqueza da greve como uma mostra de debilidade do movimento como um todo.

Sobre os motivos do fracasso da greve de Abril de 1958 há debate historiográfico. Contudo, é de modo geral dado como certo que a falta de apoio do PSP foi central para a derrota do movimento paredista. Parte da bibliografia aponta a falta de coordenação entre o PSP e o M-26 para explicar a fraca participação dos movimentos sindicais ligados aos velhos

comunistas na greve de Abril<sup>37</sup> (SENA, 2013, p. 248). Outra parte, contudo, explica essa ausência em razão da oposição à estratégia armada encarnada sobretudo pelo M-26 - posição, sempre importante lembrar, coerente com as avaliações do próprio partido sobre o capitalismo cubano (ANDRADE, 1998, p. 115; BANDEIRA, 2009, p. 198-199). Contraditoriamente, sublinhamos que a abstenção do PSP em relação à greve acabou por fortalecer dentro do M-26 justamente os setores mais representativos da estratégia “romântica” tão criticada pelos antigos líderes comunistas. O *Llano* saiu desmoralizado, enquanto a *Montaña* assumiu um papel diretivo ainda maior - indicando uma fusão ainda acentuada entre órgãos militares e políticos dentro do M-26.

A confiança que a derrota da greve de 1958 gerou entre a elite da ditadura de Batista impeliu-a ao enfrentamento final contra o *Territorio Libre* de Sierra Maestra, buscando aproveitar o *momentum* para eliminar a incômoda guerrilha comandada por Fidel Castro. Visando sufocar as tropas de Fidel, que contavam com aproximadamente trezentos combatentes, Batista enviou em Maio de 1958 cerca de dez mil militares para a cordilheira da província de *Oriente*. A desmoralização militar dos militares de Batista e a habilidade guerrilheira do *Ejército Rebelde*, contudo, fizeram da campanha um fracasso - não só do ponto de vista de perdas de pessoal, infligindo pesadas baixas ao Exército de Batista, mas também de material, com equipamentos caindo nas mãos das colunas lideradas pelo M-26, inclusive blindados (DOSAL, 2005, p. 131-170).

A partir daí, Castro inverteu a situação e em Agosto de 1958 enviou colunas lideradas por Che Guevara, Camilo Cienfuegos e Jaime Vega para expandir o controle do *Ejército Rebelde* sobre o território cubano. Conforme estas avançavam, era comum que unidades militares negociassem a rendição com os comandantes do M-26. A ofensiva final sobre as fortalezas de Batista adquiriu um caráter quase de celebração, ocorrendo de modo fulminante durante os dias finais do ano de 1958, com o antigo ditador fugindo de Cuba às pressas durante a virada de 1958 para 1959 (MAO, 2007, p. 306-311). Segundo Fidel, era como se o *Ejército Rebelde* fosse ocupando um vazio na medida em que avançava sobre os quartéis dos inimigos (D'ÁVILA, 1986, p. 54-55 apud MAO, 2007, p. 310)

Nesse período, conforme o Estado cubano se desmantelava, o PSP foi obrigado pelos fatos a rever suas antigas posições contrárias às iniciativas armadas contra o governo de Batista. Essa revisão fez com que o PSP se aproximasse de modo mais sólido do M-26 e

---

<sup>37</sup> Em defesa dessa posição, Caridad Masson Sena aponta à aceitação por parte da direção do PSP com relação à abertura de uma frente armada na província de *Santa Clara* por militantes comunistas sob a liderança de Félix Torres em Março de 1958 (anteriormente, assim, à greve de Abril), diminuindo assim o fator da oposição comunista à luta armada como elemento que perturbou a coordenação entre M-26 e PSP.

compusesse a frente oposicionista liderada por Fidel, ainda que com certa desconfiança com relação ao líder do *Ejército Rebelde*. A mudança, porém, foi tardia demais para que os antigos membros do PSP conquistassem uma predominância sobre o processo revolucionário cubano então em curso. Sua associação com o M-26 neste momento imediatamente anterior à queda de Batista foi entretanto suficiente para que ele voltasse ao centro da disputa política - nem sempre de modo positivo, conforme veremos.

Contudo, acreditamos ser interessante debater a forma com que se deu a constituição da administração dos territórios sob administração do *Ejército Rebelde* antes de adentrar o desenrolar da constituição das organizações políticas pós-revolucionárias. Essa caracterização nos permitirá perceber o papel que os órgãos políticos e/ou militares adquiriram na ascensão do M-26 ao poder em Cuba e na posterior constituição das organizações partidárias cubanas

Conforme já dissemos, ao nos depararmos com a questão da Revolução Cubana em face de outras experiências revolucionárias como a Revolução Chinesa ou a Revolução Russa, é flagrante a inexistência de uma organização centralizada como eram os Partidos Comunistas liderando o processo. Em face dessa situação, os territórios conquistados pelo *Ejército Rebelde* não eram organizados politicamente por uma autoridade predominantemente política, mas sim pelas autoridades militares ligadas a esta força militar - implicando assim em uma relativa falta de preocupação com a constituição de um aparato político

A título de exemplo, cabe citar o testemunho do próprio Guevara quanto à constituição de aparatos tipicamente estatais nas zonas liberadas a partir da sua experiência na revolução cubana: “A auditoria, o departamento central de justiça, das leis revolucionárias, e da administração, é um dos pontos vitais do exército guerrilheiro já constituído com território próprio” (GUEVARA, 1980, p. 77). Ora, como se pode ver, não há vinculação entre autoridade estatal com organização partidária, e sim com estrutura militar. Não pretendemos com isso afirmar que Guevara se colocava como opositor teórico das estruturas partidárias enquanto tais - afinal de contas, conforme já afirmamos, tais proposições se aproximam mais dos escritos de Debray do que do líder argentino. Usamos seu testemunho apenas para sublinhar a relativa ausência de organização do nascente Estado cubano nos *Territórios Libres* de Cuba a partir de modelos partidários.

Essa relativa debilidade institucional partidária e uma grande concentração de poder político nas estruturas militares conduzirá a problemas na organização das massas e na relação entre tais massas e as organizações políticas em favor da revolução cubana, determinantes na formação futuras destas. É este processo, que deságua na constituição do Partido Comunista de Cuba, que veremos agora.



### 3.1.3. A formação do novo Partido Comunista de Cuba.

Em face da derrocada de Batista, as massas cubanas e sua longa experiência não permaneceram paradas, aguardando a atuação de uma liderança política. Em meio à fuga de Batista, por exemplo, foi deflagrada uma greve geral de uma semana que paralisou o país. Ainda na tradicionalmente rebelde província de Oriente, foram surgindo as *Juntas de Coordinación, Ejecución e Inspección* (JUCEI), “[...] criadas nos primeiros momentos da revolução [...] e que estavam em vias de se constituir em poder político local agrupando todas as organizações operárias e populares da região, mas ainda sem uma expressão nacional centralizada” (ANDRADE, 1998, p. 120). Tais estruturas paralelas foram vistas com certa desconfiança por Guevara, por exemplo, no que diz respeito a possíveis complicações que a assunção de poderes políticos por parte destes órgãos de administração populares *vis-a-vis* as incipientes organizações políticas da revolução cubana (ANDRADE, 1998, p. 120-121). A relativa timidez das medidas inicialmente defendidas por Castro diante da radicalidade das massas de Cuba indica as dificuldades da liderança do M-26, um movimento heterogêneo social e ideologicamente, em dirigir um processo revolucionário na ausência de uma organização política bem estruturada previamente.

As tensões surgidas ao longo do início do processo revolucionário cubano, entre início de 1959 e início de 1961, processo em contradição com a antiga estrutura social, levaram rapidamente a fraturas dentro do antigo M-26. Essas serviram de estímulo à radicalização das posições dos líderes guerrilheiros do antigo movimento liderado por Fidel, fossem os ainda vacilantes no que diz respeito à adesão ostensiva ao socialismo ou naqueles já convictamente comunistas. É durante este período que se iniciam reformas como a reforma agrária e as campanhas de nacionalização, a reestruturação do aparato administrativo e estatal cubano com a depuração de pessoas com ligação ao regime de Batista<sup>38</sup>. Também é durante essa fase que o conflito internacional com os Estados Unidos atinge os pontos mais duros, com episódios que vão do anedótico<sup>39</sup> ao épico, como o caso da tentativa de invasão através da Baía dos Porcos. É nesse sentido que Florestan Fernandes descreve a fase pós-derrubada

---

<sup>38</sup> Depuração que contou com julgamentos conduzidos não centralmente por membros do M-26, do DRE ou do PSP, mas quase sempre com oficiais militares, ainda que Guevara fosse o principal responsável por julgar apelações (KELLNER, 1989, p. 52).

<sup>39</sup> A título de exemplo, as agências de inteligência dos EUA chegaram a contemplar a possibilidade de forjar a segunda vinda de Jesus Cristo como parte de um plano para acabar com a Revolução Cubana (BEVINS, 2022, p. 89)

de Batista como sendo o de maior fecundidade da guerrilha cubana enquanto base de uma formação política - a qual deve e será, porém, superada. Vale a pena citar extensivamente:

Inaugura-se, assim, o período “menos heróico” ou “menos romântico” da ação dos guerrilheiros, porém, o período mais fecundo e construtivo da guerrilha como base da política revolucionária. É comum ouvir-se falar na “radicalização na Serra”. Ora, a radicalização na Serra não é nada em comparação à radicalização concentrada, que teve de ser desenvolvida entre 1959 e o primeiro semestre de 1961, a qual nascia da própria estrutura do poder revolucionário e da necessidade de tomar decisões especificamente revolucionárias. A “guerrilha militar” permitira chegar à conquista do poder. A “guerrilha política” começara, então, como uma típica revolução a partir de cima. [...]. Não faltou, mesmo, uma certa malícia no uso do setor liberal-radical da burguesia como uma espécie de *straw man*. Forçado a medir-se com as exigências da situação, esse setor deixou a descoberto as impossibilidades da burguesia e de uma cubanização do capitalismo [...]. Os estratos burgueses viram-se postos diante de tarefas políticas que não podiam desempenhar sem comprometer o capitalismo com a desagregação da ordem social neocolonial, ou seja, sem desagregar o modo capitalista de produção. Tiveram de titubear, de oscilar e de passar à contra-revolução no momento em que a pressão das classes trabalhadoras e da população pobre alcançara o zênite - o que simplificou deveras o trabalho destrutivo da revolução, que aumentou assim a liberdade de dar um combate sem tréguas aos últimos baluartes da ordem social neocolonial [...] (FERNANDES, 2007, p. 134)

Concordando com Fernandes, manifesta-se José Rodrigues Mao Júnior apontando também que os problemas de Castro em lidar com a oposição interna dentro do próprio M-26 faziam com que ele buscasse equilibrar a situação recorrendo ao *Ejército Rebelde* (a “guerrilha política”) - o qual, contudo, possuía um limite organizacional para conduzir o processo revolucionário. Vejamos como o autor descreve o período pós-derrubada de Batista:

Naquela época, a existência de uma ala burguesa de direita no seio do M26-7 fazia com que esta organização, aos olhos de Fidel, fosse pouco confiável. Por este motivo, o *Ejército Rebelde* constituiu, inicialmente, a principal organização com que Fidel contava como base de apoio político em sua disputa do *Gobierno Provisional*. Contudo, o fato do *Ejército Rebelde* ser composto por camponosos em grande parte analfabetos não lhe dava condições de fornecer quadros administrativos. Consequentemente, a aproximação de Fidel com o PSP foi determinada pela necessidade de ampliar sua base de apoio político para fazer frente aos setores burgueses de direita incrustados não apenas no *Gobierno Provisional*, mas no próprio M26-7 (MAO, 2007, p. 364)

É neste contexto que as lideranças do processo revolucionário cubano passam a dar vazão à necessidade de organização das massas cubanas e de institucionalizar seu esforço através de aparatos partidários. A primeira organização fruto desse esforço foram as *Organizaciones Revolucionarias Integradas* (ORI).

Fundadas em Julho de 1961, as ORI buscaram agrupar sob uma única organização os três principais grupos políticos que compunham a base de apoio de Castro durante os processos da “guerrilha política” a que se referiu Fernandes. Eles eram, basicamente, as alas mais à esquerda do M-26, o DR (cuja base jovem, estudantil e urbana servia de contrapeso às alas menos obedientes ao grupo de Castro dentro do próprio M-26) e o PSP, o qual se tornava cada vez mais importante para sinalizar a disposição dos líderes do processo revolucionário cubano em buscar algum tipo de acordo com a União Soviética<sup>40</sup>.

Em razão da debilidade organizacional e falta de quadros tanto do M-26 (o qual, conforme já pontuamos, vinha passando por disputas e crises internas) quanto do DR (basicamente, um movimento de estudantes), as ORI tiveram de recrutar grande parte dos seus militantes centrais do antigo PSP - consolidando uma aproximação entre Fidel e os antigos comunistas que, como vimos, já vinha se delineando de longa data (LEOGRANDE, 1979, p. 458). Some-se a isso o fato de que o PSP tinha contatos com a embaixada soviética em Havana (os quais remontavam a décadas de luta comum), fornecendo-lhe credenciais para negociar de modo privilegiado com uma das superpotências mundiais da Guerra Fria (BANDEIRA, 2009, p. 409-411). Segundo José Rodrigues Mao Júnior e Luiz Alberto Moniz Bandeira, a composição da Direção Nacional das ORI refletia um equilíbrio entre o M-26 e o PSP e uma menor participação do DR: o M-26 possuía treze membros na Direção, o PSP uma participação menor (nenhum dos quais com experiência guerrilheira)<sup>41</sup> e o DR apenas dois. Além disso, três dos membros do M-26 apontados tendiam fortemente ao comunismo, com ligações com o PSP (BANDEIRA, 2009, p. 411; MAO, 2007, p. 365). Dentro das ORI, cada uma destas organizações pôde manter sua identidade política própria, o que conduziu a novas fricções.

Apesar da posição de relativo equilíbrio dentro da Direção Nacional, contudo, pela qualidade de seus quadros o PSP conseguiu se posicionar em uma estrutura nevrálgica para o exercício do poder. Logo após a sua fundação, uma das primeiras medidas implementadas

---

<sup>40</sup> De fato, parte da bibliografia consultada defende que a própria constituição das ORI buscava legitimar o processo revolucionário cubano em face de Moscou como estando de acordo com os moldes de revoluções socialistas “típicas” (LEOGRANDE, 1979, p. 458).

<sup>41</sup> Embora Bandeira indique que se tratavam de dez antigos membros do PSP, Mao Júnior indica que os membros da Direção Nacional oriundos do antigo comunismo eram doze. De qualquer modo, uma participação minoritária.

pelas ORI foi a criação das *Escuelas de Instrucción Revolucionária* (EIR), as quais formavam (e formam, ainda) politicamente muitos dos membros do então renascente quadro administrativo cubano, entre os quais os instrutores de tropas (MAO, 2007, p. 365). Ainda que, conforme vimos, já houvesse certa atenção por parte dos revolucionários cubanos para a realização de formação política dentro do *Ejército Rebelde* mesmo durante o período da *Sierra Maestra*, as EIR elevaram essa preocupação a um novo patamar. Além disso, essa mudança acompanhou também a aproximação do modelo de organização militar cubano do paradigma soviético, na medida em que houve a inclusão de comissários políticos junto à estrutura militar do *Ejército Rebelde*. Esta inovação se revelou importante na medida em que os melhores quadros de formação política eram ligados sobretudo ao antigo PSP, gerando suspeitas em Fidel Castro.

Essas suspeitas se intensificaram conforme os atritos com Aníbal Escalante e a política implementada pelos antigos membros do PSP dentro do aparato do Estado cubano em conformação recrudesceram. Vendo cada vez mais posições de relevo tomadas por velhos comunistas, Fidel Castro ameaçava se tornar um mero fantoche nas mãos do bloco composto pelo PSP. Ainda que nos pareçam exageradas as afirmações de Bandeira de que nas Forças Armadas Escalante possuía um comissário político ao lado de cada chefe de unidade militar<sup>42</sup>, fato é que havia presença forte e crescente de marxistas-leninistas formados pelo PSP dentro das Forças Armadas cubanas, os quais estavam cada vez mais atuantes - muitas vezes, removendo de postos antigos guerrilheiros oriundos do *Ejército Rebelde* leais a Fidel, sob argumentos ligados a uma suposta falta de formação política adequada (BANDEIRA, 2009, p. 410-414).

Dias após a formulação da lista de Diretores Nacionais das ORI, Castro aproveitou uma oportunidade única para iniciar sua investida contra a política sectária e de aparelhamento do PSP. Durante uma conferência em homenagem a José Antonio Echeverría<sup>43</sup> realizada na Universidade de Havana, um dos oradores, ligado ao PSP, suprimiu referências feitas a Deus pelo homenageado em seu testamento político. Tomando a palavra, Fidel aproveitou a situação para iniciar uma campanha contra o sectarismo dos antigos comunistas, acusando-os de querer dominar uma revolução na qual não tinham participado desde o início e encaixá-la nos moldes ensinados de modo dogmático pela tradição moscovita. A campanha

---

<sup>42</sup> Além de Bandeira não especificar a qual tipo de unidade militar se refere, sublinhamos que a única fonte para tais afirmações são documentos do corpo diplomático brasileiro - o qual dificilmente poderia ter acesso detalhado àquela altura sobre a organização das Forças Armadas cubanas, em especial no tocante a questão tão sensível quanto a presença de formadores políticos.

<sup>43</sup> Antigo membro fundador do DRE, morto pela repressão de Batista.

de Castro durou semanas e tomou como alvo principal de seu ataque Escalante - manobra que lhe permitia enfraquecer a posição do PSP sem contudo atacar o partido como um todo, mantendo assim uma janela de negociação com Moscou. Durante esse momento, Fidel não deixou passar em branco a pressão realizada pelos membros do PSP dentro das Forças Armadas para remover antigos militares do *Ejército Rebelde*. Vejamos as palavras do próprio Fidel, em seu famoso discurso proferido em 26 de Março de 1962 contra o “sectarismo” e a “burocratização”:

Toda essa atitude [sectária do PSP] gerou injustiças, enganos, erros. Como um exemplo, podemos citar as injustiças cometidas contra muitos daqueles que eram velhos companheiros do *Ejército Rebelde*. Um dia, fomos a um lugar onde encontramos mais de cem oficiais que vimos participar de várias batalhas. “O que vocês fazem agora? Vocês não estão liderando tropas?” “Não”.

O que aconteceu com estes companheiros? Bem, por serem eles de um “baixo nível político” eles não foram colocados à frente das tropas. Ah. Um “baixo nível político”. E o que é um “baixo nível político”? Como eles podem vir agora e falar de “níveis políticos altos” e “baixos” quando estamos lidando com companheiros que fizeram a revolução [...]?

Como alguém pode lutar por uma revolução socialista e então alguém vir e dizer que estes que lutaram e sofreram por essa revolução e foram fiéis a tal revolução e que, em momentos em que se espera que as pessoas vacilem, não vacilaram, e que estavam prontos a morrer [...] Como estes podem ser removidos de seus comandos por serem de um “baixo nível político” e então colocarem em seu lugar algum bacharel capaz de recitar de memória o catecismo marxista ainda que ele não o aplique? Então, qualquer bacharel, o qual não lutou e não sentiu jamais qualquer inclinação a lutar, esse bacharel tem um nível político mais alto e deveria comandar tropas! Isso é Marxismo? Isso é Leninismo?<sup>44</sup> (CASTRO, 1962).

---

<sup>44</sup> No original: *This whole attitude gives rise to injustices, to errors, to mistakes. As an example, we may cite the injustices committed against many of those who were old compañeros of the Rebel Army. One day we went to a place where we met more than 100 officers whom we had seen participate in many battles. — What are you doing now? Aren't you leading troops? — No.*

*What happened to these compañeros? Well, because they were of a "low political level" they were not placed in charge of troops. Ah! A "low political level." And what is a "low political level"? How are they going to come around now and speak of "low" and "high political levels" when we are dealing with compañeros who made the revolution [...]?*

*How could one have fought for a socialist revolution and then have someone say that those who struggled and fought for that revolution and were loyal to that revolution and who, in moments when people might be expected to waver, did not waver, and who were always ready to die, and who mobilized themselves when the mercenaries came, and who died fighting the mercenaries after it had been declared that this was a socialist revolution. How could they be removed from their commands for being of a "low political level" and then put in his place some bachelor of arts who can recite from memory a Marxist catechism even though he doesn't apply it? So, any bachelor of arts whatever, who didn't fight and who never felt any inclination to fight, that bachelor of arts has a higher political level and should be in charge of troops! Is this Marxism? Is this Leninism?*

Os ataques de Fidel contra a burocratização das ORI feriram de morte a incipiente organização partidária. Estas passaram a ser percebidas cada vez mais como um ninho de burocratas privilegiados em desacordo com a autoridade do principal líder carismático da Revolução. Em alguns locais, reuniões espontâneas eram convocadas pelas massas cubanas para depor toda a estrutura partidária, expurgando-a a partir de mobilizações de base. Incapaz de fazer frente à já existente articulação por parte do antigo guerrilheiro e em face da sua incrível habilidade política, as alas do PSP na organização se enfraqueceram, enquanto as ORI declinaram em participação e definharam politicamente (LEOGRANDE, 1979, p. 462-463). Fidel também aproveitou a situação e conduziu, com o apoio tácito mas temeroso por parte de Moscou, o expurgo dos setores que menos confiava do PSP, sobretudo os ligados a Escalante, escolhido como bode expiatório do momento. Dos líderes comunistas oriundos do PSP, poucos se mantiveram na Direção Nacional das ORI, entre os quais Carlos Rafael Rodríguez (em quem Fidel confiava) e Blas Roca (o antigo secretário do Partido). Com o movimento, a institucionalização partidária foi retardada para consolidar o domínio das alas ligadas aos grupos do antigo M-26 leais à *Montaña* sobre o aparato do nascente Estado cubano (BANDEIRA, 2009, p. 414-416).

O dia 26 de Março de 1962, ocasião em que Fidel pronunciou o supracitado discurso contra o sectarismo, serviu também para marcar o esforço de uma reorganização das ORI em uma nova organização partidária, o *Partido Unido de la Revolución Socialista de Cuba* (PURSC). Algumas mudanças importantes foram introduzidas através do PURSC em relação à antiga ORI.

As três organizações componentes das ORI perderam sua identidade política separada e se dissolveram internamente no PURSC. Com a medida, buscava-se conter o sectarismo do antigo PSP em relação a militantes não formados pelos antigos comunistas.

Também a filiação partidária não era mais algo exclusivo aos membros dessas organizações, tal como havia sido durante a experiência das ORI. Desse modo, qualquer cidadão cubano em tese poderia se tornar membro do PURSC.

Finalmente, o processo de composição dos núcleos partidários do PURSC deixava de ser um processo marcado pelas manobras burocráticas tal como havia sido nas ORI - compostas por indicação de membros das antigas organizações que as compunham. O método de seleção era agora marcado pela alta participação popular, ou o “método das massas”, tal como Fidel designou. Com esta inovação, os trabalhadores de cada unidade de produção participavam da nomeação e ratificação dos membros do núcleo do PURSC da seguinte forma: uma comissão partidária convocava uma assembléia de eleição nos locais de

trabalho para solicitar indicações de candidatos a se tornarem membros do novo partido. Se, após discussão, o candidato fosse aprovado pela assembléia de trabalhadores, a comissão partidária procederia a uma investigação do candidato eleito e então decidiria admiti-lo ou não ao núcleo partidário (LEOGRANDE, 1979, p. 463). Ainda que reservando poder de veto aos membros do PURSC, o processo contava com uma permeabilidade social muito maior em relação ao processo conduzido pelas ORI, indicando uma superação de uma estrutura partidária ainda acentuadamente burocrática para uma de caráter mais próxima de uma estrutura “[...] de vanguarda, que recruta nas bases (no caso, os trabalhadores) e seleciona ou promove de acordo com os méritos” (FERNANDES, 2007, p. 272).

Como se pode imaginar, contudo, a conformação do novo aparato partidário foi morosa. As assembléias e investigações demoravam a ser conduzidas de forma satisfatória, sobretudo em face da experiência das ORI, a qual havia legado certa desconfiança por parte de muitos militantes em face dos antigos membros do PSP. O PURSC era demasiado seletivo no seu processo de admissão, fazendo com que fosse difícil a adesão de novos militantes (FERNANDES, 2007, p. 273). Em razão disso, o PURSC sofreu de uma debilidade muito maior para cobrir e controlar os locais de trabalho e o aparato de Estado cubano. Essa fraqueza não chegou a ser superada satisfatoriamente antes do PURSC enfrentar a sua primeira e última grande crise que novamente jogaria o PSP no centro das disputas internas (LEOGRANDE, 1979, p. 463-464).

Durante a luta contra a ditadura de Batista, o DR conduziu um assalto ao palácio presidencial de Batista, sem conseguir sucesso, contudo. Escondidos em um apartamento próximo do local da investida, quatro dos sobreviventes do ataque foram encontrados e mortos pela polícia do regime, no que ficou conhecido como o *Masacre de Humboldt 7*, em referência ao endereço da execução. Por muito tempo se suspeitou que o então militante do DR Marcos Rodríguez Alfonso, o *Marquitos*, tinha sido o delator do refúgio. Com a queda do ditador em 1959, o DR prendeu Rodríguez. O PSP, contudo, do qual o acusado havia se tornado membro após os fatos, o defendeu e, sem provas, o DR o libertou. Em meio a uma nova acusação em 1961, a investigação antiga contra Rodríguez voltou à tona - sendo este sempre protegido pelo PSP, em especial por Joaquin Ordoqui, membro fundador do PSP, da Direção Nacional do PURSC e Vice-Ministro das Forças Armadas. Ao longo do processo, em 1963, contudo, Rodríguez cedeu e confessou a suspeitada delação - indicando, contudo, que desde 1958 confidenciara a falha a Ordoqui, envolvendo assim um membro do alto escalão dos antigos comunistas no acobertamento de sua traição (LEOGRANDE, 1979, p. 464). Rodríguez foi condenado e executado por pelotão de fuzilamento em 1964.

Durante o julgamento de Rodríguez, os membros do PURSC usaram a questão para atacar novamente o PSP. Especialmente violentas foram as intervenções de Faure Chomón, antigo presidente do DR, que questionava ostensivamente as credenciais revolucionárias do PSP. Novamente, Fidel interviu na questão, se pronunciando em 1964 contra as divisões internas ao PURSC e admoestando Chomón e a imprensa ligada ao antigo DR contra a sua virulência na questão, dado que acirrar os ânimos ajudaria a estimular novos divisionismos. Como forma de compensação ao antigo grupo estudantil, Ordoqui foi retirado de suas posições e relegado à irrelevância política (LEOGRANDE, 1979, p. 464-465).

O episódio do julgamento de Rodríguez exemplifica a dificuldade de institucionalização que a Revolução Cubana encarava em razão das incoerências e divisões políticas durante o processo revolucionário. É nesse sentido que podemos entender que Florestan Fernandes assevera que o PURSC não havia superado o umbral da unificação ideológica, funcionando ainda como caixa de ressonância de disputas pretéritas (FERNANDES, 2007, p. 273). Novamente, Fidel teve de intervir, mas agora muito mais como um terceiro desinteressado do que como um lado da contenda (o que de certo modo confirmava sua posição de autoridade em Cuba).

Em Outubro de 1965, o PURSC passou por nova reformulação, de modo geral já planejada, mas que buscava consolidar os processos de unificação das organizações favoráveis às frações revolucionárias no poder em Cuba. A Direção Nacional e o Secretariado Nacional da PURSC foram substituídos por um Bureau Político, um Comitê Central e um Secretariado, nos moldes dos partidos comunistas ao estilo soviético. A mudança sugeria uma maior especialização e intentos de institucionalizar a organização partidária da revolução cubana. No dia 3 de Outubro de 1965, nascia o novo Partido Comunista de Cuba (PCC), herdeiro em ampla medida do antigo PURSC.

Essa herança, contudo, trazia consigo boa parte dos problemas do antigo PURSC. O principal problema era de natureza gritante: o PCC era extremamente pequeno em número de filiados em face da enormidade de tarefas que se propunha realizar. Embora haja falta de dados quanto aos anos de 1966 (cujo registro seria de cerca de cinquenta mil membros) a 1969, o PCC teria alcançado cerca de cem mil membros em 1970. Percentualmente, ele correspondia a cerca de 1,2% da população cubana. Era o menor partido comunista no poder de todo o mundo à época, atrás mesmo da Albânia, cujo número de membros correspondia a cerca de 6% da população albanesa, e menor também do que partidos comunistas que não governavam, como era o caso dos partidos comunistas italiano, finlandês, cipriota e indonésio. Em fins da década de 1960, menos de 20% dos locais de trabalho possuíam



núcleos formalmente organizados de organizações partidárias - o que nem sempre era sinônimo de atuação partidária efetiva, já que há relatos de finais de 1969 de casos em que os núcleos partidários eram tão desorganizados que a atividade política era efetivamente inexistente (LEOGRANDE, 1979, p. 468-469).

Havia também outros problemas, típicos de um país subdesenvolvido e com forte legado colonial a superar, como era o caso da Cuba do imediato pós-Revolução. O nível educacional dos membros do partido era relativamente baixo: cerca de 80% dos membros do PCC não haviam estudado até a metade do que é hoje o Ensino Fundamental. Isso, contudo, não quer dizer que o novo PCC não estivesse acima da média de educação da maior parte da população cubana - e essa situação gerava novos problemas. Dado o baixo nível educacional geral de Cuba, os quadros partidários eram muitas vezes recrutados pela administração estatal, esvaziando a sua atuação enquanto dirigentes ideológicos do Estado, confundindo-os e subordinando-os à mesma burocracia que deviam tentar eliminar (LEOGRANDE, 1979, p. 468-469).

O principal exemplo dessa debilidade de organização partidária se reflete nos reiterados atrasos do congresso fundacional do PCC. Inicialmente programado para ocorrer em 1967, ele acabou sendo postergado para 1969 e então, suspenso de modo indefinido, só ocorrendo finalmente em 1975 (LEOGRANDE, 1979, p. 466)

Nesse cenário instável, é difícil imaginar que o recém-fundado PCC conseguisse exercer uma função de efetiva direção sobre as instituições tipicamente estatais - principalmente, no que diz respeito à nossa preocupação central, as Forças Armadas, que não passaram pelos mesmos problemas de reestruturação que descrevemos quando falamos da União Soviética no caso cubano. De fato, a maioria da bibliografia estudada aponta que durante a primeira década do processo revolucionário cubano, as Forças Armadas de Cuba foram um instrumento muito mais utilizado pelo governo para garantir sua posição do que as diversas organizações partidárias (entre as quais, é claro, o PCC) (ANDRADE, 1998; BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2021; LEOGRANDE, 1979; MAO, 2007).

Tal situação passou por mudanças a partir da virada da década de 1960 para a de 1970, momento no qual a melhor estruturação do PCC e maior nível de profissionalização das Forças Armadas fez com que esta dinâmica se alterasse.

#### **3.1.4. A virada dos anos 1970.**

Ainda que o assédio dos Estados Unidos tenha feito com que Cuba se aproximasse da União Soviética, a relação entre Havana e Moscou foi marcada por uma tensão que perpassou os anos da década de 1960. Os pontos de atrito eram vários: as já apresentadas disputas internas entre os revolucionários do DR e do M-26 e os membros do PSP, a política de apoio a guerrilhas conduzida por Cuba em vários países do Terceiro Mundo, discussões teóricas sobre a maturidade de condições revolucionárias tanto em Cuba quanto no resto do globo e as discordâncias internacionais entre os dois países, para não ampliarmos demasiadamente a lista.

Tais discordâncias atingiram seu nível máximo no final da década de 1960, quando a União Soviética passou a regular de modo mais severo as suas vitais exportações de petróleo aos cubanos. A medida não passou sem resposta: Fidel voltou a denunciar os partidos comunistas ligados a Moscou na América Latina no início de 1968, enquanto o serviço de segurança cubano (G-2) prendeu Aníbal Escalante (antigo membro do PSP) novamente, em razão da conspiração de uma pequena facção (*microfacción*) contra o governo. Demonstrando seu empenho em acelerar o desenvolvimento de Cuba rumo ao comunismo, em Março de 1968 Fidel decretou uma nova “ofensiva revolucionária”, a qual estatizou novas fatias da economia cubana (BANDEIRA, 2009, p. 600-602).

Um dos pontos de contenda entre soviéticos e cubanos era sobre a capacidade e caminhos corretos para a industrialização de Cuba e formas de desenvolver esse setor da economia cubana. Como estratégia para implementar uma política de industrialização e em meio à “ofensiva revolucionária”, setores do governo cubano defenderam um movimento dialético de aprofundar a produção agropecuária para que, com seu excedente, fosse possível implementar a industrialização da ilha caribenha.

O símbolo máximo desse projeto foi a chamada campanha da Safra de Dez Milhões de toneladas de açúcar, a qual se tornou objetivo político central a se atingir de modo a demonstrar tanto a maturidade econômica cubana quanto que o homem cubano caminhava resolutamente para se tornar o homem novo do socialismo - sem se submeter ao “catecismo soviético”, é claro. Tais objetivos, contudo, ignoravam que precisamente as condições de melhoria de trabalho advindas da própria revolução como a eliminação de capatazes nos canaviais e a ausência do medo de desemprego estrutural haviam levado a reduções na produtividade que não haviam porém sido compensadas pelo desenvolvimento tecnológico. Quando findou a safra de 1970 e a devida produção de açúcar a partir da colheita, o resultado não atingiu nem ao menos nove milhões de toneladas (VASCONCELOS, 2016, p. 43-52).

A derrota da campanha pela Safra de Dez Milhões de toneladas acabou sendo não apenas econômica, mas também política, tendo em vista a centralidade que tal meta havia adquirido no discurso do governo cubano. Diante disso e da crescente pressão de Moscou, além da derrota da maior parte das experiências guerrilheiras na América Latina, o governo cubano teve de recuar e buscar se reconciliar com a União Soviética. Fruto desse esforço de reconciliação foi a institucionalização do Estado cubano, e por consequência do Partido Comunista de Cuba, segundo os moldes soviéticos. É de avaliação similar à nossa a de Florestan Fernandes:

Foi necessária a crise vinculada ao “malogro” da safra de 1970 para que o governo entendesse aquelas exigências e procurasse despertar na população um desejo profundo de mudança, de revolução dentro da revolução (agora, para formar as estruturas políticas de um regime socialista). A revolução atinge, aqui, a sua etapa mais construtiva, na qual ela própria suscita o fim do governo revolucionário, liga-se “para baixo” a todos os estratos do povo e assume um caráter democrático-popular, institucionalizando-se como poder popular organizado (FERNANDES, 2012, p. 265)

Desse modo, a partir da virada da década de 1970, o PCC passa a adquirir cada vez mais relevância dentro da sociedade cubana. As campanhas para ampliar os núcleos e os números de filiados surtem efeito, expandindo a capilaridade da estrutura partidária. De 1970 a 1975, ano do congresso de fundação formal do PCC, a quantidade de membros do partido dobrou, passando de cem mil para duzentos mil filiados. Em relação ao ano anterior à falha da Safra de Dez Milhões de toneladas, 1969, o número havia quadruplicado. Percentualmente em relação à população cubana, a participação partidária ainda era relativamente pequena, cerca de 2% da população. Todavia, os núcleos partidários também aumentavam em quantidade, sofrendo um aumento de mais de 10% de 1973 a 1974 - indicando assim uma veloz articulação dos novos filiados, o que evidentemente aumentava a capilaridade do aparato partidário (LEOGRANDE, 1979, p. 467; 474).

Relevante também sublinhar que o nível educacional dos militantes partidários sofreu um incremento razoável de 1967 a 1974: o percentual de militantes sem ter estudado ao menos até a metade do que equivale ao ensino fundamental caiu nesse período de 44% para menos de 20%. Os que tinham terminado essa etapa da educação formal passaram de 36% para 47% em 1973, com um número crescente no ano seguinte em outras etapas como a educação técnica, média e superior. Coerente com a estratégia de qualificação dos recursos humanos partidários, aliás, era o fato de que relatórios criados pelo PCC indicavam a

centralidade para o recrutamento ao partido da *Unión de Jóvenes Comunistas* (UJC), órgão da juventude com forte presença nas Universidades - objetivando, assim, a arregimentação daqueles com maiores níveis de educação formal. De fato, como o próprio PCC reconhecia, mais de um terço dos militantes partidários àquela altura era oriundo da UJC, com tendências a aumentar tal participação ao longo dos anos. Ainda neste sentido, o PCC objetivava estabelecer centros de superação político-ideológica com quatro níveis de formação para seus militantes (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975b, p. 14-20).

No tocante à educação da população, aliás, o PCC recebeu tarefas centrais durante o chamado processo de *perfeccionamento* do ensino superior cubano. Foi criado um Ministério da Educação Superior em separado do Ministério da Educação, centralizando efetivamente a administração universitária nas mãos do Partido e reduzindo a autonomia universitária a níveis muito baixos. Além disso, a UJC ampliou fortemente sua participação nas Universidades, servindo a disposição de participar em suas atividades e de outras organizações partidárias como critério para o ingresso em disciplinas e cursos da área de humanas, como Filosofia e Direito (MUJAL-LÉON, 1981, p. 408-410; 416-417)

Sobre a composição do PCC, ainda, as resoluções do Primeiro Congresso indicavam a necessidade de reforçar a presença do Partido em meio à classe trabalhadora diretamente engajada na produção, expandindo a sua participação nesse setor da sociedade cubana. Todavia estes compusessem mais de 35% dos membros do PCC à altura do Primeiro Congresso em 1975 (número alto que, contudo, não refletia a participação de trabalhadores deste setor na força de trabalho cubana, que era de 65%), o percentual de participação de membros trabalhadores do PCC em relação à classe como um todo era de cerca de somente 4,4%. De fato, as resoluções congressuais colocavam como objetivo central para um futuro novo congresso a ampliação da presença da classe trabalhadora dentro do Partido (LEOGRANDE, 1980, p. 401).

Ainda no tocante à composição social do Partido e sua busca pela ampliação da participação da classe trabalhadora no PCC desde o período pré-Congresso (abarcando aqui os períodos das ORI e do PURSC), é interessante sublinhar que em primeiro momento este movimento levou a uma diminuição da participação feminina na composição partidária. Isso ocorreu em razão do fato de que foi apenas após o processo revolucionário cubano que se intensificou o fenômeno de integração em larga escala das mulheres na força de trabalho cubana, gargalo ainda não superado àquela altura (LEOGRANDE, 1980, p. 403-405)<sup>45</sup>. Além

---

<sup>45</sup> No que tange ao nosso objeto de estudo, é interessante apontar que essa pequena participação feminina nas Forças Armadas Revolucionárias ajuda a explicar o nível de participação nos anos iniciais do PCC. Ainda que

disso, a partir de 1972, se iniciou a elaboração de mecanismos de controle e circulação de informações entre as instâncias partidárias e organizações extra-partidárias, com tarefas sendo atribuídas de forma clara a distintas esferas, dividindo o trabalho e especializando a atuação dos militantes do PCC internamente e em relação às instituições estatais e civis. Também foram criadas reuniões regulares de reavaliação do trabalho, com cronogramas respeitados e não esporádicos (LEOGRANDE, 1979, p. 467; 474-475).

Finalmente, é de se sublinhar que este período havia registrado um decréscimo da participação de militares dentro do aparato partidário cubano. O Comitê Central do Partido Comunista em 1965, por exemplo, era composto por mais de 50% de militares. À altura da realização do Congresso fundacional, contudo, esse número tinha sido reduzido a menos de 30%. Houve também uma tendência de concentração dos militares do PCC em estruturas militares internas ao Partido - em outras palavras, os militares ocupavam os lugares no PCC destinados a militares, e não a outras categorias ocupacionais (LEOGRANDE, 1980, p. 415-416). Em comparação, o Partido se fazia muito mais presente na vida militar, sobretudo entre a oficialidade: em 1975, em torno de 85% dos oficiais eram membros do PCC e/ou da UJC (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975a, p. 132). Assim, acreditamos ser possível asseverar que a força do Partido sobre a elite das Forças Armadas era maior do que a das Forças Armadas sobre a elite do Partido já em 1975. A asserção de poder do Partido sobre as Forças Armadas era, aliás, uma questão que recebia atenção especial por parte do PCC: embora a maior parte das Comissões e Departamentos anexos ao Comitê Central do Partido não fossem dirigidas por membros do próprio Comitê, o Departamento Militar era dirigido diretamente por membros do Comitê Central (LEOGRANDE, 1980, p. 411).

Também marcante nesse sentido de esforço de melhor organização partidária, aliás, foi a realização do já citado Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, iniciado em 10 de Abril de 1975. A própria organização do Congresso havia sido um teste da capacidade da nascente estrutura partidária, na medida em que exigiu debates tanto intrapartidários quanto com a população cubana em geral, buscando não só afirmar o novo papel do Partido enquanto órgão dirigente do Estado cubano, mas também fornecendo um exemplo prático de como a política cubana se institucionalizava a partir de então através da estrutura partidária enquanto espaço de discussão - situação que era reforçada pelo fato de contribuições

---

tenham existido pelotões exclusivamente femininos durante a fase da guerrilha (como foi o caso do pelotão Mariana Grajales), estima-se que a participação deste gênero nas forças do *Ejército Rebelde* não tenha passado de 5% (VOLO, 2018). A integração institucional das mulheres às Forças Armadas cubanas se deu apenas a partir de 1983, de modo experimental, com a primeira unidade militar sendo criada em 8 de Março de 1984 (MINFAR, 2022).

populares às teses congressuais terem sido efetivamente aceitas (LEOGRANDE, 1980, p. 398).

Nesse Congresso, foram tiradas resoluções que impunham tarefas para o PCC de modo claro nos anos seguintes para o avanço do processo revolucionário. Sintomaticamente, a primeira destas tarefas era trabalhar pela realização de referendo popular da primeira Constituição de Cuba pós-revolucionária durante o ano de 1976 - indicando o avanço do esforço de institucionalização de Cuba. Além disso, o PCC também se propunha a tarefas de estruturação centrais, tais quais: organizar novas divisões administrativas em Cuba a nível municipal, reestruturando os aparatos partidários a partir dessa nova realidade; reorganizar as finanças das empresas estatais cubanas, criando um novo sistema de contabilidade para registrar saídas e entradas entre estas; e a elaboração do orçamento fiscal para 1977. Também se apresentava como agente principal da garantia dos ritmos de trabalho em Cuba. Como se pode ver, o Congresso cometia oficialmente ao PCC o cumprimento de tarefas diretivas nevrálgicas para Cuba, a um nível inaudito para as organizações partidárias até então existentes na ilha caribenha (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975b).

Isso não implicava na fusão do aparato estatal com o aparato partidário, uma crítica feita de forma recorrente durante a década de 1960 aos revolucionários cubanos - na medida em que esta fusão impediria ao Partido realizar a função efetivamente diretiva da sociedade cubana rumo ao socialismo, ao ter interesses comuns com a administração. Como exemplo dessa separação, os administradores de fábricas e empresas não podiam mais ser a mesma pessoa que o secretário local do Partido - fusão que tinha se tornado comum durante os anos anteriores. Essa cisão buscava fazer com que o secretário fosse capaz de efetivamente relatar os problemas da administração empresarial local e buscar trabalhar para saná-los (LEOGRANDE, 1979, p. 476).

Ainda no que tange aos cronogramas fixados de forma a especializar o trabalho, foi estabelecido que os Congressos partidários deveriam ocorrer a cada cinco anos. Até o fim do “socialismo real”, cabe sublinhar, essa periodicidade foi respeitada, indicando que a especialização partidária havia se fortalecido. A importância do PCC para a vida política cubana era central, e o próprio Fidel, afastando a famigerada pecha de caudilho, afirmou com todas as letras a importância da organização durante os momentos que antecederam a estruturação do Primeiro Congresso: “os homens morrem, o Partido é imortal” (CASTRO, 1973).

Coroando esse processo, com a aprovação da Constituição de 1976 por esmagadora maioria da população cubana em referendo, o Partido Comunista assumia *de jure* a direção ideológica da sociedade cubana, de acordo com o artigo 5º do referido documento. Vejamos:

O Partido Comunista de Cuba, martiano e marxista-leninista, vanguarda organizada da nação cubana, é a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza e orienta os esforços comuns para os altos fins da construção do socialismo e o avanço para a sociedade comunista (CUBA, 1976).<sup>46</sup>

Tal documento, é importante ressaltar, foi fruto em parte do esforço do próprio PCC, o qual já em 1972 havia estabelecido uma Comissão de Estudos Jurídicos para pensar e propor uma Constituição socialista para a República de Cuba.

Com estas alterações, o Partido Comunista se colocava em uma posição consolidada para expandir seu predomínio sobre as instituições da República Cubana e exercer um papel dirigente sobre a sociedade cubana. De modo geral, as tendências apontadas durante a fase de preparo do Congresso Fundacional do PCC se mantiveram.

Nesse sentido, a compreensão da composição social como um problema será central o suficiente para pautar as reuniões plenárias do Comitê Central do Partido de forma reiterada ao longo dos anos de 1976 a 1979. De fato, como aponta William LeoGrande, enquanto todas as outras pautas das plenárias foram discutidas apenas uma vez, indicando uma discussão *pro forma* ou ao menos de menor profundidade, a questão da composição social do Partido foi objeto de debates reiterados, sendo pauta de uma forma ou outra ao menos três vezes ao longo deste intervalo de tempo (LEOGRANDE, 1980, p. 407-408).

A expansão da participação da classe trabalhadora no conjunto do Partido ocorreu de acordo com as previsões estabelecidas no Primeiro Congresso. À altura do Segundo Congresso, em 1980, o PCC tinha alcançado uma maior penetração entre os trabalhadores e as mulheres, tal qual previsto já em 1975. Os trabalhadores envolvidos na produção tinham se tornado quase 50% da composição partidária. O crescimento da participação feminina havia sido mais tímido, mas seguia tal qual planejado: de 14,1%, subira para 19,1% (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1980, p. 50). A participação militar no Partido, contudo, seguia uma tendência suave de redução de importância, com leve redução de seu peso no Comitê Central (LEOGRANDE, 1980, p. 414).

---

<sup>46</sup> No original: *El Partido Comunista de Cuba, martiano y marxista-leninista, vanguardia organizada de la nación cubana, es la fuerza dirigente superior de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista.*

De modo geral, a tarefa de capilarização do PCC encontrava-se avançando e a instituição encontrava-se já na virada da década de 1980 assentada como principal eixo dirigente da sociedade e do Estado em Cuba - e não mais o *Ejército Rebelde* e as Forças Armadas de Cuba, os quais assumiram inicialmente este posto, conforme veremos. Esse esforço de centralizar no Partido a vida política cubana era fruto de um projeto adotado por parte da elite dirigente de Cuba, manifesta às claras já no Primeiro Congresso: “Quando se fundou o Partido [Comunista de Cuba], vanguarda de nossa classe trabalhadora, [...] nosso exército [...] depositou em suas mãos as bandeiras da Revolução e foi a partir deste instante e para sempre seu mais fiel, humilde e inabalável seguidor” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975a, p. 128). Ainda que, como tenhamos visto, é improvável que uma organização partidária desorganizada como era o PCC dos anos 1960 tenha efetivamente dirigido as Forças Armadas de Cuba desde a sua fundação, em 1965, fato é que a intenção de submeter estas à obediência daquele era proclamada ostensivamente.

### **3.1.5. O Processo de Retificação - enfraquecimento partidário?**

De modo geral, as tendências observadas durante os períodos anteriores se mantiveram ao longo da década de 80. O PCC seguiu ampliando sua base organizacional e aumentando sua penetração social durante o período estudado. Para se compreender o ritmo, os filiados partidários haviam passado de pouco mais de duzentos mil em 1975 para mais de quinhentos mil em 1986 (MUJÁL-LÉON&BUZÓN, 2008).

Conforme os dirigentes cubanos passaram a se dar conta da crise que se avizinhava no bloco soviético com o início de mudanças pretendidas por Mikhail Gorbachev, contudo, a inspiração teórica exercida de modo mais ou menos tenso pela União Soviética sobre a experiência cubana desde a década de 1970 passou a ser colocada em questão. As políticas econômicas, por exemplo, tinham passado a ter uma direção mais intensa por parte de órgãos ligados ao aparato de Estado cubano como o *Sistema de Dirección y Planificación de la Economía* (SDPE) e menos ligada diretamente à direção direta do PCC, seguindo um modelo soviético de reformas econômicas pré-Gorbachev (MESA-LAGO, 1991, p. 498). Contudo, era muito difícil a frações do PC cubano aceitar mudanças tais quais as propostas por Gorbachev para o mundo socialista, em especial o dentro da esfera de influência soviética, quais sejam, a *glasnost* e a *perestroika*, visando, respectivamente, uma liberalização política que descentralizou de modo acentuado o poder decisório das mãos dos aparatos burocráticos



dos Partidos Comunistas e uma abertura econômica que fornecia maior espaço para a atuação do setor privado.

Finalmente, a Revolução tivera que lidar com a crise de imagem pública que havia sido o Êxodo de Mariel. Após uma série de eventos que levaram a conflitos entre embaixadas sul-americanas, dos Estados Unidos e Cuba envolvendo cidadãos cubanos que buscavam sair da ilha e problemas com viagens aéreas à Costa Rica, o Fidel Castro liberou em final de Abril de 1980 a saída por via marítima de qualquer cidadão desde que ele tivesse alguém responsável para o buscar. O resultado foi desastroso e em certa medida desmoralizante: apenas em Maio daquele ano, mais de 80 mil cubanos optaram por abandonar Cuba. Para combater o êxodo, o PCC foi convocado para organizar *asambleas de repúdio*, as quais buscavam dissuadir suspeitos de planejar fugas através da humilhação pública, sobretudo nas universidades cubanas, através da UJC (MUJAL-LÉON, 1981, p. 410-411).

Para fazer face a essas mudanças, os dirigentes cubanos passaram a se preparar para eventuais instabilidades que se anunciavam no horizonte político. A partir de meados da década de 1980, se desenhou um processo de reorganização da República de Cuba que ficou conhecido como o Processo de Retificação. Proclamado a partir de 1986, durante o III Congresso do Partido Comunista de Cuba, o Processo de Retificação buscou combater desvios de corrupção, reduzir o papel da iniciativa privada, criar condições de fazer frente à ameaça dos Estados Unidos e afirmar a independência teórico-ideológica cubana face ao mundo soviético (MESA-LAGO, 1991, p. 497-505).

Ao longo de nossos estudos, pudemos verificar que parte da bibliografia sugere que o Processo de Retificação significou um *enfraquecimento* político do PCC enquanto instituição desferido por parte da liderança política de Cuba, em especial Fidel Castro. Segundo essas interpretações, o Processo seria um esforço para afirmar uma ala *fidelista* dentro da República de Cuba em detrimento de alas ligadas à burocracia partidária, sobretudo aquelas ligadas ao antigo PSP - isto é, enfraquecia-se a instituição para se afirmar uma autoridade carismática. É a opinião, por exemplo, de Eujébio Muzal-Léon e Lorena Buzón:

A “Retificação” apontou à intenção de Castro de reestruturar a coalizão *fidelista* e eliminar a influência de tecnocratas de orientação soviética (e antigos membros do PSP) que dirigiam as JUCEPLAN, o Banco Central e outras grandes instituições econômicas (MUJAL-LÉON&BUZÓN, 2008)<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> No original: “Rectification” signaled Castro’s intention to restructure the fidelista coalition and to eliminate the influence of Soviet-oriented technocrats (and former PSP members) who directed JUCEPLAN, the Central Bank, and other major economic institutions.

Ora, nos parece inegável que Fidel continuava exercendo um papel diretivo sobre a vida política cubana. Contudo, o Processo de Retificação não significou um enfraquecimento do aparato partidário e um retorno à situação que existia no pré-1970, em que o grau de institucionalização e capilaridade social do PCC era sensivelmente inferior. De fato, a Retificação significou uma ampliação do poder do PCC em face tanto da administração estatal quanto em termos do seu papel na vida política cubana.

Como exemplo disto, durante a Retificação, o PCC foi responsável por dirigir o processo de coletivização dos poucos setores agrícolas privados em Cuba. Além disso, o PCC também recebeu a tarefa de restaurar os chamados incentivos morais, já empregados durante os anos 1960 e concebidos sobretudo por Guevara, os que deveriam compensar de uma forma não pecuniária os trabalhadores. Por fim, o PCC também atuava gerindo as chamadas microbrigadas de construção, responsável por buscar ampliar a capacidade construtiva cubana em meio às crises do bloco soviético (MESA-LAGO, 1991).

É difícil sustentar que um aparato burocrático debilitado poderia empreender um esforço desse tipo. Desse modo, se é possível asseverar que há uma afirmação da autoridade do núcleo ligado ao antigo grupo da *Sierra Maestra* durante a segunda metade da década de 1980, essa afirmação não se dá a despeito do PCC ou contra o PCC, mas *através* do PCC. De fato, segundo o Informe Central do V Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado em Outubro de 1991, o Partido havia na verdade ampliado seu número de filiados em relação ao III Congresso<sup>48</sup>: de quinhentos mil, o número de militantes passou para pouco menos de oitocentos mil (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1991).

Finalmente, um dos indícios de capacidade de mobilização e penetração social do PCC eram as eleições municipais e legislativas de Cuba. Ocorridas periodicamente após a formulação da Constituição de 1976, tais eventos eleitorais sempre contaram com altíssima participação popular, tanto antes quanto depois da Retificação, na casa de mais de 90%. Ora, um partido debilitado em sua capacidade organizativa dificilmente obteria índices de participação tão altos (VICENT, 2022).

O Processo de Retificação terminará conjuntamente com o fim da Guerra Fria, em 1991. Enfrentando a realidade do mundo pós-soviético, Cuba terá de se readequar novamente, mas este período foge ao escopo de nosso trabalho. Seja como for,

---

<sup>48</sup> O IV Congresso, realizado em meio à veloz dissolução do mundo soviético em Março de 1990, antecedeu em menos de dois anos o V Congresso e não contou com um informe central sobre a quantidade de membros.

compreendemos a Retificação como um momento de reafirmação do Partido Comunista de Cuba, e não de debilitação.

Vejamos, agora, o processo de constituição das Forças Armadas cubanas.

### **3.2. As Forças Armadas cubanas.**

#### **3.2.1. A conformação das Forças Armadas cubanas no pós-independência.**

Logo após a independência de Cuba em relação à Espanha, em 1898, como forma de garantir a defender seus interesses na ilha, os Estados Unidos estacionaram na região um contingente permanente de soldados, impedindo assim a formação imediata de uma estrutura militar autônoma. Para sustentar a ordem no campo, apenas se estruturou uma *Guardia Rural*, de caráter sobretudo policial (MAO, 2007, p. 158).

As primeiras Forças Armadas foram estruturadas a partir de 1902, ao final da ocupação militar dos Estados Unidos. A influência dos Estados Unidos sobre as forças militares cubanas se fizeram sentir desde o início: a primeira unidade militar desse novo corpo era marcado pela separação racial, com os pelotões segregados entre negros e brancos. Os membros dessas Forças eram estritamente proibidos de participar das reuniões de veteranos da Guerra de Independência de 1895-1898, mantendo-as o mais distante possível das atividades de agitação ideológica sob o pretexto de não politizar o corpo militar (MAO, 2007, p. 158-159).

Em 1915, o Exército e a *Guardia Rural* foram fundidos em uma única estrutura. A despeito da unificação, continuou a existir alguma diferenciação entre os dois corpos, com os membros da última sendo melhor remunerados - indicando assim a centralidade policial, e não de defesa, da atividade realizada pelos militares. Nesse sentido, José Rodrigues Mao Júnior sublinha que mesmo o Exército cubano dessa fase nunca abandonou as tarefas policiais (MAO, 2007, p. 159).

O serviço militar tinha caráter voluntário durante este momento. Os militares eram atraídos pela oportunidade de obter respeitabilidade social e de eventualmente obter um aumento sensível na renda pessoal, legal e ilegalmente: não era incomum que praças e oficiais fossem contratados ao arrepio da lei por grandes proprietários para que atuassem como guardas particulares, mobilizando o aparato do Estado para o benefício da sacarocracia cubana (ARDANUY, 2014, p. 144; MAO, 2007, p. 159-160).

Houve preocupação por parte do nascente Estado cubano pós-independência em criar escolas de instrução militar, responsáveis pela formação do oficialato da ilha, a partir de 1908. O modelo, de modo nada surpreendente, eram as escolas dos Estados Unidos, tendo o primeiro diretor de tais unidades educativas sido um major dos Estados Unidos. Os cursos de aprimoramento nos Estados Unidos eram frequentes (MAO, 2007, p. 159).

A despeito da existência destas unidades de formação, era comum que os altos oficiais tivessem de disputar a ascensão através de negociações políticas. De fato, a nomeação do Estado-Maior do Exército cubano era uma prerrogativa do Presidente, o que criava tensões políticas durante o processo de escolha e afinava os interesses do governo com os das Forças Armadas (MAO, 2007, p. 160).

Conforme vimos, com a crise da ditadura de Machado na década de 1930 e a ascensão de Batista em meio ao *Gobierno de los Cien Dias*, houve uma reestruturação do oficialato que conduziu os mais simpáticos ao novo regime a postos mais altos, sobretudo no vácuo da crise do *Hotel Nacional*. Essa mudança, porém, não alterou a estrutura das Forças Armadas de Cuba (MAO, 2007, p. 190-197).

A falência do modelo de Forças Armadas de Cuba se deu ao longo do processo revolucionário levado a cabo durante a década de 1950. Tal qual já tratamos, a estrutura militar cubana basicamente foi cedendo na medida em que o *Ejército Rebelde* avançava nos dias finais do regime, entrando em colapso generalizado. Começava, assim, uma nova etapa da reorganização da estrutura militar cubana.

### **3.2.2. O Ejército Rebelde.**

A origem do *Ejército Rebelde* imbrica-se com a do M-26, conforme vimos. Seu instrutor inicial foi Alberto Bayo, cuja trajetória já mencionamos acima, o qual valorizava sobretudo uma estratégia de guerrilhas, preferência que explica em alguma medida a preferência mostrada por alguns membros do *Ejército* pela adoção de uma estratégia irregular. A sua semente já estava posta quando os revolucionários partiram do México e desembarcaram em Cuba, imitando o exemplo da tradição de vários outros líderes da História da ilha. A escolha da base inicial do *Ejército* como sendo a *Sierra Maestra*, porém, foi uma fortuidade em razão do falhanço geral dos levantes programados para ocorrerem simultaneamente ao desembarque.

As prioridades para o *Ejército* neste momento agudo não foram ponto pacífico dentro da sua liderança: por exemplo, ainda em Janeiro de 1957, enquanto Guevara favorecia o

estabelecimento de uma base fixa com capacidade de sustentar logisticamente o nascente *Ejército*, Fidel considerava melhor assaltar um posto militar para suprir as tropas e passar uma mensagem política de que o M-26 não havia sido derrotado (DOSAL, 2005, p. 105-106). A título de curiosidade, a posição que predominou foi a de Fidel.

O início do *Ejército Rebelde* também foi marcado por severa precariedade em termos de recursos humanos. Após o massacre de Alegria del Pío, já citado, os guerrilheiros passaram a tentar obter novas tropas. Sua estruturação se deu paulatinamente, recrutando sobretudo camponeses<sup>49</sup> da região da *Sierra*, ainda que voluntários urbanos por vezes fornecessem braços para a luta ainda nesse início da fase. É o caso, por exemplo, de Crescencio Pérez, em fins de 1957, ao qual Paul Dosal atribui a faculdade de ser um dos chamarizes de camponeses à causa do M-26:

Por volta do fim de dezembro [de 1957], o apoio camponês começara a se materializar. Crescencio Pérez, um homem popular, com uma lendária reputação por violência e promiscuidade sexual, atraiu *guajiros* à causa rebelde, e com Pérez em seu Estado-Maior Castrou ganhou a confiança dos camponeses locais (DOSAL, 2005, p. 104).

Consideramos necessário sublinhar que a caracterização de Pérez por Dosal é, contudo, caricata. O líder campesino já havia estabelecido contatos com o M-26 anteriormente e participara de uma série de movimentos e organizações envolvidas na luta social do campo cubano, tendo inclusive realizado reuniões com o então presidente Ramón Grau San Martín para apresentar reivindicações deste setor.

Havia forte atenção das lideranças do M-26 em dotar o *Ejército Rebelde* de uma formação política e educacional em paralelo ao aprestamento estritamente militar. Essa preocupação se refletiu, por exemplo, na postura de Guevara, que não só mantinha uma rotina de estudos própria durante as marchas como buscava educar os homens sob seu comando. Outro exemplo foi a já citada escola militar estabelecida em meio à *Sierra*, cujo primeiro instrutor político foi Pablo Ribalta, do PSP.

De modo geral, o *Ejército Rebelde* manteve sua base de operações na *Sierra* até o momento final de crise da ditadura de Batista, quando durante a ofensiva de meados de 1958 mostrou o acerto da estratégia guerrilheira para derrotar um Exército muito maior e melhor equipado. Após este momento, colunas do *Ejército* foram despachadas pelo território cubano como forma de realizar finalmente a tomada do poder, fase em que as instituições militares

---

<sup>49</sup> Ou, de modo mais rigoroso, o proletariado agrícola do interior cubano (MAO, 2007, p. 313-314).

então vigentes colapsaram, com muitas unidades se rendendo durante o percurso ao exército de camponeses. Com a derrocada da ditadura, o panorama das estruturas militares cubanas passaria por nova modificação.

### **3.2.3. Defendendo a Revolução: o pós-1959.**

Conforme já afirmamos, as alianças políticas constituídas ao longo do processo de derrubada da ditadura de Batista não se sustentaram por muito tempo. As contradições do processo revolucionário levaram a uma nova etapa de cisão dentro dos grupos políticos que haviam se colocado contra o regime prévio, interna e externamente.

Internamente, as campanhas de nacionalização e de expansão de direitos sociais colocaram amplos setores contra o processo revolucionário. Exemplo disso foi que, nas montanhas de Escambray, um movimento contrário aos rumos que a Revolução Cubana tomava ganhou tração já em 1959. Seu próprio líder, Osvaldo Ramírez, encarnava as tensões internas ao bloco que havia derrubado a ditadura: um participante de um dos movimentos guerrilheiros nos estertores do regime de Batista, Ramírez passou à oposição armada à época da aprovação da primeira lei de reforma agrária em Cuba. Embora alguns autores afirmem que a repressão executada pela “*operación contra bandidos*” tenha sido fácil e veloz (BANDEIRA, 2009, p. 273), a verdade é que a atividade destes bandos só cessou por volta de 1965 (BROWN, 2017).

Externamente, houve uma série de ataques diretamente cometidos pelo governo dos Estados Unidos. Em um deles, em 15 de Abril de 1961, os estadunidenses realizaram um ataque a unidades da Força Aérea Cubana, destruindo algumas aeronaves (MAO, 2007, p. 350-353). O outro foi a famigerada tentativa de desembarque realizada em Playa Girón, em Abril de 1961. Em nenhuma delas, o objetivo político de derrubar e desmoralizar o governo revolucionário perante a população foi bem sucedido. Após Girón, o presidente Kennedy continuou a estimular planos internos para depôr o M-26 e pôr fim à Revolução Cubana sem que o Estado norte americano figurasse como agente de proa, planos os quais ficaram conhecidos como Operação Mongoose e que pretendiam agitar a população cubana para que realizassem um “golpe suave” contra os revolucionários, os quais foram findados apenas em 1964, ao menos oficialmente.

Outro episódio marcante foi a Crise dos Mísseis, em Outubro de 1962. Neste caso, a instalação de mísseis soviéticos nucleares acabou se tornando objeto de discussões entre Moscou e Havana. Inicialmente, desde meados de 1962, o governo de Cuba era desfavorável

a que a União Soviética posicionasse tais artefatos em território cubano, mas passou aos poucos a ver com bons olhos. O importante era que com o movimento Cuba não parecesse diante do público internacional uma frágil república defendida pelos soviéticos ou uma mera marionete, mas sim que se percebesse a situação como uma ampliação da força do campo socialista. Tais cálculos não eram exatamente as preocupações centrais de Moscou, contudo, tendo o Kremlin negociado diretamente com a Casa Branca para resolver a questão através da retirada dos mísseis sem maiores consultas a Havana, a qual protestou de diversos modos contra a solução dada<sup>50</sup>. A situação, se não feriu de morte a relação entre soviéticos e cubanos, intuímos que ajudou a criar uma percepção em Cuba de que seriam as Forças Armadas e o povo cubano, e ninguém mais, os principais responsáveis pela defesa do país (BANDEIRA, 2009, p. 443-516).

Para serem capazes de efetivamente defender Cuba no imediato pós-revolução, as Forças Armadas Cubanas passaram por um período de reestruturação e depuração no pós-revolução. Essa reestruturação se fez presente inclusive no nome das Forças Armadas, que passaram a se nomear *Fuerzas Armadas Revolucionárias* (FAR). Esse processo foi marcado pelos seguintes fios condutores: a) a eliminação dos elementos contrarrevolucionários dentro do aparato militar cubano, aproveitando o que podia ser aproveitado das antigas Forças Armadas e criando novos ambientes educacionais e formas de recrutamento; b) uma mudança na doutrina militar cubana no que diz respeito à definição de quais seriam os inimigos nacionais; c) o fato de que estas instituições abrem mão do monopólio das tarefas de defesa nacional; d) a racionalização e modernização da divisão institucional dentro das Forças Armadas; e e) a busca da aliança com o bloco soviético no que tange à estruturação das FAR tanto no quesito material quanto no que diz respeito à formação teórica (ARDANUY, 2014).

A depuração das antigas Forças Armadas cubanas foi um processo em que houve relativa aceitação dos antigos oficiais. Segundo Francisco Ardanuy,

todos aqueles oficiais que não haviam cometido crimes de sangue ou que não haviam participado ativamente a favor das políticas do governo ditatorial de Fulgencio Batista poderiam se incorporar ao novo exército, e o fariam em pé de igualdade com os soldados e comandantes rebeldes (ARDANUY, 2014, p. 152)<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Por exemplo, um dos principais brados em manifestações cubanas populares contra a decisão de Moscou atacava diretamente Nikita Krushev: “*Nikita, Mariquita, lo que da no se quita*” (BANDEIRA, 2009, p. 507).

<sup>51</sup> No original: *Todos aquellos oficiales que no tuvieran delitos de sangre o no hubieran participado activamente a favor de las políticas del Gobierno dictatorial de Fulgencio Batista podrían incorporarse al nuevo ejército, y lo harían en pie de igualdad con los soldados y mandos rebeldes.*

Nesse sentido, nos parece errôneo afirmar que a Revolução Cubana tenha feito tábula rasa da organização militar das Forças Armadas cubanas previamente existente. De modo similar ao que a própria Revolução Russa já havia feito, parte do oficialato e do corpo de praças previamente existente foi aproveitado pelos revolucionários na estruturação das FAR então nascentes. A direção militar do *Ejército Rebelde* à época mobilizou então a tese da inclusão permanente<sup>52</sup>, segundo a qual deveria se buscar integrar ao máximo possível os militares do regime anterior (ARDANUY, 2014, p. 141).

De modo dialético, é interessante sublinhar que a Operação Mongoose chegou a ajudar a depuração de grupos desleais ao processo revolucionário então em curso pela sua inabilidade. Assim, por exemplo, em Agosto de 1961, o serviço de inteligência militar cubano deteve e fuzilou alguns oficiais do Exército e da Marinha de Cuba que pretendiam desfechar um golpe contra Fidel (BANDEIRA, 2009, p. 459).

Indo em direção semelhante à inclusão permanente, aliás, houve uma importante mudança quanto à natureza do alistamento militar em Cuba no pós-Revolução. Em Novembro de 1963, a Lei nº 1.129 tornou o serviço militar obrigatório para todos os homens entre 17 e 45 anos por um período de três anos, sendo prerrogativa do Ministério das Forças Armadas decretar a desmobilização dos alistados seis meses antes ou depois da data de cumprimento da obrigação. Essa medida alterava a voluntariedade até então vigente na ilha caribenha e permitia a ampliação da capacidade de reserva de modo sensível, de acordo com as tarefas de defesa nacional impostas pelos conflitos com os Estados Unidos (ARDANUY, 2014, p. 143-144).

No que tange à tarefa de reeducar os corpos militares, foram criadas em Cuba uma série de instituições e cursos educacionais militares novos. A lista é extensa e indica não só o processo de buscar a ressocialização das Forças Armadas em um ambiente distinto daquele que existia previamente, mas também a variedade de tarefas a serem completadas doravante.

Assim, por exemplo, surgiram já em 2 de Março de 1959 novos cursos de especialização militar nas Escolas Militares de San Antonio de los Baños, Managua e Ciudad Libertad em Havana. Em 15 de Junho do mesmo ano, se iniciou o primeiro curso para cadetes na Escola Militar de Managua e o primeiro curso para capacitação de oficiais em Managuaco. Em Maio de 1960, foi criada uma Escola Militar voltada especificamente à capacitação dos

---

<sup>52</sup> A inclusão permanente implicava, contudo, não apenas a inclusão do aparato militar previamente existente, mas também a inclusão da população agrária sem formação militar formal dentro das nascentes Forças Armadas (ARDANUY, 2014, p. 140).



responsáveis pela direção de tropas irregulares, mormente as *Milicias Nacionales Revolucionárias* (MNR), que serão tratadas de modo mais atento abaixo. Em 8 de Maio de 1961 foi inaugurado o primeiro curso para instrutores revolucionários na nova Escola Osvaldo Sánchez Cabrera, denotando a atenção com a formação política das forças armadas. Esta escola diplomou já neste ano cerca de 750 instrutores voltados à formação e direção política das unidades militares, nas quais eram os terceiros em comando - motivo, aliás, de conflito com os militares formados, fato que levará a que já em 1963 apenas militares de carreira fossem admitidos como instrutores político-revolucionários (WALKER, 1995, p. 536). No mesmo sentido de alteração quanto à formação, em 1962, com o caráter socialista da revolução já declarado, começaram a chegar a Cuba instrutores militares da União Soviética, alterando de modo sensível a formação dos militares cubanos, até então acostumados aos padrões dos Estados Unidos (ARDANUY, 2014, p. 144-145).

A mudança de doutrina militar passava pela reelaboração do que seria a tarefa principal das FAR. Conforme o processo revolucionário cubano evoluiu para contradições cada vez mais acirradas para com os Estados Unidos, as tarefas de defesa da Nação e da Revolução passaram a ser explicitamente concebidas para estruturar a República de Cuba de modo a suportar e inviabilizar a interferência da potência estadunidense. Privilegiava-se uma estratégia defensiva em uma guerra assimétrica, com a guerra de guerrilhas se tornando um padrão que todo combatente cubano deveria dominar em alguma medida. Não à toa, o livro *Guerra de Guerrilhas*, de Guevara, se tornou de ampla difusão entre as Forças Armadas cubanas (DOSAL, 2005, p. 41).

Nessa toada, a doutrina militar cubana passará a conceber a necessidade da criação de margem de manobra internacional para aliviar a pressão dos Estados Unidos sobre a ilha caribenha. É nessa esteira que podemos compreender o apoio cubano a uma série de movimentos guerrilheiros por todo o Terceiro Mundo, em especial na América Latina. A idéia era treinar combatentes irregulares em diversas localidades para sobrecarregar o principal Estado engajado militarmente no apoio à contrarrevolução, os Estados Unidos. Com isso, a capacidade do Estado norte-americano para assediar Cuba diminuiria.

O principal símbolo e elaborador deste elemento da doutrina militar cubana foi Ernesto Che Guevara. Embora haja debate sobre o acordo geral que existia entre a liderança revolucionária quanto ao apoio às incursões guerrilheiras de Guevara, nos parece certo que ainda que houvesse hesitações e tergiversações públicas por parte de líderes como Fidel e Raúl Castro, o apoio cubano fornecido às expedições no Congo e na Bolívia deixa pouca margem à discussão sobre a profundidade do consentimento de Havana ao guerrilheiro

argentino. A título de exemplo, ao início a expedição de Guevara na Bolívia em 1966-1967 contou com dezesseis cubanos, três dos quais membros do Comitê Central do PCC: Juan Vitalio Acuña, Antonio Sánchez e Eliseo Reyes. Três destes eram comandantes, a mais alta patente do Exército cubano, com participações que variavam da chefia do Serviço de Informações cubano, o G-2, à composição do Ministério do Açúcar. Nas palavras de Paul Dosal,

Castro aparentemente dera alta prioridade à expedição boliviana. Ele não só permitira que vários funcionários de alto escalão deixassem seus cargos, mas também envolvera os serviços de informações de Cuba no projeto. O Departamento de Liberação de Manual Piñeiro preparou disfarces e passaportes falsos, e transportou Che e os outros através de rotas tortuosas concebidas para despistar os agentes dos serviços de informação estrangeiros. A missão boliviana se tornou uma prioridade da política externa de Castro, como ele indicou ao fazer várias visitas ao campo de treinamento em Pinar del Río [local de aprestamento da guerrilha de Che] (DOSAL, 2005, p. 318-319).

Em sentido similar se manifesta, aliás, Moniz Bandeira, ao afirmar que os atritos entre Che Guevara e Fidel Castro foram mais de forma que de conteúdo - ainda que Bandeira acentue elementos de conflito entre os dois (BANDEIRA, 2009, p. 579-588). De fato, o autor baiano chega a asseverar que os 17 oficiais do Exército cubano juntos à Guevara não eram mero grupo de guerrilheiros, mas um verdadeiro Estado-Maior pronto a comandar novos focos guerrilheiros no momento oportuno (BANDEIRA, 2009, p. 592). Seja como for, o que buscamos pontuar com essa pequena digressão sobre Guevara é demonstrar que suas expedições não eram fruto do pensamento romântico de um jovem ou de uma ruptura política entre Guevara e Castro à altura da experiência boliviana<sup>53</sup>, mas sim parte de uma estratégia estatal visando a defesa do processo revolucionário cubano. No mesmo sentido, pontuamos que entre dois e três mil guerrilheiros latino-americanos teriam sido treinados em Cuba, no período que vai de 1962 a 1967 - atestando assim o empenho do Estado cubano com a estratégia guerrilheira (BANDEIRA, 2009, p. 588).

Essa política, é necessário sublinhar, não foi vista com bons olhos pela União Soviética, a qual havia estabelecido certa convivência com os Estados Unidos no que diz respeito às divisões de áreas de influência no globo. As colisões entre a União Soviética e Cuba durante a década de 1960 em razão do apoio da última a diversos movimentos guerrilheiros foram frequentes e intensas (BANDEIRA, 2009, p. 571-573; 600-602). Além

---

<sup>53</sup> A tese da ruptura é defendida, por exemplo, por Jorge Castañeda (CASTAÑEDA, 2006).

disso, o discurso ideológico mobilizado pelo Estado cubano questionava frontalmente as elaborações teóricas da maior parte dos partidos comunistas latino-americanos, ao defender a maturidade social para o desenvolvimento da luta armada ou, mesmo, a capacidade da luta armada catalisar processos de desenvolvimento políticos e sociais que conduzissem à revolução, conforme já observamos. Essas discordâncias não impediram a colaboração entre os dois Estados, contudo.

Na medida em que as Forças Armadas cubanas abandonaram uma concepção em que a integridade da nação seria ameaçada pelas próprias massas cubanas e pela distante potência soviética, esta doutrina nova foi capaz de integrar amplos setores da sociedade cubana ao esforço de defesa cubano.

Dando concretude a tais mudanças, foram criados órgãos revolucionários que alteraram a dinâmica da segurança interna até então na ilha caribenha. Entre estes, estavam os *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR) e as *Milicias Nacionales Revolucionarias* (MNR) (MAO, 2007, p. 352). Os CDRs eram organizações de massas responsáveis, entre outras tarefas, por vigiar ideologicamente comunidades de bairro, unidades laborais, fabris e agrícolas, além de atuarem de modo a apoiarem tropas em caso de invasão de um inimigo externo. A preocupação dos CDRs era, antes de tudo, defender *a revolução* (SANTOS, 2017). As MNR, por sua vez, eram grupos da população civil voltados à tarefa de defesa *nacional*, recebendo treinamento militar sem contudo integrarem os quadros das Forças Armadas Cubanas (SANTOS, 2017, p. 74-75). Ainda que a distinção entre defesa da nação e defesa do processo político revolucionário não seja absoluta no caso cubano, havia uma maior preocupação com tarefas de caráter político no caso dos CDRs e militares no caso das MNRs. Na prática, as Forças Armadas de Cuba deixavam de deter o monopólio fático pela defesa nacional.

Isso não quer dizer que as Forças Armadas não se relacionaram com tais instituições, é claro. No caso das MNRs, como vimos, os instrutores destes corpos irregulares eram formados pelas FAR em escolas e cursos voltados especificamente para esse objetivo. No caso dos CDRs, eles se tornarão importantes a partir da década de 1970 não só pelas tarefas de vigilância. Vejamos:

A relação solidária entre CDR e órgãos oficiais de segurança é reforçada a partir do início da década de 1970. No dia 22 de Janeiro de 1970, foi criada a frente CDR-FAR, com o objetivo de articular os *comités* e as Forças Armadas Revolucionárias na formação “patriótico-militar” da juventude. Em Março foi anunciado o Plano de Trabalho Conjunto entre ambas organizações, para

que a responsabilidade pela defesa da revolução dos *comités* fosse melhor organizada em consonância às forças armadas. Logo no dia 13 de Abril de 1970 era realizado um seminário conjunto com os novos dirigentes provinciais e regionais da organização, sobre aspectos da vida militar (SANTOS, 2017, p. 114)

No âmbito organizativo, a Revolução trouxe inovações de relevo. Uma destas foi a fundação da até então inexistente Força Aérea Cubana, em 10 de Março de 1959. Foram também criados em 1961 três Exércitos distintos, cada um sob o comando de um Comandante específico: o Exército Oriental, sob o Comandante Raúl Castro Ruz, com efetivo de cerca de vinte e dois mil homens; o Exército Central, sob o Comandante Juan Almeida Bosque, com cerca de dezoito mil homens; e o Exército Ocidental, sob o Comandante Guillermo García Frías, com cerca de vinte e seis mil homens. A estrutura militar passava da mais simples companhia-batalhão para a tripartite divisão-brigada-exército, indicando assim uma maior margem de autonomia tática para os comandantes (postura coerente com a estratégia defensiva de desgaste através da guerra irregular que Cuba adotou) (ARDANUY, 2014, p. 144). Além disso, a leve concentração do efetivo no Exército Ocidental indicava a mudança do inimigo nacional: a região ocidental é, afinal de contas, a mais próxima dos Estados Unidos.

Finalmente, a aproximação com a União Soviética se deu em vários níveis, tendo o Acordo Militar de 1962 sido a pedra fundacional mais sólida dessa relação. Para além do fornecimento de instrutores e de alianças formais, Moscou proveu vasto material bélico, efetivamente modernizando as até então mal equipadas Forças Armadas de Cuba. Houve transferência de equipamentos bélicos de todo tipo: de fuzis Ak-47 a peças de artilharia, de helicópteros a caças (que basicamente estruturaram a partir do nada a nascente Força Aérea Cubana), além de material para a Marinha.

Em nossa avaliação, enumerar as contribuições soviéticas a cada um destes setores seria algo cansativo demais para o leitor. Esse processo de transferência foi central para tornar as Forças Armadas Cubanas uma das principais da América durante a Guerra Fria. Basta sublinhar que, segundo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), o volume de transferências de armamentos de países do Pacto de Varsóvia<sup>54</sup> durante o período que vai de 1960 a 1970 foi cerca de 35 vezes o valor do volume de transferências realizados

---

<sup>54</sup> Além da União Soviética, a Tchecoslováquia também forneceu pequeno volume de armamentos a Cuba durante o período 1960-1970 - ainda que constituindo cerca de 75% do volume enviado pelos Estados Unidos durante toda década de 1950. Ver Anexo I.

pelo antigo aliado geopolítico da ditadura de Batista durante a década de 1950<sup>55</sup>. Como se pode imaginar, um aporte de material dessa dimensão representou um tremendo salto qualitativo às Forças Armadas de Cuba.

A ajuda soviética, importante sublinhar, se deveu em parte à habilidade política de Fidel Castro em ler a conjuntura internacional e as dificuldades que esta impunha a Moscou. Ao proclamar em 1962 o caráter socialista da Revolução Cubana, Fidel colocou Krushev em uma situação politicamente complicada. Como se sabe, a ruptura sino-soviética fez com que a China denunciasse a União Soviética como preferindo apaziguar os Estados Unidos em nome da política da coexistência pacífica em detrimento do desenvolvimento do movimento revolucionário comunista. Desse modo, quando Cuba passa a se pretender socialista, o eventual abandono da ilha caribenha pelos soviéticos em troca da coexistência com os Estados Unidos ajudaria a deslegitimar a União Soviética diante do movimento comunista - além de possivelmente aproximá-la da China no panorama internacional. Desse modo, pressionado por todos os lados, o Estado soviético optou por tornar Cuba uma das principais potências militares da América Latina (BANDEIRA, 2009, p. 330).

A década de 1960, assim, representou um intenso momento de superação histórica para as Forças Armadas de Cuba em relação ao momento pré-revolucionário. A centralidade que a necessidade de defesa do território e do processo revolucionário cubano adquiriu durante este momento fez com que esta instituição recebesse grande atenção por parte da elite política cubana, atuando como o seu principal pilar de sustentação. Tal centralidade se refletiu numa preocupação intensa de reformular de modo radical a instituição das Forças Armadas cubanas - o que ia do plano mais concreto da capacidade de efetivamente armar até o mais abstrato, voltado à preparação teórica do oficialato e dos praças cubanos, passando pela ampliação da base do efetivo militar através do serviço militar obrigatório, pela reestruturação administrativa dos corpos militares e pela modernização refletida na criação da Força Aérea Revolucionária. Contudo, a partir da década de 1970, o protagonismo que o PCC adquiriu pelos motivos já elencados acima, a melhor estruturação da defesa nacional e a

---

<sup>55</sup> O SIPRI mede transferências de armamento a partir do *Valor de Indicação de Tendência*, ou *Trend-Indicator Value* (TIV), o qual permite a comparação entre os dados sobre transferências de armas e a identificação de tendências gerais sem tomar em conta o aspecto financeiro (SIPRI, 2019). A escolha do TIV por não mensurar financeiramente as transferências de armas se deve ao fato de que não existe consenso comercial internacional quanto ao que constitui uma arma. No que tange a transferências realizadas pela União Soviética, além disso, nem sempre as transferências realizadas tinham caráter pecuniário (BANDEIRA, 2009). Ressaltamos que o TIV não abarca em sua mensuração a maioria das armas pequenas e seus componentes, caminhões militares, equipamento de suporte, serviços e tecnologia - o que se por um lado pode indicar que a contribuição soviética era ainda maior do que o representado, pode indicar que as contribuições de armamentos dos Estados Unidos à Cuba pré-revolucionária tinham um caráter sobretudo policial, e não voltadas à defesa propriamente dita da ilha caribenha.

relativa estabilização do processo revolucionário cubano fez com que as Forças Armadas de Cuba sofressem novas alterações. É o que veremos a partir daqui.

#### **3.2.4. A virada dos anos 1970.**

Conforme já vimos, a virada dos anos 1970 colocou em questão o funcionamento do sistema político cubano na medida em que uma série de falhas demonstrava debilidades a serem superadas. A principal falha envolveu a Safra de Dez Milhões. Tal situação fez com que a estrutura e papel das Forças Armadas cubanas fosse colocada em questão, tal como outras instituições.

De modo geral, é possível afirmar que após 1970 as Forças Armadas cubanas aprofundaram a tendência de profissionalização que já vinha se desenhando desde os anos 1960. Afirmamos que tal processo já se encontrava em curso pois, como vimos, houve uma preocupação por parte da elite política cubana em levar a cabo um processo de transformação das Forças Armadas cubanas de uma força quase policial para uma adequadamente equipada para as realidades de um conflito moderno. Exemplo cabal deste fato é que a criação das Força Aérea cubana é fruto do processo revolucionário.

Contudo, tanto pela falta de confiabilidade política nos quadros das antigas elites cubanas por parte de alguns líderes do processo revolucionário cubano quanto pela debilidade organizacional dos grupos partidários pró-revolucionários que já verificamos, as Forças Armadas foram repetidamente mobilizadas para tarefas de disputa política, administrativas e econômicas<sup>56</sup>.

A partir dos anos 1970, o emprego de membros das Forças Armadas em tais tipos de setores diminuirá, com estes se voltando às tarefas propriamente militares. A década de 1970 será conhecida como o período do internacionalismo militar, com as Forças Armadas cubanas auxiliando processos revolucionários em regiões do Terceiro Mundo de acordo com o interesse de Estado da República de Cuba. É este processo que pretendemos analisar aqui.

Conforme já apontamos anteriormente, fazia parte da política de defesa de Cuba auxílio a vários movimentos de libertação nacional já durante a década de 1960, sobretudo na América Latina. Contudo, a natureza de tais apoios era muito pouco ostensiva, sendo mais

---

<sup>56</sup> Por exemplo, como forma de manter a ligação dos militares com a classe trabalhadora cubana e também para aumento de produção, todos os recrutas cubanos cumpriam um período de ao menos três meses de auxílio à lavoura cubana (VELLINGA, 1976, p. 248).

próxima de operações de inteligência do que de expedições militares, mesmo quando contando com militares em sua composição.

Com a chegada dos anos 1970, o apoio cubano mudou de natureza. Após mais de uma década de aperfeiçoamento e treinamento com os materiais bélicos enviados pelos soviéticos, as Forças Armadas de Cuba encontravam-se em uma posição de maior capacidade para intervir politicamente e militarmente em conflitos do Terceiro Mundo - experiências que efetivamente aumentaram ainda mais a profissionalização militar na medida em que envolveram grande volume de pessoal em conflitos armados de larga escala.

O primeiro caso foi a experiência de intervenção das Forças Armadas cubanas para apoiar o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Ainda que a solidariedade de Cuba ao MPLA fosse algo que remontava à década de 1960, com apoio cubano logístico e de treinamento ao início da guerrilha angolana e simbolizada em 1965 pela reunião entre Guevara e Agostinho Neto (líder do MPLA), com o início do processo de descolonização e a subsequente guerra civil que se iniciou no país africano entre o MPLA, o Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o apoio militar cubano chegou a níveis até então inauditos.

Em uma verdadeira expedição militar iniciada em Novembro de 1975, logo após a declaração de independência em Angola, estima-se que Cuba envolveu ao longo de treze anos de conflito ao menos 50 mil militares das suas próprias forças no país africano (BANDEIRA, 2009, p. 710). Já em Março de 1976, é necessário sublinhar, o contingente cubano era composto por cerca de 36 mil militares, apoiados por 300 carros de combate, indicando a rápida escalada da presença das Forças Armadas cubanas. A título de comparação, a proporção do esforço cubano era quatro vezes maior do que o empenho estadunidense despendido durante a Guerra do Vietnã (GEORGE, 2005, p. 1; 117) - basta lembrar que as Forças Armadas Cubanas atingiram, em seu ápice, cerca de 300 mil militares, implicando que ao menos um em cada seis militares cubanos serviu em Angola durante o conflito a certa altura (VASCONCELOS, 2017, p. 527).

A atuação militar durante a expedição não passava livre da fiscalização do Partido Comunista de Cuba. O PCC mantinha vigilância sobre as atividades das tropas, garantindo que os objetivos políticos de avanço do MPLA fossem atingidos. Entre algumas das mais curiosas formas de garantir a disciplina das tropas e a manutenção do apoio da população cubana à presença em Angola, o Partido zelava pela fidelidade conjugal dos membros do Estado lotados no país africano, inclusive os militares: caso estes, quando ligados ao PCC, fossem descobertos cometendo adultério em suas longas estadias (as quais facilmente

passavam de semanas), era exigido que os mesmos se separassem de seus companheiros em Cuba ou que fossem expulsos do Partido (efetivamente dificultando a posterior ascensão na carreira militar) (HATZKY, 2015, p. 257).

O segundo caso de relevo deste período foi a expedição cubana na Etiópia. De duração e mobilização de tropas menores, essa experiência foi motivada pelo conflito entre a Somália e a Etiópia entre 1977 e 1978, o qual ficou conhecido como Guerra de Ogaden (região em disputa entre estes dois Estados).

O apoio cubano ao governo da Etiópia datava de 1975, meses após a junta militar que ficou conhecida como *Derg*<sup>57</sup> ter tomado o poder, abolido a monarquia e declarado que a Etiópia era um Estado Marxista-Leninista, se alinhando com a União Soviética. A própria junta se arrogava a função de direção política enquanto vanguarda da Revolução Etíope - ecoando aqui a relação estabelecida pelo *Ejército Rebelde* com o processo político da Revolução Cubana. As tensões regionais internas à Etiópia surgidas dessa mudança levaram ao conflito com a Somália, a qual foi acusada de apoiar militarmente grupos separatistas da etnia somali da região de Ogaden. A partir deste momento, a tensão entre ambos Estados cresceu até atingir o conflito aberto, com a invasão de Ogaden pelo Exército da Somália em Julho de 1977.

A expedição cubana à Etiópia levou aproximadamente 15 mil militares, contando com a presença também de peças de artilharia e de carros de combate. A presença cubana foi central para a resolução rápida do conflito, apoiando o Exército etíope na contra-ofensiva em Ogaden em Fevereiro e Março de 1978. Talvez em virtude da rápida resolução, o efetivo cubano não chegou aos níveis vistos no caso angolano - mas ainda assim superando em larga escala a experiência dos anos 1960 de apoio a guerrilhas de libertação nacional.

A experiência cubana na África, é importante pontuar, envolvia parcialmente um comprometimento ideológico e parcialmente preocupações estratégicas com diversionismo de recursos estadunidenses, mas foi composta também por interesses materiais. De acordo com Luiz Alberto Moniz Bandeira, a atividade militar internacional de Cuba também gerava divisas de importância para o país caribenho, na medida em que envolvia não só alguma remuneração pela presença de tropas cubanas, mas também o controle de rotas de comércio clandestinas - as quais pontuamos aqui por envolver uma questão de importância para as instituições militares durante o fim da década de 1980 (BANDEIRA, 2009, p. 622).

---

<sup>57</sup> "Comitê", em amárico.



Essa mobilização fez com que o efetivo das Forças Armadas cubanas fosse deslocado do cenário cubano. Nesse sentido, o fortalecimento do Partido Comunista de Cuba que demonstramos anteriormente cumpria o papel de cumprir as lacunas políticas deixadas pelas expedições militares na África, com os militares se voltando às atividades propriamente bélicas e a burocracia partidária dirigindo efetivamente o processo político cubano - atingindo uma divisão de tarefas que a maior parte da bibliografia consultada considera “natural” entre burocracias militares e burocracias políticas. De fato, é um tanto sintomático que o início do internacionalismo militar cubano se dê de modo praticamente concomitante com o Congresso fundacional do Partido.

Apesar disso, contudo, os anos 1980 e seu processo de retificação não deixaram as Forças Armadas cubanas incólumes. Buscaremos abordar brevemente a discussão de como esse processo atingiu as instituições militares cubanas.

### **3.2.5. Os anos 1980 e o Processo de Retificação.**

Como já vimos, os anos da década de 1980 foram responsáveis por mudanças que desafiaram as elites políticas cubanas. As mudanças no mundo soviético levaram à revisão do nível de disposição de enfrentamento do Kremlin com os Estados pela defesa direta da ilha caribenha face à potência capitalista - a qual, cabe sublinhar, nunca fora muito intensa. Leonid Brejnev afirmou com todas as letras que a União Soviética não podia combater em Cuba pelo simples fato físico da distância de mais de dez mil quilômetros entre Cuba e a União Soviética. A percepção de abandono se aprofundou ainda mais com a ascensão de Mikhail Gorbachev. Além disso, a virada aos anos 80 levou a uma nova onda de anticomunismo dentro dos Estados Unidos na esteira do movimento pela eleição de Ronald Reagan, cujo bloco de governo ameaçava de modo mais claro uma intervenção direta em Cuba (BANDEIRA, 2009, p. 626).

No que diz respeito à organização militar, a década de 1980 inaugurou a introdução de uma importante inovação doutrinária, a doutrina da *Guerra de Todo el Pueblo* (GTP), ou Guerra de todo o Povo, para fazer frente a este cenário de dificuldades externas. Segundo essa doutrina, a defesa da República Cubana se tornava de modo mais sólido uma tarefa de toda a população cubana, a qual era agora passível de mobilização de forma complementar às Forças Armadas através de uma nova instituição, as *Milícias de Tropas Territoriales* (MTT), as quais não se subordinavam diretamente à estrutura das Forças Armadas Cubanas, e sim ao Ministério das Forças Armadas. O anúncio da adoção da doutrina militar GTP pelo Estado

Cubano se deu durante as comemorações do Primeiro de Maio de 1980, através de discurso de Fidel Castro, ou seja, durante o início da década. A GTP segue até os dias de hoje como a doutrina militar oficial do Estado cubano.

A GTP é uma doutrina militar defensiva. Ela parte do pressuposto da debilidade cubana em face de um agressor militarmente muito superior, os Estados Unidos. Para fazer frente a esse inimigo, a população civil (*todo el pueblo*) é integrada ao esforço de guerra defensiva, criando um cenário de guerra irregular em que a invasão da ilha caribenha é custosa demais, implicando na eliminação não só das Forças Armadas - linha primeira de defesa no esforço de resistência no caso de uma agressão externa -, mas também de partes substanciais da população civil. Nesse sentido, ela mobilizou e mobiliza diversas estruturas organizativas já existentes dentro da sociedade cubana à altura da década de 1980 e que seguem existindo até os dias de hoje: as Brigadas de Produção e Defesa, os já citados CDRs e a UJC, entre outros.

A GTP dividiu Cuba em Zonas de Defesa, isto é, em espaços táticos menores que os municípios. Ao total, temos 1400 Zonas de Defesa distintas (VASCONCELOS, 2018, p. 45). Estas são elementos constituintes de uma cadeia organizativa de nível nacional, o Sistema Defensivo Territorial, o qual constitui mais um panorama maior para compreensão das tarefas táticas de defesa do que uma articulação centralizada que controla cada unidade. As unidades responsáveis por coordenar e liderar a defesa em cada uma destas Zonas de Defesa são as MTTs (VASCONCELOS, 2017, p. 521).

As MTTs são compostas por voluntários civis cubanos de

[...] ambos os sexos com mais de 17 anos que não fazem parte das forças regulares e possuem as capacidades físicas e mentais exigidas. Estão organizadas em divisões, regimentos, batalhões e companhias independentes entre si, assim como em grupos especiais, uma espécie de tropa de elite dessas forças paramilitares, e são equipadas com armamentos de infantaria, artilharia e, especialmente, artilharia antiaérea. Esses meios de combate se encontram em locais, dentro das Zonas de Defesa, próximos das residências e locais de trabalho dos combatentes, o que garante estarem prontos para o rápido acesso quando necessário (VASCONCELOS, 2017, p. 521)

Como podemos ver, as MTTs possuem local de destaque dentro da GTP, funcionando como eixo articulador das centenas de Zonas em Cuba.

Podemos dizer que a GTP implicou também certo nível de desalinhamento teórico entre o Estado cubano e a União Soviética. Ora, ainda que o sistema de *partisans* soviéticos empregado durante a Segunda Guerra Mundial utilizasse a guerra irregular, a verdade é que

tal solução havia sido emergencial. O principal modelo de inspiração da doutrina militar defensiva de Cuba a partir de 1980 havia sido o Vietnã, conforme o próprio Raul Castro admitiu, cuja capacidade de empreender uma guerra de desgaste longa o suficiente para solapar a vontade dos Estados Unidos em sustentar um esforço bélico contra o país asiático foi historicamente notória (GOURÉ, 1989, p. 581).

Conforme já vimos, a mobilização de civis às tarefas de defesa não era exatamente uma novidade no processo político cubano. Durante o início da Revolução Cubana, foram criadas as MNRs, as quais suplementaram a atuação das Forças Armadas durante momentos cruciais como a batalha de *Playa Girón* e durante a repressão aos grupos contra-revolucionários nas Serras de Escambray. O efetivo das MNRs chegou a atingir 250 mil pessoas integradas à defesa, superando o pessoal organizado no *Ejército Rebelde* (BANDEIRA, 2009, p. 236).

Contudo, a GTP e a criação das MTTs levaram tal mobilização a um patamar inédito em Cuba. As MNRs tinham sido uma criação *ad hoc*, de modo a solucionar dada situação crítica provisoriamente, não tendo ocorrido uma institucionalização deste tipo de organização de modo sistemático pelo Estado cubano (VASCONCELOS, 2017, p. 520-521). Com as MTTs, o cenário era diferente. Inicialmente ao menos, o percentual da população mobilizada era maior do que no caso das MNRs, ainda que não a um nível sensivelmente superior - se no auge as MNRs contaram com cerca de 250 mil voluntários, as MTTs mobilizaram inicialmente cerca de 500 mil (BANDEIRA, 2009, p. 626). Porém, as tropas das MTTs eram e são diretamente subordinadas a um Ministério, não obedecendo a uma estrutura militar de modo rígido e permanente. Além disso, a ausência de uma cadeia de comando verticalizada explícita, coerente com a estratégia de guerra irregular pretendida pela GTP (já que cada unidade deve ter autonomia tática para empreender as atividades de guerrilha que julgar necessárias em uma situação de invasão), dificulta a criação de mecanismos de controle por parte de militares engajados na carreira eventualmente mobilizados a treinar e comandar unidades de MTTs.

Ora, como se pode imaginar, tal medida não só aumentou a capacidade de dissuasão por parte de Cuba em face de eventuais agressões externas: ela também diminuiu o poder político das Forças Armadas cubanas, as quais vinham conquistando prestígio e autonomia sensíveis em razão dos sucessos militares durante o internacionalismo militar na África. Esse prestígio se refletia em questões como um percentual sensível do PIB cubano (5%) sendo destinado às Forças Armadas e um aumento da participação do oficialato no Comitê Central do Partido Comunista à altura do Terceiro Congresso em relação ao Segundo

(MUJÁL-LÉON&BUZÓN, 2008). Com a criação das MTTs, aquelas Forças haviam definitivamente deixado de deter o monopólio do exercício da violência dentro do processo político cubano, estando agora postas em cheque permanente por uma estrutura armada paralela sob controle direto da elite política cubana - com evidente destaque ao Partido. É interessante que Jefferson Euclides Vasconcelos considere a hipótese desta finalidade às formações de milícias no que diz respeito ao período do imediato pós-Revolução (VASCONCELOS, 2017, p. 519-520), mas não extrapole tais conclusões ao cenário da década de 1980.

O controle sobre as Forças Armadas cubanas pela elite política deste país se confirmou ao longo da década através do Processo de Retificação, o qual já descrevemos acima. Este processo, conforme vimos, buscou combater práticas de corrupção e o que se entendia por desvios ideológicos dentro das instituições cubanas. As Forças Armadas não passaram incólumes durante este período.

O caso mais emblemático foi aquele que envolveu o General Arnaldo Ochoa. Ochoa era um arquétipo de militar cubano exemplar, com a trajetória profissional se confundindo com os principais rumos das Forças Armadas cubanas desde a Revolução: havia servido junto ao *Ejército Rebelde* com 16 anos na *Sierra Maestra*, frequentado cursos nas academias militares soviéticas, participado do apoio à guerrilha na Venezuela e atuado com distinção durante as expedições do internacionalismo militar na Etiópia, Nicarágua e em Angola, onde chegou a atuar até o final da década de 1980. Sua carreira em 1989 estava prestes a ser coroada com uma promoção ao posto de Comandante do Exército Ocidental - tornando-o, na prática, a terceira figura militar mais importante de Cuba, atrás apenas de Fidel Castro e Raul Castro, já que este Exército não só é responsável pela guarnição da capital Havana, mas também é o mais próximo do território dos Estados Unidos.

Contudo, durante o processo de investigação do general que se exigia para a posse do cargo, foram surgindo aos poucos escândalos envolvendo o tráfico de produtos como marfim, diamantes e, o pior de tudo, drogas ilícitas em áreas sob comando militar de Ochoa em missões em Angola e em território cubano. À época, é importante lembrar, os Estados Unidos haviam invadido o Panamá para depôr Manuel Noriega sob a acusação de relações com o narcotráfico. Ochoa foi preso em Maio de 1989 e acabou sendo executado após um célere processo por traição em 13 de Julho de 1989, junto com outros três oficiais do alto escalão cubano, na medida em que se entendeu que suas ações haviam colocado toda a nação em perigo de invasão, tal qual no caso do Panamá. Sua esposa foi informada, posteriormente,

do local de sepultamento do cadáver, em uma lápide sem identificação dentro de um cemitério público.

Tanto autores simpáticos à Revolução Cubana quanto aqueles críticos a ela admitem que é possível que realmente tenha havido algum tipo de corrupção por parte de Ochoa (BANDEIRA, 2009, p. 622; ALONSO, 1995, p. 629). Contudo, o que chama atenção no caso do general é a severidade da punição em face da infração. Como vários autores questionam, por qual motivo a elite política cubana optou por uma medida tão severa a um daqueles que tinha sido um de seus melhores defensores, enquanto no caso de outros escândalos como o envolvendo o da microfacção a opção foi basicamente adotar uma punição que variava da reclusão ao “método do pijama” (isto é, a aposentadoria compulsória) (MORA, 1999)? Afinal de contas, ainda que o tráfico de drogas fosse um delito severo, o fato é que várias vezes os próprios Fidel e Raúl Castro foram colocados em perigo por conspiradores, como Aníbal Escalante, sem que uma sanção tão rigorosa fosse aplicada.

Olhando os processos de transformação das Forças Armadas Revolucionárias durante o período da segunda metade dos anos 1980, é possível intuir alguns dos motivos. As FAR foram reduzidas em cerca de 40% no que diz respeito ao efetivo, entre 1985 e 1990. A situação foi ainda mais severa entre os oficiais ligados ao Exército Ocidental - estima-se que 70% dos oficiais desta fração do Exército foram ou aposentados ou transferidos após a execução de Ochoa (MUJÁL-LÉON&BUZÓN, 2008). Quando temos em mente que esse processo foi acompanhado de um aumento sensível das MTTs, é possível perceber uma mudança nas preocupações quanto à distribuição do poder armado dentro da República de Cuba.

Desse modo, acreditamos poder dizer que o caso Ochoa fez parte de um cenário de diminuição do poder das Forças Armadas enquanto instituição com capacidade de atuação política própria. Nesse sentido, é de menor relevância a responsabilidade do general cubano com relação aos delitos a ele atribuídos e de maior a postura da elite política cubana atuando cirurgicamente sobre um militar com uma carreira paradigmática, enviando um sinal ao restante da tropa em meio à crise do mundo soviético: rupturas não seriam aceitas passivamente. O fato de que nem mesmo o túmulo de Ochoa poderia se tornar um local conhecido, evitando assim a realização de peregrinações políticas, indicava a preocupação em manter as FAR sob estrito controle político.

Se poderia argumentar que o investimento orçamentário feito em matéria de Defesa e Segurança durante a década de 1980 indicaria um fortalecimento dos militares na repartição de recursos, indo na contramão de uma perda de influência - a partir de 1982, o gasto militar

nunca ficou abaixo de 10% do Orçamento cubano durante toda a década. Contudo, se observamos, há um pico até 1985, quando o percentual cai e, já em 1991, há um corte profundo (Anexo III). Devemos também recordar que nem todo o orçamento destinado à Defesa é voltado necessariamente às Forças Armadas propriamente - basta lembrar que foi exatamente no início da década que se constituíram as MTTs. Ademais, como a tabela do Anexo II nos permite ver, a partir de 1984, o volume de transferência de armamentos da URSS a Cuba começa a cair de maneira acentuada, sofrendo nova queda drástica a partir de 1987. Ora, o investimento orçamentário pode representar o esforço do Estado cubano em suprir lacunas que a falta de apoio soviético a partir do início da década gerava em matéria de defesa, e não propriamente um avanço das posições dos militares na disputa orçamentária.

Finalmente, um outro indício da disposição em dissolver o espírito de corpo dos militares e garantir uma disciplina política estrita foi a criação de normas que garantiam que os praças que demonstrassem um desempenho exemplar durante o serviço militar obrigatório teriam vagas garantidas no sistema de ensino superior. Desse modo, se inseria uma recompensa significativa à manutenção de um comportamento fora de desvios e se socializava durante anos o militar em um ambiente civil em que a presença do PCC era forte, através da UJC. A título de comparação, ainda que fosse desejada e estimulada a participação cotidiana de estudantes universitários nas MTTs, se exigiam apenas 45 dias de serviço militar obrigatório ao término da graduação (um período de socialização sob a estrutura militar muito menor do que o dos militares egressos) (MUJAL-LÉON, 1981, p. 410; 426).

## **4. ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS E FORÇAS ARMADAS NA VENEZUELA**

Neste capítulo do trabalho, buscaremos analisar o processo de constituição das organizações partidárias e das forças armadas no caso venezuelano. Delinearemos ao longo do processo de que maneira se desenvolveram as relações entre as diversas organizações políticas e partidárias venezuelanas (com evidente foco no *Partido Socialista Unido de Venezuela*, o PSUV) e as forças militares deste país, tarefa a ser consolidada no quinto capítulo. Nossa análise buscará compreender como esta relação variou de acordo com a história recente da Venezuela.

Nossa exposição buscará aqui compreender o arcabouço ideológico que conformou o bolivarianismo na Venezuela. Para tanto, iremos recuar historicamente até o momento de surgimento das guerrilhas venezuelanas, inspiradas pela experiência cubana, de modo a demonstrar que o papel central que o aparato militar assume dentro do bolivarianismo possui relações com o foquismo desenvolvido a partir da Revolução Cubana. Passaremos, assim, pela experiência do PRV de Douglas Bravo, pelo *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200), e pelo *Movimiento V República* (MVR), fundados por Hugo Chávez, apontando as particularidades de um processo revolucionário que desembocou em uma experiência socialista que contudo não foi conduzida por um partido comunista nem por um grupo que tomou de assalto o Estado. Analisaremos então o processo de constituição do PSUV através de seus Congressos e seus desempenhos eleitorais durante os governos de Chávez e Nicolás Maduro, apontando eventuais debilidades do partido. Após isto, analisaremos o processo de conformação das Forças Armadas venezuelanas, desde sua fundação até o Plano *Andrés Bello*. Partiremos então à análise de como esta instituição atuou durante a Revolução Bolivariana, apontando mecanismos de modernização desta durante tal processo e o processo de colonização militar.

### **4.1. As organizações partidárias na Venezuela.**

#### **4.1.1. A longa gênese do bolivarianismo: do PCV ao PRV.**

Para falar da origem do bolivarianismo na Venezuela, é necessário ter em mente o quadro geral da esquerda venezuelana ao longo dos anos das décadas de 1960 e 1970.

Segundo Alberto Garrido<sup>58</sup>, o fio condutor da Revolução Bolivariana é a tese da aliança cívico-militar que se origina na estratégia militar do Partido Comunista Venezuelano, no final da década de 1950. Essa tese, segundo o autor, atravessa a história do país caribenho através de uma série de movimentos durante a década de 1960, de tentativas de *pronunciamientos* militares à atuação guerrilheira, passa por uma reelaboração da estratégia de aproximação aos militares em face da derrota militar da guerrilha venezuelana, matura-se enquanto agitação e formação de pequenos grupos conspiratórios dentro da caserna no final da década de 1970 e em toda a década de 1980, conduz a novos levantes militares em 1992 (chamados de *4-F* e *27-N* em razão de terem sido realizados a 4 de Fevereiro e 27 de Novembro de 1992) e culmina com a ascensão de Hugo Chávez ao poder. Vejamos

É necessário sublinhar que o processo revolucionário começou em 1957 com a decisão do Partido Comunista da Venezuela de impulsionar uma insurreição que tivesse como base uma aliança entre setores revolucionário civis e militares, se definiu como uma revolução cívico-militar-bolivariana a partir das *Cartas de la Montaña* de Douglas Bravo (1964-1965) e chegou ao poder através das mãos de Hugo Chávez, depois de quatro levantes militares, os dois de 1962 - Carupanazo e Porteñazo - e os dois de 1992 (4-F e 27-N); após uma conspiração militar de décadas (GARRIDO, 2007, p. 10).<sup>59</sup>

Para situar o leitor nesse vertiginoso e muitas vezes confuso panorama de movimentações políticas dentro da Venezuela, iremos analisar brevemente a história dos movimentos de esquerda desse país entre o final da ditadura de Marco Pérez Jiménez e o início da década de 1970, buscando compreender quais foram as origens e caminhos dos grupos responsáveis por criar um esforço de infiltração nas Forças Armadas na década seguinte (fomentando, assim, um tipo bem específico de bolivarianismo nos meios militares).

Com a derrocada da ditadura de Pérez Jiménez, em Janeiro de 1958 formou-se um pacto de estabilidade política na Venezuela entre as três principais forças partidárias deste país: a *Acción Democrática* (AD), de centro-esquerda, a *Unión Republicana Democrática*, de centro, e o democrata cristão *Comité de Organización Política Electoral Independiente*

<sup>58</sup> A hipótese de Garrido, acreditamos ser necessário explicitar, se contrapõe à posição de Irwin e Micett, na medida em que estes enxergam no bolivarianismo apenas uma corrente à esquerda dentro do longo pretorianismo que enxergam como fenômeno central na História política venezuelana. Se na de Garrido há certo ineditismo, no caso de Irwin e Micett há apenas variações sobre um mesmo tema.

<sup>59</sup> No original: *Es necesario señalar que el proceso revolucionario comenzó en 1957 con la decisión del Partido Comunista de Venezuela de impulsar una insurrección que tuviera como base una alianza entre sectores revolucionarios civiles y militares, se definió como revolución cívico-militar-bolivariana a partir de las Cartas de la Montaña de Douglas Bravo (1964- 1965) y llegó al poder de la mano de Hugo Chávez, después de cuatro alzamientos militares, los dos de 1962 -Carupanazo y Porteñazo- y los dos de 1992 (4-F y 27-N); tras una conspiración cívico-militar de décadas.*



(Copei), de centro-direita. Esse pacto, que ficou conhecido como *Pacto de Punto Fijo*, se por um lado viabilizou certa normalidade liberal sustentada pela renda petrolífera à política venezuelana (normalidade que chegou a permitir em certo momento a volta à legalidade formal do Partido Comunista), por outro serviu para tolher o espaço político aos comunistas e à radicalização do movimento sindical venezuelano (MARINGONI, 2009, p. 77). A durabilidade desse pacto é atestada inclusive linguisticamente, tendo o pertencimento a estes partidos se transformado em adjetivos: ser membro da AD era ser um *adeco*, enquanto os filiados ao Copei eram *copeyanos*. Sustentando materialmente este grande acordo, estava a economia petroleira de exportação durante os chamados anos dourados do capitalismo.

Dado este arranjo, os comunistas não tardaram a buscar outras formas de disputar o poder político venezuelano. Uma das estratégias vislumbradas em meio aos estertores da ditadura de Pérez Jiménez foi a criação da Frente Militar de Carreira, um grupo voltado para o trabalho político de recrutamento dentro da caserna, já em 1957, objetivo estabelecido em reunião que envolveu o Secretário Militar do Comitê Central do PCV, Douglas Bravo, os dirigentes Teodoro Petkoff e Eloy Torres e o então Coronel Rafael Arráez Morales. A estratégia se baseava em uma avaliação por parte do partido que caracterizava de modo distinto as Forças Armadas venezuelanas com relação às outras Forças Armadas da América Latina: enquanto estas já estariam compostas por agentes comprometidos de modo sistemático com a defesa do sistema vigente e de uma extração social ligada às elites sociais, aquelas ainda permitiriam espaço para o cultivo do questionamento da ordem da sociedade venezuelana, fato facilitado pelo fato das Forças Armadas serem compostas por pessoas das camadas médias e baixas da Venezuela, nesta avaliação.

Em 1958, a Frente Militar de Carreira dava frutos. Já a essa altura, dentro do PCV havia se constituído um Estado Maior que dava concretude à proposta de uma aliança cívico-militar, com cerca de 50 oficiais venezuelanos participando das análises de conjuntura junto aos civis comunistas. Essa conformação permitiu também a conformação de um duplo poder, com a cessão de armamentos de origem militar a estudantes venezuelanos organizados para auto-defesa na *Brigada de Orden Estudiantil* em meio às incertezas da transição nos estertores da ditadura de Pérez Jiménez (GARRIDO, 2003, p. 10).

Essa estratégia se mostrou relativamente bem sucedida, já que por volta de 1961 já havia cerca de 170 oficiais venezuelanos ligados ao PCV, segundo Bravo (GARRIDO, p. 2000a, p. 348). Estes compartilhavam espaços com militantes de esquerda de diversas origens, inclusive com antigos guerrilheiros que haviam marchado junto a Augusto César Sandino, como Gustavo Machado. O fato de que o regime de *Punto Fijo* havia se estruturado

em oposição a uma ditadura militar e que buscou neutralizar a atuação política nas casernas através de medidas que retiraram alguns direitos de militares, como o direito ao voto, por sua vez, facilitou a agitação política entre os membros das Forças Armadas<sup>60</sup>.

Ora, conforme vimos, a Revolução Cubana foi de um impacto tremendo às esquerdas latino-americanas. De face a uma experiência revolucionária que havia de fato derrubado uma ditadura que simbolizava o domínio dos Estados Unidos e que não seguia o paradigma defendido pelos partidos comunistas que se inspiraram no modelo soviético, o impacto foi gigante, gerando cisões políticas e ondas de adesão à luta armada como estratégia revolucionária mais adequada dentro da realidade latino-americana. Movimentos como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) surgiram em meio a este caldo cultural. O MIR era um racha à esquerda da *Acción Democrática*, cisão motivada pela rejeição da liderança do partido *puntofijista* da Revolução Cubana e da figura de Fidel Castro, vistos ambos com bons olhos pelos membros do MIR<sup>61</sup>. Além disso, grosso modo, a maior parte dos antigos partidos comunistas latino-americanos manteve-se na oposição a esta mudança. Entre as exceções, contudo, estava o Partido Comunista da Venezuela (PCV).

Já em 1961, o PCV adotou como estratégia adequada para a revolução na Venezuela a luta armada - sem contudo abrir mão de uma política frentista, buscando congregiar sob a liderança do Partido a oposição ao governo do então presidente Rómulo Betancourt, da *Acción Democrática* e ao concerto político *puntofijista*. Segundo Maringoni, o

Terceiro Congresso [do PCV] define “de maneira muito genérica” a luta armada. De acordo com Francisco Prada, outro dirigente comunista que partiria para a guerrilha, vários membros do Comitê Central, como Douglas Bravo, Teodoro Petkoff e Gustavo Machado (fundador do partido), passaram a defender a via das armas para realizar as transformações sociais que pretendiam. O PCV torna-se, assim, um dos poucos seguidores do socialismo soviético a aderir ao caminho vitorioso aberto com a epopeia de Fidel Castro e Che Guevara em Sierra Maestra (MARINGONI, 2009, p. 79-80)

---

<sup>60</sup> A agitação política dentro das casernas não era uma exclusividade da esquerda venezuelana, cabe sublinhar. Um exemplo da agitação direitista foi a tentativa de golpe do general Jesús María Castro León em Abril de 1960, o qual liderou uma invasão da Venezuela a partir da Colômbia através de Táchira, estado venezuelano. O objetivo era depor o governo *adeco* de Rómulo Betancourt, o qual foi defendido nesta ocasião tanto por uma greve geral apoiada pelos sindicatos ligados à *Acción Democrática* quanto por militares leais ao presidente.

<sup>61</sup> Efetivamente, cabe sublinhar que a liderança da *Acción Democrática* impulsionou a cisão ao expulsar vários líderes do partido simpáticos à Revolução Cubana e a Fidel, sobretudo juvenis. A simpatia a Cuba era perigosa demais para os estreitos limites do *puntofijismo*. Em resposta, alguns quadros como Domingo Rangel e Gumersindo Rodríguez lideraram a formação do MIR, inclusive participando da luta armada, como foi sobretudo o caso de Rodríguez.

Para dar concretude a esta política, passam a ser organizadas as *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional* (FALN), as quais atuavam como o braço militar do PCV no qual Bravo teve participação de destaque enquanto comandante em chefe das Forças Militares. Muitos dos membros das FALN eram antigos militares recrutados durante o esforço de infiltração do qual Bravo fizera parte anos antes (GARRIDO, 2000a, p. 5-6).

A decisão do PCV, ressaltamos, acompanhava uma situação fática da Venezuela da época. Já antes da decisão, de modo similar ao caso cubano, membros do PCV integravam ou organizavam núcleos guerrilheiros que haviam se formado em regiões diversas como Lara e Yaracuy (esta, composta por Luben Petkoff, irmão de Teodoro Petkoff). Em outros pontos, grupos guerrilheiros sem a participação do Partido Comunista se estruturavam independentemente, animando e intensificando os debates entre a esquerda favorável à opção armada na Venezuela, dentro e fora do PCV. A euforia guerrilheira se exemplifica pelo fato de que, a certo ponto, uma das colunas de combate organizadas pelo Partido a partir de Zulia, distrito venezuelano situado a noroeste da Venezuela, tenha tido como estratégia se unir à guerrilha colombiana e criar um Estado novo no território liberado - rompendo com os horizontes de um nacionalismo mais estreito, portanto (GARRIDO, 2003, p. 11-12)

Esse período foi também marcado por tentativas de golpes de estado partidos de movimentos nascidos na caserna, à esquerda. Durante 1961 e 1962, ocorreram os famosos *Barcelonazo*, envolvendo uma pequena rebelião na cidade de Barcelona, *Carupanazo*, durante o qual estruturas da cidade de Carupano como o aeroporto e a rádio da cidade foram tomadas pelos militares em rebelião, os quais as utilizaram para transmitir sua mensagem de insubordinação, e *Portenãzo*, de maior porte, envolvendo a tomada da fortaleza do Castelo Solano na cidade de Puerto Cabello, durando quatro dias e só se resolvendo após mais de 400 mortos. Como se pode ver, além da já grande instabilidade do pós-término da ditadura de Pérez Jiménez, as tentativas da esquerda revolucionária de assumir o poder através de meios militares não se restringiam à estratégia guerrilheira, indicando uma penetração sensível nas Forças Armadas da Venezuela (IRWIN&MICETT, 2008, p. 218-219).

A derrota dos levantes militares do início dos anos da década de 1960, por sua vez, fez com que não só parte razoável dos grupos organizados pela esquerda venezuelana dentro da caserna fossem alvo de perseguição pelo Estado como também levou muitos militares a abandonar suas posições dentro da estrutura militar e participar da composição de colunas guerrilheiras (decisão, aliás, na qual a própria repressão entrou como fator de cálculo político).

A conjuntura nacional venezuelana inspirava, aliás, grande parte da esquerda a adotar a radicalização política. No campo venezuelano, por exemplo, Douglas Bravo relata que em 1962 mais de 300 propriedades fundiárias haviam sido ocupadas pelas *Frentes por el Derecho al Pan* (BRAVO, 2000b, p. 66-67). A proximidade da Venezuela com Cuba através da Bacia do Caribe também facilitava o envio de auxílio cubano aos guerrilheiros venezuelanos, o qual ajudava a estimular a opção armada (BANDEIRA, 2009)

O engajamento do PCV com a luta armada, porém, não foi duradouro. Em 1967 o Partido já havia abandonado oficialmente a guerrilha como via de ascensão política. Em 1965, por exemplo, o líder guerrilheiro das FALN Bravo já havia sido expulso do PCV, após a redação de uma extensa carta crítica ao Comitê Central, a qual ficou conhecida como Carta de 25 de Outubro. Neste documento, Bravo apontou aquilo que julgava à altura erros quanto à condução da estratégia guerrilheira por parte do Comitê Central do Partido, os quais podem ser resumidas na ausência de centralidade para as tarefas militares e uma avaliação da situação estratégica em que julgava que o PCV deveria estar preparado para tarefas propriamente bélicas.

Nesse sentido, por exemplo, Bravo criticou a divisão das tarefas armadas das não armadas dentro da estrutura partidária. Segundo ele, “A quatro anos de guerra já não se justifica que as tarefas de libertação encontrem-se nas mãos de um reduzido número de militantes do Partido, que sigamos separando artificialmente as tarefas armadas das não armadas” (BRAVO, 2003a, p. 98-99)<sup>62</sup>. Na mesma toada, ainda, Bravo criticou a separação entre luta armada e luta de massas realizada pela liderança do PCV e pela esquerda venezuelana de modo geral: “É negativo dividir a libertação entre luta armada e luta de massas, ambas formam parte de um todo e a guerra de libertação não é outra coisa que um amplo movimento de massas com instrumentos e organismos novos dentro do tradicional”<sup>63</sup> (BRAVO, 2003a, p. 115). Todavia, apesar desta percepção “monista” no que diz respeito às tarefas revolucionárias, Bravo no documento indicava que os militantes das organizações de massa como sindicatos e grupos estudantis deveriam se converter em uma ampla retaguarda capaz de distrair o inimigo armado em favor dos grupos militares (BRAVO, 2003a, p. 115). Ainda que Bravo reivindique que não se trata de uma visão apassivadora dos militantes envolvidos nestas tarefas, se percebe que o centro da luta revolucionária para ele está nos

<sup>62</sup> No original: *A cuatro años de la guerra ya no se justifica que las tareas de la liberación se encuentren en manos de un reducido número de militantes del Partido y sigamos separando artificialmente las tareas armadas de las no armadas.*

<sup>63</sup> No original: *Es negativo parcelar la liberación entre lucha armada y lucha de masas, ambas forman parte de un todo y la guerra de liberación no es otra cosa que un amplio movimiento de masas con instrumentos y organismos nuevos dentro de lo tradicional.*

aparatos militares, os quais eram em sua avaliação ao menos daquele momento o centro nevrálgico da luta - ainda que não debata de modo claro Bravo se estes são a vanguarda do processo.

O documento também apontou a não compreensão da importância da guerrilha rural para a revolução na Venezuela, apresentado o campo enquanto principal cenário de desenvolvimento da guerra de libertação venezuelana - ainda que de modo independente da base social camponesa enquanto fonte de recrutamento para as FALN<sup>64</sup>:

Elas [as guerrilhas rurais] constituirão a base principal sobre a qual desenvolveremos o Exército Revolucionário. Como dissemos, a nossa libertação não será feita pela maioria da população camponesa, pois esta constitui menos de 30% do total, porém será o campo o teatro fundamental de nossas operações político-militares, em atenção ao caráter prolongado de nossa guerra (BRAVO, 2003a, p. 123).<sup>65</sup>

Por fim, Bravo reclamou a necessidade da criação de uma nova estrutura político-militar que desse concretude à Frente de Libertação Nacional, unificando especialmente o PCV, o MIR e outras organizações de esquerda. Ele criticou o fato de que os aparatos partidários mantivessem suas estruturas funcionando, seguindo até mesmo uma divisão geográfico-administrativa que não era coerente com a tarefa de luta armada - divisão que deveria ser revista pela Frente (BRAVO, 2003a, p.107-109).

Nesse sentido, ele defendeu sobretudo a criação de uma coordenação militar nacional que centralizasse a estratégia militar do PCV e das forças de esquerda engajadas na luta armada de modo geral na Venezuela: não só não havia coordenação entre o MIR e o PCV, mas tampouco havia coordenação entre as unidades guerrilheiras camponesas do PCV com as unidades guerrilheiras urbanas e, ainda, com o trabalho de infiltração das Forças Armadas realizado por militantes comunistas (BRAVO, 2003a, p. 109). Superar essa debilidade quanto à organização das forças revolucionárias era tarefa organizativa central para Bravo<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> É interessante notar que tanto no *Documento de la Montaña* quanto na Carta de Outubro Bravo sublinhe que a linha militar a se adotar no caso venezuelano não seja similar ao caso chinês nem ao caso cubano. Chamada de “Guerra Combinada”, para ele, se tratava de combinar e coordenar ao menos quatro frentes militares distintas, três de recorte geográfico: a rural, a suburbana, a urbana (estas duas últimas compostas por unidades móveis ágeis chamadas de *Unidades Tácticas de Combate*) e a de infiltração nas Forças Armadas (com a instituição sendo concebida como um espaço de guerra a disputar).

<sup>65</sup> No original: *Ellas constituirán la base principal sobre la que desarrollaremos el Ejército Revolucionario. Como dijimos, nuestra liberación no será hecha por la mayoría de la población campesina, pues constituye menos del 30% total, pero será el campo el teatro fundamental de nuestras operaciones político militares, en atención al carácter prolongado de nuestra guerra.*

<sup>66</sup> Ainda que esta publicação de Bravo seja anterior à *Revolução na Revolução* de Debray, é de se imaginar que o líder guerrilheiro deve ter compreendido e em boa medida concordado com a necessidade de se concentrar a direção de um processo revolucionário nas mãos de um grupo guerrilheiro de forma centralizada.

Como se pode ver, após anos de experiência, Bravo continuava firme na sua convicção de que a luta armada conduzida a partir do campo era a estratégia correta para a revolução venezuelana. O fato de que o líder guerrilheiro teve de endereçar tais críticas às instâncias superiores do PCV assim como o dele ter sido expulso logo após a publicação de tais posições indica que a direção do Partido já havia esmorecido quanto à opção guerrilheira muito antes da decisão oficializada em 1967.

Elementos na sua avaliação sobre os problemas indicavam que, ainda que as FALN recebessem apoio cubano e que o impacto generacional da Revolução Cubana sobre os revolucionários venezuelanos fosse grande, sua visão do processo revolucionário era distinta do que vulgarmente ficou conhecido como castrismo defendia, principalmente após a publicação da obra de Debray (ainda que o documento do venezuelano seja anterior ao *Revolução na Revolução?*). Exemplo disso é que Bravo não considerava os camponeses como a base de recrutamento central para o Exército Revolucionário. Todavia, a centralidade que dava aos aparatos militares e ao próprio funcionamento da dinâmica entre as frentes de atuação guerrilheira e as organizações de massa indica que Bravo lia na conjuntura da época semelhanças entre a Venezuela e a Cuba pré-revolucionária, leitura que provavelmente se deveu a diálogos inevitáveis com membros dos aparatos cubanos presentes na Venezuela. Em certo sentido, há uma contraditória percepção que privilegia as organizações militares no processo revolucionário venezuelano, ao menos em certos momentos dos documentos de Bravo que aqui apresentamos - centralidade que em alguma medida nos traz à mente a estratégia do velho PCV e sua Frente Militar de Carreira, mas também a experiência cubana.

Seja como for, Bravo não abandonou a luta guerrilheira após a sua expulsão do PCV. Em meio às bases e estruturas militares de que já dispunham, ele e outros militantes romperam com o PCV e fundaram o *Partido de la Revolución Venezolana* (PRV), em 1966. Enquanto em Abril de 1967 ocorria a Oitava Plenária do Comitê Central do PCV, a qual tomou a decisão oficial de abandonar a luta armada, o grupo de Bravo escolhia se manter na estratégia militar. Assim, o PRV deste período se distinguiu do PCV pela centralidade que deu às armas e à formação de aparatos militares na disputa pelo poder. Com a legalização do MIR e do PCV pelo recém-eleito presidente Rafael Caldera, do partido conservador Copei, a diferença do PRV com relação a outros grupos da esquerda venezuelana se acentuou ainda mais.

Estas diferenças, contudo, não se restringiam à estratégia armada. Os membros do grupo de Bravo decidiram passar a reivindicar e integrar de modo sistemático à ideologia do PRV o estudo dos líderes políticos do processo de independência da Venezuela, entre os

quais, é claro, estava Simón Bolívar. Segundo uma recordação de Bravo posterior ao momento de fundação do PRV, não só a discordância sobre a luta armada tinha sido responsável pela cisão entre o PCV e aqueles que haviam optado por segui-lo, mas também a polêmica defesa do legado da independência venezuelana que o PRV fazia: eles haviam sido expulsos

porque reivindicávamos os elementos teóricos de Simón Bolívar, Simón Rodrigues, Ezequiel Zamora e de outros pensadores venezuelanos, cujos postulados se chocavam com os da ortodoxia do pensamento soviético. Nós publicamos um documento chamado *Marxismo-leninismo-bolivariano*, no qual, pela primeira vez, se colocou o problema da nacionalização do pensamento revolucionário (BRAVO apud MARINGONI, 2004, p. 2016).

Essa reivindicação da centralidade do pensamento dos grandes vultos do momento de libertação da Venezuela do jugo colonial e da Guerra Federal que opôs liberais (liderados por Zamora) a conservadores fez com que o PRV fosse visto como algo herético pelos antigos comunistas mais acostumados à visão soviética. Segundo o depoimento de Francisco “Flaco” Prada<sup>67</sup>, por exemplo, quando militantes coreanos ouviam a definição do partido como “marxista-leninista-bolivariano”, exclamavam: “Bolívar, fazendeiro, escravista, oligarca!”<sup>68</sup> (GARRIDO, 2000a, p. 413). Essa reivindicação do pensamento de Rodrigues, Bolívar e Zamora era o chamado ideal da *árvore das três raízes*. Ao tratar do bolivarianismo já na década de 1990, acreditamos que Margarita López Maya o resumiu bem:

Por um lado, o pensamento de Simón Rodríguez, preceptor de Bolívar, que buscou a originalidade nas formas de organização social e política da sociedade; o pensamento do próprio Simón Bolívar, que [...] trazia um caráter distanciado dos extremos ideológicos e tendente ao equilíbrio; e as ideias de Ezequiel Zamora, caudilho da Guerra Federal, que [...] determinavam os ingredientes reivindicativos e democráticos de sua ideologia (o lema de Zamora nessa guerra do século XIX era “Terras e homens livres, eleição popular e horror à oligarquia”) (MAYA, 2009, p. 148).

A ideologia do PRV e das FALN se marcou inicialmente por uma dubiedade teórica com relação à opção militar e a constituição do aparato partidário. Por um lado, por exemplo,

<sup>67</sup> Francisco “Flaco” Prada (1934-2014) foi um guerrilheiro venezuelano que iniciou sua carreira política dentro do PCV, passou à luta armada como Secretário Político das FALN e manteve-se junto ao PRV de Douglas Bravo quando da ruptura entre este e o PCV em meados da década de 1960.

<sup>68</sup> Essa interpretação “ortodoxa” da figura de Simón Bolívar se deve a uma tradição marxista que remete ao próprio Karl Marx, cuja caracterização do líder venezuelano em verbete de 1857 sob encomenda de Charles Dana foi negativa - tão negativa a ponto de o próprio Dana exigir fontes de Marx para justificar suas críticas ao líder venezuelano (DANCINI; MELLO, 2014, p. 219-220).

informes dos órgãos do Partido anunciavam que a revolução venezuelana era um “[...] processo armado com um desenlace armado” (PRV, 1969, p. 140). Nesse sentido, a própria luta militar empreendida contra o regime *puntofijista* era entendida em si como elemento de desenvolvimento das forças revolucionárias venezuelanas - ecoando, aqui, as teses mais tradicionalmente entendidas como *foquistas*, à altura já em circulação de modo mais concentrado, dada a publicação da obra de Debray. Vejamos:

6. O combate militar como elemento principal do desenvolvimento.

É essencialmente um feito político, o mais complexo, que exige a convergência de todos os esforços organizativos, logísticos, de inteligência, etc. Expressa um **ato de poder popular**, que impacta as massas e a organização e acelera a formação da **mentalidade de guerra** e a tomada de **consciência de poder** por parte do povo (PRV, 1969, p. 142)<sup>69</sup>.

Não se deve menosprezar, aliás, como fator impulsionador dessas influências, o fato de que Cuba havia concedido apoio à guerrilha venezuelana desde 1960 e, em especial, ao PRV de Bravo, após o alinhamento do PCV à política de Moscou, apoio cubano que se traduziu no envio de armas, de treinamento e de militares. Essa política se manteve de modo sólido até 1967, quando a morte de Guevara e o recrudescimento dos conflitos entre Havana e Moscou se intensificaram, levando a uma mudança no que diz respeito a apoios externos por parte de Cuba (WASSERMAN&RIBEIRO, 2009, p. 77-78).

Por outro lado, contudo, a organização liderada por Bravo defendia que a negligência com a construção do aparato partidário tinha sido um problema central que o movimento revolucionário venezuelano não tinha podido sanar - leia-se, que o PCV tinha se mostrado um partido inadequado para a condução do processo armado que entendia ser central para a Revolução na Venezuela (PRV, 1969, p. 142). Nesse sentido, vemos aqui um desvio com relação a uma eventual “inspiração cubana”.

O PRV se manteve em atuação guerrilheira a partir de bases localizadas nas serras da Venezuela até finais da década de 1970, realizando uma série de atividades que marcaram a história venezuelana, tais quais a realização da invasão do *Cuartel San Carlos*, em Janeiro de 1975, para libertar militantes da organização lá detidos. Apesar disso, a repressão que foi

<sup>69</sup> No original: “6.El combate militar como elemento principal del desarrollo.

*Es esencialmente un hecho político, el más complejo, que exige la convergencia de todo los esfuerzos organizativos, logísticos, de inteligencia, etc. Expresa un acto de poder popular, que impacta a las masas y a la organización y acelera la formación de la mentalidad de guerra y la toma de conciencia de poder por parte del pueblo*”. Negritos do autor.



exercida contra o movimento guerrilheiro na Venezuela fez com que o PRV cada vez mais se distanciasse do horizonte de tomada do poder *manu militari*: em uma verdadeira “paz de cemitério”, cerca de 80% dos guerrilheiros venezuelanos estava em meados da década de 1970 ou preso ou morto (WASSERMAN&RIBEIRO, 2009, p. 77-78).

Em paralelo e diante desse cenário militar desalentador, o PRV seguiu com a estratégia de infiltrar as Forças Armadas da Venezuela e obter adesão entre os militares (sobretudo, entre os oficiais), divulgando as suas idéias sobre o *marxismo-leninismo-bolivariano* e dando seguimento em boa medida à antiga estratégia do Partido Comunista de obter quadros de origem militar. Uma das formas adotadas de agitação foi a publicação e divulgação de revistas que dialogavam com a realidade militar, como a revista *Reventón*. Por razões óbvias, os detalhes deste processo de infiltração permanecem em oculto. Contudo, existem vários depoimentos de militares e guerrilheiros que testemunham essa aproximação. É o caso por exemplo de William Izarra<sup>70</sup>: quando durante entrevista concedida a Alberto Garrido já na década de 1990 este foi questionado se havia oficiais militares relacionados a Douglas Bravo, respondeu que já em finais da década de 1970 estes existiam, mas que não os conhecia (GARRIDO, 2000a, p. 375-376). É também o caso de Francisco “Flaco” Prada, o qual em entrevista a Alberto Garrido relata como vias indiretas de aproximação entre o PRV e os militares foram sendo construídas, envolvendo muitas das vezes relações de confiança entre familiares e entre educadores e alunos (GARRIDO, 2000a, p. 420-421). Assim, como vemos, conforme o tempo passava os esforços do PRV e dos antigos militares que haviam sido influenciados pela Frente Militar de Carreira do antigo PCV davam frutos, com formações aos poucos de grupos ideologicamente contestatórios da ordem *puntofijista* dentro da caserna venezuelana.

Nem sempre eram fáceis as relações que os antigos guerrilheiros, em especial o PRV, estabeleciam para divulgar seu ideário entre os militares. Francisco Arias Cárdenas<sup>71</sup> em entrevista a Alberto Garrido relata que a despeito das aproximações de longo prazo realizadas entre Bravo e os militantes do PRV, havia uma forte desconfiança mútua entre militares e guerrilheiros, no sentido de que ambos se percebiam como possíveis agentes manipulados pelos cálculos de organizações distantes da realidade de cada grupo político - os quais

---

<sup>70</sup> William Izarra (1947-2021) foi fundador dos movimentos *R-83* e *Alianza Revolucionaria de Oficiales Activos* (ARMA), que participavam de conspirações dentro das Forças Armadas venezuelanas para a tomada do poder entre o final da década de 1970 e boa parte da década de 1980.

<sup>71</sup> Francisco Arias Cárdenas (1950) é um militar, político e diplomata venezuelano. Integrou uma série de movimentos ligados ao bolivarianismo venezuelano, do *Movimiento Bolivariano Revolucionario-200* (MBR 200), que será abordado mais atentamente posteriormente, ao *PSUV*. Atualmente, é o embaixador venezuelano no México.

arriscavam perdas consideráveis caso não houvesse uma coordenação entre as iniciativas políticas empreendidas pelo outro lado. Vejamos:

O mesmo que sentíamos nós sentiam também provavelmente eles, Douglas e sua gente: desconfiança. Acreditávamos que éramos nós que púnhamos a mão na massa enquanto essa gente estava a empinar pipas e brincando de ecologia. Nós todos os dias arriscávamos a vida; quer dizer, sentíamos que, talvez por um erro de apreciação deles, nos manipulavam. Além disso, havia enfoques totalmente distintos. Uma coisa era a concepção guerrilheira do trabalho nas Forças Armadas e outra a concepção bolivariana revolucionária que poderia se desenvolver no corpo militar (GARRIDO, 2000b, p. 16).<sup>72</sup>

Segundo Cárdenas, se percebia uma necessidade por parte dos militares de autonomia em relação ao PRV e aos seus militantes dentro das Forças Armadas venezuelanas. Um líder militar percebeu essa tensão e buscou desde pronto utilizá-la: Hugo Chávez.<sup>73</sup>

Essas percepções, contudo, não faziam com que os grupos de militares em oposição à subordinação partidária se isolassem do PRV - Cárdenas mesmo reconhece a influência que o ideário da organização guerrilheira teve sobre os militares em ebulição durante os anos das décadas de 1970 e 1980:

É certo que os conceitos essenciais de referência histórica que nós adotamos vinham do PRV. Isso é inegável. Já os havia lido nas revistas de [PRV-]Ruptura e as compartilhava. Essas ideias fundamentais as assumíamos como nossas, porém a elaboração inicial foi de Douglas [Bravo] e sua equipe de análise: Argelia Melet, o [Francisco] Flaco Prada e toda a gente que estava com eles nas discussões (GARRIDO, 2003, p. 15)<sup>74</sup>

Finalmente, importante sublinhar que o PRV não restringiu sua divulgação do marxismo-leninismo-bolivarianismo ao ambiente militar. Conforme a derrota militar da

---

<sup>72</sup> No original: *Lo mismo que sentíamos nosotros lo sentían probablemente Douglas y su gente: desconfianza. Creíamos que poníamos toda la carne en el asador mientras esa gente estaba elevando cometas y jugando a la ecología. Nosotros todos los días arriesgábamos la vida; es decir, sentíamos que, tal vez por un error de apreciación de ellos, se nos manipulaba. Además de eso, había enfoques fundamentalmente distintos. Una era la concepción guerrillera del trabajo en las FAN y otra la concepción bolivariana revolucionaria que podía desarrollarse en el cuerpo militar.*

<sup>73</sup> Na visão de Cárdenas, Chávez, embora mantendo diálogos com o PRV de Bravo, buscou se distanciar do movimento ao longo do tempo, na medida em que compreendia que uma visão marxista do processo revolucionário venezuelano não permitia grande crescimento a qualquer organização política dentro das Forças Armadas (GARRIDO, 2000b, p. 15). os aprofundaremos na relação entre Chávez e o PRV mais adiante.

<sup>74</sup> No original: *Es cierto que los conceptos esenciales de referencia histórica que nosotros adoptamos venían del PRV. Eso es innegable. Ya yo los había leído en las revistas de Ruptura y las compartía. Estas ideas fundamentales las asumíamos como nuestras, pero la elaboración inicial fue de Douglas y de su equipo de análisis: Argelia Melet, el Flaco Prada y la gente que estaba con ellos en las discusiones.*

guerrilha venezuelana se tornou um fato consumado, o partido fortaleceu iniciativas de atuação populares como a realização de feiras de artesanato, eventos de gastronomia venezuelana e festivais de música e dança como formas de arrecadar fundos para a organização e divulgar o seu ideário (GARRIDO, 2003, p. 171). Embora não possuamos estudos sobre os impactos destas atividades, é de se imaginar que tais atividades auxiliaram na divulgação do bolivarianismo entre a população civil, fazendo com que o ideário dos grupos que se organizavam na caserna não se mantivesse isolado em relação ao restante da sociedade venezuelana - a qual evidentemente se tornava uma base de recrutamento e reforço quando pessoas simpáticas ao bolivarianismo abandonavam o mundo civil e passavam a compor as Forças Armadas venezuelanas.

Para concluir essa breve introdução sobre a trajetória de parte da esquerda venezuelana que optou durante os anos 1960 e 1970 pela opção armada, acreditamos ser interessante fazer uma breve reflexão. A opção pela estratégia de infiltração das Forças Armadas se deu, inicialmente, pela inviabilidade de disputa do poder político na Venezuela, inviabilidade consolidada pelo Pacto de *Punto Fijo*, que isolou o PCV no cenário. Mesmo grupos internos ao bloco *puntofijista* não podiam expressar simpatias por mudanças mais radicais, tal como o caso do MIR ilustra - grupo que, aliás, é descrito como sendo um dos impulsionadores da guerrilha venezuelana, até mais do que o próprio PCV do início de 1960.

Dada a situação descrita, podemos avançar em nossa análise. Ora, é neste caldo conspiratório e de articulação de forças militares e civis de oposição à ordem *puntofijista* que a elaboração de um ideário socialista (muitas vezes vago) em diálogo aberto com o nacionalismo venezuelano e de cariz bolivariano é maturada. Esse ambiente gera, por sua vez, um cenário interno à caserna venezuelana em que há proliferação de organizações secretas. Na próxima seção, buscaremos analisar o melhor possível o processo de conformação de novos grupos que, em diálogo com o PRV, levaram o bolivarianismo aos meios militares de oposição.

#### **4.1.2. O Bolivarianismo *con uniforme*.**

De saída, cremos ser necessário sublinhar, conforme já apontamos, que os detalhes do processo de infiltração das Forças Armadas venezuelanas pelas organizações de esquerda são, como se pode imaginar, envolvidos em secretismo. Principalmente após a ascensão de Hugo Chávez ao poder, com a mudança no panorama político venezuelano e a relevância do processo bolivariano, alguns pesquisadores, sobretudo jornalistas, se voltaram a compreender

a conformação do bolivarianismo dentro da Venezuela. Os detalhes que cada pesquisador levantou estão longe de serem unânimes, contudo, e em razão do caráter velado destes processos é muito problemático verificar com precisão absoluta detalhes como datas, inserções organizacionais e lealdades políticas, contando-se sobretudo com depoimentos colhidos ao longo do tempo de participantes de etapas desta história. Não surpreendentemente, tanto os trabalhos realizados a partir desta coleta de campo e da pesquisa bibliográfica quanto os depoimentos nem sempre são totalmente coerentes entre si, sobretudo se levarmos em consideração o fato de que muitos dados fazem parte da História recente.

Exemplo deste tipo de contraditoriedade entre os pesquisadores do bolivarianismo e do chavismo são os livros *Hugo Chávez sin Uniforme*, de Cristina Marcano e Alberto Barrera Tyszka, de 2006, e *Hugo Chávez con Uniforme*, de Alberto Garrido, de 2007. O primeiro se pretende uma biografia de Hugo Chávez, realizada a partir de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas obtidas pelos autores e por terceiros (entre os quais Alberto Garrido e Marta Harnecker). Esta obra obteve a chancela de Teodoro Petkoff<sup>75</sup>, o qual escreveu um prefácio ao livro. Já a segunda se trata de um cotejamento entre a vasta pesquisa realizada por Garrido e a sua apropriação por Marcano e Tyszka, apontando erros ou contradições factuais na biografia de 2006.

Tendo em vista essa situação de debate sobre os detalhes do processo que pretendemos estudar, pedimos que os leitores tenham em mente que a precisão quanto a dados factuais aqui exposta é relativa, ainda que obviamente tenhamos zelado pela maior objetividade. Nesse sentido, esse é um campo ainda passível de grande revisão nos anos porvir.

---

<sup>75</sup> O já referido membro do PCV e participante da guerrilha venezuelana teve uma trajetória sinuosa após optar pelo abandono da luta armada em conjunto com o seu partido. Em 1968, a crise no movimento comunista instaurada pela invasão soviética da Tchecoslováquia fez com que Petkoff rompesse com o PCV, criticando abertamente o modelo soviético. Essa ruptura se consolidou com as suas críticas em 1970 às teses da necessidade de desenvolvimento do capitalismo em uma aliança entre operariado hegemônico e burguesia nacional. Em 1971, fundou o *Movimiento al Socialismo* (MAS), organização que se manteve nos marcos do marxismo mas que buscava se distanciar tanto da esquerda guerrilheira quanto do PCV. O MAS lançou candidatos a presidente, entre eles o próprio Petkoff, em 1983. Em 1992, o MAS apoiou a candidatura vitoriosa de Rafael Caldera à presidência, governo no qual Petkoff participou enquanto Ministro do Planejamento elaborando a *Agenda Venezuela*, conjunto de medidas elaboradas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) - momento em que Petkoff abre mão de seu marxismo pretérito, mas segue se identificando como homem de esquerda. Em 1998, quando Hugo Chávez se candidata a presidente, o MAS opta por apoiar o antigo militar, motivo pelo qual Petkoff rompe com a sua antiga organização (MARINGONI, 2004, p. 127-128). A partir daí, se volta à atividade na imprensa através do jornal *Tal Cual*, se opondo não só ao governo Chávez, mas também à tentativa de golpe em 2002 contra o presidente eleito. Ainda em 2006, à época da publicação de *Chavez sin uniforme*, Petkoff se projetou como candidato à presidência, abandonando a disputa posteriormente para apoiar o candidato da oposição, Manuel Rosales.

Antes de ver com detalhes os grupos bolivarianos conformados nos anos 1970 e 1980 entre os militares venezuelanos, gostaríamos de apontar algo. Conforme argumentamos na seção anterior, o PRV passou a empreender um esforço de infiltração entre o oficialato venezuelano em meados da década de 1970 em face da derrota da luta armada na Venezuela. Esse esforço deve ter sido facilitado pela experiência pretérita de Bravo, que ajudara a formar a Frente Militar de Carreira do PCV.

Mas não só a infiltração foi uma ferramenta de conversão ideológica dentro da caserna venezuelana durante este período. Inusitadamente, também a atuação repressiva dos militares nos teatros de operações antiguerrilha permitia o contato com os militantes revolucionários e suas idéias<sup>76</sup>, tendo como resultado a mudança de posição ideológica dos primeiros. Por exemplo, segundo o testemunho do próprio William Izarra sua conversão ideológica teria se iniciado por volta de Maio de 1967, quando ele participou como piloto da tripulação envolvido na atividade contra-insurgente na região de Machurucuto<sup>77</sup>. Durante tal operação, Izarra teria recebido ordens para entrevistar um oficial cubano capturado junto à guerrilha venezuelana durante a operação, Briones Montoto. Esperando encontrar uma pessoa violenta durante a entrevista, Izarra se surpreendeu: em sua conversa, ele afirma ter encontrado

[...] um oficial distinto do que tinha imaginado. Se tratava de uma pessoa sensível, de boa fala, e sobretudo com colocações carregadas de lógica. A partir de suas proposições, comecei a questionar boa parte da educação que recebi na Escola Militar. [...] [Os argumentos de Montoto foram] a justificação da luta revolucionária pela situação social que atravessavam nossos povos. Não recordo coisas concretas e específicas da conversa, mas guardo a impressão que gerou em mim (GARRIDO, 2000a, p. 370)

O oficial venezuelano, contudo, não pode continuar a desenvolver seus diálogos com Montoto pois este morreu com um tiro de FAL na cabeça no dia seguinte, em uma provável execução. Izarra também relata que, ainda em 1967, estabeleceu um contato similar com uma pediatra presa em um centro de detenção da inteligência militar venezuelana (GARRIDO, 2000, p. 370-371).

---

<sup>76</sup> Nesse sentido, aliás, Danilo Caruso relata que o próprio Hugo Chávez constituiu uma biblioteca pessoal com os livros apreendidos pelos militares venezuelanos em incursões contra a guerrilha neste país (CARUSO, 2017, p. 122).

<sup>77</sup> O Incidente de Machurucuto foi responsável por tensionar as relações entre a República de Cuba e o governo venezuelano, já que além da captura de oficiais cubanos, foram apreendidos armamentos como AK-47 cujos registros indicavam ser armas vendidas da Tchecoslováquia a Cuba. A situação levou à denúncia de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA) e à ruptura das relações entre Venezuela e Cuba até 1974.

A atividade repressiva também facilitou no caso venezuelano a concentração de pessoas presas que compartilhavam de um diagnóstico semelhante sobre a situação do país em um mesmo ambiente, concentração que acabava por influir e facilitar a circulação de idéias. Novamente, o exemplo de Izarra ilustra a questão: em momento posterior aos episódios de Machurucuto, seu irmão mais novo, Richard Izarra, acabou sendo enviado à já citada prisão do *Cuartel San Carlos*, após assinar um escandaloso artigo sobre a corrupção nas Forças Armadas venezuelanas na revista *Reventón*, ligada ao PRV. Lá, durante as visitas que realizava a Richard, William Izarra tomou contato com uma série de quadros do PCV, como o já citado Petkoff, um dos dirigentes do antigo partido. Também nessa prisão Richard Izarra passou a se aproximar de militantes do PRV e funcionou como uma ponte entre o seu irmão oficial e o antigo guerrilheiro Douglas Bravo - processo de aproximação que William Izarra descreve como sendo marcado pelo impacto que a figura que Bravo causava em si próprio, imbricada com uma mística da clandestinidade guerrilheira (GARRIDO, 2000a, p. 371-373).

Não devemos também menosprezar o fator mudanças educacionais para compreender a receptividade dos militares a idéias críticas à realidade social venezuelana durante as referidas décadas de 1970 e 1980. O Plano *Andrés Bello*, implementado entre 1971 e 1975, contudo, será analisado mais detidamente ao tratarmos das Forças Armadas venezuelanas. Feita essa breve digressão sobre os estranhos caminhos que levaram militares a tomar contato com organizações e teorias socialistas, sigamos em frente.

Em nosso mapeamento, o primeiro grupo de militares inspirados pelos ideais difundidos pelo PRV, mas que desenvolveu alguma autonomia organizacional, foi o *Revolución-83* (R-83), organizado a partir de 1979 pelo já referido William Izarra, com base sobretudo na Força Aérea venezuelana - ainda que, durante os momentos finais da organização, Izarra aponte que a maior parte dos membros fossem integrantes do Exército venezuelano (GARRIDO, 2000a, p. 382). Segundo a entrevista concedida por Izarra a Garrido, o nome do movimento pretendia que em 1983 a Venezuela estivesse passando pela implantação de um sistema socialista “[...] sério [...]” e “[...] possivelmente distinto dos já existentes [...]” (GARRIDO, 2000a, p. 378). Ainda, o R-83 foi caracterizado pelo seu próprio líder como sendo um movimento composto por quadros militares indicados por Douglas Bravo e suas redes internas à caserna venezuelana, mas que chegou a compor uma estrutura organizacional autônoma face ao PRV e aos setores políticos (entendendo-se aqui implicitamente os setores militares) ligados a Bravo: esta organização, assim, não era um plano ou uma estrutura do PRV (GARRIDO, 2000a, p. 378; 381). Um exemplo esgrimido por

Izarra para demonstrar essa autonomia é o fato de terem sido os membros do R-83 capazes de recrutar militares ao seu projeto socialista de forma independente do partido de Bravo, conectando estes antes a Izarra que ao líder guerrilheiro (GARRIDO, 2000a, p. 381). Não é possível mapear o nível concreto de autonomia do grupo em face de Bravo, sendo o mais relevante aqui a percepção de Izarra. Além disso, o R-83 possuía rituais de ingresso próprios, envolvendo o juramento dos militares recrutados diante do Panteão Nacional venezuelano e o fornecimento de uma moeda simbólica, como forma de infundir um espírito de corpo próprio à organização (GARRIDO, 2000a, p. 382). No plano internacional, o R-83 buscou se relacionar com vários países não-alinhados. Ao longo dos anos das décadas de 1970 e 1980, seus membros se aproximaram de países como Cuba, Líbia e Iraque como fonte de inspiração teórica e de apoio material, o que fornecia e demonstrava certa elasticidade ideológica ao movimento (GARRIDO, 2000a, p. 379-380).

O R-83 foi dissolvido posteriormente, de modo curioso, justamente no ano de 1983. Izarra alega que isso se deveu basicamente a razões generacionais ligadas à ascensão na carreira por parte de seus antigos componentes. Pelo depoimento do antigo militar, vários dos seus antigos membros haviam se tornado generais e deixado de ver viabilidade ao projeto da organização, abandonando-a (GARRIDO, 2000a, p. 383). Existem, contudo, teorias que apontam para uma tentativa de golpe de estado abortada em Julho 1982 em que um dos membros do R-83, Coronel Carlos Santiago Ramírez, vacilou em fazer com que o batalhão blindado “*Pedro León Torres*” se levantasse em rebelião contra a ordem *puntofijista*. Segundo arriscam deduzir Domingo Irwin e Ingrid Micett, o falhanço generalizado do levante teria conduzido a uma crise dentro da organização, levando-a à dissolução (IRWIN&MICETT, 2011b).

Seja como for, em seu lugar Izarra alega ter passado a dar vida à organização ARMA, já referida, que voltou a ter uma base forte sobretudo na Força Aérea (GARRIDO, 2000a, p. 383). A ARMA seguiu atuante na caserna venezuelana com alguma relevância até pelo menos 1986, quando Izarra se aposentou e passou aos poucos a perder a capacidade de recrutar e influenciar militares na ativa.

A cisão entre ARMA e o R-83, contudo, não era algo claro do ponto de vista organizacional: por exemplo, um documento de 1982 intitulado *A los militares venezolanos* elaborado pelo grupo de Izarra não era assinado como R-83, mas já como ARMA. Este documento, aliás, nos permite vislumbrar o discurso posto em circulação na época pelo grupo dentro da caserna: não há qualquer menção a um projeto socialista claro; os militares, em especial do baixo oficialato, são apresentados como a reserva moral e *vanguardia política* da

Nação, herdeiros das tradições de Simón Bolívar, a quem cabe redimir o país pela destituição da ordem corrupta dos civis; e apresentam-se críticas à ingerência tanto dos Estados Unidos e seus aliados quanto da União Soviética na América Latina, de modo mais direto no caso das ingerências do bloco capitalista (citando-se diretamente a Guerra das Malvinas) e de modo mais indireto no caso das disputas entre os blocos de poder da Guerra Fria no Caribe, cuja estabilidade dependeria, na avaliação do grupo, desta dinâmica (GARRIDO, 2000a, p. 189-195). Como se vê, um ideário vago e sem um projeto claro, que contudo converge a uma visão não-alinhada internacionalmente e bolivariana nacionalmente, em uma linha tendencialmente militarista, apresentando o desenvolvimento das idéias já gestadas no PRV.

Outro grupo de relevância foi o EBR-200. O EBR-200 foi fundado em 1981 com uma personalidade famosa à sua liderança: Hugo Chávez. Em certo sentido, o EBR-200 também foi fruto da estratégia do PRV de aproximação com os militares, mas de uma forma muito mais íntima do que Izarra: o irmão de Hugo Chávez, Adán Chávez, era um militante do PRV.

Existe algum debate sobre se a influência do irmão Adán teria sido o fator central na busca de Hugo Chávez para conformar grupos militares de conspiração e atuação política: por exemplo, enquanto Tyszka e Marcano defendem que o futuro presidente já trazia consigo alguma bagagem ideológica ao ingressar na formação militar de oficial, exemplificada pela sua posse de um livro de Che Guevara, bagagem oriunda da influência exercida pelo professor José Esteban Ruiz Guevara (TYZSKA&MARCANO, 2006, p. 63), Garrido defende que ao longo de toda sua estadia na *Escuela Militar* de Caracas Chávez nunca registrou em sua correspondência qualquer discussão política, se atendo sempre ao beisebol, esporte de paixão do hoje falecido presidente venezuelano, tendo sido Adán Chávez o fator formador politicamente decisivo para o futuro presidente da Venezuela decidir se embrenhar pela via revolucionária (GARRIDO, 2007, p. 20). Seja como for, todos autores reconhecem que alguma influência de Adán Chávez sobre o irmão ocorreu, em maior ou menor grau - e, desse modo, indiretamente do ideário do PRV sobre Hugo Chávez.

Nesse sentido, em 1977, Chávez dá seu primeiro passo político e forma uma primeira organização, o *Ejército de Liberación del Pueblo de Venezuela*, aparentemente sob orientação de seu irmão. Esse grupo atuaria durante três anos de forma errática e não passaria de mais de dez componentes, os quais menos da metade eram oficiais (IRWIN&MICETT, 2011b). A breve experiência dá espaço a outro grupo em 1980, o *Comité de Militares Bolivarianos, Patrióticos y Revolucionarios*, já sob maior orientação do PRV e com maior participação de oficiais jovens como o próprio Chávez.



Deste grupo, de duração também efêmera, chegaram alguns documentos, que nos permitem compreender o discurso posto em circulação pelos grupos militares em articulação durante o início da década de 1980. É o caso de um panfleto sem data encontrado por Alberto Garrido. Apesar de certa imprecisão, o panfleto certamente foi produzido em meados do ano de 1980, já que ele expressa a insatisfação da caserna venezuelana com relação às negociações do Acordo de Caraballeda<sup>78</sup>. Por exemplo, os membros da organização apresentavam os militares como herdeiros das lutas de Bolívar e da participação nos levantes de Janeiro de 1958 que resultaram na “volta da democracia” à Venezuela (se contrapondo, assim, à ditadura de Pérez Jiménez). Se opunham, contudo, à ordem *puntofijista* enquanto corruptora e contrária à soberania da Pátria. Segundo eles, o Estado venezuelano dos últimos anos era corrupto e corruptor e havia

desviado suas metas para a defesa de poderosas forças econômicas nacionais e estrangeiras, esquecendo por completo os desejos de um povo que havia sabido lutar, com sangue e fogo, para obter um destino melhor, onde impere a justiça social e a moralidade pública sobre todas as coisas (GARRIDO, 2000a, p. 197).<sup>79</sup>

As concessões venezuelanas previstas no acordo em negociação eram vistas como um crime de lesa-pátria, o qual beneficiaria indiretamente a política dos Estados Unidos na região ao fortalecer o governo da Colômbia. O documento ainda clama que os oficiais patriotas deveriam tomar medidas imediatas para construir uma “[...] nova sociedade independente dos imperialismos que assombram o mundo, representados pelos Estados Unidos e pela União Soviética”<sup>80</sup>, inspirados na frase de Simón Bolívar: “deixemos o medo para trás e salvemos a pátria” (GARRIDO, 2000a, p. 198). Não há qualquer menção clara a um projeto socialista no documento, porém.

O *Comité*, contudo, terá vida muito menor do que o *Ejército de Liberación*. Já em 1981, Chávez estrutura uma nova organização, o *Ejército Bolivariano Revolucionario-200* (EBR-200). Composto somente por militares, o número da organização fazia referência ao

<sup>78</sup> O acordo estabelecia limites marítimos entre Venezuela e Colômbia e comprometia a produção petrolífera venezuelana, na medida em que estabelecia a venda do petróleo venezuelano à Colômbia por preços fixados à época da firma do tratado. O Estado colombiano, por sua vez, se comprometia a investir as eventuais variações entre o preço pago a menor pela Colômbia e o preço do petróleo no mercado internacional no desenvolvimento das regiões fronteiriças entre Venezuela e Colômbia.

<sup>79</sup> No original: [...] *desviado sus metas hacia la defensa de poderosas fuerzas económicas nacionales y extranjeras, olvidando por completo los anhelos de un pueblo que ha sabido luchar, a sangre y fuego, por el logro de un destino mejor, donde impere la justicia social y la moralidad pública sobre todas las cosas.*

<sup>80</sup> No original: [...] *nueva sociedad independiente de los imperialismos que acechan al mundo, representados por los Estados Unidos y la Unión Soviética.*

bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, nascido em 1783. Rapidamente, todavia, Chávez em 1982 mudou o nome da organização para *Movimiento Bolivariano Revolucionario-200* (MBR-200), após estabelecer contatos com o PRV através de seu representante para a Frente Militar de Carreira do Partido de Bravo, Néilson Sánchez (IRWIN&MICETT, 2011b).

A mudança de nome não era meramente estética: com ela, Chávez buscava agregar a participação de civis à organização - não só aqueles ligados ao PRV, mas também com outras organizações da esquerda revolucionária venezuelana como *La Causa Radical*<sup>81</sup> (*La Causa R*) e *Bandera Roja*<sup>82</sup>. Contudo, dadas a desconfiança militar para com civis e as necessidades de segurança para organizar as conspirações contra a ordem *puntofijista*, o jovem oficial entendeu ser necessário criar ramos distintos da organização, com um MBR-200 exclusivamente militar liderado também por si próprio em 1983. Deste modo, a maior parte dos autores consultados entendem que havia ao menos dois MBRs-200 em atuação no início da década de 1980, ambos liderados por Chávez, um civil-militar e outro apenas militar, sendo que nem todos os participantes de ambos movimentos sabiam da existência do outro (GARRIDO, 2007, p. 25-26; IRWIN&MICETT, 2011b). É do MBR-200 militar o famoso ritual de juramento diante do *Samán de Güere*<sup>83</sup>, durante o qual os ingressantes realizavam um compromisso de luta revolucionária. Vale a pena ver o juramento: “Juro pelo Deus de meus pais/Juro pela minha Pátria/Juro pela minha Honra/que não darei tranquilidade à minha alma/ nem descanso ao meu braço/até ver rompidas as correntes/que oprimem o meu povo/por vontade dos poderosos!/Eleição Popular!/Terras e homens livres!/Horror à Oligarquia!<sup>84</sup>”. Além do elemento de reforçar o espírito de corpo dos membros do MBR-200,

<sup>81</sup> *La Causa R* foi mais uma das cisões do PCV no final da década de 1960. Liderada pelo também ex-líder guerrilheiro Alfredo Maneiro, acompanharam os militantes do MAS de Petkoff em sua separação do antigo PCV. As simpatias de Maneiro e de grande número de militantes do MAS pelo socialismo chinês fez com que estes rapidamente abandonassem o MAS e criassem *La Causa R*. O movimento liderado por Maneiro investiu sua atividade política na agitação de massas, sobretudo no movimento estudantil venezuelano, em sindicatos (sobretudo o ligado à estatal *Siderúrgica del Orinoco*) e movimentos de bairro, principalmente no subúrbio de Catia, em Caracas (MARINGONI, 2004, p. 128).

<sup>82</sup> *Bandera Roja* é uma organização de orientação hoxhaísta que surgiu em 1970. Fruto de uma cisão com o MIR venezuelano, foi fundada por Gabriel Puerta Aponte, entre outros. Adotando inicialmente a estratégia da luta guerrilheira, a organização desenvolveu contatos com militares venezuelanos também, mas sem a mesma ênfase que o PRV. Em 1975, participaram do já citado ataque ao *Cuartel San Carlos* junto ao grupo de Bravo, libertando militantes de ambas organizações.

<sup>83</sup> *Samán* é o nome em castelhano para uma árvore conhecida em português como Árvore da Chuva (*Samanea Saman*). Güere, por sua vez, se refere à localização desta no Vale de Güere, entre as cidades de Turmero e Maracay. A árvore carrega significado histórico para a Venezuela por ser parte integrante da vida de Simón Bolívar, que teria sido educado por Andrés Bello sob suas copas, e ter sido ponto de pouso para tropas venezuelanas durante a Guerra de Independência. Foi declarada monumento nacional venezuelano em 1933.

<sup>84</sup> No original: *Juro por mi Patria/Juro por mi Honor/que no daré tranquilidad a mi alma/ni descanso a mi brazo/hasta no ver rotas las cadenas/que oprimen a mi pueblo/por voluntad de los poderosos!/Elección Popular!/Tierras y hombres libres!/Horror a la Oligarquía!*

o juramento emulava um juramento feito pelo próprio Simón Bolívar em 1805 no Monte Sacro, nas periferias de Roma, juramento no qual se comprometeu a lutar contra o domínio colonial espanhol. Como se pode ver, o ideário bolivariano do PRV também conformava boa parte da constelação ideológica do MBR-200 - posição compartilhada pela historiadora Margarita López Maya (MAYA, 2003, p. 108).

Nesse sentido, aliás, o MBR-200, tal qual o R-83 e a ARMA de Izarra, mantinha contato com o PRV de Bravo. Segundo Garrido, ambos estavam em ligação estreita com o grupo do antigo guerrilheiro através da mesma figura, Nelson Sánchez, já referido. A influência de Bravo teria sido o suficiente para fazer com que Francisco Arias Cárdenas, desde 1982 um membro do EBR-200, fosse afastado dos esforços conspiratórios que o guerrilheiro coordenava durante a primeira metade da década de 1980. A partir deste momento, Arias Cárdenas estabelece um grupo conspiratório próprio, do qual muito pouco é sabido (GARRIDO, 2007, p. 23-24;).

Seja como for, é claro que Chávez conseguiu afirmar maior autonomia face a Bravo ao longo de 1985, ano em que o MBR-200 realiza seu primeiro Congresso em 9 de Novembro que uniu sob a liderança do irmão mais jovem de Adán Chávez militares e civis em uma casa de praia (GARRIDO, 2007, p. 26). Além de civis apresentando trabalhos e debatendo<sup>85</sup>, militares também foram expositores - respeitando a ordem hierárquica, na qual Chávez não era o mais antigo (isto é, o de maior posição na hierarquia) (IRWIN&MICETT, 2011b). Isso não queria dizer que a autoridade política deste não se sobrepusesse à hierarquia institucional. Já em 1986, Chávez está com sua liderança relativamente consolidada à frente do MBR-200 quando comparamos sua autonomia em face da estrutura de Bravo dentro das Forças Armadas: ao conseguir trazer Arias Cárdenas ao MBR-200, fazendo-o participar do Terceiro Congresso da organização que até então liderava, Chávez basicamente ignorava as recomendações de Bravo de isolar Cárdenas das conspirações (GARRIDO, 2007, p. 24).

Essa posição de liderança, contudo, não estava totalmente garantida dentro do movimento que Chávez havia se esforçado a fundar: muitos militares eram reticentes quanto às ligações entre Chávez e as organizações da esquerda radical venezuelana. Estas tensões ideológicas levam autores como Domingo Irwin e Ingrid Micett a sugerir ao menos duas alas dentro do MBR-200: uma socialista, à qual se vinculava Chávez, e outra capitalista desenvolvimentista. Nesse sentido, ainda segundo estes autores, a presença de Arias Cárdenas funcionou como um símbolo de que o MBR-200 não se tratava de um movimento marxista,

---

<sup>85</sup> Por exemplo, o sociólogo Samuel López Rivas e dirigentes estudantis de esquerda da Universidad de los Andes (IRWIN&MICETT, 2011b).

apaziguando apreensões dentro da caserna, com o pacto existente entre este e Chávez ajudando a manter a situação interna do movimento estável. Apesar da relativa pacificação, tais autores chegam a apontar que Arias Cárdenas formou ainda um terceiro MBR-200 paralelo, composto apenas por oficiais militares, o qual só publicizou sua atuação a partir de 1990 (IRWIN&MICETT, 2011b).

Existiam ainda ao menos outros dois grupos de conspiradores militares inspirados pelo ideário bolivariano, dos quais muito pouco se sabe, além da existência de conexões com os grupos já mencionados. Um deles foi o *Movimiento Revolucionario 200* (MR-200), liderado por Felipe Acosta Carles. Carles foi um dos membros fundadores do MBR-200 e o MR-200 não se pretendia uma organização pensada para competir politicamente de modo claro dentro da caserna venezuelana com o movimento liderado por Chávez. Carles, porém, foi morto durante o famigerado *Caracazo* de Janeiro de 1989 (momento a ser abordado com mais detalhes adiante), em meio a uma nebulosa operação militar, fazendo com que a organização mergulhasse no olvido histórico. Outro movimento, já muito mais tardio, foram as *Fuerzas Bolivarianas de Salvación Nacional* (FBSN), formadas por militares de médio oficialato em ruptura com o MBR-200 como Ronald Blanco la Cruz, Antonio Rojas Suárez e René Gimón Álvarez, com apoio de organizações de esquerda como a *Bandera Roja* e o PRV, já em finais de 1991 (BUSTO, 2019, p. 176). Além de ilustrar tensões internas à caserna no que diz respeito à forma com que os militares envolvidos nos movimentos conspiratórios contra *Punto Fijo* se relacionavam com o MBR-200, este movimento também exemplifica a profundidade de penetração do ideário bolivariano na caserna venezuelana.

De modo geral, acreditamos ter delineado o cenário das organizações que reivindicavam e difundiam o bolivarianismo enquanto ideologia de esquerda (com distintos matizes entre reformismo e revolução) nos meios militares venezuelanos durante as décadas de 1970 e 1980. Como vimos, esse processo foi sinuoso e nem todos os detalhes são passíveis de conhecimento ainda hoje precisamente pelo secretismo da situação. Ainda assim, é possível vislumbrar que a difusão e articulação pretendida pelas várias organizações de esquerda, com destaque ao PRV, foi bem sucedida em estimular a oposição à ordem *puntofijista* na caserna. Contudo, concordamos com a posição de Alberto Garrido de que é durante esse período que o bolivarianismo deixa de ser exclusivamente (e mesmo centralmente) uma ideologia da esquerda guerrilheira venezuelana para ser apropriado de diversos modos pelos militares deste país. Extrapolando as conclusões de Garrido, contudo, acreditamos que esta apropriação se deva parcialmente pela natureza ideológica do discurso elaborado pelo PRV, no qual os aparatos militares adquirem um papel histórico central

enquanto vanguarda do processo revolucionário venezuelano. É de se imaginar que esta centralidade da atividade propriamente militar, em detrimento daquela realizada pelos aparatos político-partidários, tenha ressoado positivamente dentro da caserna venezuelana. Cabe sublinhar, em meio a essa operação o papel das organizações partidárias durante o processo revolucionário acabou sendo deixado de lado, aparecendo os grupos militares como sendo a vanguarda política, dando certa concretude imprevista a algumas elaborações da guerrilha venezuelana que já apresentamos. Esta apropriação e o deslocamento da esquerda venezuelana oriunda das cisões do PCV em finais da década de 1960 do centro atividade política do país ficam explícitos sobretudo durante os eventos que ficaram conhecidos como o 4-F e o 27-N. É o que pretendemos analisar a seguir.

#### **4.1.3. 1992: um ano quente.**

Em paralelo à situação de desenvolvimento dos grupos conspiratórios bolivarianos internamente à caserna venezuelana, o regime estabelecido com o Pacto de *Punto Fijo* foi aos poucos se desgastando. Ainda que a década de 1970 tenha sido marcada pela bonança oriunda do *boom* do preço do petróleo em meio às crises de 1973 e 1979, sobretudo durante o governo de Carlos Andrés Pérez, a partir de 1983 a realidade de uma economia baseada na exportação primária se fez sentir.

Com a redução da demanda mundial pelo ouro negro em razão do desaquecimento da economia de vários países e das políticas de substituição energética, além da fuga de investimentos dos países emergentes e aumento das taxas de juros internacionais, o governo do *copeyano* Luis Herrera Campíns (1979-1983) foi obrigado a desvalorizar de modo selvagem o bolívar venezuelano em face do dólar americano, no dia que ficou conhecido como “Sexta-Feira negra”, em 28 de Fevereiro de 1983. A cotação do dólar passou de 4,50 bolívares a 7 bolívares de modo veloz. Com isto, as condições de vida na Venezuela deixaram de ser uma espécie de ilha de bonança em meio ao caos da América Latina, que vinha desde o início da década passada experimentando graves problemas econômicos em razão das crises de petróleo (MARINGONI, 2004, p. 106-107).

O pior, todavia, estava por vir. O sucessor de Campíns na presidência, o *adeco* Jaime Lusinchi (1984-1989), conseguiu obter relativa estabilidade em seu governo. Embora as taxas de desemprego chegassem a 20%, a Venezuela conseguiu registrar um aumento de PIB de 6% em 1984 a despeito das várias medidas de contenção até então adotadas. Em 1987, como forma de conter a sua popularidade em queda e compensar inflação em alta, Lusinchi

decretou aumentos salariais e controles de preços de artigos de primeira necessidade. O fato de que seu partido, a *Acción Democrática*, detinha ainda o controle de grandes setores do sindicalismo venezuelano, em especial a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV), ajudava a manter a situação relativamente estável.

É neste ambiente que Carlos Andrés Pérez volta à baila como candidato presidencial. Sua imagem, associada aos tempos do *boom* do preço do petróleo, aos baixos índices de desemprego e aos *anos bons* para a economia venezuelana, faziam com que ele fosse visto como uma tábua de salvação. Sem surpresas, o candidato *adeco* foi eleito durante o pleito de 1988, com mais de 55% dos votos. Já como presidente, contudo, Pérez se dirige à nação venezuelana em 16 de Fevereiro de 1989, anunciando que um pacto fora firmado com o FMI para a concessão de um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares ao combalido Estado venezuelano. Como contrapartida, as medidas eram draconianas - e, o pior, não haviam sido discutidas durante a campanha presidencial com a população que esperava um retorno aos anos dourados (MARINGONI, 2004, p. 109-111). Vejamos quais eram:

desvalorização da moeda nacional, redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. na prática, estes reajustes chegaram também a 100% (MARINGONI, 2004, p. 110-111)

Tais medidas passaram a valer a partir do dia 25 de Fevereiro de 1989. Dois dias depois, na manhã do dia 27 de Fevereiro, se iniciou o *Caracazo*.

Iniciada como uma série de manifestações populares em Caracas contra os preços das passagens, com forte participação estudantil, a situação logo desembocou em saques e ataques a lojas, caminhões de cargas, ônibus e automóveis em praticamente todas as cidades do país - não fazendo o nome jus ao evento vivenciado no país caribenho, posto que dá a entender que ele se restringiu capital. A polícia, atônita, não conseguia conter a população. No dia seguinte e após se reunir com lideranças políticas e empresários, o presidente Pérez deu uma declaração nacional pública suspendendo as garantias constitucionais e emitindo um toque de recolher. A repressão estava autorizada (MARINGONI, 2004, p. 111-112).

O número correto de mortos é desconhecido até hoje. É certo porém que parte razoável dos que morreram nem ao menos tinha relação com os distúrbios, tendo sido atingidos por disparos das forças de segurança dentro de casa. As cifras de centros médicos variam entre 1000 e 1500 mortos durante a repressão generalizada na semana da convulsão

social - em sua enorme maioria, oriundos de bairros pobre. Nem todos militares apoiaram o morticínio realizado pelo Estado venezuelano durante a revolta, que tomou tanto os partidos e organizações da esquerda revolucionária quanto os conspiradores da caserna de surpresa. Hugo Chávez, por exemplo, estava afastado do serviço por razões médicas. Francisco Arias Cárdenas, por sua vez, proibiu seus homens de disparar contra qualquer ataque que não fosse feito com armas de grosso calibre (MARINGONI, 2004, p. 112-113)

Não só a população pobre, porém, sangrou durante o *Caracazo*: a ordem *puntofijista* estava ferida de morte a partir daí, com o governo de Pérez privado de qualquer legitimidade relevante. Nos meses seguintes, mesmo a sindical CTV *adeca* não foi capaz de conter a insatisfação e se viu em posição de ter de convocar manifestações contra o governo do seu correligionário. Contra esta vítima, contudo, os militares bolivarianos não ordenaram qualquer tipo de cessar-fogo.

Conforme vimos anteriormente, desde o início da década de 1970, ao menos, havia a estruturação de grupos conspiratórios dentro da caserna venezuelana. O MBR-200, contudo, vinha ao menos desde 1986 trabalhando internamente ao Exército para estruturar um golpe contra a ordem vigente e delinear os rumos de um eventual governo oriundo do pós-assalto. O plano era chamado de *Ezequiel Zamora*, em homenagem ao general do *bando liberal* da Guerra Federal venezuelana (MARINGONI, 2004, p. 120). Aos poucos, o MBR-200 conseguiu realizar um processo de ramificação dentro das Forças Armadas venezuelanas que permitia alguma autonomia a cada uma das células. Vale a pena conferir o testemunho dos tenentes-coronéis Jesús Manuel Zambrano Mata (chamado de “Chema”) e Francisco Espinoza Guyón (chamado de “Chicho”) sobre como se relacionavam sem conhecimento entre si as células do MBR-200, nos anos iniciais da década de 1990:

Chema: Nós tínhamos redes, algo assim. Eu pertencia a uma equipe e tinha por sua vez uma equipe sob meu controle [...].

Chicho: Se trabalhava de forma clandestina, muitas vezes a pessoa não conhecia quem fazia parte do Movimento [MBR-200] [...]. Em Valência, eu conquistei uns doze militares profissionais que trabalhavam ali, porém nada além disso eu sabia. Em Valência, Maracay, eram uns doze que estavam trabalhando comigo. Às vezes a pessoa percebia isso porque havia reuniões em que

convergíamos; porém normalmente não se sabia quem eram os demais<sup>86</sup> (HARNECKER, 2005, p. 81).

A conspiração não seguia intacta, cabe apontar: por exemplo, os congressos posteriores a 1986 do MBR-200 tiveram de ter seus lugares e suas convocatórias cercados de relativo secretismo e com mudanças constantes, para Zulia e depois para San Fernando de Apure, em razão de delações internas (IRWIN&MICETT, 2011b). Ainda nos anos de 1986, 1987 e 1988, o MBR-200 sofreu uma série de outras delações - as de 1986 e 1987 ocorrendo no mesmo mês, Setembro, sendo apelidadas de Setembro Negro I e Setembro Negro II por Chávez (GARRIDO, 2007, p. 36-37).

Havia, contudo, um horizonte de data de deflagração: pretendia-se que o levante ocorresse em início de 1992. O MBR-200 tentou, inclusive, mobilizar a experiência militar pretérita de militantes de outros grupos da esquerda, como *La Causa R*, sem sucesso, porém (MARINGONI, 2004, p. 120-121). Independente de todo esse cenário, os preparativos do MBR-200 para desfechar o golpe contra o presidente Pérez convergiram para a data de 4 de Fevereiro de 1992. O relato sobre os eventos desencadeados neste dia são baseados no trabalho de Gilberto Maringoni.

O problema para os conspiradores é que, de algum modo, a movimentação do grupo de militares bolivarianos chegou ao conhecimento do Ministro da Defesa, o General de Divisão Fernando Ochoa Antich, um dia antes, na manhã do dia 3 de Fevereiro. Sem o elemento surpresa, falhou a iniciativa de prender o presidente em retorno de encontro no Fórum Econômico Mundial, na Suíça, onde os brutais ajustes econômicos ditados pelo FMI e aplicados na Venezuela pelo presidente eram motivo de elogio, trazendo assim um elemento simbólico à movimentação do MBR-200 (MARINGONI, 2004, p. 140-141).

O presidente Pérez chegou na noite do dia 4 de Janeiro, com seu voo atrasado, às 22h. Na sua recepção no terminal aéreo, encontravam-se já tropas da Marinha e da Guarda Nacional, para proteger o presidente. De lá, Ochoa Antich encontrou Pérez e o inteirou da intentona em andamento enquanto se dirigiam à residência oficial do chefe do Executivo. Várias unidades militares em cidades como Maracay, Valencia e Maracaibo estavam tomadas. Os rebeldes haviam se apossado também da base aérea militar Francisco de Miranda, em

---

<sup>86</sup> No original: *Chema: Nosotros teníamos como redes. Yo pertenecía a un equipo y tenía a la vez un equipo bajo mi control [...].*

*Chicho: Se trabajaba en forma clandestina, muchas veces uno no conocía a quiénes estaban en el Movimiento. [...] En Valencia conquisté a unos profesionales 50 que trabajaban ahí, pero eso nada más lo sabía yo. En Valencia, Maracay, eran como 12 los que estaban trabajando conmigo. A veces uno se daba cuenta porque había reuniones donde convergíamos; pero normalmente uno no sabía quiénes eran los demás.*



Caracas, e detido o comandante-geral da Aviação, Eutimio Fuguet. Havia simultaneamente tropas posicionadas em torno do Palácio de Miraflores - para onde o presidente se deslocou após abandonar a insegura posição de La Casona, na mesma noite. Ao perceber a movimentação suspeita, Pérez fugiu por um dos túneis do Palácio e se dirigiu à Venevisión, a maior emissora de televisão da época. Lá, denunciou a tentativa de golpe em andamento à 1h20 da manhã do dia 5 de Janeiro, acusando os militares bolivarianos de fascistas, totalitários e golpistas. Na manhã, o presidente deu uma ordem clara ao Ministro da Defesa, que ainda buscava negociar: “Encha-os de chumbo”. Incapazes de avançar além dos três pontos iniciais (residência oficial, base aérea e Miraflores) e de emitir sua mensagem à população, o MBR-200 estava isolado. Hugo Chávez optou pela rendição e, em um gesto politicamente ousado, impôs apenas duas simples condições: dignidade de tratamento e possibilidade de fazer um breve pronunciamento ao povo venezuelano (MARINGONI, 2004, p. 141-143).

A mensagem, que começava com uma saudação ao povo venezuelano, buscava sobretudo se dirigir aos militares bolivarianos ainda em conflito em Aráguá e Valência, orientando-os a se render pois, “por enquanto”, os objetivos do MBR-200 na capital não tinham podido ser atingidos. Assumindo para si todo o ônus da responsabilidade pelo levante, Chávez se apresentou assim como ao mesmo tempo um mártir da causa revolucionária e seu líder incontestado, gesto muito apreciado popularmente, pois incomum na cultura política da decadente ordem de *Punto Fijo* (MARINGONI, 2004, p. 141-143).

A devassa posterior à rebelião, contudo, não se deteve em Chávez. Estima-se que 180 oficiais, 58 suboficiais, 90 integrantes de tropas profissionais e 2 mil soldados foram detidos por participar do levante. Obviamente, nem todos eram membros do MBR-200, mas encontravam-se dentro da capacidade de mobilização do movimento. Não era um contingente nada desprezível - sobretudo se considerarmos que, como todo movimento envolto em secretismo, alguma parcela de envolvidos não foi processada pelo Estado. O próprio Chávez avalia que foi capaz de mobilizar 6 mil homens no 4-F. Contudo, tirando algumas pequenas manifestações em Valência, a ação militar tinha ficado praticamente sem apoio civil tangível (MARINGONI, 2004, p. 145).

Em certa medida, essa falta de apoio se baseava em tensões entre os militares bolivarianos e os partidos de esquerda. Nós já citamos aqui a falta de acordo entre *La Causa R* e o MBR-200<sup>87</sup>. O PRV de Douglas Bravo (o qual, aliás, vinha desde o início da década de

---

<sup>87</sup> Garrido acrescenta aos problemas de acordo estratégico a desconfiança que o movimento de esquerda gerava em parte do MBR-200, motivo pelo qual membros do MBR-200 não informaram suficientemente o grupo então

1980 sofrendo um processo de desagregação e rachas internos, desgastando a organização), por exemplo, havia rompido com o MBR-200 após duas tensas reuniões em Julho e Outubro de 1991 em razão de discordâncias sobre a direção do levante e sua metodologia. Após a ruptura, os contatos entre Bravo e o MBR-200 informaram o velho guerrilheiro erroneamente (de modo proposital ou não, não é certo) de que o levante ocorreria em 7 de Fevereiro, e não 4, motivo pelo qual o PRV foi pego de surpresa (GARRIDO, 2007, p. 50). Bravo, mesmo posteriormente, não se mostrou simpático ao comportamento de Chávez durante os preparativos para a ação nem ao 4-F. Segundo o líder guerrilheiro, o PRV pretendia primeiro criar uma mobilização civil para depois os militares pressionarem o governo. Vejamos seu depoimento a Alberto Garrido:

Nós dizíamos que primeiro devia produzir-se uma ação civil, como a greve geral da Junta Patriótica de 23 de Janeiro [de 1958]. Depois vinha a ação militar. Isto, para que a sociedade civil tivesse uma participação ativa no movimento revolucionário. Isso é precisamente o que não queria Chávez. Para nada, absolutamente para nada. Chávez não quer a participação da sociedade civil atuando como força concreta. Que a sociedade civil o aplauda, mas não que participe, que é outra coisa. Um milhão de homens aplaudindo em uma praça é uma participação passiva. Enquanto que 50 mil pessoas ativas é politicamente muito melhor que esse milhão de pessoas passivas<sup>88</sup> (GARRIDO, 2000a, p. 357).

Para Bravo, o conceito de ação política sobre o qual o 4-F havia se baseado era “[...] sem a participação da sociedade civil. O 4-F não é uma ação militar [...]. Se trata de uma ação militarista, que é algo distinto de uma ação militar”<sup>89</sup> (GARRIDO, 2000a, p. 359). Como se pode ver, o PRV pouco se envolveu com o 4-F, e não se furtou a criticar a ação posteriormente, a despeito da admiração que Bravo continuou a nutrir por Chávez mesmo com suas discordâncias políticas. Contudo, não foi à toa que em momento posterior o líder do MBR-200 teceu críticas ao PRV, alegando que faltava a esta organização trabalho junto ao

---

liderado por Andrés Velásquez sobre o 4-F, de modo a privar desse grupo de civis chance de se organizar para conduzir o processo (GARRIDO, 2007, p. 50).

<sup>88</sup> No original: *Nosotros decíamos que primero debía producirse una acción civil, como la huelga general de la Junta Patriótica del 23 Enero. Después venía la acción militar. Esto, para que la sociedad civil tuviera una participación activa en el movimiento revolucionario. Eso es precisamente lo que no quería Chávez. Para nada, absolutamente para nada. Chávez no quería la participación de la sociedad civil actuando como fuerza concreta. Que la sociedad civil lo aplauda, pero no que participe, que es otra cosa. Un millón de hombres aplaudiendo en una plaza es una participación pasiva. Mientes que 50 mil personas activas es politicamente mucho mejor que un millón de personas pasivas.*

<sup>89</sup> No original: *[...] sin la participación de la sociedad civil. El 4-F no es una acción militar [...]. Se trata de una acción militarista, que es algo distinto de una acción militar.*

movimento popular e que o partido de Bravo pretendia apenas utilizar os militares bolivarianos como braço armado de um movimento político (MARINGONI, 2004, p. 136).

Também com a organização *Bandera Roja* houve problemas durante os preparativos para deflagrar o 4-F, mas em sentido bem diverso da avaliação feita por Bravo. Em 1991, o grupo havia conseguido se inteirar da organização para a tentativa de golpe, porém seus contatos militares, os capitães António Rojas Suárez e Ronald Blanco la Cruz reivindicavam que o levante ocorresse em Dezembro de 1991 e desconfiavam que adiar o movimento para Fevereiro de 1992 como pretendiam Arias Cárdenas (que se encontrava em viagem a Israel) e Chávez era um movimento postergatório similar a traição. Havia inclusive a desconfiança de que a viagem de Cárdenas havia sido um pretexto inventado. Em razão disso, *Bandera Roja*, em conjunto com outros militares e na presença dos referidos capitães, se reuniu na localidade de San Antonio de los Altos para elaborar o Pacto de San Antonio, com um plano para o levante diverso do estabelecido pela cúpula do MBR-200 e com a chefia dividida entre os membros das diversas forças participantes. Em segredo, os capitães da *Bandera Roja* também planejavam executar Chávez e Arias Cárdenas em 3 de Fevereiro de 1992 junto com sua organização. O Pacto, levado pelo membro do MBR-200 Kléber Ramírez para que Chávez o assinasse, não foi jamais reconhecido pelo oficial venezuelano, mantendo assim a liderança da conspiração (GARRIDO, 2007, p. 52). Segundo o depoimento de Herma Marksman, foi através dela que Chávez se inteirou do plano de seu assassinato e de Arias Cardenas (GARRIDO, 2007, p. 108-109), motivo pelo qual a relação entre a *Bandera Roja* e o MBR-200 nunca mais foi boa após 1991, ainda que os capitães tenham sido posteriormente perdoados por Chávez e convencidos a abandonar a organização (GARRIDO, 2007, p. 53).

Como podemos ver, é difícil atribuir apenas à liderança do MBR-200 (leia-se, Chávez e Arias Cárdenas) os problemas de coordenação com os grupos de esquerda venezuelana quanto aos problemas do 4-F. Além de disputas estratégicas, é possível vislumbrar competições no que diz respeito à liderança do processo como um todo entre o MBR-200 e alguns grupos civis.

Com a prisão de Chávez e de outros membros do MBR-200, pairava em suspenso se alguém conseguiria continuar a manter e a conduzir o processo iniciado pela organização. Suas ideias circulavam, com os 24 decretos pretendidos sendo aos poucos divulgados, com medidas que iam da reforma política, com a dissolução de uma série de instituições como o Congresso Nacional e a Corte Suprema de Justiça de forma temporária e a instalação de uma Assembléia Constituinte, até medidas econômicas como o congelamento de preços e a

reversão de privatizações (MARINGONI, 2004, p. 148). Poucos meses depois do 4-F, um novo movimento militar surgiu.

Na madrugada do dia 26 para o dia 27 de Novembro de 1992, se iniciou novo levante militar contra o presidente Pérez. Liderados pelo vice-almirante da Marinha Hernán Grüber Odremán e pelo general Francisco Visconti Osório, da Força Aérea, os novos sublevados pretendiam tomar os meios de comunicação de massa, convocar as forças militares a se unir a eles e derrubar o presidente. Ainda que tenham efetivamente conseguido capturar algumas antenas televisivas e a sede da rede estatal *Venezolana de Televisión*, a mensagem gravada foi trocada por uma outra, com imagens de Chávez, que não participava do levante pois estava detido - ainda que sua libertação estivesse prevista entre os objetivos. Pérez retomou a iniciativa e logo dominou a situação, fazendo um pronunciamento às 3:30 da tarde do dia 27 de Novembro. Os rebeldes militares se renderam, mas em alguns bairros de Caracas como Caricuao e 23 de Enero os conflitos seguiram ainda. Em uma prisão localizada em Caracas, iniciou-se uma rebelião, a qual foi reprimida violentamente pela polícia venezuelana, com centenas de mortes.

Alberto Garrido acredita que a principal organização militar envolvida na conspiração do 27-N foi a ARMA, de Izarra. Visconti, a principal figura pública do levante, é classificado pelo pesquisador como braço direito do antigo militante (GARRIDO, 2007, p. 34). Também há indícios de que grupos como os seguidores de Douglas Bravo e a *Bandera Roja* participaram do movimento (MARINGONI, 2004, p. 149).

O volume de participantes entre oficiais foi, aparentemente, maior no caso do levante do 27-N, ainda que o número total de mobilizados tenha sido menor (VINOGRADOFF, 1993). Isto talvez se explique pelo caráter também corporativo das reivindicações dos revoltosos: desde o início da ordem *puntofijista* as promoções de oficiais eram matéria que não obedecia apenas aos critérios internos à caserna, mas estavam sujeitas ao escrutínio do Congresso, submetendo-os à análise de políticos. Tornar a ascensão na carreira algo mais profissional e menos sujeito aos humores políticos dos congressistas era pauta comum na caserna da Venezuela, reivindicação encampada pelos liderados por Visconti (MARINGONI, 2004, p. 149).

As duas tentativas de golpe protagonizadas pela esquerda militar venezuelana não haviam sido bem sucedidas. Contudo, elas atestavam para todos verem, dentro e fora do país, o grau de deterioração em que se encontrava o regime estabelecido em *Punto Fijo*. Neste vácuo, novas formas de atuação política surgiram, que seriam adotadas como via de ascensão de Hugo Chávez e parte razoável das organizações já citadas ao poder.

#### 4.1.4. A sinuosa trajetória ao poder institucional: do MBR-200 ao MVR.

Chávez e o MBR-200 haviam sido derrotados. Todavia, o fenômeno Chávez era uma realidade no pós-4-F. Sua popularidade chegou a níveis altíssimos, no momento imediatamente posterior a 1991, com mais de 60% dos consultados em pesquisas vendo o oficial de forma positiva (MARINGONI, 2014, p. 144). A de Pérez, contudo, continuava em franco declínio. Em 1993, o presidente foi acusado de estar envolvido em uma série de escândalos de corrupção e foi impedido após processo no Congresso, às vésperas das eleições, em Maio de 1993, em uma tramitação até hoje polêmica.

As eleições presidenciais de Dezembro de 1993, por sua vez, elegeram Rafael Caldera, um velho político da era *puntofijista* e ligado ao partido de direita *Copei*. Caldera, de modo astuto, havia se apresentado como um opositor às políticas implementadas por Pérez em vários campos, inclusive o econômico, alegando defender por exemplo um freio às privatizações e um fim aos aumentos de gasolina, adotando como lema jamais recorrer ao FMI. Deixando o antigo partido, fundando a *Convergencia Nacional* e buscando apoio de grupos como o MAS de Teodoro Petkoff, ele se projetava como um conciliador nacional. No pacote, encontravam-se elogios aos revoltosos de 1992. Eleito em Dezembro de 1993 durante uma eleição apertada e esvaziada pelo claro desgaste da política institucional venezuelana, com 30% dos votos e quase 40% de taxa de abstenção, Caldera anistiou os revoltosos já em Março de 1994, medida que beneficiou também Chávez e Arias Cárdenas (MARINGONI, 2004, p. 154-155).

Com suas lideranças agora em liberdade, o antigo MBR-200, jogado ao centro da disputa política, optou pela manutenção da campanha em defesa das bandeiras levantadas durante as revoltas de 1992. Todavia, apesar da manutenção dos princípios, a estrutura da organização se modificava a olhos vistos, em parte em razão da falta de sentido em manter sigilo sobre um golpe de estado já tentado. De um movimento centrado na estrutura militar e conspiratório, o MBR-200 ia aos poucos adquirindo um caráter de massas, sem pretensões ainda de disputa eleitoral, contudo. Vejamos como Danilo Caruso descreve muito bem esse processo de mudanças:

Libertados em março de 1994, como parte da política de *pacificação* prometida pelo governo Caldera, os militantes do MBR-200 iniciaram uma transformação em sua estrutura organizativa, que de um movimento militar foi aos poucos se convertendo em um movimento de massas.

Núcleo de militantes - denominados *Círculos Bolivarianos* - começaram a se espalhar pelo país, formados principalmente por oficiais aposentados, mas gradativamente atraindo lideranças civis comunitárias [...]. O funcionamento das células buscava emular as formas horizontais de participação que caracterizavam o *assembleísmo* dos movimentos sociais surgidos no período. Logo se formaram *Coordinadoras Bolivarianas*, que agrupavam os círculos nos níveis municipal e regional (em todo o país, chegaram a se formar 151 *Coordinadoras*). Em setembro de 1995, os *Círculos Bolivarianos* promoveram uma Assembléia Nacional Pró-Constituinte Popular, na qual foram apresentadas diversas propostas de modificações constitucionais; no ano seguinte, conformou-se um diretório nacional formado por dois ex-oficiais das Forças Armadas, um ex-policia e dois civis. Também se organizaram círculos de estudos e cursos da história nacional e internacional (CARUSO, 2017, p. 157-158).

Segundo a historiadora Margarita López Maya, além disso, o antigo caráter militar do movimento era também atenuado pela forma de decisão com que seus membros chegavam às suas posições e pela suspensão das hierarquias militares nos espaços dos *Círculos Bolivarianos* (MAYA, 2009, p. 151). Buscava-se evitar as votações como forma de decisão organizacional, privilegiando-se o debate até que se alcançasse algum tipo de consenso entre os presentes (CARUSO, 2017, p. 158). Também nos rituais de ingresso o tom civil havia substituído o antigo juramento militaresco frente ao *Samán* (suspensão, aliás, mesmo antes do levante de 1992) - agora, o ingressante no MBR-200 se comprometia a ser honesto, trabalhador, humilde e solidário (MAYA, 2009, p. 150).

O ideário do MBR-200 pós-4-F permanecia muito similar: tratava-se de acabar com a ordem de *Punto Fijo*, impedir o avanço das medidas neoliberais no país e estabelecer uma Constituinte, percebendo-se a luta do MBR-200 como uma continuidade das lutas anticoloniais e anti-oligárquicas das massas populares venezuelanas dos séculos XIX e XX, apresentando-as como vítimas no processo histórico<sup>90</sup>. Nesse sentido, a eventual institucionalização do movimento como partido e o ingresso na política institucional poderia ser lida como uma traição ao ideal do movimento e ao povo venezuelano, sobretudo quando temos em mente a baixíssima confiança histórica de que gozavam os partidos na Venezuela àquela altura - o que manteve o MBR-200 distante inicialmente da política institucional (HETLAND, 2017, p. 19-20; MAYA, 2009, p. 156-157). O ideal das “três raízes” permanecia, também, com a centralidade no combate à oligarquia, a busca por inovações institucionais e a necessidade de equilíbrio ante o embate ideológico - os membros do grupo se acreditavam concretizadores do projeto abortado de Bolívar e Zamora (MAYA, 2009, p.

---

<sup>90</sup> Margarita López Maya realiza uma importante crítica à leitura da história venezuelana feita pelo MBR-200 (MAYA, 2009, p. 156-157).

148; 157). Ainda que fosse nacionalista, contudo, o movimento não se restringia a um nacionalismo estreito, ao “sacro egoísmo” de seu país, como seria de esperar de um movimento oriundo da caserna, sempre preocupada em defender limites fronteiriços: a luta de libertação da nação venezuelana era vista como parte de um esforço de libertação continental da América Latina como um todo (MAYA, 2009, p. 148-149).

A preocupação de Chávez e do MBR-200 em se manter fora de disputas eleitorais, contudo, tornou difícil medir a popularidade do movimento em reorganização àquela época, conforme pontuou López Maya. A proposta de mudar radicalmente a Venezuela fazia com que houvesse certo pudor em se identificar com as práticas e estruturas de disputa política até então existentes - postura, aliás, compartilhada por outras organizações como *La Causa R* e mesmo a *Convergencia Nacional* de Caldera, que tal qual o MBR-200 se recusaram a se identificar enquanto partidos (MAYA, 2009, p. 153-155). As poucas formas de mapear a penetração do MBR-200 na sociedade venezuelana são pesquisas pontuais, realizadas entre 1993 e 1996, as quais tendiam a situar a simpatia pelo movimento abaixo dos 5% (MAYA, 2009, p. 151-152).

Ademais, essas posições abstencionistas levaram a conflitos e rupturas internas na organização: por exemplo, Arias Cárdenas, antigo aliado de Chávez, rompeu em 1995 com o MBR-200 para disputar as eleições enquanto governador por *La Causa R*, sendo eleito para o cargo no estado de Zúlia.

Apesar de o MBR-200 se apresentar como um grupo menor na política venezuelana, a imagem de Chávez não saía do imaginário do país, para bem ou para mal. Com a popularidade em forte alta após a libertação da prisão, em 1994, o antigo oficial viu declinar sua recepção positiva ao longo dos meados da década de 1990, embora estivesse ainda em destaque. A hostilidade a ele também não era baixa: em algumas pesquisas, chegava a ser o político com maior índice de rejeição (MAYA, 2009, p. 152-153). Seja como for, amado ou odiado, Chávez estava presente nos debates do país.

Talvez em parte por esta percepção da importância de si próprio na vida pública, Chávez e o MBR (agora, já sem a referência ao bicentenário de Bolívar) passaram a contemplar a possibilidade de disputar eleições já em 1996 e tomaram a decisão de efetivamente entrar no jogo partidário no começo de 1997, em Abril, após muitas discussões internas (MARINGONI, 2004, p. 162; MAYA, 2009, p. 193). Todavia, tal estratégia de efetivamente disputar um pleito fez com que o sentido geral da organização mudasse, em parte por questões burocráticas.

Segundo a legislação eleitoral da época, partidos ou organizações não podiam se apropriar de símbolos nacionais, fossem quais fossem. Bolívar, o pai da nação, estava fora de cogitação enquanto objeto de apropriação pelo MBR. De modo inteligente, então, os membros do movimento decidiram que seu braço eleitoral deveria se chamar *Movimiento V República*, ou seja, *Movimiento Quinta República*, o “V” funcionando como um algarismo romano. A inteligência residia no fato de que, em castelhano, a pronúncia das letras “B” e “V” é extremamente similar, remetendo o venezuelano facilmente ao antigo MBR. O nome, contudo, também deixava explícitas a radicalidade das intenções fundacionais do movimento: segundo esse discurso, a Venezuela teria tido quatro experiências republicanas até então, três formadas por Bolívar (a de 1811, a de 1813 e a de 1819, quando o líder *criollo* tentou criar a Grande Colômbia) e uma por José Antonio Páez, formada em 1830 e até então em vigor. Formar uma quinta república implicava continuar o legado fundacional de Bolívar, radicalizando-o (MARINGONI, 2004, p. 162; MAYA, 2009, p. 163-164).

Pensado inicialmente como um braço eleitoral do MBR, o MVR pretendia funcionar como uma estrutura frentista. A ideia era aglutinar em torno de si os partidários do projeto bolivariano e de Hugo Chávez, mas que não se sentiam dispostos a integrar o MBR. Nesse sentido, ele deveria funcionar com uma composição que mantivesse os bolivarianos em posição de força, mas sem predomínio absoluto: 60% do MVR deveria ser de membros do MBR e os 40% restantes divididos entre os outros grupos e independentes (MAYA, 2009, p. 162).

No que diz respeito à tarefa eletiva<sup>91</sup>, o MVR foi muito bem sucedido. Em torno de seu candidato, a estrutura eleitoral conseguiu agregar uma série de organizações e cisões políticas favoráveis à eleição de Chávez em Dezembro de 1998: estavam juntos ao oficial o PCV, parte razoável do MAS e o *Pátria para Todos* (PPT), uma cisão de *La Causa R*. Ademais, o desgaste generalizado dos velhos políticos e a projeção de Chávez no debate nacional o tornavam um “outsider muito conhecido” por todos insatisfeitos com a institucionalidade venezuelana. Sem surpresas, o oficial do 4-F foi eleito com 56% dos votos válidos, mais de 20% à frente do segundo colocado (MARINGONI, 2004, p. 163-165).

Do ponto de vista organizacional, contudo, o MVR não havia conseguido fundir realmente todos seus aliados em si próprio - algo pouco surpreendente, tendo em vista o caráter um tanto imediatista da organização face a estruturas e movimentos de tradição bem

---

<sup>91</sup> De modo a facilitar a leitura do texto, estes e outros dados referente às várias eleições, referendos e plebiscitos venezuelanos pós-ascensão de Chávez estão disponíveis no site do *Consejo Nacional Electoral* da Venezuela, no link a seguir: [http://www.cne.gob.ve/web/estadisticas/index\\_resultados\\_elecciones.php](http://www.cne.gob.ve/web/estadisticas/index_resultados_elecciones.php). Acesso em 10 Jan 2023.



mais vasta. Para manter a aliança em torno de Chávez feita pelas já citadas organizações da esquerda da Venezuela, foi necessário criar o *Polo Patriótico*, que manteve a independência destas face ao MVR, ressaltando o caráter eleitoral do pacto com os bolivarianos.

De sublinhar, contudo, que o MVR rapidamente adotou uma lógica organizacional um tanto quanto distinta do MBR de onde nascera. Enquanto no MBR as discussões eram feitas de forma ascendente (isto é, de baixo para cima, da base ao topo da organização) e consensual, o MVR adotou uma lógica inversa. Pensado para funcionar com vistas a disputas eleitorais, o MVR foi concebido para tomar decisões - por vezes, de forma o mais veloz possível, para garantir alianças - e direcionar estratégias adotadas pela cúpula já formada. Além disso, se o MBR tinha uma forte preocupação formativa e de discussão política, o MVR, pela sua natureza eleitoral e pela lógica de construção de alianças, devotava grande parte de seus debates a determinar a distribuição de posições e cargos dentro da estrutura estatal, tornando o MVR menos homogêneo do ponto de vista ideológico<sup>92</sup>. Essas características se acentuaram sobretudo quando, após a vitória nas eleições presidenciais de 1998, o MVR se tornou o partido do governo, o que por exemplo fez com que o MBR e o MVR, já enfraquecidos em seu caráter militar, sofressem uma nova cisão por parte dos companheiros fardados de Chávez durante o ano de 2000 (MAYA, 2004, p. 163-164).

Ainda pouco mais de um ano após a sua vitória presidencial, Chávez manteve uma postura de relativo desprezo pelos aparatos partidários, *vis-a-vis* os movimentos populares (leia-se, em especial, o MBR, se pensarmos na trajetória do bolivarianismo). Vejamos uma fala sua em entrevista ao *El Nacional*, de Dezembro de 1999:

A mim não me tira o sono nenhum partido político; a mim, sim, me tira o sono a organização do movimento popular. Os partidos devem ser a expressão desse movimento popular, devem ser os canais de participação e de influência do movimento popular organizado, mas não podem hegemonizá-lo. Se não servem, bem, o movimento popular deve eliminá-los... Os partidos são para mim como ensaios (CHÁVEZ apud MAYA, 2009, p. 165).

Contudo, a bem da verdade, o MBR passou a ser cada vez mais relegado a escanteio em meio às tarefas administrativas e eleitorais que o MVR ia assumindo, em meio às tarefas que Chávez ia convocando a Revolução Bolivariana no poder.

Já na sua posse, em 1º de Janeiro, o presidente eleito se comprometeu a convocar um plebiscito para confirmar ou não a convocação de uma Assembleia Constituinte, cumprindo

---

<sup>92</sup> Por exemplo, seu programa eleitoral (chamado de *Agenda Alternativa Bolivariana* em provocação à *Agenda Venezuela* de Caldera) tinha apenas 38 páginas (MARINGONI, 2004, p. 163).

uma antiga proposição do MBR-200. Realizado o pleito em 25 de Abril e com a proposta do governo aceita para 25 de Julho de 1999, o MVR se vê em meio a uma nova eleição, agora para a Assembleia Constituinte. Em 15 de Dezembro, um referendo é realizado pelo governo, em que a Constituição elaborada acaba sendo aprovada. Logo após, são convocadas eleições novas para presidente, governador e prefeitos sob a nova Constituição, para Julho de 2000, com Chávez concorrendo contra Arias Cárdenas e obtendo uma nova vitória, ainda maior do que a do ano de 1998, com quase 60% dos votos válidos. Também são convocadas novas eleições para o Legislativo da República, agora mais enxuto, contando com apenas uma casa legislativa, a Assembléia Nacional<sup>93</sup>. Em 3 de Dezembro de 2000, ocorreram as eleições para os legislativos municipais da Venezuela. Finalmente, também foi realizado na mesma data o Referendo Consultivo Sindical, o qual questionava a população venezuelana com a seguinte questão: “você concorda com a renovação total da liderança sindical, sob o estatuto especial elaborado pelo poder eleitoral, de acordo com os princípios da alternância e eleição universal, direta e secreta, consagrados no artigo 95 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela e que os diretores das centrais, federações e confederações sindicais do país sejam suspensos?”. Aqui, tratava-se de disputar com a *Acción Democrática* e as suas várias cisões a liderança do sindicalismo venezuelano, historicamente *adeco* (MAYA, 2009, p. 214; 226-229). O ritmo de trabalho para o recém-criado MVR era absurdamente intenso, como podemos ver, tão intenso que mesmo a população venezuelana se desmobilizou em algum sentido, após tantas rodadas eleitorais: o nível de abstenção segundo o próprio governo nas eleições de Dezembro de 2000 chegou a 76% (MAYA, 2009, p. 229). Não é de espantar que aspectos como a formação política e estruturação da organização ficassem relegadas a segundo plano, limitação reconhecida por exemplo pela educadora popular Martha Harnecker, simpática ao governo de Chávez (HARNECKER, 2004).

Para dar maior homogeneidade ideológica ao MVR e canalizar de melhor modo a força política que ele representava, os líderes da organização lançaram um documento chamado *Democracia Patriótica*, durante o ano de 2000. Escrito por William Lara, politólogo e professor universitário na Universidade Simón Bolívar, o documento buscava encontrar um meio termo entre os objetivos eleitorais e administrativos que tinham sido desde sempre o tom central do MVR e a busca de uma formação ideológica à organização que a tornasse capaz de difundir o projeto bolivariano pretendido por Chávez (aproximando-a, em certa medida, do antigo MBR).

---

<sup>93</sup> O MVR, cabe apontar, saiu incontestemente vencedor das legislativas nacionais dessa altura, com 77 das 165 cadeiras da casa.

A emulação do MBR era mais clara nas estruturas que Lara pretendia fazer valer no MVR. Contudo, havia diferenças cruciais entre uma e outra organização. Vale a pena ver a detalhada descrição de Margarita López Maya:

[...] as estruturas expressas no documento [de Lara] eram semelhantes às do MBR-200, pois sua unidade primária começava - embora não com os círculos bolivarianos - com os chamados *círculos patrióticos*. A organização, seguindo um padrão bastante similar a outras organizações partidárias venezuelanas, projetava construir-se em quatro níveis territoriais: o local, o municipal, o regional e o nacional, cada um deles com quatro tipos de estrutura: a assembleia, o conselho, a direção ampliada e a direção. A despeito das similitudes deste esquema com o MBR-200, saltava aos olhos uma importante diferença. O texto reconhecia explicitamente a necessidade de aplicar o mais rápido possível a “metódica a partir de baixo”, isto é, convocar eleições diretas para todos os cargos em todos os níveis, a fim de que a organização se pusesse de acordo com os conceitos de *democracia participativa e protagônica* que constituem o coração do projeto bolivariano. Em 2000, pois, reconhecia-se que o que na realidade existia era uma estrutura eleitoral, não um partido, uma estrutura concebida e organizada a partir de cima. Ademais, o documento - apesar de entrar, com alguns detalhes, nas funções e atividades dos órgãos e cargos em cada nível - era pouco explícito acerca dos procedimentos de tomada de decisões no seio da organização. Finalmente, o Comitê Tático Nacional (CTN), que era a estrutura que concentrava o poder decisório da organização, nem sequer aparecia no documento - o que é ainda outro elemento a expressar a dicotomia entre o que o MVR efetivamente era e o que desejava ser (MAYA, 2009, p. 165-166).

Assim, a despeito do pretenso desprezo inicial de Chávez às organizações partidárias, a estruturação do MVR caminhava. Em Janeiro de 2001, a direção da organização indicou a disposição de convocar um *Conselho Patriótico*, garantindo que as eleições para todas as instâncias da organização se dariam em breve, em Agosto deste ano, além de um congresso para debater ideologicamente os rumos da agremiação. Também se inaugurou neste ano, em Maio, a Escola Nacional de Formação J.R. Nuñez Tenório, que pretendia fornecer formação ideológica aos militantes e quadros do MVR e aumentar o grau de homogeneidade dentro da organização. Todavia, as disputas internas eram crescentes, variando de questões ideológicas às concernentes a divisões de cargos e tarefas políticas cotidianas. Por várias vezes, o CTN, uma instância sem amparo sequer no plano de institucionalização Lara, foi convocado a intervir e resolver várias questões internas (MAYA, 2009, p. 166-167).

Nesse cenário caótico, Chávez em pessoa chamou a si a responsabilidade diante da organização. De saída, o antigo oficial fez questão de pontuar que o MBR deixava de ter uma ligação direta com o MVR, devendo continuar com suas tarefas independentemente do

aparato eleitoral, organizando as massas tal qual fazia até então, enquanto o MVR se preocupava com as tarefas estatais. Dissolvendo o CTN, Chávez também instaurou com apoio de membros do MVR uma Direção Executiva Nacional, tal qual proposto por Lara, composta por 30 membros e consigo à frente, com o civil Luis Miquilena (então Ministro do Interior) em segundo na cadeia de comando e o deputado e militar Francisco Ameliach em terceiro. O Conselho, as eleições internas e o Congresso, previstos para Agosto de 2001, foram adiados para 2002.

Como se pode ver, havia uma tensão entre movimento e estrutura partidária, tensão resolvida várias vezes pela intervenção do próprio Chávez. Essas intervenções, contudo, demonstram que, ao contrário do pretendido desprezo pelas organizações políticas, institucionalizadas ou não, Chávez e o bolivarianismo tinham ao menos certa preocupação por profissionalizar determinadas estruturas de modo a exercer de modo mais coeso o poder na Venezuela, sem recorrer às Forças Armadas como instituição moderadora e representativa nas relações entre si e a sociedade - o que não significa dizer que elas não funcionassem como sustentáculo ao governo de Chávez.

Cabe salientar, as Forças Armadas, ainda que presentes em tais movimentos e organizações, *não* foram o eixo exclusivo de obtenção do poder, ao menos nos anos iniciais da ascensão ao poder de Chávez e sua manutenção enquanto presidente. Certa preocupação com a institucionalização e formação teórica nos marcos dos movimentos extra militares sempre estiveram presentes. Tampouco se pode dizer que elas tiveram o papel de elaborar os rumos ideológicos dos movimentos no momento pós-4-F, funcionando como uma instituição dirigente do ponto de vista ideológico: no caso do MBR a vivência dos militantes nos *círculos* atenuava (quando não *anulava*) a hierarquia e disciplina, tão caras ao meio militar; já no do MVR, voltado inicialmente a tarefas eleitorais, o seu principal organizador institucional (William Lara) era um civil que nem ao menos tinha tido contato com as organizações guerrilheiras que haviam buscado se infiltrar na caserna venezuelana.

Seja como for, uma nova onda de lutas políticas se inaugurou em fins de 2001 na Venezuela, impactando o processo de institucionalização até então em curso da Revolução Bolivariana. Veremos a partir daqui esta nova etapa do processo.

#### **4.1.5. Um novo ciclo de disputa e a resposta partidária: do MVR ao PSUV.**

Um ano após o intenso ciclo eleitoral e consultivo inaugurado da virada do milênio com a eleição de Chávez e findado com as votações de fins de 2000, a oposição venezuelana

ao governo de Chávez mudou a centralidade de sua estratégia da esfera institucional a métodos insurrecionais. Esse processo será analisado nesta fração do trabalho, na medida em que permite avaliar o papel do MVR e a resposta dada pelo bloco de apoio a Chávez.

Em finais de 2001, a oposição venezuelana convocou um *paro cívico nacional* para o dia 10 de Dezembro, em resposta a uma série de leis aprovadas em Novembro deste mesmo, as chamadas 49 Leis Habilitantes<sup>94</sup>, envolvendo regulações que reverteram ou atenuaram uma série de medidas neoliberais implementadas durante a década anterior, ou então normatizaram vácuos jurídicos benéficos ao empresariado venezuelano. Ainda que de acordo com o programa de governo de Chávez, tais medidas indicavam certa desconfiança na aptidão política da base de apoio governista, sobretudo o MVR: essa desconfiança já havia se manifestado quando, por exemplo, o governo desautorizou acordos feitos entre o seu partido e oposição em torno da discussão sobre a Lei de Educação, no mesmo ano (MAYA, 2009, p. 237). A principal organização que liderou a convocatória nesse momento foi a entidade patronal *Fedecámaras*, cujo presidente, Pedro Carmona Estanga, despontava como líder opositorista. A oposição chegava às ruas, e institucionalmente pressionava pela revogação das 49 Leis.

Institucionalmente, o governo foi irredutível. Não só não aceitava retirar as Leis, como também ameaçou fechar a Assembléia em caso de perda de maioria. Apontava também que deputados da base de apoio, sobretudo do MVR, seriam expulsos caso demonstrassem a menor disposição de negociar com a oposição, além de pressionar pela regulação da mídia, cuja posição era majoritariamente opositorista (MAYA, 2009, p. 238).

Para responder à mobilização das massas pela oposição, o governo de Chávez convocou os seus apoiadores às ruas. Nem sempre as estruturações dos atos e contra-atos passaram pelas organizações que compunham a base do governo: tal qual a oposição, a base chavista era extremamente heterogênea, e se em algumas vezes se articulava ao MVR e a partidos como o PPT e o PCV, em outras suas organizações eram pontuais e efêmeras (BUZETTO, 2011; MAYA, 2009, p. 233-234).

Os meses entre Dezembro de 2001 e Abril de 2002 foram marcados por uma série de marchas e contra-marchas, de ambos os lados, disputando o legado histórico venezuelano. Em 23 de Janeiro de 2002, data do fim da ditadura militar de Pérez Jimenez e que levou à

---

<sup>94</sup> Em alguma medida tais mecanismos jurídicos indicavam uma menor disposição do governo de Chávez ao diálogo, fator que López Maya indica como fator impulsionador às mobilizações opositoristas (MAYA, 2009, p. 237-238). As Leis Habilitantes funcionam de modo similar ao que são as Medidas Provisórias no Brasil: nelas, a Assembléia venezuelana cede poder ao Executivo para legislar de modo provisório sobre determinados assuntos (vigorando a norma por 180 dias ou um ano à altura da aprovação das leis discutidas no caso de 2001, variando de acordo com a matéria regulada), alterando-as posteriormente, se fosse necessário.

ordem *puntofijista*, a oposição marchou pela Venezuela “em defesa da democracia”, sendo respondida com uma contra-marcha chavista. O governo não estava apenas na defensiva: em 4 de Fevereiro de 2002, os apoiadores de Chávez celebraram os dez anos do 4-F, o qual havia lançado o então líder do MBR-200 aos holofotes políticos da Venezuela. A situação se radicalizou em um ritmo frenético (MAYA, 2009, p. 238-239).

Em Fevereiro de 2002, em meio a esse cenário, o governo chavista começou uma política para controlar de fato a produção petrolífera nacional, através da intervenção na gigante *Petróleos de Venezuela* (PDVSA), empresa do Estado venezuelano e peça central na economia extrativista venezuelana desde os anos de ouro do primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez. Iniciada com uma mudança da diretoria da empresa pelo Executivo (feito dentro dos limites legais), os quadros tecnocráticos da gigante estatal alegavam que a alteração era “política” e não “técnica”, não obedecendo a critérios meritocráticos. Por trás do questionamento, contudo, estava a disputa sobre se a PDVSA deveria continuar as políticas neoliberais quanto ao preço do petróleo venezuelano, iniciados durante a *abertura petrolera*<sup>95</sup> dos governos Pérez (em seu segundo mandato) e Caldera, ou se deveria se submeter a uma política de controle da produção e de pagamento de *royalties* de forma a beneficiar a receita do Estado por cada barril produzido. A mudança, como era de se imaginar, gerou uma nova disputa, que desaguou em uma série de greves petroleiras deste mesmo ano.

Foi em meio a uma delas, em Abril de 2002, que se deu a tentativa de golpe pela oposição de direita venezuelana. No dia 9 deste mês, a CTV *adeca* passou a fazer chamados para uma paralisação em solidariedade à greve na PDVSA, de 24 horas. A situação se estendeu até o dia 11 de Abril, quando a liderança da CTV convocou uma passeata que deveria chegar até a sede da PDVSA em Caracas. Ao chegar ao prédio da estatal, contudo, a liderança sindical *adeca* convocou os manifestantes a irem até o Palácio de Miraflores, então cercado por militantes pró-governo convocados pelo MVR e outros, e depôr Chávez. Durante o trajeto, na tarde do dia 11 de Abril, um confronto entre chavistas e anti-chavistas começou na Ponte Llaguno, quando os opositores começaram a disparar sobre os defensores do governo nas cercanias de Miraflores. Então, grupos leais a Chávez passaram a responder aos disparos da massa de oposição, ocasionando mortes em ambos os lados em conflito.

É importante ter em mente que o grosso da mídia venezuelana, na oposição, vinha cobrindo os fatos nos últimos dias de modo exaustivo, mostrando reiteradamente as mobilizações da PDVSA e da CTV e apoiando os manifestantes anti-chavistas. Sua cobertura

---

<sup>95</sup> A qual privilegiava a produção sobre o controle de preços, distanciando assim a Venezuela da OPEP e diminuindo a receita fiscal sobre o petróleo venezuelano.

dos eventos na Ponte Llaguno buscaram recortar a realidade e enquadrar os defensores de Chávez como agressores frente a uma multidão desarmada<sup>96</sup>. A partir daí, e nos dias seguintes, a narrativa midiática foi utilizada como instrumento para defender a deposição de Chávez, a qual começou a se manifestar com diversos pronunciamentos militares de desobediência ao presidente ocorridos durante a noite. Na manhã do dia 12 de Abril, Chávez abandonou Miraflores e foi se entregar no Forte Tiuna, onde foi preso. Em seu lugar, se auto-empossou sem qualquer respeito ao rito constitucional Pedro Carmona Estanga, e não o vice-presidente.

Em menos de 48 horas, contudo, Chávez foi recolocado no posto de presidente. A desorganização da oposição golpista e a prepotência de Estanga, o qual ao ser colocado na cadeira presidencial pretendeu suprimir por decreto vários poderes públicos, depor os governadores eleitos e reverter as 49 Leis Habilitantes de 2001, levaram rapidamente ao desmanche da trama. Também foi importante a nomeação do Vice-Almirante Héctor Rodríguez Pérez ao Ministério da Defesa, que desagradou de modo intenso as Forças Armadas - as quais não estavam dispostas a embarcar em qualquer aventura golpista que desse poder em branco a Estanga (MARINGONI, 2009, p. 136-137). A população dos *barrios* pobres de Caracas também pressionava, questionando onde estava Chávez, e cercou na madrugada do dia 12 para o dia 13 de Abril tanto Miraflores quanto Tiuna, organizada de modo relativamente espontâneo em vários *colectivos*, herdeiros em muitos casos dos *Círculos Bolivarianos* do MBR-200. Em questão de horas, sob pressão, a guarnição da capital prendeu Estanga e reconduziu Chávez ao poder.

O golpe falhado, se não derrotou em definitivo a oposição, ao menos tirou de vez dela o argumento de que Chávez seria o violador da legalidade e indisposto ao diálogo. No entanto, o bloco pró-governo ainda enfrentou duas sérias questões antes de ter consolidada sua posição no poder.

Uma delas foi a continuidade das paralisações petrolíferas na PDVSA. Convocadas pela oposição e lideradas pela CTV, uma nova greve geral foi deflagrada em Dezembro de 2002. O *paro* teve adesão sobretudo na PDVSA, levando à paralisação inclusive dos navios petroleiros da empresa, em especial o gigante *Pilín León*. O impacto econômico foi tão grande que o Estado venezuelano se viu obrigado a importar não só gasolina durante o final de ano, mas até mesmo petróleo, para honrar contratos contraídos com os compradores.

---

<sup>96</sup> Sobre a narrativa das grandes empresas midiáticas sobre o confronto e as produções que colocaram em cheque tais versões, ver (MARINGONI, 2004, p. 127-129; MAYA, 2009, p. 241-242).

Chávez resolveu a situação através da combinação de intervenções cirúrgicas com os militares (com as forças da Marinha tomando, por exemplo, o *Pilín León*), de demissões em massa (mais de dezoito mil funcionários da PDVSA, 40% da força de trabalho, foi demitida) e com o desgaste do movimento. O final de ano, como é de se imaginar, foi terrível nos grandes centros urbanos da Venezuela, resultado que era atribuído politicamente à oposição. Ao final de mais de dois meses, o *paro* foi derrotado, auxiliando o governo no aumento do controle sobre o setor econômico mais nevrálgico à Venezuela (MARINGONI, 2009, p. 141-143).

A última cartada da oposição durante esse ciclo demonstrou o seu desgaste e falta de força para adotar uma estratégia insurrecional contra a Revolução Bolivariana. Em finais de 2003, a oposição, através da ONG *Súmame*, passou a peticionar junto ao Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela a convocação de um referendo revogatório quanto ao mandato presidencial de Hugo Chávez. O mecanismo, introduzido na Constituição de 1999, era uma inovação bolivariana de acordo com a prática plebiscitária trazida pela Revolução Bolivariana, sendo assim constitucional. Todavia, era necessário haver um quórum mínimo de 20% de assinaturas de eleitores peticionando a realização do referendo. Os empecilhos impostos pelo Estado para a validação das assinaturas coletadas foram causas de novas disputas, como é de se imaginar, e levaram a novas manifestações e confrontos, inclusive com mortes em ambos os lados. Contudo, o referendo foi agendado para o dia 15 de Agosto de 2004.

Os resultados do referendo foram extremamente positivos ao governo de Chávez. Com uma taxa de comparecimento às urnas de quase 70%, a votação deu um resultado acachapante, com 59% dos eleitores decidindo que Chávez deveria permanecer no cargo de Presidente da República. A oposição estava definitivamente enfraquecida.

No entanto, o papel do MVR durante o processo referendário foi de pouco destaque. O governo preferiu na verdade se utilizar de estruturas paralelas, os *Comandos Maisanta*<sup>97</sup>, para mobilizar a população a votar favoravelmente à permanência de Chávez como presidente (HETLAND, 2017, p. 20). Tais *Comandos* eram espaços ligados à *Misión Florentino*<sup>98</sup>, sendo assim subordinadas diretamente ao Executivo da Venezuela, e não tinham

<sup>97</sup> *Maisanta* era o apelido de um bisavô de Hugo Chávez, Pedro Pérez Delgado, responsável por conduzir uma guerrilha contra o regime de Juan Vicente Gómez Chacón, presidente venezuelano.

<sup>98</sup> O sistema de *Misiones* floresceu na Venezuela a partir de 2003, momento em que o governo pôde obter maiores receitas em razão do controle dos lucros do petróleo venezuelano no pós-greve da PDVSA. As *Misiones Bolivarianas* atendem sobretudo à população pobre venezuelana e buscam fornecer serviços essenciais como educação e saúde, além de atender a demandas de natureza burocrática como o fornecimento de cédulas de identidade e de direitos a minorias étnicas. Se por um lado sanaram temporariamente problemas, criaram uma estrutura ainda vigente paralela ao Estado (MARINGONI, 2009, p. 154-155; MAYA, 2009, p. 332-333).



ligação direta com o MVR enquanto partido - ainda que muitos dos seus líderes também fizessem parte do MVR, como era o caso do responsável ideológico pelo *Comando Maisanta*, ninguém menos que o já citado William Lara.

Como se pode ver, durante os anos entre 2002 e 2004, de intensa agitação política e disputa nas ruas e instituições venezuelanas, o MVR acabou se demonstrando relativamente pouco presente. Talvez em razão da sua ausência de estrutura e preparo ideológico prévio, essa organização, pensada sobretudo para disputar eleições, não se mostrou à altura das várias tarefas com as quais o governo de Chávez teve de lidar pela conjuntura de seu país. Nesse sentido, como pudemos ver, outras instituições e aparatos organizativos foram empregados no lugar do MVR para disputar a política venezuelana, tais quais as Forças Armadas (no caso do golpe de 2002 e dos *paros* da PDVSA) e organizações paralelas às partidárias, como as ligadas às *Misiones* e aos *colectivos*.

Os dois anos seguintes, 2005 e 2006, foram de consagração ao governo. Em Janeiro de 2005, Chávez se declara um “socialista do século XXI”<sup>99</sup>, durante o V Fórum Mundial em Porto Alegre. A declaração, polêmica, não afastou o eleitorado venezuelano, porém. Em face das eleições legislativas de Dezembro de 2005, a oposição tomou uma decisão estrategicamente míope: questionando toda a legitimidade do processo eleitoral, os partidos anti-chavistas optaram por não concorrer. O resultado foi que todos os assentos legislativos acabaram sendo ocupados pelo bloco de apoio ao governo de Chávez, ainda que a abstenção tenha chegado a cerca de 70% (o voto não é obrigatório na Venezuela, cabe lembrar). O MVR acabou dominando 60% dos assentos, com 118 cadeiras das 165. Eleitoralmente, não havia partido mais eficiente e com maior poder dentro do legislativo venezuelano. Em 3 de Dezembro de 2006, com as receitas do petróleo em níveis altíssimos e com uma oposição desorganizada, Chávez concorreu em um novo pleito ao cargo de presidente, sendo novamente eleito com uma folgada vantagem de quase 63% dos votos. Em números absolutos, eram mais de 7 milhões de votos, com uma taxa de comparecimento de quase 75% dos eleitores venezuelanos.. Poucos dias depois do resultado, em 16 de Dezembro, Chávez declarava sua intenção de impulsionar a fusão dos partidos da sua base de apoio em uma só organização partidária, que já tinha até nome: *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV).

---

<sup>99</sup> A expressão “socialismo do século XXI” foi formulada pelo sociólogo e economista alemão Heinz Dieterich. Na sua formulação, existem quatro etapas do movimento socialista: o socialismo utópico, o científico, o real e o do século XXI, que deveria reavaliar os erros do último para superar os fracassos sistemas de estatização do modelo anterior e promover uma democratização real em várias esferas, inclusive o poder militar (DIETERICH, 2006). Para uma análise crítica quanto ao caráter pretensamente socialista do processo bolivariano e sua importância simbólica, ver (MARINGONI, 2009).

#### 4.1.6. O PSUV: consolidando um novo tipo de organização?

Em seu programa de rádio *Aló, Presidente*, de 5 de Março de 2007, Chávez expôs um programa para unificação partidária. Fazendo um chamado às outras organizações que orbitavam o MVR, o líder bolivariano declarava que era uma necessidade à Revolução Bolivariana um partido revolucionário unitário. O programa de formação do PSUV deveria se desenvolver em três etapas: em primeiro lugar, seria necessário formar os promotores do partido, os seus militantes iniciais. Essa primeira etapa deveria durar menos de um mês, até o dia 24 de Março de 2007. A segunda etapa consistiria na formação dos “batalhões socialistas”, responsáveis pelos censos partidários e pelo registro de membros novos do partido. Durante o processo censitário, era esperado que os batalhões promovessem agitação e motivassem o povo a participar da nova organização em conformação. Esta etapa deveria durar três meses. Após, viria a terceira etapa, em que seria implementado o processo eleitoral para eleição de deputados ao Congresso fundacional do PSUV. Tal etapa duraria cerca de um mês, entre 24 de Junho de 2007 e 29 de Julho de 2007. Finalmente, a etapa final seria a realização do Congresso fundacional, em 15 de Agosto de 2007, a qual geraria os documentos fundacionais do PSUV, a serem referendados nacionalmente pela militância (CARLSON, 2007).

Como se pode perceber, o ritmo de formação do PSUV pretendido por Chávez era absurdamente rápido, sobretudo tendo em vista a situação pouco estável do país àquela altura. A oposição anti-chavista, de modo pouco surpreendente, acusava o presidente de querer concentrar em si todos os poderes da Venezuela.

Todavia, não eram somente os membros da oposição que olhavam com suspeitas o processo: o PCV, o PPT e o *Podemos* também expressavam reservas quanto à fusão pretendida, julgando melhor aguardar até o lançamento do programa político do Partido para se unir a ele. O receio não foi bem recebido por Chávez: em seu *Aló, Presidente* de 18 de Março, o presidente dizia que estes partidos da base aliada tinham todo direito de não participar do PSUV, mas sugeriu, em tom de ameaça, que escolhessem bem aonde iriam (CORTE, 2007). A postura intimidatória pouco auxiliou em fazer com que estes partidos se unissem ao nascente PSUV, os quais acabaram não compondo o processo de formação

partidária, junto com outras organizações da base de apoio chavista: foram ao todo 14 grupos<sup>100</sup> que se negaram à unificação no PSUV, contra 10 favoráveis<sup>101</sup>.

O processo de formação do partido foi relativamente bem sucedido. Já no dia 24 de Março de 2007, 2.398 de promotores se filiaram e juramentaram o seu ingresso no PSUV. No dia 19 de Abril, o número de novos juramentados era de 16.786. Em fins de Abril, o Partido passou a receber requisições para inscrições de aspirantes a militantes, não precisamente os promotores, conforme vimos. As inscrições, segundo o PSUV, chegaram a mais de 5 milhões de aspirantes já em 10 de Junho de 2007 (PSUV, 2009). Em Julho de 2007, se iniciava o processo de formação dos batalhões socialistas, os quais realizaram momentos de formação ideológica e três assembléias, as quais se propunham as seguintes tarefas: 1) dividir os cargos e tarefas do batalhão recém-formado; 2) debater a ideologia do PSUV; e 3) concretizar a eleição dos representantes para o Congresso fundacional do PSUV.

É relevante que a composição das chefias das Comissões Promotoras das áreas dos partidos seja apontada aqui. Ainda que numericamente a presença de militares seja forte, não se trata de um domínio absoluto no aparato partidário, havendo também um forte componente de provenientes de organizações de esquerda, inclusive ex-guerrilheiros. Vejamos.

A Comissão de Eventos era composta por Freddy Bernal (ex-militar e coordenador), Rafael Isea (ex-militar) e Luis Reyes Reyes (ex-militar previamente ligado à ARMA). A Comissão de Idéias era composta por Alberto Müller Rojas (ex-militar e coordenador), Adán Chávez (civil previamente ligado ao PRV), Roberto Hernández (civil previamente ligado ao PCV), Héctor Navarro (civil), Jesús Paz Galárraga (civil previamente ligado à AD) y Alí Rodríguez Araque (civil participante da guerrilha e previamente ligado ao PRV). A Comissão de Meios de Comunicação era composta por: Guillermo García Ponce (civil, previamente ligado ao PCV e coordenador), Olga Titina Azuaje (civil) e José Vicente Rangel (civil). A Secretaria do PSUV era composta por Fernando Soto Rojas (civil, participante da guerrilha e

---

<sup>100</sup> Os grupos da base governista que se opuseram à iniciativa de formação do PSUV foram os seguintes: *Por la Democracia Social* (Podemos); *Patria Para Todos* (PPT); *Partido Comunista de Venezuela* (PCV); *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP); *Gente Emergente* (GE); *Unidad Patriótica Comunitaria* (UPC); *Fuerza de Acciones Coordinadas de Bases Por La Alianza* (FACOBAs); *Poder Laboral* (PL); *Corrientes Revolucionarias Venezolanas* (CRV); *Redes de Respuesta de Cambios Comunitarios* (REDES); *Unidad Popular Venezolana* (UPV); *Movimiento Revolucionario Tupamaro* (MRT); *Movimiento Cívico Militante* (MCM); *Independientes Por La Comunidad Nacional* (IPCN).

<sup>101</sup> Os grupos da base governista que apoiaram a iniciativa de formação do PSUV foram os seguintes: *Movimiento V República* (MVR); *Movimiento Independiente Ganamos Todos* (MIGATO); *Clase Media Revolucionaria* (CMR); *Liga Socialista* (LS); *Movimiento por la Democracia Directa* (MDD); *Unión; Movimiento de Concentración Gente Nueva* (MCGN); *Organización Nacionalista Democrática Activa* (ONDA); *Movimiento Nacional Independiente* (MNI); *Corriente Marxista Internacional* (CMI).

coordenador) e David Velásquez (civil). A Comissão de Técnica Constituinte era composta por Diosdado Cabello (ex-militar, previamente ligado ao MBR-200 e coordenador), Francisco Arias Cárdenas (ex-militar, previamente ligado ao MBR-200), Pedro Carreño (ex-militar, previamente ligado ao MBR-200), William Fariñas (ex-militar, previamente ligado ao MBR-200) e Jorge Rodríguez (civil).

Como podemos ver, ainda que haja forte componente de participação militar no PSUV em formação, é difícil categorizá-lo como um partido dirigido por militares. Mais da metade dos cargos das Comissões eram ocupados por civis. Mais importante ainda, a comissão ideológica, ainda que coordenada por um militar, era majoritariamente composta por civis. De ressaltar também que mais da metade dos ex-militares era proveniente de grupos participantes do ciclo conspiratório dos anos entre 1970 e 1993 como o MBR-200 e a ARMA, tendo sido afastados das Forças Armadas muito antes da formação do PSUV.

Dialogando com o parágrafo anterior, aliás, destacamos que a oposição não assistiu à formação do PSUV de modo passivo, atrasando o calendário de formação previsto. Uma das principais batalhas institucionais travadas foi a legalidade da filiação de militares ao PSUV: o general Alberto Müller Rojas, conforme vimos, era um dos promotores do Partido de modo ostensivo. Um dos partidos da oposição, *Un Nuevo Tiempo*, ingressou com um recurso constitucional para que o Estado venezuelano esclarecesse se a vinculação de militares da ativa ao PSUV não se contrapunha às determinações dos artigos 328 e 330 da Constituição venezuelana, os quais descreviam as Forças Armadas como instituições apolíticas. A questão será reiteradamente retomada pela oposição venezuelana ao longo do tempo, aliás - sempre com decisões favoráveis à filiação partidária dos militares (PÉREZ, 2014, p. 118).

Outros fatores também contribuíram para atrasar o processo de formação do PSUV. Em 15 de Agosto de 2007, Chávez convocou um novo referendo para realizar uma nova emenda constitucional, a ser concretizado dali a alguns meses. A reforma era extensa: o Executivo pretendia emendar 33 dos 350 artigos da Constituição de 1999. Mas a situação se ampliou mais ainda: cerca de um mês antes da consulta, a Assembleia venezuelana solicitou que mais 36 artigos fossem objeto de discussão, ampliando para 69 artigos objetos de alterações via referendo. As matérias, como se pode imaginar, eram amplas: do fim da autonomia do Banco Central Venezuelano face ao Executivo, redução da idade eleitoral dos 18 aos 16 anos, ampliação dos direitos da população LGBT venezuelana, mudanças nos critérios para a convocação do referendo revogatório (passando de 20% para 30% do eleitorado), a criação de milícias populares para defesa da Nação por fora da estrutura militar e, o mais polêmico, é claro, o fim dos limites à reeleição presidencial, ampliando também os

mandatos de seis para sete anos dos presidentes. Dada a amplitude do debate, o referendo foi dividido em dois blocos de propostas de emendas: o Bloco A (composto principalmente pelas medidas apresentadas por Chávez) e o Bloco B (composto sobretudo pelos acréscimos da Assembleia).

O resultado da consulta, contudo, não foi de acordo com a maré de vitórias eleitorais que o governo vinha obtendo até então. Por uma diferença apertada, o governo de Chávez amargou a sua primeira derrota nas urnas: quase 125 mil votos, ou menos de 1,5% entre os eleitores. A abstenção, contudo, havia sido muito maior do que nas presidenciais exatamente um ano antes: apenas 56% dos eleitores compareceram. O chavismo havia sido derrotado pela abstenção (MARINGONI, 2009, p. 27-29).

O fato das emendas terem sido rejeitadas levou a uma amenização do discurso do presidente frente aos partidos da base governista que não tinham apoiado a fusão com o PSUV. Em uma mudança de tom, ele declarou que era preciso combater o sectarismo e o extremismo. Com certo tom de vacilo, indicou até que talvez fosse positivo reviver o *Polo Patriótico*, o que contradizia seus planos de centralizar a base chavista no PSUV em 2007. Seja como for, o processo de formação do Partido voltou a caminhar (MAYA, 2009, p. 344).

É difícil dizer os motivos que levaram tantos apoiadores a não defender o governo. Mesmo quando cruzamos os dados entre os votantes favoráveis à proposta de Chávez, cerca de 4 milhões e 500 mil no caso das emendas do Bloco A, o melhor votado, e cruzamos com o pretense número de aspirantes a militantes do PSUV em meados de 2007, mais de 5 milhões, vemos uma diferença significativa. Não questionamos aqui a veracidade do número de aspirantes divulgado pelo PSUV - cabe lembrar que, menos de um ano antes, o presidente havia sido eleito com mais de 7 milhões de votos, sendo plausível que uma parcela significativa dos eleitores estivesse disposto a integrar uma organização partidária. A mera abstenção por parte de organizações hostilizadas por Chávez durante a fundação do PSUV (como o PCV) não explica a conta. O que nos salta aos olhos, contudo, é que o PSUV havia sido incapaz de coordenar e convencer em favor do governo mesmo aqueles que haviam buscado cerrar fileiras com a organização.

Talvez a derrota explique ao menos em parte porque o Congresso fundacional do PSUV, previsto para Agosto de 2007 mas adiado por diversas vezes “por razões logísticas” (possivelmente, em razão do referendo de Dezembro de 2007) (APORREA, 2007), aconteceu logo após a derrota do referendo, em 12 de Janeiro de 2008. A necessidade de capilarizar socialmente as posições do governo pode ter sido uma exigência premente diante da derrota.

Todavia, o Congresso não foi realizado durante um único dia: ao todo, o evento foi composto por seis jornadas, isso é, ciclos de reuniões e debates entre os militantes. Temporalmente, ele se estendeu do dia 12 de Janeiro ao dia 2 de Março de 2008, com o dia 9 de Março reservado à realização das eleições para a diretoria transitória do PSUV. As tarefas a que se propunha o Congresso eram as seguintes: realizar a declaração de princípios do partido, formular o programa; definir os estatutos; acordar quais seriam os mecanismos para seleccionar os candidatos aos cargos de eleição popular; e eleger as autoridades transitórias do partido.

Algumas medidas tomadas buscavam mostrar que a autoridade institucional partidária deveria ser respeitada de modo disciplinado pelos militantes. Por exemplo, durante a segunda jornada, membros da Comissão Técnica do partido advertiram os militantes que estivessem realizando campanhas prematuras às eleições para prefeitos e governadores de 2008 que deveriam aguardar as decisões do PSUV. O próprio Chávez pediu ao Congresso que os militantes desobedientes fossem sancionados e, caso não mudassem sua conduta, expulsos do partido, na medida em que estavam desenvolvendo projetos pessoais de poder (ABN, 2008).

Além de debater temas de interesse à conjuntura venezuelana, contudo, o Congresso avançou pouco, organizacionalmente. Parte razoável do tempo do evento acabou sendo voltado à realização de debates de importância reduzida para a organização em si: por exemplo, durante a terceira jornada, realizada nos dias 9 e 10 de Fevereiro, boa parte do tempo foi voltado à redação de um documento chamado *Declaração de Bolívar*, a qual consistia basicamente em uma nota de repúdio contra ações movidas pela Exxon Mobil contra a PDVSA por supostas quebras de contrato. Em outra ocasião, na quarta jornada, realizada entre 16 e 17 de Fevereiro, a plenária congressual decidiu expulsar Luis Tascón por indisciplina, em razão deste ter acusado o irmão de Diosdado Cabello, José David Cabello, de corrupção - levando questões de disciplina interna ao debate público de toda a organização e atrasando debates de maior relevância.

Durante as duas últimas jornadas, porém, podemos afirmar que houve alguns avanços: foram elaborados estatutos partidários provisórios e procedeu-se à organização da eleição da Junta Diretiva Nacional do PSUV, concretizada em 9 de Março, após o presidente do Partido, Hugo Chávez, delimitar quais seriam os candidatos a partir de uma lista prévia. Vale a pena ver quem foram os eleitos titulares aos cargos da Junta Diretiva, indicando se vinham do meio militar ou civil: Aristóbulo Istúriz (civil); Adán Chávez Frías (civil), Mario Silva (civil); Jorge Rodríguez (civil); Antonia Muñoz (civil); Carlos Escarrá (civil); Noelí Pocaterra (civil); Vanessa Davies (civil); Cilia Flores (civil); María León (civil); Nicolás Maduro

(civil); Alí Rodríguez Araque (civil); Héctor Rodríguez<sup>102</sup> (civil); Elías Jaua (civil); e Erika Farías (civil). Como suplentes, tínhamos María Cristina Iglesias (civil); Diosdado Cabello (ex-militar); Héctor Navarro (civil); Freddy Bernal (ex-militar); Luis Reyes Reyes (ex-militar); Jacqueline Farías (civil); Rafael Ramírez (civil); Willian Lara (civil); Ramón Rodríguez Chacín (ex-militar); Rodrigo Cabezas (civil); Ana Elisa Osorio (civil); Darío Vivas (civil); Yelitza Santaella (civil); Tarek El Aissami (civil); e Alberto Müller Rojas (ex-militar). Como se pode ver, a Junta Diretiva era dominada por civis<sup>103</sup>, e não militares. Posteriormente, esta Junta Diretiva se transformou na Direção Nacional do Partido, mudando ao longo do tempo seus componentes sem contudo alterar a predominância de militantes de origem civil.

O próprio exercício de organizar um Congresso dessa dimensão, com tarefas eletivas e discussões programáticas, demonstrou-se um avanço, na medida em que exigiu uma mobilização centralizada de milhões de pessoas, uma novidade até então para o chavismo. Também nesse período, em uma escala menor, havia ocorrido a fundação da Juventude do PSUV, em 13 de Setembro de 2008. Apesar desses avanços, como veremos, o partido seria posto à prova nos meses seguintes.

O primeiro teste do recém-organizado PSUV foram as eleições regionais e locais, realizadas já em 2008, durante o dia 23 de Novembro. Ainda que ela tenha sido marcada pela intervenção repetida do Conselho Nacional Eleitoral e da Controladoria Geral da República com o apoio tácito de Hugo Chávez para favorecer os candidatos da *Alianza Patriótica*<sup>104</sup>, inabilitando mais de 400 candidatos opositores, os resultados não foram particularmente positivos (MAYA, 2009, p. 346-347). Com uma taxa de participação de 65%, a base de governo (sobretudo, PSUV) obteve 5 milhões e 700 mil votos no total, pouco mais do que o número de aspirantes a militantes do Partido em 2007. Margarita López Maya chama atenção ao fato de que o desempenho eleitoral havia sido extremamente similar ao obtido pelo chavismo nas eleições de 2000, em uma conjuntura muito diversa:

O resultado das eleições regionais e locais de 2008 exprimiu a irreduzível polarização da sociedade venezuelana. Apesar de uma campanha agressiva de Chávez [...] o desfecho foi quase idêntico ao do ano de 200, quando em eleições regionais e locais razoavelmente normais (anteriores ao golpe de Estado, da paralisação do setor petrolífero e das denúncias de fraude da

<sup>102</sup> Não confundir com o Vice-Almirante Héctor Rodríguez Pérez.

<sup>103</sup> Os quais por vezes tinham ligações familiares com militares venezuelanos, como é o caso de Adán Chávez e Tarek el Aissami (este um filho de militar envolvido no 4-F), ainda que fossem minoritários entre os componentes civis.

<sup>104</sup> Aliança integrada pelas organizações PSUV, PPT, PCV, MEP, UPV, *Gente Emergente* e IPCN.

oposição), enfrentaram-se abertamente as bases de ambos os lados políticos. Nessa contenda, a aliança bolivariana em 17 unidades federais, enquanto a oposição obteve 5. Embora os estados nos quais os chavistas venceram naquelas e nestas eleições, a relação de 17 para 5 foi mantida (MAYA, 2007, p. 348).

Maya chama também atenção ao fato de que o sentido histórico desse momento, contudo, era bem diverso, tendo em vista os sete milhões de votos recebidos por Chávez anos antes, em 2006. Além disso, as dissidências chavistas haviam recebido mais de 450 mil votos, diferença substancial que fez diferença para decidir cargos (MAYA, 2009, p. 349). Nesse sentido, o PSUV se mostrava relativamente fragilizado para mobilizar a base chavista, com a autoridade do presidente se sobressaindo ao partido, de modo pouco surpreendente.

Ainda contrapondo o capital político do Presidente *versus* o do PSUV, um exemplo claro foi o Referendo Constitucional, de 2009. Logo após as eleições de 2008, no dia 1 de Dezembro, Chávez convocou novamente um novo referendo que retomava emendas rejeitadas em 2007, retirando os limites à eleição do presidente. Após propostas do PPT, as emendas propostas passaram a contemplar o fim de limites à reeleição a todos os cargos eletivos. O referendo, ocorrido em 15 de Fevereiro, foi sensivelmente mais positivo ao governo que o teste de 2008 do PSUV: com 80% de participação popular, a proposta favorável à emenda (e ao governo) foi aprovada com cerca de 55% dos votos, mais de 6 milhões e 300 mil, indicando uma maior capacidade de mobilização quando a questão envolvia centralmente a pessoa de Chávez.

Apesar do revés de 2008, contudo, o PSUV seguia se estruturando, não sendo relegado a escanteio em razão desse resultado pouco positivo. Um marco nesse sentido foi o Primeiro Congresso Extraordinário, convocado para 21 de Novembro de 2009 e finalizado somente no dia 24 de Novembro de 2010. Esse Congresso mobilizou as bases do PSUV e elegeu quase 800 delegados municipais para participar do evento, participando mais de 2 milhões de militantes do processo eleitoral (WOODS, 2009).

O evento ocorreu em Caracas, e se iniciou com um discurso muito mais radicalizado do que o normal por parte de Hugo Chávez. Brandindo um exemplar de *O Estado e a Revolução*, de Lênin, o líder do PSUV declarou que era necessário destruir as instituições do Estado burguês e construir um Estado Revolucionário de fato. Nesse sentido, Chávez apontou a necessidade de se capacitar militarmente as massas venezuelanas para a defesa do País, ecoando uma das propostas presidenciais derrotadas durante o plebiscito de 2007 (WOODS, 2009).



Os elementos mais importantes ocorridos durante esse Congresso foram a aprovação de uma série de documentos fundacionais, sistematizando de modo mais claro o funcionamento do partido enquanto instituição. Assim, foram frutos desse Congresso a Declaração de Princípios, as Bases Programáticas e os Estatutos partidários do PSUV.

Ler estes documentos nos permite vislumbrar algumas características do PSUV e compreender o seu horizonte ideológico. Assim, na Declaração de Princípios, o Partido se define como um partido da vanguarda da Revolução Bolivariana, a qual se propõe no documento ter consolidado o socialismo bolivariano já em 2030 (PSUV, 2010b, p. 3). Esse socialismo seria a aplicação por Chávez à realidade venezuelana dos socialismos já aplicados em outras experiências (PSUV, 2010b, p. 13), não se furtando o PSUV a reivindicar vários revolucionários socialistas à tradição à qual se filiaría o partido, como Trotsky, Antonio Gramsci, Mao e Lênin, misturados ao ideário da *árvore de três raízes* (PSUV, 2010b, p. 18). Todavia, o documento também reconhece a importância do cristianismo, da cosmovisão indígena africana, da teologia da libertação em termos muito próximos do que chama de socialismo científico para informar o norte ideológico da vida partidária (PSUV, 2010b, p. 18-19). Essa reivindicação da *árvore* se dá também nas Bases Programáticas do PSUV, mas ali são apenas as tradições de luta dos africanos e ameríndios que se fazem presentes enquanto inspiração do Socialismo Bolivariano - a teologia da libertação e o cristianismo não são reivindicados (PSUV, 2010a, p. 8-9). Como se pode ver, havia certa falta de consistência teórica no PSUV dessa altura, congregando em seus documentos tradições teóricas e mundivisões contraditórias entre si de modo pouco articulado, o que nos faz questionar se tal operação de unificação não teria o objetivo sobretudo de sinalizar abertura a determinadas identidades da população venezuelana, seja enquanto pertencentes à comunidade nacional ou a grupos étnico-religiosos. Essa relativa conflituosidade se refletia no pensamento apresentado pelo PSUV nas relações entre o Partido e o Estado

Não estava ausente do horizonte partidário do PSUV a questão propriamente *militar* que a Revolução Bolivariana enfrentou e enfrentava àquela altura. Nesse sentido, os dois documentos que citamos fazem referência à necessidade de defesa do processo revolucionário e da Venezuela. Por exemplo, logo ao início das Bases Programáticas lemos: “A Revolução Bolivariana não é uma revolução desarmada, e se propõe à defesa da Pátria, do povo e da revolução mediante a *participação de todo o povo* na defesa da segurança,

integridade e da soberania nacional e popular” (PSUV, 2010a, p. 2, grifo nosso)<sup>105</sup>. O PSUV é apresentado ainda como a vanguarda organizada desse povo, a qual deve buscar “[...] obter uma acumulação e correlação de forças superior ao inimigo nos terrenos [...] *político* [...] e *militar*, entre outros, que permitam à derrota definitiva de nossos inimigos de classe e a construção do socialismo” (PSUV, 2010a, p. 3, grifo nosso)<sup>106</sup>. Em sentido similar temos a Declaração de Princípios asseverando que o PSUV “[...] nasce com a convicção de que enfrenta uma constante ameaça militar dos inimigos internos e externos da Revolução, razão pela qual assume em todos os planos a responsabilidade de defender a pátria, enfrentar e vencer o imperialismo” (PSUV, 2010b, p. 15)<sup>107</sup> e que o “[...] Partido nasce para defender a Pátria [...]” (PSUV, 2010b, p. 21)<sup>108</sup>. Ainda, no Estatuto do PSUV, temos como o primeiro dever do militante partidário a tarefa de defender a Pátria, a Revolução e seu líder e o PSUV (PSUV, 2010c). Por fim, nos estatutos da Juventude do PSUV, um dos deveres da militância é a participação dos jovens nas milícias populares - instrumentos ainda não criados de modo oficial à altura do regulamento (PSUV, 2008).

A linguagem sobre a questão militar e o papel do Partido nela aqui é distinta da tradição política liberal e ecoa diálogos com os debates que apresentamos sobre a questão militar dentro da tradição socialista - o partido se arroga tarefas de defesa tanto nacional quanto dos processos políticos em curso.

Por outro lado, é incrivelmente tímida a discussão sobre a relação que o PSUV deve ter com relação ao Estado e com as instituições militares estatais. Longe da concepção de que o Partido deve ser o diretor do Estado ou que se deve buscar o fim do Estado como horizonte socialista, não percebemos tais preocupações com clareza<sup>109</sup>. Existem menções nos documentos fundacionais, por exemplo, a um Estado socialista<sup>110</sup> a substituir o velho Estado burguês (PSUV, 2010a, p. 14; 2010b, p. 15-16).

<sup>105</sup> No original: *La Revolución Bolivariana no es una revolución desarmada, se plantea la defensa de la Patria, del pueblo y de la revolución mediante la participación de todo el pueblo en la defensa de la seguridad, la integridad y la soberanía nacional y popular.*

<sup>106</sup> No original: *[...] lograr una acumulación y correlación de fuerzas superior al enemigo en los terrenos [...], político [...] y militar; entre otros, que permitan la derrota definitiva de nuestros enemigos de clase y la construcción del socialismo.*

<sup>107</sup> No original: *[...] nace con la convicción de que afronta una constante amenaza militar de los enemigos internos y externos de la Revolución, razón por la cual asume en todos los planos la responsabilidad de defender a la patria, enfrentar y vencer el imperialismo.*

<sup>108</sup> No original: *[...] Partido nace para defender a la Patria [...].*

<sup>109</sup> Necessário lembrar que não há na Constituição venezuelana até os dias atuais qualquer menção a um papel de direção política clara do Estado pelo PSUV.

<sup>110</sup> Por vezes, Estado socialista e comunal, com a comuna como unidade básica à qual a propriedade estatal deveria paulatinamente ser transferida em um processo de transição socialista (PSUV, 2010a, p. 14; 21).

Todavia, também encontramos nos documentos uma defesa da soberania do Estado-Nação periférico (e portanto, do Estado venezuelano). Por exemplo, ao descrever um processo de aprofundamento da dissolução de vínculos comunitários em prol de um consumismo e individualismo exacerbados cujo fundo seria uma racionalidade centrada na vida econômica (processo que em muitos casos seria descrito como de aprofundamento da modernização social), o Estado-nação periférico e sua soberania são apresentados como um baluarte de resistência não só em face do avanço de um Estado imperialista, os Estados Unidos (o qual, se presume, seria beneficiário destes mesmos processos de modernização), mas também de organizações supranacionais, vistas como mera replicadoras do imperialismo estadunidense e como fomentadoras dos processos antes descritos (PSUV, 2010b, p. 9-10). Nesse sentido, podemos concluir que a soberania do Estado venezuelano, ainda que não dirigida pelo PSUV de modo claro, é vista como um entrave a um processo de atomização deletério e benéfico ao imperialismo.

Essa dubiedade da relação do PSUV com o Estado se replica, até com maior intensidade, com as instituições propriamente militares. Assim, por exemplo, se fala na Declaração de Princípios que a união cívico-militar, um velho lema bolivariano, é uma das características fundamentais do socialismo bolivariano, e nada mais (PSUV, 2010b, p. 19). Na mesma sintonia, se define nos Estatutos que a união cívico-militar é um dos princípios centrais ao PSUV para garantir a soberania nacional e a defesa nacional e popular, mas não se busca regular de algum modo a participação do Partido dentro das Forças Armadas ou de que modo tais instituições, vistas ambas como componentes do processo revolucionário pelos bolivarianos, deveriam se relacionar (PSUV, 2010c). Na Base Programática, essa questão é praticamente ausente.

Como se pode perceber, a questão militar recebeu algum tratamento por parte do PSUV durante o Congresso Extraordinário de 2009-2010. Todavia, este foi sensivelmente diverso do que aconteceu durante o caso cubano, sobretudo no pós-1970. Era esperado que o Partido se tornasse uma instituição envolvida na defesa propriamente militar do processo, mas não que ele se tornasse o diretor das Forças Armadas.

De qualquer modo, parecia que o PSUV se tornava um mecanismo de pressão relevante para aprofundar a *comunalização* do Estado e sociedade venezuelanos. A presença do horizonte de substituição do Estado vigente é uma constante nos documentos, evidentemente refletindo uma pressão das várias bases que compunham o Partido. Parte dessas reivindicações e pressões se concretizaram e deram espaço à organização de espaços comunais dentro da Revolução Bolivariana ao longo dos anos antes e após o Congresso, os

quais contudo passaram a ser paulatinamente aparelhado como ramos da administração do Executivo (CARUSO, 2017, p. 235-244)<sup>111</sup>.

No dia 7 de Outubro de 2012, o PSUV passou por um novo teste da sua estrutura partidária. As eleições presidenciais ocorreram e Chávez, apesar de já estar combalido por um câncer que em breve ceifaria sua vida, saiu vencedor com alguma folga. Com uma participação de 80%, o antigo militar recebeu cerca de 55% dos votos, ou oito milhões. O PSUV, contudo, seguia patinando. Nas eleições regionais de Dezembro de 2012, o partido até obteve um percentual maior que o presidente, cerca de 56% dos votos, mas com um total absoluto muito inferior, menos de 5 milhões de votos, e com uma participação muito menor, de pouco mais de 50%. O PSUV basicamente não conseguia mobilizar seus próprios militantes quando o assunto transcendia a pessoa de Chávez.

#### **4.1.7. O PSUV durante o início do governo Maduro.**

Logo após a morte de Chávez, em Março de 2013, foram convocadas novas eleições presidenciais, tal qual previsto na Constituição venezuelana. A eleição foi o primeiro teste do partido sem a chancela do ex-presidente, e os resultados foram pouco animadores.

Com a vacância da presidência, houve algum questionamento sobre a legitimidade de Maduro ser o presidente venezuelano. A questão é que a Constituição previa que deveria ser o Presidente da Assembleia (à altura, Diosdado Cabello) quem assumiria o cargo, e não o Vice-Presidente. Após discussões nos tribunais venezuelanos, a situação se resolveu em favor de Maduro. É interessante notar que desde o final de 2011, Diosdado Cabello era o Vice-Presidente do PSUV, estando em segundo lugar na cadeia de comando do Partido, atrás apenas de Hugo Chávez. Contudo, o falecido presidente havia deixado claro que sua base deveria apoiar Maduro no caso de sua morte.

O resultado das eleições presidenciais, ocorridas em 14 de Abril, não foram um desastre completo para Maduro: cerca de 7 milhões e meio de venezuelanos votaram no novo candidato do PSUV, em uma disputa com participação de praticamente 80% do eleitorado. Todavia, a sua diferença percentual do candidato da oposição, Henrique Capriles, havia sido de menos de 1,5%, sendo uma eleição apertadíssima, com pouco mais de 200 mil votos de diferença entre os candidatos. Maduro fora eleito, mas com uma debilidade evidente. Seja como for, nessa eleição o PSUV havia sido capaz de mobilizar parcelas significativas do

---

<sup>111</sup> Para uma importante análise do processo de burocratização conduzido durante o governo Chávez e que atingiu, sobretudo, o movimento sindical venezuelano, ver (CARUSO, 2017, p. 340-430).

eleitorado venezuelano além de si próprio, especialmente quando comparado com as eleições legislativas de 2010, cujos votos absolutos chegaram a 5 milhões e 400 mil. O problema havia sido sua incapacidade de neutralizar a capacidade da oposição também nas presidenciais, como ocorrido nas legislativas de 2010, em que a diferença de votos absolutos da oposição para o bloco do governo havia sido de pouco mais de 100 mil votos.

Os anos iniciais do governo Maduro foram de alta instabilidade. A doença e posterior morte de Chávez havia criado um vácuo de poder que levou a fraturas entre o bloco de apoio do governismo na Venezuela<sup>112</sup>, processo intensificado pelo acirramento da crise econômica que a Venezuela enfrentou desde finais de 2013 e durante o ano de 2014, com a queda dos preços do petróleo. Um dos estopins políticos centrais neste momento de transição foi a prisão em Fevereiro de 2014 de Leopoldo López, líder do movimento direitista *La Salida*, o qual pretendia encontrar uma saída fora da Revolução Bolivariana ao governo de Maduro. Essa situação levou a intensos protestos de rua liderados pela oposição venezuelana (sobretudo a ligada a grupos de direita, mas não somente), a qual pautava em seus atos a degeneração da situação econômica e o aumento da violência urbana no país. Diante desse cenário, o PSUV organizou um novo Congresso, introduzindo algumas mudanças ao partido.

O Terceiro Congresso do PSUV, ou I Congresso Ordinário, foi realizado entre os dias 26 e 31 de Julho de 2014, em Caracas. Além de revisar elementos do programa partidário, o Partido elegeu Nicolás Maduro como presidente da organização, com Diosdado Cabello permanecendo como Vice-Presidente.

A principal inovação do PSUV em razão deste Congresso e para a conjuntura venezuelana foi a organização das *Unidades de Batalla Bolívar-Chávez* (UBCH), as quais se tornaram a unidade eleitoral básica para o evento partidário. Foi dividido o território nacional em 54 “Zonas de Luta Popular” compostas por várias UBCH, e cada militante de UBCH pôde votar em 10 delegados em sua respectiva Zona, os quais representaram a área durante o Congresso. O número de delegados eleitos pela base foi, assim, de cerca de 540, com mais 265 membros natos (compostos por deputados, governadores e prefeitos) (CORREO DEL ORINOCO, 2014) - indicando assim uma tendência de burocratização do Partido.

Estas UBCH, todavia, não se tratavam de meras unidades administrativas para eleições partidárias, como o nome indicava. Durante o Congresso, foi criado o Decálogo das UBCH, o qual previa tarefas eleitorais, de auxílio comunitário e de desenvolvimento de tarefas de defesa nacional contra os inimigos da Pátria (PSUV, 2014). Já formadas

---

<sup>112</sup> O sintoma mais claro dessas fraturas dentro do PSUV foi a ruptura pública de Hector Navarro, membro da Direção Nacional do partido, com o governo de Maduro, em Junho de 2014.

previamente ao Congresso de 2014 (atingindo o número de mais de 13 mil UBCH), estas unidades participaram das contra-marchas e conflitos durante os ciclos de protestos deste ano, sendo acusadas por diversas vezes de envolvimento na morte de manifestantes da oposição, sendo impulsionadas sobretudo por Diosdado Cabello como mecanismo de enfrentamento político, segundo o portal de notícias argentino Infobae (INFOBAE, 2014). Ademais, estas unidades teriam uma divisão organizativa em sete anéis, do quais o primeiro anel de mobilização seria composto sobretudo por militares. Seja como for, a institucionalização desta unidade de base indicava mais um aprofundamento no nível de participação militar e policial do PSUV.

Apesar destas tentativas de dar um caráter mais militante ao PSUV através do Terceiro Congresso, o partido não obteve um desempenho satisfatório durante as eleições legislativas de 2015. Se tratou da primeira grande derrota do bolivarianismo no campo eleitoral desde que ascendeu ao poder, com a vitória de Chávez. Com uma participação de cerca de 75% da população, o bloco do governo, o *Gran Polo Patriótico*, com o PSUV à frente, recebeu pouco mais de 5 milhões e meio de votos, ou quase 41%. Em relação às eleições legislativas de 2010, é possível afirmar que houve um leve aumento de votos. Já a oposição, contudo, fora muito mais exitosa: a *Mesa de la Unidad Democrática* recebeu mais de 7 milhões e 700 mil votos, ou cerca de 56% dos votos. Contudo, pela legislação venezuelana, a distribuição de assentos na Assembleia não era proporcional ao percentual de votos: a oposição obteve 112 dos 167 cargos, enquanto o bloco liderado pelo PSUV obteve apenas 55. Era um desastre completo.

#### **4.1.8. Um breve balanço sobre o PSUV nos anos mais recentes do governo Maduro.**

Maduro optou por lidar com a situação por fora da estrutura partidária, de modo central. Consciente de que a sua posição seria extremamente frágil na Assembleia a ser composta, às vésperas do início da nova legislatura o PSUV e o bloco de apoio ao governo optaram por indicar uma série de magistrados ao *Tribunal Supremo de Justicia* venezuelano, principal órgão judiciário do país. Com a medida, um Judiciário extremamente alinhado ao Executivo conseguiu obstar o funcionamento da Assembleia oposicionista a partir da legislatura que deveria iniciar em 2016, ao alegar em sede de julgamento de petição impetrada por Héctor Rodríguez (membro da Direção do PSUV) que ao juramentar três deputados da unidade federativa do Amazonas em situação irregular o órgão estava em situação ilegítima, por desacatar as orientações do Judiciário, sendo nulos os atos legislativos

da Assembleia a partir de 11 de Janeiro de 2016. Repetidos recursos judiciais ao *Tribunal Supremo* por parte dos deputados do PSUV efetivamente inviabilizaram a legislatura oposicionista. Assim, ainda que o PSUV atuasse, se referia basicamente ao Judiciário venezuelano para que sanasse o imbróglio em que Maduro se encontrava.

Esse cenário se repetiu de modo exaustivo até que, no dia 9 de Janeiro de 2017, em sessão ordinária e sob nova presidência, a Assembleia removeu os três deputados de Amazonas de seus cargos. Não foi o suficiente: o órgão judiciário argumentou que quem deveria ter removido os deputados irregulares deveria ter sido Ramos Allup, presidente anterior da Assembleia. Ato contínuo, em 27 de Março de 2017, o órgão judiciário máximo da Venezuela cedeu os poderes legislativos ao Presidente Maduro, o qual convocou uma Assembleia Nacional Constituinte em 2017, com eleições aos cargos constituintes em 30 de Julho daquele ano.

De modo pouco surpreendente, todos os assentos foram ocupados pelo *Gran Polo Patriótico*. Todavia, a relevância do PSUV no processo foi relativamente baixa - baixa o suficiente para que a Presidência da Assembleia Constituinte fosse ocupada por Delcy Rodríguez, uma militante que não pertencia à Direção Nacional do partido (ainda que seja irmã de um dos diretores, Jorge Rodríguez). Delcy Rodríguez foi pouco depois responsável por fundar o *Movimiento Somos Venezuela*, uma legenda menor, presidindo a Constituinte de 2017 enquanto Secretária-Geral do *Somos Venezuela*, sob a chancela do próprio Maduro, e retirando assim do PSUV uma posição de poder até o fim do seu mandato, em 14 de Junho de 2018, sendo substituída na Presidência da Constituinte por Diosdado Cabello (PSUV).

Apesar da ascensão de Rodríguez poder ter simbolizado uma fricção interna ao PSUV (sendo o apoio de Maduro à líder do *Somos Venezuela* um indício de que ele próprio precisava disputar o poder com correntes internas<sup>113</sup>), o fato é que o presidente nacional foi novamente escolhido candidato pelo PSUV às eleições presidenciais de 2018, ganhando com folga em uma eleição marcada por altíssima abstenção (cerca de 55% dos eleitores habilitados não participaram do pleito) e com um número de votos absolutos menor do que na eleição de 2013, com 6 milhões e 250 mil votos.

A atividade da Constituinte, aliás, foi centralmente a de uma Assembleia comum. Dissolvida no dia 31 de Dezembro de 2020, ela não chegou nunca a sequer apresentar algum projeto de nova Constituição para a Venezuela, não sendo o PSUV capaz de (ou utilizado

---

<sup>113</sup> Essa foi a opinião dada em 2017 em entrevista a Carmen Sesin por Gabriela Ramírez, antiga apoiadora de Hugo Chávez e ex-conselheira do *Tribunal Supremo*, mas dissidente do governo Maduro (SESIN, 2017).

para) aproveitar o espaço de uma possibilidade em aberto para aprofundar o processo político iniciado com Hugo Chávez.

Em parte, podemos aventar que um dos motivos da dissolução da Assembleia Constituinte foi a realização de novas eleições legislativas na Venezuela, em 6 de Dezembro de 2020. Com boa parte da oposição se negando a participar novamente, os resultados foram uma predominância absoluta do PSUV, com praticamente 70% dos votos. Contudo, o PSUV dava novas provas de debilidades mobilizadoras: apenas 30% da população venezuelana votante compareceu às urnas, com o *Gran Pólo Patriótico* recebendo apenas 4 milhões e trezentos mil votos (um número muito inferior à quantidade de militantes que o PSUV alegou ter ainda em meados da década de 2000).

Ainda que seja possível considerar o fator pandêmico como elemento que afastou a população das urnas (ainda que não tenha sido atuante para impedir passeatas e comícios eleitorais, cabe apontar), se tratou de uma clara debilidade do partido enquanto força mobilizadora. Além disso, durante as eleições regionais de 2021, realizadas em 21 de Novembro de 2021 (ou seja, em um momento de arrefecimento da pandemia mundialmente), os resultados não foram muito diferentes: apenas 42% da população habilitada compareceu às urnas, com os candidatos do *Gran Polo Patriótico* recebendo apenas 3 milhões e 600 mil votos no total - muito menos que os 5 milhões e 800 mil durante as eleições regionais de 2017 e, novamente, um número inferior à quantidade de militantes que se alegou filiados ao PSUV.

Desde 2014, o PSUV realizou dois Congressos, um em 2018 (IV Congresso) e outro em 2022 (V Congresso). O IV Congresso do Partido se iniciou em 28 de Julho de 2018, com várias plenárias e reuniões, tendo atingido seu fim apenas em 2019, ratificando a permanência de Maduro na presidência do Partido. A duração extensa se justificou em razão da avaliação generalizada de que a Venezuela e a Revolução Bolivariana estava em guerra, sendo comuns durante a realização deste congresso a apresentação de medidas de combate aos inimigos do processo bolivariano<sup>114</sup>. Contudo, conforme o próprio PSUV aponta<sup>115</sup>, uma das principais mudanças foi a criação das *Redes de Articulación y Acción Socio Política* (RAAS), as quais buscaram ampliar as UBCH fornecendo-lhes uma estrutura de informação

---

<sup>114</sup> Por exemplo, o grupo de delegados de Mérida-Táchira sugeriu como forma de combater a “guerra econômica” a criação de cadastros sobre os “produtores” favoráveis e contrários ao governo para controlar politicamente o envio de recursos governamentais, além da redução da discricionariedade permitida a funcionários de órgãos de segurança e Forças Armadas na fiscalização de circulação de produtos e abastecimento em geral, discricionariedade que levaria ao pagamento de subornos e aumento da especulação inflacionária (PSUV, 2018).

<sup>115</sup> Ver, nesse sentido, o Boletim do PSUV convocando ao V Congresso em 2022 (PSUV, 2022, p. 3).



de base contra os inimigos percebidos do governo - a qual têm sido alvo de críticas não só da oposição de direita, mas também de militantes de esquerda e apoiadores do bolivarianismo, os quais por exemplo apontam que esta estrutura têm sido utilizada para suprimir conflitos nos espaços escolares e manifestações da população pobre (ÁVILA, 2020; SILVA, 2019). Também durante este Congresso foram estabelecidos mecanismos de seleção dos candidatos às eleições de 2021 para os cargos de governador<sup>116</sup>.

O V Congresso, realizado no início de 2022, foi marcado sobretudo pela aprovação do Código de Ética de Responsabilidade e Disciplina Revolucionária (PSUV, 2022). O Código estabelece não só regras de conduta, mas esclarece deveres e direitos internos dos militantes, requisitos para pleitear cargos públicos, processos disciplinares internos e como se deve dar o relacionamento entre instâncias partidárias e instituições estatais nos casos de eventuais possibilidades de sanções penais. Trata-se de um instrumento poderoso de regramento da militância do PSUV, mas uma coisa nos chama atenção: o documento estabelece a cooperação entre o Ministério Público venezuelano e o Tribunal Disciplinar do PSUV no caso de crimes, mas não esclarece se o mesmo Tribunal deve atuar junto à jurisdição militar - o Ministério Público na Venezuela não tem legitimidade ativa para denunciar crimes militares, cabendo tal faculdade à *Fiscalía General*. Arriscamos dizer que isso se deve a uma percepção de que delitos militares não devem pertencer à alçada do PSUV, mas trata-se de mera conjectura, a se verificar por estudos posteriores.

O PSUV é sem dúvida a principal organização política a reivindicar o bolivarianismo nos termos do que foi elaborado pelos grupos guerrilheiros venezuelanos da década de 1970 (em especial o PRV), dos núcleos conspiratórios militares entre meados da década de 1970 e 1992 e dos círculos bolivarianos que se organizaram em torno do MBR-200, quando este transitou do seu caráter predominantemente militar a uma organização de massas. Apesar de se pretender a vanguarda do processo político da Revolução Bolivariana na Venezuela, estabelecendo como meta a instauração de um Estado e sociedade socialista e comunal, o PSUV têm demonstrado incapacidade de condução neste processo ao não conseguir unificar os vários setores da sociedade venezuelana para tal tarefa - de fato, como vimos, nem mesmo a sua militância encontra-se disposta a implementar sempre as posições tiradas pela Direção Nacional (o que é relativamente compreensível, tendo em vista os casos de desrespeito ao

---

<sup>116</sup> Tais mecanismos não foram sistematicamente respeitados contudo: um exemplo gravíssimo foi disputa violenta entre membros da família Chávez quanto à candidatura pelo PSUV pelo Estado de Barinas em 2021, envolvendo espancamentos e disparos entre os partidários de Hugo Chávez Terán e Argenis Chávez, respectivamente sobrinho e irmão de Hugo Chávez (MONITOREAMOS, 2021).

centralismo democrático que ocorrem por parte de líderes do PSUV<sup>117</sup>). Mesmo a condução do Estado é uma tarefa dubiamente realizada pelo partido, aparentando que muitas vezes é o PSUV que se coloca a reboque de frações que dominam o Estado ou em funções paraestatais. Esse é o caso das tarefas de defesa nacional, as quais ainda que o PSUV pretenda coordenar enquanto partido de vanguarda são muitas vezes meramente delegadas aos militantes do Partido sem uma contrapartida diretiva ostensiva nas Forças Armadas<sup>118</sup>. Nossa impressão ao fim deste estudo do longo trajeto que levou ao processo da Revolução Bolivariana é que o PSUV se tornou hoje uma organização engessada em relação aos movimentos de massas que o bolivarianismo venezuelano buscou criar e, efetivamente, criou em determinados momentos históricos, partido que atende basicamente às necessidades de legitimação do governo Maduro em face de uma parcela da população venezuelana.

Seguiremos agora ao estudo das Forças Armadas na Venezuela.

## **4.2. As Forças Armadas na Venezuela.**

### **4.2.1. A conformação caudilhista das Forças Armadas venezuelanas no pós-independência.**

As origens das Forças Armadas venezuelanas estão ligadas, de modo nada surpreendente, com as lutas de independência da Venezuela em face do domínio colonial espanhol. Esse processo, contudo, no caso venezuelano, passou por uma série de avanços e retrocessos que pouparemos o leitor pelo escasso interesse ao objeto de estudo aqui proposto. Basta que se entenda que se tratou de um processo tumultuado e que, ao fim e ao cabo, conformou-se uma força armada marcada pelo predomínio das oligarquias *criollas* locais e seus *caudillos* acompanhados por tropas nem sempre regulares de milicianos leais à sua personalidade, reforçada quando necessário por mercenário profissionais, em detrimento das forças unitárias com um projeto de conformar um Exército central, cobiçosas de uma

---

<sup>117</sup> Um caso recente foi a tentativa do Vice-Presidente do PSUV de impor candidatos próprios sobre as decisões do Partido em meio às eleições regionais de 2021, alegando que ganhar as rodadas primárias não significava que o vencedor será candidato (ROJAS, 2021).

<sup>118</sup> Uma indicação disso é que, distintamente do caso cubano, até 2022 nenhum dos Ministros da Defesa durante as presidências de Chávez ou Maduro tinha sido sequer membro da Direção Nacional do PSUV. A bem da verdade, a única relativa exceção foi a ex-Ministra da Defesa, Carmén Meléndez, eleita à Direção Nacional em Junho de 2022, e de qualquer modo muito após a sua passagem pelo cargo do Executivo, entre 2013 e 2014. Ainda pensando em paralelos com o caso cubano, o único Ministro da Defesa que teve alguma participação relevante em organizações bolivarianas foi Raúl Baduel, Ministro entre 2006 e 2007 e um dos fundadores do MBR-200 que, contudo, passou à oposição ao chavismo antes mesmo da fundação do PSUV - a questão de Baduel será tratada com mais atenção adiante.

interferência direta na política. É esta a posição de dois autores que partem de bases teóricas e ideológicas bem diferentes entre si: o general Alberto Müller Rojas (já citado membro do PSUV e apoiador da Revolução Bolivariana) e o historiador Domingo Irwin (também já citado crítico do processo bolivariano), em artigo conjunto com Ingrid Micett. Assim caracteriza Rojas as Forças Armadas do imediato pós independência:

Dentro de um regime que [...] era produto da balança de poder entre caudilhos regionais e locais, onde o chefe de Estado era só o primeiro entre pares, a Força Armada se dissolveu em grupos armados controlados por líderes violentos que simultaneamente com o controle das armas adquiriram também o poder econômico e político nas localidades e regiões que conformava o país. As bases dessas forças, desde sempre irregulares, eram os "peões" das fazendas e pastos de uma sociedade agrária por excelência (ROJAS, 2003, p. 184).<sup>119</sup>

Já segundo Irwin, ainda que a República nascente da Venezuela seja liderada inicialmente por generais, são os fazendeiros *criollos* que garantem a defesa e a estabilidade republicana inicial da Venezuela, muitas vezes os quais sem qualquer mérito militar comprovado durante as guerras de independência.

Muito diferentemente do século XVIII, a defesa da jovem república descansava nos fiéis grupos civis, fossem milicianos ou não, que podiam ser armados e eram pessoalmente ligados, via seus chefes, ao caudilho nacional, o general em Chefe José Antonio Páez.

[...]

Também, quem foram respectivamente os Chefes Militares e Civis da Venezuela iniciais, durante a década de 1820, nos albores e na languidez da União Colombiana, os generais Carlos Soubllette e Páez, serão os presidentes constitucionais [da Venezuela] 1830-1846. Páez, assegurava a existência dessa república de proprietários ao contar com o apoio irrestrito da caudilhagem provincial. Don Carlos, o general administrador, que foi em determinadas ocasiões o secretário de guerra e marinha, procurando sempre consolidar um exército e marinha de guerra com uma orientação tão profissional quanto era possível naqueles tempos. Os oficiais militares de orientação profissional, careciam do interesse de ser protagonistas na política, além de que seu número era comparativamente muito limitado frente à caudilhagem. Os oficiais pretorianos

---

<sup>119</sup> No original: *Dentro de un régimen que [...] era producto de un balance de poder entre caudillos regionales y locales, donde el jefe de Estado era sólo el primero entre pares, la Fuerza Armada se disolvió en partidas armadas controladas por líderes violentos que simultáneamente con el control de las armas adquirieron también el poder económico y político en las localidades y regiones que conformaban el país. Las bases de esas fuerzas, desde luego irregulares, eran la "peonada" de las haciendas e hatos de una sociedad agraria por excelencia.*

careciam de possibilidades de poder ante a assustadora maioria e força potencial dos caudilhos provinciais (IRWIN&MICETT, 2011a).<sup>120</sup>

Este fenômeno, cabe salientar, era comum na América Latina de modo geral nos processos de independência, com raras exceções (tal qual Cuba, cujo processo foi surpreendentemente tardio). O que diferenciou a Venezuela em relação às outras independências com relação a suas Forças Armadas, contudo, é que tal conformação dos militares não perdurou no tempo. Em razão da Guerra Federal (1859-1863), o exército *criollo* de *caudillos* oligárquicos foi desbaratado no conflito com o *bando liberal* liderado pelo general Ezequiel Zamora (ROJAS, 2003, p. 186). O exército de Zamora tinha uma composição basicamente de camponeses, utilizada para compor as novas Forças Armadas Venezuelanas a partir daí, alterando a base da composição social (MARINGONI, 2004, p. 132).

Ainda outro conflito é de relevância para entender a conformação das Forças Armadas venezuelanas antes do século XX. Entre 1899 e 1900, o General Cipriano Castro teria conduzido mais um conflito que basicamente opunha si próprio e uma fração do Exército venezuelano aos interesses das oligarquias regionais da região dos Andes e do centro do país, ao elite caraquenha, conhecido como *Guerra Restauradora*. Contando com o apoio do rebotalho de Táchira, Castro consegue conformar um exército próprio forte o suficiente para, utilizando a guerra irregular, conquistar Caracas e deslocar a elite da capital do seu poder. Rojas chega a sugerir que o antagonismo e desconfiança histórica entre militares e civis dentro das áreas centrais da Venezuela e a boa parte da oligarquia regional venezuelana se devia basicamente à ruptura da formação da base social militar venezuelana, oriunda da Guerra Federal (ROJAS, 2003, p. 186). Como forma de consolidar seu poder, Castro passa então a perseguir os exércitos locais de pequenos caudilhos, submetendo-os ou eliminando-os

---

<sup>120</sup> No original: *Muy a diferencia del siglo XVIII, la defensa de la novel república descansaba en los fieles grupos civiles, fueran milicianos o no, que podían ser armados y eran personalmente adictas, vía sus jefes naturales, al caudillo nacional, general en Jefe José Antonio Páez.*

[...]

*También, quienes fueron respectivamente los iniciales e institucionales Jefes Civiles y Militares de Venezuela, durante la década de 1820, en los albores y languidez de la Unión Colombiana, generales Carlos Soublette y Páez, serán los presidentes constitucionales 1830-1846. Páez, aseguraba la existencia de esa república de propietarios al contar con el apoyo irrestricto del caudillaje provincial. Don Carlos, el general administrador, quien fue en ocasiones secretario de guerra y marina, procurando siempre consolidar un ejército y marina de guerra con una oficialidad de orientación tan profesional como fuera posible en aquellos tiempos. Los oficiales militares de orientación profesional, carecían de interés protagónico en lo político, amén de que su número era comparativamente frente al caudillaje muy limitado. Los oficiales pretorianos carecían de posibilidades de poder ante la abrumadora mayoría y fuerza potencial de los caudillos provinciales.*

do cenário político local e impondo sua autoridade ao longo de três anos de escaramuças. Estas quais atingiram seu grau mais alto no movimento da *revolución libertadora* de 1901-1903<sup>121</sup>, na qual o banqueiro Manuel Antonio Matos, ligado aos interesses petrolíferos na região e temeroso de arroubos nacionalistas por Castro, tentou em aliança com os caudilhos deslocados do poder tomar para si o Estado, sem sucesso.

Existem indícios históricos do esforço de Castro em institucionalizar as Forças Armadas que o ajudaram a subir ao poder. No dia 5 de Julho de 1903, ele decretou a criação da *Escuela Militar de Venezuela* (mais tarde *Academia*), que disporia de cursos de Artilharia, Cavalaria e Infantaria, além de estudos de Engenharia Militar e Aplicação da Ciência da Guerra. Buscava-se também localizar na unidade educacional as bases da formação dos futuros Estados-Maiores. Ainda que houvesse tentativas pretéritas de criar uma instituição e planificação acadêmica para o estudo e formação do oficialato venezuelano, a verdade é que tal processo foi muito sinuoso e nunca sistematizado até tal data - em vários casos, funcionando a instituição em espaços cedidos por outras instituições educacionais, em situação bem precária (GIANTOMASI, 2019, p. 31-33). Ao centralizar em um só ambiente a educação formal das Forças Armadas, Castro garantiu uma menor dispersão formativa e diminuiu sua porosidade à influência das elites regionais. Também em 1905 o presidente Castro estabeleceu a *Diques y Astilleros Nacionales Compañía Anónima*, empresa de estaleiros que buscava fornecer material e reparar navios da Marinha mercantil e militar venezuelana.

Apesar desse esforço, contudo, Castro não deixou de possuir forças que Rojas chama de *parapoliciais*, que funcionaram como guarda-costas pessoais seus e de seus aliados regionais independentes das Forças Armadas. Este conjunto de tropas ficou conhecido como *La Sagrada*, porque estas dificilmente eram responsabilizadas pelos seus atos (daí sendo chamadas de “sagradas”, no sentido de não atingíveis por meios humanos) e não se submetiam a nenhum estatuto, nem em seu trato com civis nem com as outras forças armadas profissionais e regulares (ROJAS, 2003, p. 191).

Seja como for, mesmo com a deposição de Castro e a ascensão do também militar general Juan Vicente Gómez em 1908, um presidente muito mais simpático aos interesses petrolíferos do que Castro (o seu chanceler durante quase dois anos foi ninguém menos do que Manuel Antonio Matos), os caudilhos não voltaram a possuir a mesma capacidade militar

---

<sup>121</sup> Motivo pelo qual Micett e Irwin ampliam a Guerra Restauradora até 1903 (IRWIN&MICETT, 2011a).

e política do século anterior. Estava assente assim a base mais sólida sobre a qual as Forças Armadas venezuelanas, agora efetivamente nacionalizadas, se desenvolveram.

#### 4.2.2. As transformações da primeira metade do século XX.

O período da ditadura *de facto* do general Gómez foi amplo e caracterizado pela efetiva inserção da Venezuela na economia mundial como um país extrativista de petróleo, indo de 1908 até 1935, com sua morte. No plano político, ele efetivamente pôs fim ao ciclo de guerras civis que o país enfrentou durante o século XIX. No plano militar, o país passou por algumas inovações, como a criação da Inspeção Geral do Exército, a qual se por um lado combateu as práticas de corrupção na caserna venezuelana - como por exemplo através da eliminação do “soldado fantasma”, figura criada por oficiais cobiçosos de recebimento de recursos -, por outro aumentou o controle do governo sobre a caserna. De modo geral, Irwin e Micett avaliam que a ditadura de Gómez forneceu certa racionalidade à administração e *ampliou* a fusão entre elites civis e militares venezuelana.

Gómez, nesse sentido, também se esforçou por enquadrar as antigas tropas de *La Sagrada*. Leais à ordem ainda de Castro, aos poucos o general conseguiu estabelecer algum tipo de ordem entre essa força, buscando uniformizá-la, equipá-la com armamentos padronizados, concentrá-las em quartéis e submetê-la a tarefas que eram basicamente repressivas - fazendo com que, aliás, as tarefas policiais saíssem das mãos do Exército e da Marinha. Essa competição pelas atenções do Estado e pelos objetivos repressivos (que traziam consigo investimentos) motivaram, de modo nada surpreendente, o desagrado das Forças Armadas.

Todavia, foi necessário chegar até 1937, após a morte de Gómez, para que então ocorresse a fundação da *Guardia Nacional Bolivariana*, unificando boa parte dos grupos do antigo corpo de semi-policiais sob uma estrutura de mando que era submetida às Forças Armadas, delimitando funções e evitando competição. Essa integração, importante pontuar, colocava a *Guardia Nacional* sob tutela do Exército. Segundo afirma Rojas, desagradava os militares de carreira o fato de que a *Guardia Nacional* se percebesse como uma tropa leal ao governo da vez, e não ao Estado. Por sua vez, ao General Eleazar Lopes Contreras, então presidente, uma tropa que não se percebia como leal ao Estado era um problema. Desse modo, a criação da *Guardia Nacional* foi uma solução agradável a todos naquela situação, mas a situação daquela tropa armada em competição com os militares não seria totalmente resolvida com esta medida (ROJAS, 2003, p. 191-193).

Em 1946, ocorreu a fundação da Força Aérea Venezuelana. Essa formação não foi feita do zero: como era comum após a Primeira Guerra Mundial, os vários ramos das Forças Armadas receberam um apêndice chamado Aviação Militar. Em 1920, foi fundada a *Escuela de la Aviación Militar*, mas foi apenas a partir do término da Segunda Guerra Mundial que esse ramo ganhou autonomia em face dos serviços restantes.

Data desse ano também a criação do Ministério da Defesa venezuelano. Todavia, não se deve ver nisso alguma ruptura histórica de relevância: já anteriormente a tal fundação havia um Ministério da Guerra e Marinha, o qual era composto eventualmente por civis. Tratou-se, basicamente, de uma mudança de nomenclatura para simplificação, tendo em vista também a já referida fundação da Aeronáutica venezuelana.

Em 1952, iniciou-se a ditadura do General Marco Pérez Jiménez, através de um golpe de Estado, ditadura que duraria até o ano de 1958, como já vimos. Apesar de dirigida por um militar, contudo, a ditadura de Jiménez não trouxe profundas inovações às Forças Armadas da Venezuela. A principal mudança foi a consolidação da *Guardia Nacional* como força militar, exercendo um papel de contrapeso ao Exército, mas também foi marcada pela submissão dos aparatos policiais como um todo às Forças Armadas, na medida em que se criaram as Forças Armadas Policiais, integrando a *Guardia* a outras forças, lideradas por oficiais do Exército e submetidas tanto ao Ministério da Defesa quanto à coordenação do Estado-Maior. Tal situação se manteve durante todo o Pacto de *Punto Fijo* (ROJAS, 2003, p. 191).

Com o fim da ditadura de Pérez Jiménez e o início da ordem *puntofijista*, buscou-se submeter as Forças Armadas à tutela civil de forma acentuada. O fracasso da ditadura e o envolvimento de vários militares em escândalos os mais diversos de corrupção exigiu que os líderes dos principais partidos interviessem e buscassem pacificar a situação entre finais de 1957 e início de 1958, para garantir que as Forças Armadas não sofressem um desgaste político absurdo. Em contrapartida, é claro, impuseram fortes limites à atuação política de militares, além de mecanismos de controle institucional quanto à formação das carreiras. Ana Penido, Elio Colmenarez e Lucas Scaldaferrri os resumiram bem. Vejamos:

- 1) Imposição de um limite de tempo para a carreira militar de 30 anos. independentemente da patente alcançada, ao completar o tempo máximo, o militar iria compulsoriamente para a reserva.
- 2) O militar reformado mantinha todos os privilégios econômicos e sociais alcançados durante a carreira, mas perdia seus privilégios políticos e alguns de natureza militar, como a utilização do uniforme ou o ingresso em áreas de uso restrito.
- 3) A ascensão na carreira foi regulamentada e impediu-se a cristalização do Alto Comando, constantemente renovado. O oficial permanecia quatro anos em uma patente antes de obter o direito à promoção. Se isso não [ocorresse] no quarto

ano, poderia esperar mais dois anos, caso contrário, deveria pedir baixa voluntariamente. 4) A exceção do Ministério da Defesa e de algumas atividades correlatas na segurança e manutenção da ordem interna, proibiu-se o exercício de cargos públicos por militares na ativa. As exceções seriam designadas pelo presidente da república. 5) Ficou proibida todo tipo de manifestação política ou de opinião, inclusive o voto. 6) As atividades dos militares foram separadas das demais atividades públicas, e só mantinha contato com a população em situações de emergência. As ações de ordem interna ficaram a cargo da Guarda Nacional.

A sétima e talvez mais polêmica questão se refere à ascensão na carreira. As patentes intermediárias (tenente, capitão, major e comandante) eram propostas pelo Alto Comando, mas aprovadas pela Comissão de Defesa do Congresso da República. A ascensão às patentes mais altas (tenente-coronel, general de divisão, general de brigada e general maior) eram propostas pela Comissão de Defesa ao Presidente da República. A Comissão de Defesa era formada por deputados designados pelo presidente do Congresso, que na prática correspondiam aos nomes dos principais partidos. Em outros termos, a ascensão dependia da concordância da direção dos partidos políticos, configurando a subordinação da ascensão militar ao executivo e ao legislativo, gerando um tipo de lobby (PENIDO *et al.*, 2021, p. 157).

É indiscutível que oficiais passavam a depender de modo acentuado dos congressistas, na medida em que sua ascensão na carreira seria objeto de escrutínio destes. Mesmo Irwin e Micett, que defendem a tese de que a História da Venezuela é marcada fortemente pelo predomínio político dos militares sobre os civis são obrigados a reconhecer que são impressionantes os “avanços positivos” do controle civil sobre a caserna venezuelana, deixando também de serem mediadas as relações “simbióticas” entre estas duas esferas através de protagonismos personalistas e socializações “miscigenadoras” e passando a ocorrer por meio de instituições. Reconhecem que se trata de um controle liberal, mas deformado (IRWIN&MICETT, 2008, p. 216). Como contraponto do acordo, além da salvação da imagem dos militares, se respeitaria a escolha do Ministro da Defesa a partir das Forças Armadas, se utilizaria parte razoável do excedente petrolífero para manter níveis de vida confortáveis aos militares e o governo se comprometia a criar uma escola militar para cada uma das Forças, dissolvendo-se a Escola Básica das Forças Armadas (IRWIN&MICETT, 2008, p. 213).

#### **4.2.3. O plano Andrés Bello e o ciclo conspiratório da década de 1970 à década de 1990.**



Outro importante momento para as Forças Armadas venezuelanas anteriormente à Revolução Bolivariana foi a implementação do Plano *Andrés Bello*, nomeado em homenagem a um dos professores de Simón Bolívar. O Plano *Andrés Bello* buscava aumentar a profissionalização dos militares venezuelanos através da inclusão de elementos complementares na formação acadêmica até então desenvolvida junto à Academia Militar venezuelana.

O Plano *Andrés Bello* se insere nos marcos de uma reforma educacional que grassava toda a Venezuela àquela altura. Enquanto parte da estrutura educativa venezuelana, a Academia Militar não fazia parte das universidades autônomas, e sim das experimentais, onde o Executivo tinha grande margem de manobra para aplicar mudanças. Nesse sentido, a legislação que alterou a grade curricular de formação dos oficiais era a mesma utilizada para alterar a estrutura de parte do ensino superior venezuelano naquele momento (GIANTOMASI, 2019, p. 58-66). Dessa forma, é um tanto temerário como o fazem Micett e Irwin sugerir que o Plano *Andrés Bello* (referido pelo autores como o avanço nos estudos militares, traduzidos em sua constante melhoria e estruturação) faça parte de um plano de “bonificações silenciadoras” dadas aos militares como forma de obtenção de benesses após terem derrotado as guerrilhas no fim da década de 1960 (IRWIN&MICETT, 2008, p. 226). O Plano, com um custo de execução maior do que o até então vigente na educação militar, representava um investimento significativo por parte do Estado venezuelano e também implicou no melhoramento da qualidade do diploma dos egressos da Academia Militar, os quais se tornavam Licenciados em Ciências e Artes Militares ao fim do curso - ou seja, recebiam um diploma de Ensino Superior (GIANTOMASI, 2019, p. 85). Não se afirma contudo que não tenha sido a experiência guerrilheira um dos motivos que fundamentaram a reforma curricular: ele só não foi o único, inserindo-se a mudança em uma reestruturação educacional geral na Venezuela (GIANTOMASI, 2019).

É importante ressaltar que os princípios nos quais se basearam essas mudanças se encontravam no movimento de renovação pedagógica da Nova Escola, movimento de reforma educacional que foi forte sobretudo nos Estados e Europa do final do século XIX e boa parte do XX, em que John Dewey se destacou como um dos líderes. Essa proposta visava que o aluno se tornasse um agente ativo no processo de educação, isto é, que se desenvolvesse um ensino prático em que o educando aprendia na prática e no fazer, em oposição a uma educação em que o educando era mero receptáculo de conhecimentos (GIANTOMASI, 2019, p. 64-66).

Nesse sentido, o Plano previa a estruturação da formação militar através de uma série de núcleos pedagógicos. O Núcleo de Formação Moral buscava instilar no oficial a obediência a regras e um sentido de honra pessoal e corporativa através de uma série de medidas, como a prática de debates e atividades lúdicas em grupo. Havia também dois núcleos centralmente militares, o Núcleo Profissional-Militar, que tencionava fornecer uma formação de unidade militar básica, o pelotão, e o Núcleo de Especialização em Armas e Serviços, o qual encaminhava o jovem oficial a uma especialidade dentro do Exército (Artilharia, Cavalaria, Infantaria, Engenharia, Armamento ou Transmissões), diferenciando-o do restante dos oficiais enquanto voltado a um ramo específico. O Núcleo de Formação Física buscava desenvolver através de esportes e do treinamento físico militar a capacidade física, de superação de obstáculos e a autoconfiança no futuro oficial. A parte sobretudo inovadora do Plano, porém, ficava reservado ao Núcleo de Matérias Instrumentais, voltado ao desenvolvimento de tarefas práticas como a Oratória, Redação de Cartas, Técnicas de Investigação e outras, ao Núcleo de Formação Científica Humanística, o qual buscava situar o cadete em formação no âmbito dos debates sobre diversas questões que fossem pertinentes à sociedade venezuelana, e ao Núcleo Complementar Cultural Opcional, o que estimulava os educandos a atividades como mesas-redondas, debates e introdução às artes (GIANTOMASI, 2019, p. 64-66).

É importante ter em mente que a especialização nas armas e serviços militares específicos (Artilharia, Cavalaria) se dava a partir do quarto ano de formação do militar na Academia, o que fazia com que a socialização do militar se desse grosso modo na maior parte do tempo com toda a sua turma de cadetes (GIANTOMASI, 2019, p. 70-71)<sup>122</sup>. Ainda sobre a divisão curricular, a formação propriamente militar e física dos cadetes ficava restrita a cerca de 60% da grade curricular, ficando quase 40% dividido entre o núcleo científico-humanístico (com quase 25% da grade), matérias instrumentais e extensão cultural (GIANTOMASI, 2019, p. 75).

Dentro da grade, se estimulava o estudo de muitos temas que seriam depois retomados pelos diversos grupos bolivarianos. Assim, por exemplo, se estudava o Direito do Trabalho, dando-se ênfase a aspectos que apontavam à conciliação patrão-empregado e à função protetiva do Estado. A História da Economia venezuelana também era objeto de estudo, e se buscava compreender elementos que tinha condicionado o país ao subdesenvolvimento. A história de Simón Bolívar era vastamente estudada pelos oficiais, esperando-se que inclusive

---

<sup>122</sup> A título de comparação, no Brasil a escolha do serviço se dá já no segundo ano de curso, ajudando em alguma medida a isolar os militares em formação em suas especializações.

eles se tornassem capazes de mobilizar fontes documentais históricas para construir narrativas e discursos sobre o líder da independência. Além disso, mesmo que dentro de um panorama contrário ao comunismo e de defesa da ordem liberal e cristã, os oficiais em formação eram obrigados a estudar o conteúdo ideológico dos grupos guerrilheiros como parte da matéria Guerra Irregular - uma disciplina da área militar, ressalte-se (GIANTOMASI, 2019, p. 76-80).

O impacto dessa mudança educacional na formação dos militares venezuelanos, já aplicada a partir de 1971, foi sensível. Em um dos livros de comemoração dos egressos da Academia Militar de 1975, a primeira turma formada plenamente nos marcos do Plano *Andrés Bello*, os antigos cadetes se colocavam como os oficiais de uma Venezuela nova, a qual necessitaria de uma nova geração de homens para impulsioná-la ao seu “desenvolvimento total”, sendo também necessário homens que impelisses a Academia Militar para o seu lugar como vanguarda do desenvolvimento nacional venezuelano (GIANTOMASI, 2019, p. 122).

Essa mudança de comportamento foi classificada pelo historiador Luis Buttó como sendo a principal alteração engendrada pelo Plano *Andrés Bello* na formação do oficialato venezuelano. Os cadetes do Exército passaram a caracterizar a sociedade venezuelana como carente de mudanças profundas as quais eram responsabilidade de si próprios realizar, tendo em vista a percepção de que tanto as ditaduras militares anteriores quanto a ordem civil *puntofijista* (reprodutora de um sistema de dominação das últimas, aliás) tinha sido totalmente inapta para superar (BUTTÓ, 2005, p. 157-158). Para ele, a leitura feita pelos militares a partir daí será marcada por uma percepção de que a causa da insegurança da Venezuela era mormente a incapacidade de desenvolvimento do país e das lideranças prévias de liderar esse processo de superação do subdesenvolvimento. Para o historiador, em diálogo com as já apresentadas idéias de Alfred Stepan, as diretivas ideológicas desse grupo de militares serão marcadas por uma nova espécie de profissionalismo militar, a qual ele denomina de profissionalismo militar de segurança interna e desenvolvimento em sua acepção de regime de inclusão (BUTTÓ, 2005, p. 171). Segundo este autor, foi esta nova concepção, alimentada pelos estudos permitidos pelo Plano *Andrés Bello*, que orientou os militares a questionar a autoridade civil nas décadas seguintes.

Em certo sentido, é possível perceber aqui, como expusemos ao início do trabalho, que o aprofundamento da profissionalização não é por si só um garantidor contra intervenções militares. Ao contrário, é possível que estas se intensifiquem na medida em que a profissionalização pode fornecer instrumental teórico que facilite criticar a liderança

política e assim legitimar corporativamente uma intervenção militar para a condução da nação.

Micett e Irwin demonstram o quanto a racionalidade baseada no desenvolvimento da Venezuela passou a permear as declarações públicas do alto oficialato do país durante a década de 1970. Ela não se restringe aos oficiais formados sob a égide do Plano *Andrés Bello* - bem ao contrário, se amplia até os graus mais altos da hierarquia castrense venezuelana, além de ser fenômeno estimulado por parte da liderança política civil (IRWIN&MICETT, 2008, p. 235-238). O impacto da reforma educacional havia posto em movimento uma nova visão da Venezuela dentro das Forças Armadas e da Venezuela frente às Forças Armadas.

Contudo, estes mesmos autores defendem que não havia uma corrente ideológica em operação a essa altura dentro das Forças Armadas, mas duas. Enquanto uma teria um recorte desenvolvimentista, sendo as chances de uma subversão social tanto maiores quanto menor fosse o desenvolvimento social, uma outra teria se aproximado do marxismo-leninismo. Segundo ambos, a primeira teria sido a responsável pela tentativa de golpe de Novembro de 1992, enquanto a segunda teria sido responsável pela tentativa de golpe de 4 de Fevereiro de 1992 (a liderada por Hugo Chávez, portanto) (IRWIN&MICETT, 2008, p. 250-253).

Não pretendemos repetir aqui ao leitor a caracterização já feita das organizações políticas internas à caserna venezuelana dos anos que vão de meados da década de 1970 até 1992. Ressalte-se apenas a existência do seguinte debate: enquanto Alberto Garrido, conforme já vimos, defende que havia uma conspiração com base em organizações das esquerdas revolucionárias venezuelanas, inicialmente com destaque ao PCV e depois ao PRV, *tendo origem marcadamente civil* e que é depois *apropriada pelos militares* (GARRIDO, 2003a, p. 18-19), para Irwin e Micett foram os militares com inclinação pretoriana que procuraram os civis “não civilistas” (leia-se, o PCV e o MIR) para utilizá-los em suas estratégias insurrecionais durante o fim da ditadura de Pérez Jiménez que *depois se tornam estratégias guerrilheiras com a falha dos golpes militares de esquerda*. Esta aproximação é então novamente *retomada por setores pretorianos durante os anos da década de 1970 e 1980*, cuja principal liderança pretoriana foi Chávez (IRWIN&MICETT, 2008, p. 211-253). Percebe-se que no argumento de Irwin e Micett o *pretorianismo* é quase sempre o protagonista dentro da História das Forças Armadas venezuelanas, de modo a quase personalizar um fenômeno político-social, enquanto para Garrido há ora protagonismo de agentes civis, ora de agentes militares no processo que conduziu a 1992 e a eleição de Chávez.

Último, mas não menos importante: o Plano *Andrés Bello* também foi relevante na medida em que diminuiu o afluxo de oficiais venezuelanos à Escola das Américas como forma de complementar sua formação profissional. Com tal medida, a influência dos Estados Unidos sobre o oficialato diminuiu sensivelmente (GIATOMASI, 2019).

Tendo já contextualizado e descrito em boa medida os processos que levaram à eleição de Chávez, vejamos agora as transformações que a vitória eleitoral de Chávez trouxe às Forças Armadas.

#### **4.2.4. A experiência bolivariana no poder.**

Pretendemos avaliar aqui o papel que as Forças Armadas tiveram durante os governos da Revolução Bolivariana e os impactos desta Revolução sobre tais Forças. Contudo, diferentemente das outras seções deste trabalho e tendo em vista o amplo caráter de nosso objeto, dividiremos esta seção de acordo com o recorte temático a ser abordado. Iremos analisar primeiro as intervenções propriamente políticas das Forças Armadas na vida pública venezuelana durante a Revolução Bolivariana. Posteriormente, analisaremos as mudanças doutrinárias e jurídico-legais que concernem as Forças Armadas Bolivarianas. Finalmente, analisaremos a economia de defesa venezuelana.

##### **4.2.4.1. As Forças Armadas durante os governos da Revolução Bolivariana.**

As intervenções políticas sobre as Forças Armadas no início da Revolução Bolivariana foram relativamente tímidas. É verdade que alguns meses após a sua eleição, Chávez chegou a aposentar seis generais que haviam manifestado reservas quanto à sua eleição (GUTKIN, 1999), mas o fenômeno em si não pode ser visto como uma politização das Forças Armadas por parte do governo - antes, se tratou de uma resposta burocrática a um posicionamento político pelos militares em questão.

Algumas das principais mudanças no que tange às Forças Armadas logo ao início da experiência bolivariana foram aquelas concernentes ao status político delas dentro da nova Constituição de 1999. Através do novo diploma fundador, os militares passaram a poder participar da política de modo menos restrito - e, diga-se de passagem, de acordo com o que ocorre na maior parte dos regimes no mundo. Por exemplo, restituiu-se o direito a voto aos militares. A ascensão na carreira militar também deixou de ser dependente da aprovação

legislativa (uma velha reivindicação dos militares venezuelanos), o que poderia abrir precedentes para diminuir a participação das Forças Armadas em disputas partidárias.

Uma alteração, contudo, foi significativa, ainda que meramente simbólica. Enquanto na Constituição *puntofijista* de 1961 as Forças Armadas eram definidas como sendo uma instituição apolítica, elas passaram a ser definidas na de 1999 como uma instituição sem militância política. A definição distinta não passou sem notar e foi alvo de críticas da oposição.

Apesar disso, não houve grandes mudanças organizacionais dentro das Forças Armadas nos anos seguintes ou uma politização clara e extensiva dos corpos militares. Comparando o processo com o de constituição das FAR cubanas, não houve processos de depuração do oficialato venezuelano em larga escala, por exemplo.

A bem da verdade, a politização das Forças Armadas além dos limites constitucionais claros se deu sobretudo a partir da oposição em meio às crises do primeiro mandato de Chávez sob a nova Constituição. Um dos casos emblemáticos foi a crise envolvendo a PDVSA no início do governo. Conforme vimos, a mudança de política petrolífera havia sido um dos principais conflitos entre governo e a direção da PDVSA. Para implementar sua posição, Chávez nomeou para o cargo de presidência da empresa o General Guaicaipuro Lameda em Outubro de 2000. Cabe lembrar que o outro presidente da estatal, Hector Civaldini, era um civil e havia sido também nomeado à direção pelo próprio Chávez. Lameda, contudo, havia sido colocado na direção do cargo em razão da sua formação como engenheiro, e não possuía o menor acordo político com o presidente quanto à política petrolífera a se implementar - enquanto o *Ministério de Energia y Minas* defendia uma política de reverter a *Abertura Petrolera* da década de 1990, Lameda defendia o aprofundamento da transnacionalização da empresa (CARUSO, 2017, p. 177-178). Quando o confronto entre governo e burocracia da PDVSA se intensificou, em início de 2002, o General teria dito que se o tirassem do cargo, ele pararia a PDVSA. De fato, no dia 27 de Fevereiro de 2002 o governo o substituiu pelo civil Gastón Parra. A troca do general antecedeu a humilhante deposição de toda a direção civil da estatal, pouco tempo depois (CARUSO, 2017, p. 196-198).

A maior intervenção militar oposicionista, contudo, ainda estava por vir. Tratou-se, como se sabe, da tentativa de golpe de Abril de 2002. No evento, já descrito acima, estima-se que cerca de 200 oficiais militares, de todas as Forças e de variados níveis, participaram do levante contra o Presidente Chávez. Quando se tem em mente a quantidade de oficiais à

época, 8 mil, o número não parece muito representativo, cerca de 2,5%. Ainda assim, trata-se de movimento digno de nota (BUZETTO, 2011, p. 237-238).

O governo, contudo, escolheu não seguir uma linha de depuração imediata mesmo destes oficiais. Quando se deu o julgamento de alguns destes pela Suprema Corte do país optou-se pelo entendimento de que não havia ocorrido tentativa de golpe destes, mas sim um “vazio de poder”. Os militares golpistas alegaram que para apoiar o nascente governo de Carmona tinham se baseado na declaração do general Lucas Rincón, amigo pessoal de Chávez, de que o Presidente havia renunciado. Contudo, dentro da Constituição, nos marcos de renúncia do Presidente o correto teria sido apoiar não um auto-proclamado novo governo, e sim a assunção do poder pelo Vice-Presidente. Como podemos ver, se tratou aqui de uma medida jurídica *eminentemente política* em que o Estado venezuelano, sob tutela de Chávez, optou pela *não depuração imediata* dos oficiais anti-chavistas<sup>123</sup> (CARUSO, 2017, p. 207).

Outro episódio em que oficiais militares de alta patente participaram da oposição política de modo intenso foi durante a ocupação da Plaza Francia em Outubro de 2002, que conduziu aos *paros* no fim deste ano já descritos acima. De fato, a participação militar aí foi central. No dia 22 deste mês, oficiais ocuparam a praça e declararam para imprensa que ela era território livre do controle de Chávez, conclamando mais pessoas a se juntarem e convocando as Forças Armadas a depor o governo. Todos os participantes militares neste dia tinham atuado na tentativa de golpe de Abril de 2002 - um deles, o General Enrique Medina Gómez, que também havia sido previamente adido militar em Washington. No dia seguinte, milhares acorreram ao local, inclusive mais de 100 militares, sobretudo do oficialato das Forças, com destaque à Guardia Nacional. Paradoxalmente, os militares em revolta alegavam que um dos motivos de sua insubordinação era precisamente que Chávez tinha infiltrado e politizado as Forças Armadas ao mesmo tempo em que buscava substituí-las por grupos paramilitares - como se referiam à época aos *Círculos Bolivarianos* (CARUSO, 2017, p. 208; BARRÁEZ, 2022).

Assim, como vemos, ao menos nos anos iniciais, as intervenções mais incisivas na política venezuelana foram realizadas pela oposição ao governo Chávez. Sim, conforme já assinalamos ao tratar do Golpe de Abril de 2002, várias guarnições ficaram ao lado do presidente, mas é difícil argumentar que a lealdade da tropa ao governo constituído seja um

---

<sup>123</sup> Isso não significou uma inação, e sim uma acomodação. Na promoção seguinte do oficialato venezuelano, entre 2002 e 2003, praticamente toda a cúpula militar com cargos durante a intentona golpista foi aposentada, adotando-se o “método do pijama” para lidar com a situação. Agradecemos esta observação a Gilberto Maringoni. Seja como for, a escolha não foi pelo enfrentamento ostensivo - mesmo no plano da responsabilidade criminal, os oficiais golpistas se livraram de qualquer dano maior.

grande sinal de doutrinação ideológica - se trata do que é esperado teoricamente dos militares no geral. É também verdade que Chávez utilizava uma retórica militar e que por diversas vezes comparecia fardado a eventos oficiais a despeito de ter sido desligado das Forças Armadas havia anos, fato que inclusive incomodava parte do oficialato ao se ver obrigado a obedecer um oficial mais moderno, mas não havia grandes posicionamentos públicos por parte da caserna venezuelana em volta ao MVR de Chávez (BUZETTO, 2011, p. 241-242).

Durante os anos iniciais de seu governo, ainda, os militares foram mobilizados para uma série de tarefas econômicas. Passaram a constituir parte das *Misiones Bolivarianas* e ajudaram na realização de atividades de infraestrutura e auxílio, de modo coerente com o pensamento militar desde ao menos o Plano *Andrés Bello*. Foi o chamado *Plano Bolívar 2000* (BUZETTO, 2011, p. 208-209). Contudo, através de tais atividades, começaram as Forças Armadas a ocupar espaços dos serviços que originalmente cabiam à administração civil.

Após as crises de 2002-2003, o governo de Chávez aumentou sua pressão sobre as Forças Armadas, mas não de forma explícita. Líderes de oposição dentre os militares tiveram de se exilar, como foi o caso de Medina Gómez, para evitar o aprisionamento. Paulatinamente, a cúpula militar que existia à época do golpe de 2002 foi sendo aposentada. Através destas medidas (que se encontram, contudo, longe da doutrinação ideológica), Chávez conseguiu estabilizar a situação na caserna venezuelana.

A partir de 2005, com o início da elaboração de uma nova doutrina militar venezuelana<sup>124</sup>, militares venezuelanos também passaram a ter parte das suas tarefas de defesa divididas com setores da sociedade civil. Essa doutrina previa que, dado o cenário internacional, a principal ameaça ao país era o imperialismo e os Estados que mais se beneficiariam do processo de expansão imperialista - em especial, os Estados Unidos. Dada contudo a assimetria de poder entre estes países e a Venezuela, urgia criar uma estratégia que desestimulasse eventuais investidas através da mobilização da população civil para tarefas de defesa. Cabe salientar que não foram apenas militares que participaram do processo de elaboração ou pressão para adoção dessa nova doutrina - também organizações bolivarianas de base e coletivos de esquerda participaram deste processo (BUZETTO, 2011, p. 260-262).

Nesse mesmo ano, cria-se o *Comando General de la Reserva Nacional y Movilización Nacional*, a qual convocava em situações de emergência ou necessidade reservistas. Esse

---

<sup>124</sup> Embora a Revolução Bolivariana tenha ascendido nos marcos de um movimento que se declarava anti-imperialista, foi apenas após a estabilização do governo depois da onda de enfrentamentos de 2002-2003, somado a um contexto internacional em que a Guerra ao Terror dos Estados Unidos legitimava intervenções e provocações ao redor do globo (DIETERICH, 2004) que houve um esforço de sistematizar uma nova doutrina militar para a Venezuela, em boa parte inspirada pela GTP venezuelana e com fundamento no nascente ordenamento jurídico (BUZETTO, 2011).



estrutura foi a base do que depois se tornou a força da *Milícia Nacional Bolivariana*, em 2009, institucionalizando organizações de defesa de não-militares dentro da estrutura de defesa da Venezuela<sup>125</sup>.

A situação passaria por uma mudança severa, contudo, em Abril de 2007: a esta altura, o então presidente declarou em discurso que era passada a era da neutralidade das Forças Armadas e que estas deveriam se assumir como parte do esforço de construção socialista no processo da Revolução Bolivariana. Simbolizando tal mudança, o brado de guerra das Forças Armadas se tornou “Pátria, socialismo ou morte!”. Ainda na mesma época, Chávez sofreu uma primeira oposição de relevo entre os militares que o apoiavam: o general Raúl Baduel, até então Ministro da Defesa de Chávez e membro do antigo MBR-200, passou à oposição, rompendo publicamente com o Presidente em meio ao processo de referendo de 2007 - no qual Chávez sofreu sua primeira derrota relevante. Logo após, Baduel passou a responder um processo por corrupção, o qual o levou a ser preso em 2009.

Devemos ressaltar, porém, que não houve maiores oposições à tentativa de Chávez de politizar as Forças Armadas. Estas pareceram ter aceitado de modo pouco conflitivo o novo papel que recebiam e o cenário que se formava, com raras exceções. De fato, a oposição civil parece ter tido maiores problemas com a liberação de ingresso de militares em organizações político-partidárias como o MVR e, depois, o PSUV, do que oficiais militares, conforme já vimos, ingressando no Judiciário venezuelano para discutir a questão, mas sem obter sucesso. O General Rojas, já citado, por exemplo, delineou algumas críticas ao processo de formação do PSUV e se retirou do partido em 2010, acusando-o de estar se aburguesando, mas sem causar nenhum tipo de cisão no ambiente castrense venezuelano.

Seja como for, após a demissão de Baduel, que ocorreu já após o início da formação do PSUV, todos os Ministros da Defesa foram ao mesmo tempo militares e filiados ao partido governista. Não há sinalização de que ser filiado seja um problema às Forças Armadas. De fato, a filiação ao partido é uma via de se manter politicamente ativo após a aposentadoria, permitindo galgar posições administrativas e partidárias - por exemplo, a ex-Ministra da Defesa já durante o governo Maduro, Carmén Meléndez, se tornou recentemente parte da Direção Nacional do PSUV.

Um exemplo da obediência das Forças Armadas a Chávez durante este período (e também de seu posicionamento político) fica explícito na declaração do General Rangel Silva

---

<sup>125</sup> Essa força posteriormente se integrou às outras das Forças Armadas Bolivarianas, sendo seu comandante em chefe o militar de carreira Wistohor Chourio Andrade. Houve propostas de criação de uma Academia Militar para capacitar cadetes à Milícia em 2019 por parte do PSUV, mas sem implementação até o presente momento.

em meio às eleições de 2012, nas quais a doença de Chávez era pautada pela oposição. Segundo Silva, as Forças Armadas não tolerariam a vitória de um partido de oposição a Chávez (BUTTÓ, 2013, p. 173).

Ademais, em momentos de crise, as Forças Armadas têm vocalizado sua disposição em obedecer ao governo e a Maduro. Foi assim durante a crise de 2016-2017, quando entre obedecer a Assembleia e o Executivo, os militares optaram em larga medida a ficar do lado do último. Há relatos de defecção, mas sem grandes problemas, como foram os casos dos Coronéis José Luis da Silva, adido militar em Washington, e do Coronel Pedro Chirinos Dorante, assessor militar adjunto da missão permanente da Venezuela na OEA, que abandonaram a posição de defesa de Maduro e passaram a apoiar Guaidó. Porém, são militares fora do comando de tropa.

Como se pode ver, ainda que haja militantes do PSUV dentro da estrutura das Forças Armadas Bolivarianas, não existe a figura do comissário político ou um controle propriamente partidário desta estrutura. Como explicar a sua obediência governamental? É o que buscaremos fazer nas próximas duas seções.

#### **4.2.4.2. A economia de defesa da Venezuela bolivariana.**

Um dos principais argumentos utilizados para se argumentar que a Venezuela bolivariana se trata de uma experiência militarista e/ou pretoriana é o peso econômico que o desenvolvimento da economia de defesa venezuela tem dentro da economia com um todo. Segundo Irwin e Micett, por exemplo, o eterno argumento da *modernização* das Forças Armadas é um dos principais *aríetes* dos pretorianos para conseguirem influenciar a política em seu país, prática que viria desde o período de consolidação do Exército como uma instituição nacional (IRWIN&MICETT, 2008, p. 224-225). Para compreender o impacto desta experiência e a eventual porosidade do Estado venezuelano às demandas de modernização por parte das Forças Armadas venezuelanas, analisaremos alguns dados: gasto militar, transferências de armamentos e o desenvolvimento tecnológico e industrial bélico venezuelano durante a Revolução Bolivariana.

Como podemos ver pelo Anexo IV<sup>126</sup>, que registra o gasto militar absoluto da Venezuela, há alguma variação e leves quedas no volume absoluto de recursos desta natureza durante todo o primeiro mandato de Chávez (1999-2001) e a maior parte do segundo

---

<sup>126</sup> Produzido por nós através do cruzamento de dados do SIPRI e referentes ao PIB venezuelano, sem correções inflacionárias.

(2001-2007), com o ano de 1999 sendo entre 1999 e 2004 aquele em que houve registro de maiores gastos militares. Essa tendência de queda será revertida a partir de 2004, com o ano de 2005 pela primeira vez superando a marca dos gastos de 1999. A partir deste ano, os gastos militares atingem um pico em 2008, voltam a cair novamente até 2010 (sem voltar aos níveis pré-2005, todavia) e atingem novo pico em 2013, anos após o qual a tendência de queda se acentua fortemente, com o nível de dispêndios desta natureza retrocedendo a níveis inferiores aos de 2005 - e menores, de fato, mesmo ao do ano de 1999. Olhando estes dados isoladamente, poderia-se dizer que houve um grande empenho armamentista por parte do Estado venezuelano.

Contudo, os gastos militares venezuelanos em relação ao PIB, disponíveis no Anexo V, registraram grande estabilidade durante o período estudado, oscilando entre 1 e 2% de modo geral, com pico em 2006, atingindo 2% do PIB e passando por uma queda a partir de 2014, com o início da diminuição do preço do petróleo, atingindo níveis abaixo da faixa geral a partir de 2015, chegando a 0,5% em 2016 e 2017. Deste modo, não podemos dizer que o Estado venezuelano empreendeu um esforço econômico além do normal no sentido de melhorar seu aprestamento militar, como se empregasse centralmente os recursos da economia venezuelana em tal setor - especialmente quando temos em mente que a Colômbia, que até 2002 era considerada a principal ameaça à Venezuela, teve a relação gasto militar/PIB oscilando entre 3,1% e 3,6% para o mesmo período, ainda que se tratasse de país com guerra civil deflagrada (CAMARGO et al., 2020, p. 12)<sup>127</sup>.

Isso não quer dizer que o volume absoluto de gastos militares venezuelanos não tenha aumentado durante o período, como já vimos. Afinal de contas, o PIB venezuelano cresceu vigorosamente durante o período do boom das commodities em razão sobretudo da alta do preço do petróleo, principal produto da economia da Venezuela, com uma queda moderada durante o ano de 2009 em razão da crise do *subprime*. A queda do PIB venezuelano é perceptível apenas a partir de 2014, com a diminuição aguda do preço do petróleo. De fato, de forma relativamente previsível, o gasto militar venezuelano acompanhou muito de perto o preço do petróleo - em momentos de alta do último, o primeiro registrou também acréscimo; em momentos de baixa, registrou decréscimo (CAMARGO et al., 2019). Portanto, se o

---

<sup>127</sup> É necessário levar em conta, contudo, que existem fatores de distorção quanto à mensurabilidade destes gastos. Um dos mais notáveis foi o uso do *Fondo para el Desarrollo Nacional* (FONDEN), um fundo soberano criado para fomentar o desenvolvimento venezuelano, que em 2015 foi responsável pelo aporte de volume de recursos similar ao dos gastos militares orçamentários à defesa venezuelana. Contudo, a situação se sustenta mesmo quando tomamos em consideração o fator FONDEN, pelo menos até 2015. Contudo, consideramos que é possível manter os dados levantados no referido Anexo já que, com a exceção do ano de 2015, os recursos deste fundo alocados à área militar até 2019 foram modestos (SILVA; TIAN, 2019).

percentual de gastos militares em relação ao PIB se manteve estável e o PIB cresceu, é claro que houve aumento absoluto de gastos militares - sem que com isso haja um direcionamento fora do comum da economia venezuelana para áreas de interesse militar, o que implica dizer que não houve um desvio orçamentário de modo sensível para interesses militares durante a maior parte.

Apesar disto, contudo, os últimos anos têm indicado um vigor renovado nos gastos militares venezuelanos, a despeito da baixa do preço do petróleo. Segundo a ONG Transparencia Venezuela, os créditos extra-orçamentários aprovados para o gasto do Ministério da Defesa durante o primeiro semestre de 2018 ultrapassaram o próprio orçamento nacional - ainda que cerca de um terço destes tenha sido voltado a institutos previdenciários militares. O volume de gastos dessa natureza continua grande mesmo quando comparado com créditos extra-orçamentários de outras áreas, tendo sido 35% maior que o aprovado ao Ministério de Educação Universitária, Ciência e Tecnologia e 17 vezes maior do que o aprovado ao Ministério de Terras e Agricultura. Como não pudemos verificar e medir esta informação com relação aos últimos anos, não podemos afirmar que se trata de uma tendência duradoura. De qualquer modo, a influência militar na política venezuelana pode ser explicativa para tamanho deslocamento de recursos mesmo em uma situação economicamente frágil, tendo em vista que 4 dos 11 créditos extra-orçamentários foram aprovados poucos dias antes das eleições venezuelanas de 2018, indicando um esforço para garantir a lealdade militar. Trata-se, contudo, de fenômeno relativamente recente (TRANSPARENCIA VENEZUELA, 2018).

Os dados concernentes à transferência de armamentos, disponíveis no Anexo VI, nos permitem estudar brevemente como a Venezuela buscou obter complementos externos à economia doméstica no que diz respeito à elaboração de sua defesa durante a maior parte da experiência bolivariana. Como estes dados estão medidos em TIV, não pudemos mensurar a proporção de gastos relacionados com tais transferências em relação ao gasto militar propriamente dito, o que nos permitiria aferir de modo relativamente preciso o quão dependente de estímulos de economias externas a produção de defesa venezuelana realmente é. Tampouco podemos afirmar que todas estas transferências representaram necessariamente um ônus orçamentário: em alguns casos, elas se deram nos marcos de acordos a terem suas dívidas honradas posteriormente, as quais têm sido objeto de discussões diplomáticas - é o caso do acordo relativo à compra de 36 caças *Su-30MK2* entre 2006 e 2005 da Rússia, o qual totalizou mais de 10 bilhões de dólares e foi recentemente renegociado em reuniões entre Maduro e Putin (ROBLIN, 2019).

Seja como for, é visível a preponderância russa no fornecimento de armamentos à Venezuela durante o período da experiência política sob estudo, correspondendo a quase 70% deste fluxo. Em segundo lugar, vem a China. De modo geral, contudo, podemos perceber que as transferências seguem a tendência dos gastos militares, com um pico em meio à década dos anos 2000, um declive nos anos posteriores e uma diminuição brutal já em 2013.

No que diz respeito ao desenvolvimento da própria indústria de defesa, analisaremos brevemente a trajetória da principal empresa militar do setor, a *Compañía Anónima Venezolana de Industrias Militares* (CAVIM). A CAVIM foi fundada em 1975, muito antes da ascensão de Hugo Chávez ao poder, em meio à onda de modernização técnica ocorrida nas Forças Armadas venezuelanas na década de 1970. Subordinada ao Ministério do Poder Popular para a Defesa venezuelano (doravante referido como Ministério da Defesa), possui seu orçamento atrelado a este. Sua principal fábrica está localizada na cidade de Maracay, província de Aráguá. Composta inicialmente de duas divisões, uma voltada à produção de material explosivo e outra à produção de armas leves e munições, a estatal venezuelana expandiu suas atividades durante o período da Revolução Bolivariana, passando a contar com diversos centros de manutenção de armamentos e equipamentos utilizados pelas Forças Armadas e policiais venezuelanas e unidades voltadas à produção de outros tipos de materiais bélicos, como sistemas de vigilância (CAVIM, 2020). A CAVIM também é acionista de diversas outras empresas venezuelanas ligadas a atividades de relevância à defesa, como as voltadas à produção de uniformes, pneus e mesmo materiais hospitalares (ARMAS, 2017).

Infelizmente, não encontramos dados precisos referentes a quais os percentuais do orçamento do Ministério da Defesa são destinados à CAVIM e, dentro da estatal, quais são os setores que recebem quais recursos. De fato, nas leis orçamentárias consultadas, a CAVIM não se encontra discriminada como parte destinatária dos recursos voltados ao Ministério da Defesa (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2003; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017), ainda que outras empresas militares por vezes se encontrem<sup>128</sup> (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2010; 2017). Os poucos dados esparsos que encontramos, contudo, indicam que a CAVIM tem sido proporcionalmente destinatária de pouco menos de 3% dos recursos voltados à defesa da Venezuela - no caso, os já referidos créditos extra-orçamentários aprovados no primeiro semestre de 2018 (TRANSPARENCIA VENEZUELA, 2018). Uma outra fonte afirma que em 2017 o orçamento da CAVIM foi de 183 bilhões de bolívares fortes

---

<sup>128</sup> Como a *Unidad Naval Coordinadora de los Servicios de Carenado*, ligada à Marinha.

(IRIARTE, 2019), o que faria com que a sua participação em relação ao orçamento previsto para o Ministério da Defesa no mesmo ano fosse de cerca de 22% (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2017).

Se nos anos anteriores à experiência bolivariana a CAVIM era voltada quase em absoluto à produção de explosivos e armas de fogo (as quais, dada a então virtual inexistência de modelos venezuelanos, eram provavelmente estrangeiras), é notável que a partir de 1999 o governo venezuelano empreendeu um esforço para aumentar sua autonomia no campo da indústria da defesa e desenvolveu modelos de armas de fogo e equipamentos militares próprios, a serem manufaturados pela estatal (CAVIM, 2020). Exemplo disso foi o veículo aéreo não tripulado *Arpia*, lançado em cooperação com o Irã em 2012 e que permite coleta de informações no terreno de forma segura (LAUGNEAU, 2012). Também houve a retomada de projetos de modelos de armamentos leves, como a submetralhadora *Orinoco II*, utilizada hoje sobretudo pelas forças policiais da Venezuela (a *Orinoco I* foi desenhada durante os anos 80 do século passado, mas nunca foi produzida efetivamente) (SPINOZA, 2005). Há também a pistola *Zamorana*, que foi desenvolvida na Venezuela a partir de um projeto tcheco (REPORTERO 24, 2011). Por fim, podemos citar o caso recente da submetralhadora *Caribe*, desenvolvida em 2019 para ser empregada pelas milícias bolivarianas e pelos corpos policiais desse país.

Além disso, há indícios de que a CAVIM produz armamentos relativamente atualizados projetados no exterior. O principal deles, pelo seu volume nas forças venezuelanas, é o já citado fuzil *AK-103*, de origem russa. Além da importação de 100 mil unidades deste fuzil de assalto, a Venezuela estabeleceu acordos com a Rússia para a instalação de fábricas para produção do AK-103, as quais ficariam sob a administração da CAVIM. Segundo declarações do já falecido Hugo Chávez, uma das fábricas da CAVIM, em Aráguá, já produziu 3 mil unidades desse modelo de fuzil (RAATZ, 2012). As informações são, contudo, contraditórias, já que por vezes também foi noticiado que a instalação das fábricas responsáveis pela produção do AK-103 tem sido reiteradamente adiada (ALEKSÁNDROVA, 2019).

Em que pese as pretensas inovações, contudo, setores da elite militar e política da Venezuela denunciaram repetidas vezes problemas relacionados à CAVIM e aos novos modelos de armas de fogo. O ex-contralmirante Carlos Molina Tamayo, antigo chefe da Direção de Armas das Forças Armadas venezuelanas, afirmou que tudo que a CAVIM pretende fazer não funciona corretamente em razão das más práticas de gestão e corrupção - dando como exemplo o fato de que a produção da submetralhadora *Caribe* se deu de forma

artesanal, incapacitando a reposição de peças. O ex-militar também ressaltou que a sua durabilidade não passava de 300 disparos (IRIARTE, 2019), sendo evidentemente muito aquém do que se espera de qualquer arma de fogo. Outro exemplo é o da citada pistola *Zamorana*, que teve suspensa sua produção pouco após seu desenvolvimento em razão de problemas de corrupção envolvendo militares responsáveis pelo seu desenho e pela não conclusão da transferência de toda a tecnologia tcheca necessária (REPORTERO 24, 2011). Tendo em vista esses casos, podemos nos questionar o quanto o desenvolvimento de modelos nacionais de armas não reflete mais fins propagandísticos do que o autêntico alcance de um novo patamar de autonomia tecnológica militar na Venezuela.

Ademais, a *CAVIM* segue distante de produzir materiais bélicos como peças de artilharia ou blindados. Não encontramos registro de quaisquer apoiadores da experiência bolivariana projetando no horizonte a capacitação da empresa para este tipo de atividade, o que indica uma confissão tácita dos limites a que a estatal se encontra submetida.

Como pudemos ver, assim, o gasto militar venezuelano não teve no período sobre o qual conseguimos obter dados um aumento brutal em relação ao historicamente observado quanto ao orçamento. Mesmo no que tange a eventuais importações (as quais podem servir para firmar alianças com interesses além dos militares), o governo foi prudente o suficiente para nos momentos de crise econômica não ceder a eventuais pressões para aumento. Tampouco a principal empresa militar, a *CAVIM*, recebeu um investimento maciço que a transformasse em uma avançada unidade produtiva militar. Existem, é claro, manobras fiscais questionáveis para financiar gastos relacionados à área de defesa, como é o caso do desvio do *FONDEN*, mas essa não parece ser uma prática sistemática até onde pudemos averiguar. Nesse sentido, ao menos, é problemático afirmar que os militares conseguiram pautar a política venezuelana através do orçamento destinado à sua área.

#### **4.2.4.3. A colonização militar do setor civil.**

Uma das hipóteses que consideramos mais úteis para compreender a manutenção de lealdade dos militares venezuelanos ao governo de Nicolás Maduro é a da *colonização castrense da administração civil*. Segundo a definição de Buttó, se entende por tal processo a ocupação sistemática por parte de egressos ou integrantes das Forças Armadas de cargos na administração pública que em teoria e por competência tradicional deveriam ser ocupados por funcionários civis (BUTTÓ, 2018, p. 27).

Segundo nossa avaliação, através deste processo, os integrantes das Forças Armadas se tornariam capazes de influir na conformação do regime do qual fazem parte sem precisar recorrer de modo reiterado diretamente à força ou à sua ameaça - as quais, dada a sua posição de distanciamento em relação ao comando de tropas, estaria ademais diminuída - , conformando as políticas práticas de acordo com seus interesses, e se beneficiando da manutenção do regime em questão.

Tal processo de colonização na Venezuela remonta ao Plano *Bolívar 2000*. Voltado para combater a fome e aumentar a taxa de vacinação da população venezuelana, ele foi um dos primeiros programas de assistência social implementados durante o início da primeira presidência de Chávez. Sob a liderança do general Victor Cruz Weffer, o programa mobilizou mais de 40 mil militares (o que, dada a proporção do Exército venezuelano, de cerca de 150 mil militares, é um efetivo tremendo). Contudo, por denúncias de corrupção envolvendo o programa, ele foi encerrado em 2002 (BUZETTO, 2011). O general foi processado posteriormente, tendo sido absolvido em 2016, mas voltou aos holofotes quando seu nome apareceu em meio ao escândalo dos *Panama Papers*, tendo sido preso ao tentar sair da Venezuela por via aérea. Outro caso foi o do sistema de *Misiones*. Como já descrevemos, estas se voltavam para garantir serviços básicos à população venezuelana. Seu caráter de programa inicialmente temporário, contudo, fazia com que parte razoável do pessoal responsável por tocar tais programas fossem militares de confiança do Executivo. Finalmente, mas não menos importante, temos o caso da PDVSA, que também já nos anos iniciais do governo Chávez recebeu militares.

De fato, de acordo com pesquisa de 2005, havia cerca de 55 mil novos venezuelanos nas classes A e B, dos quais mais de 20% era de oficiais de alta patente. Quando se tem em mente que o efetivo do Exército venezuelano era de cerca de 150 mil homens, dos quais cerca de 50% é composto de efetivo variável<sup>129</sup>, têm-se uma dimensão do quanto o oficialato se beneficiou dos programas da Revolução Bolivariana (BUTTÓ, 2018, p. 25).

A situação, contudo, se agravou durante o governo de Maduro. A partir de 2013, o governo Maduro estabeleceu a criação de várias empresas ligadas aos militares. São elas o banco BANFANB; a empresa agrícola AGROFANB; a empresa EMILTRA, ligada ao setor de transportes; a EMCOFANB, responsável por estabelecer e gerenciar as comunicações sob direção das Forças Armadas; a TVFANB, um canal de TV digital administrado pelas Forças

---

<sup>129</sup> Isto é, em sua grande parte, militares que cumprem o serviço militar obrigatório e portanto sem uma presença permanente no efetivo das forças militares de um país. A maior parte do efetivo variável nas Forças Armadas de qualquer país é composto de modo central por soldados recrutados, a posição mais baixa na hierarquia.



Armadas; e a Água Tiuna, voltada à produção e engarrafamento de água mineral. Um dos piores casos, contudo, envolve a *Compañía Anónima Militar de Industrias Minera, Petrolífera y de Gas* (CAMIMPEG), criada no início de 2016 e cujos fins são voltados à intensificação da economia extrativista mineral venezuelana. Caruso explica bem alguns dos problemas que envolvem esta nova empresa militar:

Maduro pretende transformar a região [do Arco Minero del Orinoco] em uma Zona Especial de Desenvolvimento Estratégico. Na prática, o projeto representa um enorme aprofundamento das formas de saqueio das riquezas naturais do país, envolvendo cerca de 150 empresas mineradoras nacionais e internacionais (na forma de empreendimentos privados, estatais e mistos). Pelos termos do decreto que cria a Zona Especial, haverá uma “flexibilização” das normas legais e constitucionais, permitindo às empresas empreender uma verdadeira destruição ambiental e um provável genocídio dos povos indígenas residentes na região [...]. Nos termos do Artigo 25, todo o empreendimento será coordenado pelas Forças Armadas, as quais terão a prerrogativa de efetuar “as ações imediatas necessárias para salvaguardar o desenvolvimento nacional das atividades no âmbito dos Planos da Zona de Desenvolvimento Estratégico Nacional Arco Mineiro do Orinoco” - o que inclui a suspensão de qualquer interesse particular, gremial, sindical, de associações ou de grupos”. Na prática, isso significa a suspensão dos direitos dos trabalhadores e dos indígenas, assim como o possível impedimento da atuação de jornalistas no local. Para operacionalizar o empreendimento, Maduro já anunciou a criação da *Compañía Anónima Militar de Industrias Minera, Petrolífera y de Gas* (CAMIMPEG), adstrita ao Ministério do Poder Popular para a Defesa (CARUSO, 2017, p. 334-335).

Além disso, desde a sua fundação, a CAMIMPEG vem prestando serviços à gigante PDVSA, se tornando central na economia exportadora de petróleo da Venezuela como um todo.

Finalmente, em Agosto de 2016 Maduro estabeleceu a *Gran Misión Abastecimiento Soberano y Seguro*, sob a direção de seu Ministro da Defesa o General Vladimir Padrino López (que está no cargo desde 2014). Como parte do sistema de *Misiones*, o intento era garantir que o abastecimento não fosse um problema para os venezuelanos em um cenário de uma economia caótica como tem sido a venezuelana na última década. Contudo, a *Gran Misión* é reiteradamente acusada de criar mais empecilhos do que soluções, tendo o controle por militares das redes de abastecimento inclusive sido alvo de críticas durante os Congressos do PSUV, conforme vimos (PSUV, 2018).

## **5. COMPARAÇÃO ENTRE O CASO CUBANO E O VENEZUELANO.**

Neste capítulo, pretendemos realizar um exercício comparativo das relações entre civis e militares em Cuba e na Venezuela a partir da Revolução Cubana e da Revolução Bolivariana. Buscaremos mobilizar os elementos apresentados nos dois capítulos anteriores para atingir este fim.

Iniciaremos pela caracterização das relações entre as organizações políticas revolucionárias, com evidente destaque ao PCC e as Forças Armadas em Cuba. Posteriormente, analisaremos o cenário similar na Venezuela, com destaque ao PSUV. No terceiro e final momento, analisaremos as duas experiências em conjunto.

### **5.1 As relações entre organizações partidárias e Forças Armadas em Cuba.**

Quando temos em tela o caso cubano, podemos perceber que havia uma debilidade organizativa por parte das organizações que empreenderam e lideraram a Revolução de 1959. Esta debilidade se deveu a alguns fatores, como a indisposição do PSP em participar do processo revolucionário com o M-26 à frente, mas também pelo fato de uma tradição insurrecional cubana privilegiar estratégias militares à tomada do poder. Essa tradição não era gratuita, claro: muitas vezes, a estratégia de um levante parecia mais segura do que optar por se expor cotidianamente à repressão batistiana e das ditaduras pretéritas. Independentemente disso, o fato é que a estrutura militar pró-revolucionária surge e se fortalece muito antes de haver uma organização política em níveis de desenvolvimento similares, capaz de dirigir o processo político da Revolução Cubana. Isso nos permite compreender como, por exemplo, a presença de comissários políticos dentro da estrutura militar seja tão duramente rejeitada inicialmente, sendo visto como inadmissível que burocratas que muitas vezes não haviam passado pelo processo revolucionário pudessem mandar e desmandar nos quartéis cubanos. Ainda que não se tratasse aqui de militares formados em um ambiente acadêmico, é razoável pressupor que a divisão entre "nós" e "eles" para um exército recém-saído de uma experiência guerrilheira seja ainda mais intensa (FERREIRA, 2000, p. 34-35). Some-se isso ao fato de que o *Ejército Rebelde* era utilizado muitas vezes no enfrentamento político de modo até mais intenso do que as ORI, o PURSC e o PCC (os quais, contudo, contribuíram aos esforços de defesa nacional durante vários

momentos). Acreditamos desse modo poder dizer que, utilizando-se da tipologia de Perlmutter e Leogrande, tínhamos aqui uma relação de fusão entre Partido e Forças Armadas, com predomínio organizativo destas sobre aquele - ainda que não sobre a liderança de origem civil do processo (PERLMUTTER&LEOGRANDE, 1982).

Essa realidade passa a se alterar a partir do fracasso da Safra de Dez Milhões. Neste momento, a liderança civil entende que não pode empregar o *Ejército Rebelde* e militarizar ao máximo os elementos sociais para atingir seus objetivos. Nesse sentido, inicia-se um processo de aumento de profissionalização de *ambos os aparatos* com forte inspiração e apoio soviético. A partir daí, a relação entre ambas estruturas passa por uma dissociação que se acentuará ao longo da década de 1970. Essa especialização faz com que o PCC se profissionalize a um nível relativamente alto, se capilarizando e efetivamente dirigindo a sociedade cubana. É interessante contudo apontar que essa especialização do PCC *não o faz* ser visto como um elemento *indigno de se imiscuir na vida dos militares* - inclusive, como vimos, aos níveis mais privados. Além disso, tampouco os militares cubanos se enxergavam como uma elite com o “privilégio de portar armas” - não encontramos episódios significativos em que a formação de grupos de defesa da população civil dirigidos pelo PCC fosse vista como uma assunção ilegítima de tarefa militar. A conclusão a que podemos chegar aqui é que ambos os grupos entendiam essa tarefa como uma obrigação do Partido. Dessa forma, durante a década de 1970 há uma relação que Perlmutter e LeoGrande descreveriam como de simbiose - há interesses em comum entre ambos (treinar elementos da sociedade para tarefas de defesa, ainda que em instituições distintas), mas ambos possuem uma diferenciação profissional sensível (PERLMUTTER&LEOGRANDE, 1982).

Finalmente, na década de 1980, tal situação se manteve. Todavia, acreditamos poder afirmar que ao final desta década, os termos da relação haviam se invertido - era o PCC quem predominava sobre as FAR. Alguns fatos nos indicam isso: além de haver uma massificação do partido enquanto há um movimento de redução das FAR, surgem estruturas armadas como as MTTs, que se subordinavam diretamente à liderança partidária, e não às Forças Armadas enquanto instituição. Além disso, as FAR assistiram à execução de um de seus principais militares, o general Ochoa, sem questionamento algum. O tratamento da questão foi muito severo sobretudo quando o comparamos com os de outras lideranças partidárias envolvidas em delitos muito piores. Essa década também assistiu ao fim do *internacionalismo militar*, motivo de prestígio e de perspectivas de crescimento na carreira para os militares cubanos, além de cortes orçamentários sensíveis para os gastos militares em Cuba em relação ao início

da década, o que demonstra aquiescência quanto aos objetivos políticos traçados pelo PCC - aquiescência que se reforça quando vemos que há cortes ainda mais intensos no pós-1990.

Nesse sentido, concordamos com Nordlinger e parte da produção de Irwin quando estes afirmam que em Cuba existe um Controle Civil por Penetração (NORDLINGER, 1977, p. 17; IRWIN, 2008) - no nosso caso, a Cuba pré-1990. Assim, não caberia falar em um regime pretoriano em Cuba durante esse período.

Todavia, é necessário reconhecer que há certo grau de militarismo na experiência cubana, entendido o fenômeno enquanto a adoção por parte de grupos sociais de práticas típicas do mundo militar. O próprio fato do PCC enquanto partido de vanguarda assumir para si e coordenar tarefas de defesa nacional apontaria a tal realidade. Contudo, existiam e existem várias outras organizações voltadas à defesa nacional em Cuba que participam desse esforço, como por exemplo as MTTs, a UJC e os CDRs, para ficar em alguns exemplos.

Ainda assim, nos arriscamos a dizer que se trata de um nível de militarismo baixo, mesmo que a amplitude de cobertura do PCC e das organizações a ela subordinadas se encontre ramificada por toda a sociedade. Conforme vimos, a militarização que existe na Cuba pré-1990 atende a necessidades de defesa e não a objetivos expansionistas. Tampouco tal militarização é um processo conduzido centralmente pelas instituições militares - ao contrário, conforme argumentamos, se trata de uma direção partidária quem impulsiona esse processo<sup>130</sup> a qual, conforme sugerimos, é plausível que tenha ocorrido também como forma de contraposição à força dos militares. Em nossa avaliação, assim, caberia diferenciar o militarismo existente na Cuba daquele existente em regimes expansionistas, como o Japão pré-1945, ou o de ditaduras militares com inspiração fascista, como foi a Espanha pós-1939, inclusive em sua *intensidade*.

## **5.2. As relações entre organizações partidárias e Forças Armadas na Venezuela.**

No caso da Venezuela, as Forças Armadas não passaram por um processo de profissionalização em meio à Revolução Bolivariana. Ao que nossa pesquisa indicou, é possível que precisamente tenha sido a profissionalização um dos principais fatores que conduziu muitos militares a buscar se unir a grupos da esquerda venezuelana - os quais, importante ressaltar, encontravam-se em uma posição de fraqueza.

---

<sup>130</sup> Em alguns casos, até, se constituindo de modo auto-organizado por partidários da revolução, como no exemplo dos CDRs.

Sublinhamos que certa proximidade do foquismo por parte de algumas organizações, sobretudo o PRV, deve ter facilitado o contato entre a caserna venezuelana e os militares - talvez não seja à toa que o principal grupo envolvido no ciclo conspiratório militar dos NO 70 fosse o PRV de Douglas Bravo, possivelmente o mais heterodoxo de todos. Todavia, o projeto bolivariano foi apropriado pelos militares envolvidos no MBR-200 e em outras organizações, tocando eles próprios o processo de questionamento da ordem *puntofijista*.

Após o 4-F e a anistia a Chávez, o MBR-200 se transformou, se tornando um espaço onde os antigos militares, dentro e fora da caserna, puderam passar a conviver em uma situação de relativa suspensão das hierarquias castrenses. Nesse movimento, sem o secretismo típico das conspirações, a organização dava um sentido mais adequado à ideia de união cívico-militar. Todavia, o MBR-200 não tinha uma estrutura de massas realmente capilarizada na sociedade venezuelana nem tampouco a força de uma máquina partidária tradicional - quanto mais um aparato militar próprio significativo. Para concorrer às eleições, Chávez teve de criar uma estrutura paralela, o MVR, que rapidamente sufocou o antigo movimento de base, deixado de lado pela liderança chavista.

Nesse sentido, Chávez é eleito para liderar um Estado cujas Forças Armadas já estavam institucionalizadas, ao passo que o MVR era basicamente uma estrutura eleitoral constituída *ad hoc*. Não há como aplicar a tipologia de Perlmutter e LeoGrande a este caso: não há nem ao menos uma relação de fusão, com o partido/movimento se confundindo com seu braço armado, sem que haja especialização/profissionalização de ambos - enquanto o primeiro é uma estrutura propositalmente voltada a uma tarefa, o segundo simplesmente inexistente. Por outro lado, as Forças Armadas já estavam a essa época institucionalizadas e formalizadas. Não surpreendentemente, assim, pouco tempo depois da posse de Chávez, grupos militares passaram a compor parte da oposição.

O PSUV foi uma tentativa de superar a debilidade que a ausência de um partido de massas com papel ideologicamente diretivo gerava. De fato, muitos indícios existem de que Chávez tomava a experiência cubana como referência e os próprios documentos do PSUV indicam pela sua linguagem ao menos o discurso de uma organização que apontava nessa direção. Todavia, o fato é que o PSUV não conseguiu adquirir a característica de dirigente social que pretendeu. Em parte, alguns autores apontam que um dos motivos para esta falha foi o alto nível de centralismo e burocratização que já se encontrava no partido desde a sua fundação (CARUSO, 2017, p. 244-247). A ausência de Chávez é fator também relevante, na medida em que parte das bases bolivarianas percebia ele como o único efetivamente comprometido com um projeto socialista dentro de seu governo, mas também devemos

considerar os próprios limites do processo bolivariano, que se por um lado rompeu com os paradigmas neoliberais não foi capaz de aprofundar o Estado comunal e socialista que pretendia implantar, fornecendo assim poder de fato a diversas organizações da classe trabalhadora e a partir daí disseminar efetivamente seu enraizamento entre a população venezuelana que lhe permitisse atuar como força dirigente (CARUSO, 2017, p. 450-455) - afinal de contas, já à época da morte de Chávez o governo vinha começando a enfrentar sinais de crise entre a base de apoio, com aumento das abstenções e votações cada vez mais apertadas, indicando a debilidade cada vez maior do instrumento partidário para exercer o seu poder. O fato é, assim, que o PSUV jamais se profissionalizou a níveis similares ao de outras experiências socialistas, sendo impossível aplicar a tipologia de Perlmutter e LeoGrande ao caso deste Partido.

Por outro lado, é verdade também que as Forças Armadas, com exceções, se não se opuseram à presença do partido em meio a si, acabaram vendo a organização mais como um instrumento do governo do que uma competidora pela direção do Estado - a qual inclusive podia ser eventualmente descartada, como o próprio Maduro ensaiou fazer com o *Movimiento Somos Venezuela*. Não foi nem é necessário que um militar seja um militante de destaque para que se torne alguém de relevância dentro da Revolução Bolivariana: o caso mais claro é o General Vladimir Padrino López, apontado por vezes como a segunda pessoa com maior poder na Venezuela hoje. Apesar de todo o alarde da oposição de direita, jamais se desenvolveu um sistema de comissários políticos que submetesse o militar à autoridade partidária. Concedemos: foram desenvolvidos mecanismos de formação ideológica dentro das Forças Armadas Bolivarianas, como palestras, distribuições de livros e atividades conjuntas. Além disso, todos os militares que eventualmente se juntarem ao PSUV terão de cursar a *Escuela de Formación Socialista Comandante Supremo Hugo Chávez*, uma exigência semi-oficial a todos que pleiteiam ascender na carreira da burocracia venezuelana desde meados de 2014. Há contudo uma diferença entre ser formado ideologicamente e estar submetido diretamente à autoridade de uma estrutura partidária - sobretudo quando a formação ideológica se dá nos marcos de uma organização relativamente fraca do ponto de vista organizacional, como o PSUV.

Por outro lado, não deixa de ser notório que algumas mudanças e medidas que efetivamente colocavam em cheque parte do poder e da autoridade corporativa das Forças Armadas venezuelanas tenham sido implementadas. Foi o caso, por exemplo, das medidas envolvendo a criação de grupos milicianos a partir de 2005 e, com mais impulso, 2009, e a assunção de tarefas militares (ao menos teoricamente) pelo PSUV. Foi também o caso

envolvendo a prisão do general Baduel em 2007 e, novamente, em 2017, tendo sido este oficial no início de 2018 destituído formalmente das Forças Armadas Bolivarianas junto a outros 13 altos oficiais. Estes fatos, contudo, não suscitaram nenhum levante de relevo entre as FANB, que não se viu atingida enquanto instituição mesmo quando a autoridade de um civil privava um general historicamente ligado ao bolivarianismo da sua dignidade de oficial militar. O *espírito de corpo* encontrava-se aqui relativizado.

Perlmutter e LeoGrande oferecem a indicação de uma tipologia para classificar casos de regimes limítrofes em que há fortes semelhanças com experiências propriamente comunistas, mas em que as Forças Armadas são o centro do poder do país. Se trataria de regimes marxistas-pretorianos (PERLMUTTER&LEOGRANDE, 1982, p. 786). Todavia, não desenvolvem tal conceito - motivo pelo qual não nos arriscamos a empregá-lo na descrição da Revolução Bolivariana.

Por algum tempo, se tentou explicar essa estranha combinação de obediência da tropa em face de medidas que relativizam seu poder combinada com a participação política de fato dos militares como se devendo a aspectos pessoais de Hugo Chávez. Em um momento inicial da experiência bolivariana, ainda em 2006, Xavier Rodríguez-Franco chegou a se referir a um *controle civil personalista* (RODRÍGUEZ-FRANCO, 2006) por parte de Chávez. Essa explicação, porém, se aproxima do nominalismo para classificar a relação entre autoridade política e instituição militar: se tudo se deve à personalidade ímpar de Chávez, não há nenhuma dinâmica social e institucional em especial que se possa estudar.

Acreditamos que a chave para compreender a dinâmica das relações entre civis e militares durante a Revolução Bolivariana seja melhor descrita da seguinte forma. Entre a ascensão de Chávez e sua morte, há uma tentativa de se estabelecer um Controle Civil de Penetração dentro das Forças Armadas. Essa tentativa era impulsionada por alguns setores do bolivarianismo e atingiu seu ápice por volta do ano de 2009-2010, quando ocorreu o II Congresso do PSUV. Neste Congresso, o PSUV expande suas tarefas militares de modo sensível, a níveis que nem o MVR nem o MBR-200 tinham jamais contemplado. É também este o ano em que se estruturam de modo mais claro as milícias bolivarianas e em que a pressão pela formação de comunas está a todo. Contudo, este impulso é freado e aos poucos cede-se aos setores bolivarianos mais burocráticos, numa fase que Heinz Dieterich<sup>131</sup> descreve como termidoriana para a Revolução Bolivariana (DIETERICH, 2020).

---

<sup>131</sup> O sociólogo alemão (hoje residente no México) cunhou a expressão “socialismo do século XXI” e foi até 2011 um apoiador de Chávez. Segue se identificando como apoiador da Revolução Bolivariana.

A partir daí, com os recorrentes afastamentos de Chávez, sua morte e a desmobilização das bases bolivarianas que ocorre durante o governo de Maduro (como com o aparelhamento das Comunas, por exemplo), o PSUV perde cada vez mais seu protagonismo político, inclusive face às Forças Armadas. Ainda que se aprofunde a criação de estruturas de base para tarefas de defesa como as UBCH e as RAAS, estas são percebidas muito mais como parte de uma estrutura de vigilância contra adversários do governo do que como parte de um esforço revolucionário independente da administração em curso. Esse esvaziamento se refletirá nas várias eleições após a morte de Chávez, quase sempre com altíssimos níveis de abstenção. É também nesta fase que os pronunciamentos das Forças Armadas em favor do governo se tornam muito mais frequentes, ocorrendo a praticamente cada crise de proa que ocorre - motivo pelo qual Dieterich afirma que Maduro só está no poder graças aos militares (DIETERICH, 2020).

Dada a debilidade organizacional do PSUV, assim, a estratégia que Maduro adotou para garantir a lealdade das Forças Armadas foi a de aprofundar enormemente a *colonização militar da administração pública*, revertendo o movimento para aprofundar o controle civil por penetração. A estratégia tem sido relativamente eficiente até aqui para garantir a obediência das tropas venezuelanas, mas pode se tornar um problema futuramente, a começar pelo caos administrativo e na estrutura de comando do país. Embora coloquemos em dúvida as recentes alegações de que a Venezuela tem mais generais e almirantes do que toda a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o ex-general Clíver Alcalá Cordones<sup>132</sup> aponta que a profusão de oficiais e a sobreposição de estruturas de comando de fato cria uma situação confusa, desagregando a unidade militar (ARMAS, 2019).

Desse modo, acreditamos poder afirmar que ao menos até 2010, o processo que chamamos de Revolução Bolivariana não pode ser caracterizado como um exemplo de pretorianismo. O que havia era um processo em disputa - não só com a oficialidade castrense, mas com também com outros setores sociais - que apontava para a implementação de um Controle Civil de Penetração nas Forças Armadas. Esse processo, contudo, não foi bem sucedido, recorrendo assim o governo a uma estratégia de permitir aos militares colonizar a administração civil venezuelana de modo amplo. A partir deste momento, que é já o dos meses finais de Chávez, é que as intervenções políticas das Forças Armadas Bolivarianas se

---

<sup>132</sup> Antigo apoiador da Revolução Bolivariana hoje na oposição, tendo se envolvido na Operação Gideão em Maio de 2020, cujo objetivo era assassinar Maduro e que contou, segundo Dieterich, com apoio de setores populares da Venezuela (DIETERICH, 2020). Se entregou a agências policiais dos Estados Unidos na Colômbia sob acusações de envolvimento com o suposto *Cartel de los Soles* (“Cartel dos Sóis”), um suposto cartel de traficantes de cocaína cujos componentes são do alto oficialato venezuelano - daí a referência aos “sóis”, símbolo do uniforme destes oficiais.



tornam mais frequentes, com ameaças constantes às oposições ao governo. Nesse sentido, caberia afirmar que há sim pretorianismo na Venezuela, mas sobretudo no período *sem o "caudilho"*.

Por sua vez, é necessário também reconhecer aqui que há algum grau de militarismo na sociedade venezuelana durante a Revolução Bolivariana. Conforme vimos, foram criadas estruturas civis que compõe ou auxiliam as forças militares venezuelanas ao longo do processo da Revolução, como o próprio PSUV, as UBCH, as RAAS e as Milícias Bolivarianas (as quais, contudo, encaminham-se a se tornar um elemento propriamente militar, no sentido burocrático da expressão). Essa militarização, porém, poderia ser considerada baixa. Ainda que os militares sejam elemento muito importante na militarização social, ajudando a elaborar eles próprios uma doutrina que persiga tal processo, o objetivo é basicamente defensivo, conforme vimos. Além disso, as redes de algumas destas organizações “militarizadoras” não possuem uma capilaridade social tão profunda, tal qual o próprio PSUV.

### **5.3. Comparação entre o caso venezuelano e o cubano.**

Ao pretendermos estudar as relações entre Partido e Forças Armadas nos casos cubanos e venezuelano de forma comparativa, aos poucos nos defrontamos com alguns problemas para realização de um cotejamento adequado entre ambos. Afinal de contas, apesar de um recorte similar na medida em que tratam-se de países caribenhos e com governos que entraram em rota de colisão com o imperialismo dos Estados Unidos pela esquerda, se tratam de experiências com vários elementos divergentes: enquanto uma se desenvolveu durante os anos da Guerra Fria, outra se inicia praticamente em meio à Guerra ao Terror; enquanto uma encarou rapidamente o isolamento dentro da própria América subdesenvolvida com a proliferação de ditaduras de direita, a outra se desenvolveu em um cenário regional mais favorável marcada pela ascensão de governos progressistas; se em um temos uma derrubada de governo através da combinação da luta armada com movimentos de massa como greves e manifestações, em outra temos uma ascensão através de eleições democráticas; ao passo que uma teve de se defrontar com uma rigorosa tentativa de invasão logo em seu início, a outra não teve episódios da mesma gravidade. Enfim, os exemplos são vários.

Ainda assim, acreditamos que exista validade na comparação entre estes processos. Ao compararmos ambos quanto ao seu início, é possível perceber algo em comum: em nenhum dos dois casos, havia um grupo de vanguarda em posse de uma efetiva máquina

partidária previamente organizada ao início dos processos políticos em questão. Havia sim organizações políticas de pequeno e médio porte, mas nenhum aparato massivo à frente do processo. Essa debilidade organizativa fará com que a relação entre partido e forças armadas mal seja uma questão no início de ambos os processos.

A diferença reside, contudo, no fato de que enquanto no caso venezuelano as Forças Armadas estavam efetivamente muito bem organizadas e profissionalizadas antes da ascensão da Revolução Bolivariana, o processo de estruturação destas no caso cubano inicia-se também conjuntamente com a tomada do aparato de Estado pelo M-26 (e demais organizações que optaram por se unir a ele).

Havia simpatia política dentro das Forças Armadas pelas lideranças em ambos processos. Os motivos, contudo, eram distintos. Enquanto no caso cubano a simpatia se devia ao fato simples de que havia sido a liderança do M-26 que fundara o *Ejército Rebelde*, no caso venezuelano a simpatia se devia a uma série de fatores: a presença do Plano *Andrés Bello*, a carreira militar prévia de algumas das lideranças do MVR e o longo processo de infiltração que parte da esquerda do país vinha realizando nas tropas.

Uma diferença, contudo, é que enquanto desde o início no processo cubano houve certa preocupação em formar politicamente as tropas das Forças Armadas, inclusive com a presença de estrutura de comando paralelas que se reportavam às organizações partidárias - o que gerava conflitos - , essa preocupação pouco se verificou no caso venezuelano. É difícil compreender o que motivou essa postura por parte da liderança bolivariana durante tanto tempo, mas em parte talvez se acreditasse que a mera simpatia ideológica motivada pelo ideal de união cívico-militar sem uma articulação a estruturas formalizadas de hierarquia e obediência fosse suficiente. Talvez a posição de força da liderança do PURSC e depois do PCC em face do *Ejército Rebelde* - fundado, como se sabe, por si própria - tenha lhe dado maior confiança do que a que Chávez e a liderança do MVR podiam contar.

Pouco surpreendentemente, logo movimentos contestatórios castrenses passaram a ocorrer no caso venezuelano, contando com um pequeno mas significativo volume de oficiais que em muitos casos se associaram a civis de forma relativamente subalterna (como durante Abril de 2002) ou como líderes de proa (no caso do movimento desenvolvido a partir da *Plaza Francia*) - sendo a primeira resolvida de modo extremamente apaziguador pelo bolivarianismo. Outra ruptura importante à direita, mas ainda dentro do espectro bolivariano, foi o caso do general Raúl Baduel, que em meio ao processo de formação do PSUV passou a ferrenha oposição a Chávez. Situações semelhantes não aconteceram no caso do *Ejército Rebelde*. É razoável supor que ao menos parte desta obediência por parte da oficialidade em

organização se devesse ao papel das organizações partidárias cubanas, ainda que fragilmente estruturadas durante a primeira década da Revolução - que havia interferência o suficiente para incomodar os oficiais cubanos é um fato. É verdade, porém, que quando Chávez e, depois, Maduro decidiram punir tais oficiais não houve insubordinação relevante na caserna venezuelana.

Em ambos os casos, o fato de que tais partidos assumiram para si tarefas de defesa e engendraram a formação de milícias e de estruturas de defesa civis (como grupos juvenis e de informação e vigilância) não foi objeto de maiores questionamentos por parte das Forças Armadas. Contudo, a dinâmica parece ter sido bem diferente: enquanto no caso do PCC tais políticas ocorreram na maior parte das vezes com o partido durante o processo de profissionalização (ou, no caso das MTTs, com o partido já profissionalizado), no caso do PSUV a formação de alguns destes grupos (como as Milícias Bolivarianas ou as UBCH) é praticamente concomitante à fundação do partido - em alguns casos, a organização concreta dos grupos armados institucionalizados retrocedia a momentos anteriores ao próprio PSUV (BUZETTO, 2011). O esperado em uma situação de normalidade liberal é que tal quebra do monopólio das atividades de defesa por civis fosse minimamente objeto de questionamento militar. Contudo, a ausência de questionamento talvez se deva a motivos distintos, que exploramos a seguir: enquanto no caso do PCC a estrutura partidária já exercia controle sobre as Forças Armadas (o qual tendeu a se aprofundar ao longo do tempo), não havendo assim maiores espaços de questionamento, no caso do PSUV a debilidade partidária era um indício justamente da baixa ameaça que tais novos grupamentos apresentavam de fato às prerrogativas das Forças Armadas. Esta é uma hipótese a se verificar.

Finalmente, pontuamos que a direção partidária adotou medidas bem diversas para manter a lealdade dos militares em situações que indicavam o início de crises severas. No caso da Venezuela, Maduro tem optado há anos pela estratégia que chamamos de *colonização militar* - a qual, como o caso da Operação Gideão demonstra, não tem sido totalmente eficiente. É, de qualquer modo, uma estratégia que não aponta para o enfrentamento ou doutrinação, e sim pela cooptação. Ora no caso da Cuba pré-1990, quando a direção partidária detectou indícios de insubordinação por parte do general Ochoa e outro grupo de oficiais, ainda que reduzido, a solução adotada foi executá-lo e impedir que o fato fosse politizável. Foi uma estratégia de enfrentamento. Não descartamos que, sobretudo após 1990, o PCC tenha adotado também a prática da colonização militar - ainda que talvez não no mesmo grau que Maduro. A questão é que, contudo, inicialmente não se optou pela conciliação, e sim pela subordinação violenta.

Essa opção, não temos dúvidas, se deveu à posição segura do PCC dentro da sociedade cubana e também dentro das FAR. Ela demorou anos para ser construída e consolidada e não vacilamos em afirmar que não teria ocorrido no mesmo grau sem o volumoso apoio concedido pela União Soviética. Outra é a situação da sociedade venezuelana e a posição do PSUV frente às Forças Armadas Bolivarianas.

## CONCLUSÃO

É muito comum vermos nos discursos favoráveis e contrários às Revoluções Cubana e Bolivariana uma projeção que identifica as duas experiências. Isso se deve a uma série de questões: proximidade geográfica, língua comum, alinhamento de ambas experiências à esquerda socialista, experiência histórica próxima, simpatias públicas cultivadas pelo Estado venezuelano e pelo Estado cubano, e, não menos importante, a figura de homens fardados à frente dos dois processos. Enfim, a lista é imensa. Contudo, quando nos detemos a analisar cada uma delas, as diferenças saltam aos olhos. Ao longo do processo, nos questionamos se é metodologicamente possível comparar as duas.

Em nossa pesquisa, acreditamos poder afirmar que obtivemos sucesso em encontrar ao menos alguns aspectos comparáveis ao analisarmos como se construíram as relações entre organizações partidárias e forças armadas nos dois casos. Ao fim e ao cabo, concluímos que a natureza das relações entre partidos e forças armadas nestes casos é sensivelmente diversa, com o primeiro possuindo a primazia na Cuba, sobretudo entre 1970 e 1990, e as segundas com um papel de maior relevância na Venezuela, sobretudo do momento da transição entre Chávez e Maduro em diante.

Seja como for, acreditamos poder dizer que a análise foi frutífera sobretudo por nos permitir perceber com clareza que as escolhas das elites políticas destes países pela incorporação e mobilização política dos militares em ambos os casos não se deveu a algum atavismo hispânico como propõe Ceresole. Em ambos os casos, eles se devem a escolhas feitas por agentes concretos em situações concretas: em Cuba, aliás, deve se ressaltar que assim que o PCC desenvolveu capacidades o suficiente a elite política praticamente deixou de utilizar das Forças Armadas para resolução de disputas políticas tal como fizera no começo da Revolução. Símbolo dessa capacidade é que hoje a ilha é governada por um civil há praticamente cinco anos sem que as imagens de uma transição catastrófica que conduziria a golpes pregadas tanto pela oposição liberal quanto por Ceresole tenham até agora se verificado. Ainda precisaremos de algum tempo para poder visualizar se as recentes manifestações de 2021 e a subsequente onda de abstencionismo eleitoral, que indicam uma debilitação do poder do PCC, farão com que o governo cubano opte por recorrer a soluções similares às venezuelanas para poder garantir a lealdade da tropa cubana.

Já no caso da Venezuela, a opção de aumentar de modo sensível a participação política das Forças Armadas se deveu justamente à crise gerada, em parte pela *ausência* do

“*caudillo*” e em parte pela debilidade do PSUV em conseguir mobilizar apoio suficiente para manutenção do governo do Maduro, o qual optou então por aprofundar de modo muito mais intenso o fenômeno de colonização militar da administração civil que, se já ocorrera em algum grau no período de Chávez, alcançou um patamar inaudito consigo. Tal aumento da participação militar, contudo, não correspondeu ao aprofundamento da Revolução Bolivariana, tal qual afirmava o neofascista argentino - a bem da verdade, arriscamos dizer que o aumento da participação militar na política venezuelana está caminhando de mãos dadas com uma burocratização sem precedentes que ameaça justamente uma série de conquistas do próprio processo bolivariano, tal qual o caso da CAMIMPEG ilustra muito bem.

É importante, contudo, sublinhar a historicidade deste processo de conformação (ou não conformação, no caso venezuelano) de uma direção política que seja tanto permeável de modo sensível às maiorias populacionais quanto capaz de impôr as suas demandas às Forças Armadas. No caso cubano, conforme apontamos, o PSP se afigurava já na década de 40 como o terceiro maior partido comunista na América Latina. Seu vacilo em aderir ao M-26 pode ter atrasado a criação de uma direção política institucionalizada às Forças Armadas cubanas e gerado atritos entre organizações políticas e aparato militar, mas a situação não foi incontornável. O passar do tempo permitiu a estruturação de uma organização partidária eficiente que segue ainda hoje com vigor suficiente.

No caso venezuelano, contudo, o PCV não tinha a mesma força política que o PSP gozava em Cuba, quanto mais os grupos menores da esquerda venezuelana que surgiram a partir da ruptura com o PCV. Além disso, nunca é demais lembrar, mas a perseguição e extermínio físico praticados contra os vários militantes da esquerda venezuelana que pegou em armas (o que particularmente no caso venezuelano abrangia o próprio Partido Comunista, sempre mais alinhado à União Soviética) efetivamente debilitaram as organizações venezuelanas a níveis que não se verificaram em Cuba. Paradoxalmente, o rigor da perseguição praticada durante a ordem *puntofijista* era fruto também do medo que a própria Revolução Cubana gerava na burguesia venezuelana.

Também relevante pontuar a questão de uma retaguarda internacional, presente no caso cubano e ausente no venezuelano. Não podemos deixar de considerar que o apoio político, militar e econômico fornecido pela União Soviética a Cuba permitiu que o PCC efetivamente se constituísse em órgão dirigente da República de Cuba, seguindo em boa medida os paradigmas soviéticos. É de se imaginar que um aparato político que tenha que se preocupar com o esforço de desenvolvimento energético de um país, por exemplo, tenha

menor disposição a se preocupar com desenhos institucionais para resolver a questão militar. Quando os problemas mais imediatos são melhor resolvidos através de acordos internacionais generosos, contudo, esforços maiores podem ser devotados para pensar em desenhos institucionais funcionais que levam ao controle organizacional dos militares. Nesse sentido, por exemplo, basta pensar no fato de que a profissionalização do partido fez com que ele pudesse liberar seus quadros da administração pública e de empresas para buscar realizar as tarefas de direção política durante a virada dos anos 1970, quando o apoio soviético se tornou mais sólido.

Tais subsídios permitiram e levaram à capacitação educacional, técnica e política de quadros do Partido a um custo relativamente baixo e em marcos institucionais e estruturais muito mais sólidos do que os revolucionários russos, por exemplo, quadros os quais possuíam a possibilidade de buscar apoio e dialogar com os soviéticos para efetivamente constituir um quadro organizacional e administrativo eficaz. Em certo sentido, menos apontavam uma via de desenvolvimento para que o PCC conseguisse exercer o controle político sobre as Forças Armadas cubanas.

Esse cenário também foi diverso no caso venezuelano. Não havia (e não há) qualquer retaguarda internacional no mesmo sentido que apoie a Revolução Bolivariana. Ela se desenvolveu e se desenvolve em um cenário no qual não existe qualquer potência global minimamente disposta a romper com o paradigma socioeconômico capitalista: de fato, seu surgimento se deu durante um momento histórico mundial no qual ela própria foi, talvez, o principal exemplo em que um movimento político levou à renovação da noção de revolução em um sentido positivo, tendencialmente humanista e que poderia adquirir um conteúdo de ruptura social.

Ainda que existissem conflitos entre China e Estados Unidos à época da ascensão de Chávez ao poder, a magnitude destas tensões não se aproximavam nem de perto das existentes entre União Soviética e Estados Unidos. Lembremos também que Vladimir Putin ascende praticamente no mesmo momento histórico de Chávez, sem contudo sinalizar à época qualquer pretensão sensível de rearranjo da ordem internacional, quanto mais o apoio e/ou fomento a movimentos revolucionários na distante América. Mantemos esta avaliação mesmo para o pós-Crise de 2008, cujos desdobramentos ainda sentimos e entre os quais colocamos o acirramento das tensões entre o bloco China e Rússia e os Estados Unidos. Esta nova competição não chegou até agora a criar uma retaguarda para a Venezuela como foi a União Soviética para Cuba. As relações entre Venezuela e estas duas potências em contradição com Washington foram até agora marcadas por elevado grau de pragmatismo, o

qual, na questão militar, fez com que também os envios de materiais bélicos se dessem sobretudo nos marcos de relações comerciais entre tais países - aliás, com predomínio russo neste âmbito. Em certo sentido, porém, a ausência de uma retaguarda reflete também a ausência de um inimigo tal qual no caso cubano. Conforme vimos e se sabe, o nível de enfrentamento com os interesses dos Estados Unidos no caso venezuelano foi menos intenso, sem nunca chegar ao mesmo nível que o da Revolução Cubana.

Talvez a questão central desse trabalho, no fim das contas, não seja propriamente a relação entre partidos e Forças Armadas, mas sim quem dirige estas e através de que modo. Nesse sentido, a eliminação da burguesia enquanto classe social politicamente atuante no caso cubano ainda dentro da vaga revolucionária inaugurada pelo Revolução de Outubro forneceu o esteio para que um partido de massas conseguisse efetivamente estruturar novas instituições militares e dirigir o novo Estado que se formava. A ausência dessa eliminação no caso venezuelano, com uma relação muito mais ziguezagueante com a burguesia e com o capitalismo em si, ajuda a compreender as diferenças entre ambos os processos.



## BIBLIOGRAFIA

ABN. “Chávez exigió expulsar del PSUV a quienes realicen campañas prematuras”. **ABN**, 2008. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20090130062952/http://www.abn.info.ve/go\\_news5.php?articulo=118216&lee=18](https://web.archive.org/web/20090130062952/http://www.abn.info.ve/go_news5.php?articulo=118216&lee=18)>. Acesso em 18 Dez 2022.

ABREUT, 1° Ten Boris E. González. *Fuerza popular*. Revista Verde Olivo, Ciudad de La Habana, n. 2, p. 49-51, 2013.

ALEKSÁNDROVA, M. “Construção de fábrica da Kalashnikov na Venezuela tem novo atraso”. *Russia Beyond*. 30 ago 2019. Disponível em: <<https://br.rbth.com/economia/82752-atrasa-construcao-f%C3%A1brica-kalashnikov-venezuela>>. Acesso em 09 jan 2021.

ALONSO, J. F. “The Ochoa Affair and its aftermath”. In: HOROWITZ, Irving Louis (org.). *Cuban Communism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1995.

ALVAREZ, Olivia Marin. *Milicias de Tropas Territoriales: el gran ejército popular de nuestra revolución*. Revista Verde Olivo, Ciudad de La Habana, n. 1, p. 4-9, 2014.

ANDRADE, E. O. “O debate sobre a construção do Estado socialista”. In: Osvaldo Coggiola. (Org.). *Revolução cubana - História e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, v. 1, p. 9-229.

ANFRA, Douglas Rogerio. *Friedrich Engels: guerra e política: uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares*. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

APORREA. “PSUV eligió delegados al congreso fundacional”. **Aporrea**, 2007. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/actualidad/n103390.html>>. Acesso em: 10 Dez 2022.

ARAUJO, Rafael; SHURSTER, Karl. (orgs) *A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente*.

Rio de Janeiro: Autografia; EdUPE, 2015

ARDANUY, F. M. S. “Gasto militar y políticas de excepción en la República de Cuba (1952-1965)”. *Memórias*, n. 22, p. 133-162, 2014.

ARGUELHES, D.O.T.; ALVES, V. C. “A urgência da leitura: Da Guerra, de Carl von Clausewitz no bloco de notas de Vladimir Lênin”. *Revista Brasileira de Estudos e Defesa*, v. 6, p. 233-254, 2019

ARMAS, M. “Con 20 empresas la FANB acapara el poder económico”. *Crónica Uno*, 20 ago 2017. Disponível em: <<https://cronica.uno/20-empresas-la-fanb-acapara-poder-economico/>> . Acesso em: 09 jan 2021.

\_\_\_\_\_. “REPORTE ESPECIAL-El misterio de Maduro: ¿Por qué los militares aún defienden al asediado líder de Venezuela?”. *Reuters*, 28 Jun 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/venezuela-militares-idLTAKCN1TT1OZ>>. Acesso em: 03 Jan 2023.

ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz - 2. A era planetária*. Brasília: Edunb, 1986.

ÁVILA, K. “¿Qué son las milicias?”. *Aporrea*, 2020. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/ddhh/a292140.html>>. Acesso em 20 Dez 2022.

BANDEIRA, Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Editora Record), 2009.

BARRÁEZ, S. “A 20 años de la resistencia en Plaza Altamira, un contralmirante recordó por qué enfrentaron a Hugo Chávez”. *Infobae*, 25 de Outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/venezuela/2022/10/25/a-20-anos-de-la-resistencia-en-plaza-altamira-un-contralmirante-recordo-por-que-enfrentaron-a-hugo-chavez/>>. Acesso em: 10 Jan 2023.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Escritos Estratégicos*. São Paulo: Editora Maria

Antônia, 2019.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Segunda versão remodelada e muito ampliada (Versão Digital) 2015. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/labirintos-do-fascismo.pdf>>. Acesso em: 27 dez 2022;

BEVINS, Vincent. *O Método Jacarta: a Cruzada Anticomunista e o Programa de Assassinatos em Massa que Moldou o Nosso Mundo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

BRAVO, D. “Carta del 20 Octubre de 1965”. In: GARRIDO, Alberto. *Guerrilla y Revolución Bolivariana*. Mérida: Ediciones del Autor, 2003a, p. 97-137.

\_\_\_\_\_. “Documento de la Montaña”. In: GARRIDO, Alberto. *Guerrilla y Revolución Bolivariana*. Mérida: Ediciones del Autor, 2003b, p. 77-96.

\_\_\_\_\_. “La unidad civico militar”. In: GARRIDO, Alberto. *La Revolución Bolivariana: De la Guerilla al Militarismo*. Mérida: Ediciones del Autor, 2000.

BROWN, J. “The *bandido* counterrevolution in Cuba, 1959-1965”. In: *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. 2017, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/71412>>. Acesso em 29 Set 2022.

BUSTO, E. A. *La formación histórica del pensamiento político e ideológico de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana - 1957-2015*. 2019. 323 F. Tese (Doutorado em História) - Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

BUTTÓ, L. A. “Armed Forces and Politics in the Bolivarian Revolution”. *Politeja*, No. 24, *Venezuelan Studies*, p. 163-178, 2013.

\_\_\_\_\_. “Revolución Bolivariana y Estado Cuartel en Venezuela”. In: BUTTÓ, L. A.; OLIVAR, J. A. (org). *El estado cuartel en Venezuela: radiografía de un proyecto autoritario*. Caracas: Universidad Metropolitana, 2018.

\_\_\_\_\_. *La construcción del Estado cuartel en Venezuela*. Mundo Nuevo: revista de Estudios Latinoamericanos. Caracas. Año VI. Nº 15 (jul-dic), 2014.

\_\_\_\_\_. "Nuevo profesionalismo militar de seguridad interna y desarrollo nacional e intervención política de militares populistas y radicales en Venezuela". In: IRWIN, D.; FRÉDERIQUE, L. (Org.). *Militares y poder*. Ensayos Históricos vinculados con las relaciones civiles y militares venezolanas. Caracas: UCAB-UPEL, 2005, p. 139-177.

BUZETTO, M. "Guerra de todo o povo": a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana. 2011. 334 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CALEGARI, A. P. C. "As táticas e as relações políticas dos comunistas cubanos no contexto da ditadura de Fulgencio Batista, Cuba, 1952-1956". *Revista Latino-Americana de História*, v. 7, p. 130-147, 2018.

CAMARGO, Murilo *et al.* *Economia de defesa, interesses estratégicos e a crise política na Venezuela*. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xvi\\_cadn/economiaa\\_dea\\_defesaa\\_interesses\\_ea\\_estrategicosa\\_ea\\_aa\\_crisea\\_politicaa\\_naa\\_venezuelaa\\_atual.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/economiaa_dea_defesaa_interesses_ea_estrategicosa_ea_aa_crisea_politicaa_naa_venezuelaa_atual.pdf)>. Acesso em: 05 Jul 2020.

CARUSO, D. S. *Decifrando a Revolução Bolivariana: Estado e luta de classes na Venezuela contemporânea*. 2017. 480 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CARLSON, Chris. "Chavez Presents Plan for Socialist Unity Party of Venezuela". **venezuelanalysis.com**, 07 de Março de 2007. Disponível em: <<http://venezuelanalysis.com/news/2259>>. Acesso em: 10 Dez 2022.

CASTAÑEDA, Jorge Gutman. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

CASTRO, Fidel. "Denounces Bureaucracy and Sectarianism". Disponível em:

<<http://www.walterlippmann.com/fc-03-26-1962.html>>. Acesso em: 22 Out 2022.

\_\_\_\_\_. “Discurso pronunciado por el comandante en jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto central en conmemoración del XX aniversario del ataque al Cuartel Moncada, efectuado en el antiguo Cuartel convertido hoy en Escuela en Santiago de Cuba, el 26 de Julio de 1973, “Año del XX Aniversario”. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1973/esp/f260773e.html>>. Acesso em 20 Out 2022.

CAVIM. *Reseña histórica*. Disponível em: <<http://www.cavim.com.ve/index.php/resena-historica/>>. Acesso em: 05 Jan 2023.

CERESOLE, Norberto, *Caudillo, ejército, pueblo: la Venezuela del comandante Chávez*. Madrid: Estudios Hispano-Arabes, 2000.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL DE VENEZUELA. *Resultados Electorales*. CNE, 2023. Disponível em: <[http://www.cne.gob.ve/web/estadisticas/index\\_resultados\\_elecciones.php](http://www.cne.gob.ve/web/estadisticas/index_resultados_elecciones.php)>. Acesso em 10 Jan 2023.

CORDEIRO, I.R.X. *A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960: Régis Debray e o foquismo*. 2010. 84 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010.

CORREO DEL ORINOCO. “Los comicios serían el 20-J. PSUV convoca a elecciones de delegados de las UBCH para Congreso interno”. **Correo del Orinoco**, 2014. Disponível em: <<http://www.correodelorinoco.gob.ve/psuv-convoca-a-elecciones-delegados-ubch-para-congreso-interno/>>. Acesso em: 19 Dez 2022.

CORTE, MARÍA LILIBETH. “Los que se quieran ir, váyanse, pero escojan bien cómo irse”. **El Universal**, 19 de Março de 2007. Disponível em: <[https://web.archive.org/web/20070322164128/http://www.eluniversal.com/2007/03/19/pol\\_](https://web.archive.org/web/20070322164128/http://www.eluniversal.com/2007/03/19/pol_)

art\_los-que-se-quieran\_216609.shtml>. Acesso em: 15 Dez 2022.

CUBA. Constituição (1992). *Constitución de la República de Cuba*. Disponível em: <parlamentocubano.cu/index.php/constitucion-de-la-republica-de-cuba/>. Acesso em: 22 Out 2022.

\_\_\_\_\_. *Ley número 75 de la defensa nacional*, 21 de diciembre de 1994. Disponível em: <parlamentocubano.cu/index.php/documento/ley-de-la-defensa-nacional/>. Acesso em: 22 Out 2022.

CUNHA, P. R. da. “Revolução russa e ação política: militares na história”. *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 149–180, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/354>. Acesso em: 16 jan. 2022.

DANCINI, A. N. ; MELO, J. J. P. “A crítica de Marx a Bolívar e a crítica de um marxista latino-americano a Marx”. *Revista NUPEM*, v. 6, p. 219-231, 2014.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução?*. Havana: Casa de las Americas, 1967a.

\_\_\_\_\_. *¿Revolución en la Revolución?*. Havana: Casa de las Americas, 1967b.

DIAMINT, R. “A New Militarism in Latin America”. *Journal of Democracy*, 26 (4), p. 155-168, 2015.

DIETERICH, Heinz. *La Democracia Participativa - el socialismo del siglo XXI*. Vitoria-Gasteiz: Gara Egunkaria, 2006.

\_\_\_\_\_. "La doctrina militar cubana y las lecciones de Irak y Kosovo". In: DIETERICH, H. (Org.). *La integración militar del bloque regional de poder latinoamericano*. Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones - Alcaldía de Caracas, 2004. p. 101 -122.

\_\_\_\_\_. Maduro acabou com o projeto chavista e agora acaba com a nação; estamos nos tornando algo como Iraque e Líbia. [Entrevista concedida a] Gabriel Brito. **Correio da**

**Cidadania**, 22 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/601224-maduro-acabou-com-o-projeto-chavista-e-agora-acaba-com-a-nacao-estamos-nos-tornando-algo-como-iraque-e-libia-entrevista-com-heinz-dieterich>>. Acesso em: 15 Jan 2023.

DOSAL, Paul Jaime. *Comandante Che: guerrilheiro, líder e estrategista. 1956-1967*. São Paulo: Globo, 2005.

EXÉRCITO, Estado-Maior do. *Glossário de termos e expressões para uso no Exército*. Brasília: EGGCF, 2009.

EXÉRCITO INSURGENTE DA UCRÂNIA. **Declaration of the Revolutionary Insurgent Army of the Ukraine**. 2021. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/makhno-nestor/works/1920/declaration-of-the-revolutionary-insurgent-army.html>>. Acesso em: 27 Dez 2021.

FARIAS, Déborah Barros Leal. “Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2008, v. 51, n. 1, p. 105-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000100006>>. Acesso em: 29 Dez 2021.

FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Oliveiros. *Clausewitz e a política*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 1994, n. 34, p. 27-35.

\_\_\_\_\_. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

FINER, Samuel. *The Man on the Horseback*. Transaction, New Brunswick, 2002.

FUJIMOTO, Juliana. *A guerra indígena como guerra colonial: as representações e o lugar da belicosidade indígena e da antropofagia no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GARRIDO, Alberto. *Guerrilla y Revolución Bolivariana*. Mérida: Ediciones del Autor, 2003.

\_\_\_\_\_. *Hugo Chávez con uniforme*. Mérida: Ediciones del Autor, 2007.

\_\_\_\_\_. *La Historia Secreta de la Revolución Bolivariana*. Mérida: Editorial Venezolana, 2000a.

\_\_\_\_\_. *La Revolución Bolivariana: De la Guerilla al Militarismo*. Mérida: Ediciones del Autor, 2000b.

GEORGE, Edward. *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991*. From Che Guevara to Cuito Canavale. Nova Iorque: Frank Cass, 2005.

Giantomasi, S. *Profesionalización de las Fuerzas Armadas de Venezuela*. Influencia del Plano Andrés Bello en la promoción de Simón Bolívar en la academia militar de Venezuela. 1971-1975. 304 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2019.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (2000). Caracas: Ediciones de la Presidência da la República.

GOURÉ, L. “ ‘War of all the People’: Cuba’s Military Doctrines”. In: HOROWITZ, Irving Louis (org.). *Cuban Communism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.

GUEVARA, Ernesto Che. *Guerrilla Warfare*. Winnipeg: Bison Books, 1998.

\_\_\_\_\_. “Mensagem aos Povos através da Tricontinental”. In: GUEVARA, Che. *Por uma revolução internacional*. São Paulo: Edições Populares, 1981a.

\_\_\_\_\_. “Tática e Estratégia da revolução latino-americana”. In: GUEVARA, Che. *Por uma revolução internacional*. São Paulo: Edições Populares, 1981b.



HARNECKER, M. “A Venezuela pós-referendo: os novos desafios”. 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/harnecker/2004/02/24-1.htm>>. Acesso em 14 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. *Militares Junto al Pueblo*. Entrevista a nueve comandantes venezuelanos que protagonizaron el retorno de Chávez a la Presidencia de la República, luego del fallido golpe del 11 de Abril de 2002. Caracas: Ministerio de Comunicaciones, 2005.

HATZKY, Christine. *Cubans in Angola: South-South Cooperation and Transfer of Knowledge, 1976–1991*. Wisconsin: Universidade de Wisconsin, 2015.

HETLAND, G. “From System Collapse to Chavista Hegemony: The Party Question in Bolivarian Venezuela”. *Latin American Perspectives*. Vol. 44, No. 1. Janeiro 2017, p. 17-36.

HOROWITZ, I. L. “Military Origins and Outcomes of the Cuban Revolution”. In: HOROWITZ, Irving Louis (org.). *Cuban Communism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. *A Ordem Política das sociedades em mudança*. São Paulo: Forense-Universitária - EDUSP, 1975.

\_\_\_\_\_. *O soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1996

INFLUÊNCIA de Cuba na crise venezuelana. **defesanet**, 2019. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ven/noticia/32283/A-influencia-de-Cuba-na-crise-venezuelana/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

INFOBAE. “Contraataque de Maduro: alista las ‘Unidades de Batalla Hugo Chávez’ ”. **Infobae**, 2014. Disponível em: <<https://www.infobae.com/2014/02/18/1544528-contrataque-maduro-alista-las-unidades-batalla-hugo-chavez/>>. Acesso em: 20 Dez 2022.

IRIARTE, A. “Submetralladora creada por CAVIM ‘se deforma a los 300 tiros’”. *CCNesnoticias*. 12 jun 2019. Disponível em:

<<https://ccnesnoticias.com/2019/06/12/subametralladora-creada-por-cavim-se-deforma-a-los-300-tiros/>>. Acesso em: 05 jan 2022

IRWIN, D. “Pretorianismo e Historia en Venezuela”. **Tiempo y Espacio**, Caracas , v. 18, n. 50, p. 221-250, Dezembro de 2008. Disponível em: <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1315-94962008000200003&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-94962008000200003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 21 Dez 2022.

IRWIN, Domingos; MICETT, Ingrid. *Caudillos, militares y poder*. Una historia del pretorianismo en Venezuela. Caracs: Universidad Católica Andrés Bello, 2008.

\_\_\_\_\_. “De caudillos a pretorianos. Una Periodización de la realidad militar venezolana, siglos XIX y XX”. *Nuevo mundo, mundos nuevos*, Nº. 11, 2011a. Disponível em: <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0254-16372011000100003&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-16372011000100003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 21 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. “Logias Militares Venezolanas y Conspiración, 1972-febrero de 1992”. **Argos**, Caracas, v. 28, n. 54, p. 61-86, 2011b. Disponível em: <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0254-16372011000100003&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-16372011000100003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 21 Dez 2022.

KELLNER, Douglas. *Ernesto “Che” Guevara*. Chelsea: Chelsea House Publishers, 1989.

KISELYCZNYK, M.; SAUNDER, P. “Civil-military relations in China: Assessing the PLA’s role in Elite Politics”. 2010, *China Strategic Perspectives*, n. 2. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/Publications/Article/717802/civil-military-relations-in-china-assessing-the-plas-role-in-elite-politics/>>. Acesso em: 30 Dez 2021.

LAUGNEAU, L. “*Le président Chavez présente un drone fabriqué au Venezuela*”. *Opex 360*. 16 jun 2012. Disponível em: <<http://www.opex360.com/2012/06/16/le-president-chavez-presente-un-drone-fabrique-au-ve-nezuela/>>. Acesso em: 05 jan 2022

LEOGRANDE, W. M. "Party Development in Revolutionary Cuba". In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 21, n. 4. p. 457-480. 1979. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/165681>> . Acesso em 25 Set 2022.

\_\_\_\_\_. "The Communist Party since the First Congress". In: *Journal Latin American Studies*, vol. 12, n. 2, p. 397-419. 1980. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/156503>>. Acesso em 27 Set 2022.

LÊNIN, Vladimir. **O Exército e a Revolução**. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/11/15.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **O Programa Militar da Revolução Proletária**. 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/09/programa.htm>> . Acesso em: 20 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Milícia Proletária**. 2020. Disponível em: <<https://www.novacultura.info/post/2020/06/10/lenin-sobre-a-milicia-proletaria>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LIBERATOR, N; NETO, L. "O neofascismo com cara de esquerda". **Revista Badaró**, 2020. Disponível em: <<https://www.revistabadaro.com.br/2020/03/07/o-neofascismo-com-cara-de-esquerda/>>. Acesso em: 15 Jan 2022.

LLANO, Gabriela Pulido; RODRÍGUEZ, Laura Beatriz Moreno. *El Asesinato de Julio Mela: informes cruzados entre Mexico y Cuba*. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2018.

MAO, José Rodrigues Jr. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)*. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital, 2007.

\_\_\_\_\_. "Os Recentes Fuzilamentos e a Questão dos Direitos Humanos em Cuba". **Revista ADUSP**, São Paulo, p. 38 - 42, 01 Nov 2003.

MAO, Tsétung. **Problemas da Guerra e da Estratégia**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/11/06.htm#r12>>. Acesso em: 20 de set. de 2021.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MÁRQUEZ, Carlos Ricardo. “Julio Antonio Mella y el trotskismo”. **América Socialista**, 2021. Disponível em: <<https://americasocialista.org/julio-antonio-mella-y-el-trotskyismo/>>. Acesso em: 17 Set 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F.; LENIN, V. *Escritos Militares*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1981.

MATTHEWS, J. “‘The Vanguard of Sacrifice’? Political Commissars in the Republican Popular Army during the Spanish Civil War, 1936–1939”. *War in History*, v. 21, No. 1 (Janeiro, 2014), p. 82-101.

MAYA, M. L. “Movilización, institucionalidad y legitimidad en Venezuela”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas, vol.9, n. 1, p. 211-226, 2003.

\_\_\_\_\_. *Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Tradução de Flavia Benedito (do original *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. 2ª ed. Caracas: Alfadil, 2005) versão *ebook*, 2009.

MESA-LAGO, C. “El proceso de rectificación en Cuba: causas políticas y efectos económicos”. In: *Revista de estudios políticos*. n. 74, p. 497-532. 1991. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/27122.pdf>>. Acesso em: 12 Set 2022.

MINFAR. *Servicio Militar Voluntario Femenino (SMVF)*. 2022. Disponível em:

<<https://www.minfar.gob.cu/servicio-militar/servicio-militar-voluntario-femenino-smvf>>. Acesso em: 20 Set 2022.

MONITOREAMOS. “A golpes y disparos se enfrentó el clan Chávez por candidatura del PSUV en Barinas”. **Monitoreamos**, 2021. Disponível em: <<https://monitoreamos.com/destacado/a-golpes-y-disparos-se-enfrento-el-clan-chavez-en-disputa-por-candidatura-del-psuv-en-barinas>>. Acesso em: 23 Dez 2022.

MORA, F. “From Fidelismo to Raulismo: Civilian Control of the Military in Cuba”. In: *Problems of Post-Communism*, vol. 46, p. 25-38. 1999.

MUJÁL-LEÓN, E. “Higher Education”. In: HOROWITZ, Irving Louis (org.). *Cuban Communism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1995.

MUJÁL-LEÓN, E; BUZÓN, L. “Exceptionalism and Beyond: Civil-Military Relations in Cuba, 1986-2008”. In: *Annual Proceedings of The Association for the Study of the Cuban Economy*, vol. 18. 2008.

NORDEN, D. *Civilian Authority Without Civilian Dominance? Assessing Venezuelan Political-Military Relations under Chavez*. Nueva Sociedad. Buenos Aires. nº 213 (8), 170-187.

NORDLINGER, Eric. *Soldiers in Politics: Military Coups and Governments*. New Jersey: Englewoods Cliffs, Printice Hall, 1977.

ORTEGA, A. “Venezuela: o vale das sombras e a montanha moral de Safatle”. **Revista Opera**, 2019. Disponível em: <<https://revistaopera.com.br/2019/01/27/venezuela-o-vale-das-sombras-e-a-montanha-moral-de-safatle/>>. Acesso em: 15 Jan 2022.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. *Informe Central al III Congreso del Partido Comunista de Cuba*. 1985. Disponível em: [https://www.pcc.cu/sites/default/files/informe-central/2020-07/informe\\_central\\_iii\\_congreso\\_del\\_partido\\_comunista\\_de\\_cuba.pdf](https://www.pcc.cu/sites/default/files/informe-central/2020-07/informe_central_iii_congreso_del_partido_comunista_de_cuba.pdf)

\_\_\_\_\_. *Informe Central al V Congreso del Partido Comunista de Cuba*. 1991. Disponível em:

<[https://www.pcc.cu/sites/default/files/informe-central/2020-07/informe\\_central\\_v\\_congreso.pdf](https://www.pcc.cu/sites/default/files/informe-central/2020-07/informe_central_v_congreso.pdf)>. Acesso em: 12 Set 2022.

\_\_\_\_\_. *Informe del Comité Central del PCC al Primer Congreso*. 1975a. Disponível em:

<<https://www.pcc.cu/sites/default/files/informe-central/2021-04/INFORME%20DEL%20COMIT%C3%89%20CENTRAL%20DEL%20PCC%20AL%20PRIMER%20CONGRESO%20.pdf>>. Acesso em: 10 Set 2022.

\_\_\_\_\_. *Sobre la vida interna del Partido*. 1975b. Disponível em:

<<http://www.pcc.cu/sites/default/files/tesis-resoluciones/2020-07/sobre-la-vida-interna-del-partido.pdf>>. Acesso em: 10 Set 2022.

\_\_\_\_\_. *Resoluciones sobre la vida interna del Partido*. 1980. Disponível em:

<[https://www.pcc.cu/sites/default/files/tesis-resoluciones/2020-07/resoluciones\\_sobre\\_la\\_vida\\_interna\\_del\\_partido.pdf](https://www.pcc.cu/sites/default/files/tesis-resoluciones/2020-07/resoluciones_sobre_la_vida_interna_del_partido.pdf)>. Acesso em: 10 Set 2022.

PENIDO, A. A. O.; COLMENAREZ, E.; SCALDAFERRI, L. “A educação dos militares na Venezuela”. *Epistemologias do Sul*, v. 5, p. 148-169, 2021.

PEREZ, José R. P. “El giro ideológico de la FANB: la concepción marxista-leninista de guerra revolucionaria y el nuevo pensamiento militar venezolano”. *Mundo Nuevo: revista de Estudios Latinoamericanos*. Caracas. Año VI. nº 15 (jul-dic), 2014.

PÉREZ-LOPEZ, J. F (1996). “Cuban Military Expenditures: Concepts Data and Burden Measures”. *Annual Proceedings*, 1996, vol. 6.

PERLMUTTER, A. e LEOGRANDE, W. M. “The party in uniform: toward a theory of civil-military relations in communist political systems”. *American Political Science Review*, 76, p. 778-789, 1982.

PERLMUTTER, A. “The Praetorian State and the Praetorian Army: Toward a Taxonomy of

Civil-Military Relations in Developing Polities”. *Comparative Politics*, Vol. 1, No. 3 (Apr.), p. 382-404, 1969.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil: interpretações sobre a cisão de 1962*. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2000.

PSUV. *Bases Programáticas*. PSUV, 2010a. Disponível em: <[http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2010/06/Bases\\_program%C3%A1ticas.pdf](http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2010/06/Bases_program%C3%A1ticas.pdf)>. Acesso em 15 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. *Boletín N° 121 del Partido Socialista Unido de Venezuela*. PSUV, 2018. Disponível em: <[http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2018/10/Boletin\\_No128.pdf](http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2018/10/Boletin_No128.pdf)>. Acesso em 20 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. *Boletín N° 294 del Partido Socialista Unido de Venezuela*. PSUV, 2022. Disponível em: <[http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2022/04/Boletin\\_No294.pdf](http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2022/04/Boletin_No294.pdf)>. Acesso em 20 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. *Decálogo de las Unidades de Batalla Hugo Chávez (UBCh)*. PSUV, 2014. Disponível em: <<http://www.psu.org.ve/decalogo-ubch/>>. Acesso em 15 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. *Declaración de Principios*. PSUV, 2010b. Disponível em: <<http://www.psu.org.ve/psuv/declaracion-principios/>>. Acesso em 15 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. *Estatuto de la Juventud del Partido Socialista Unido de Venezuela*. PSUV, 2008. Disponível em: <[http://juventud.psu.org.ve/wp-content/uploads/2008/09/estatuto\\_de\\_la\\_juventud\\_psu.doc](http://juventud.psu.org.ve/wp-content/uploads/2008/09/estatuto_de_la_juventud_psu.doc)>. Acesso em 15 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. *Estatutos del Partido*. PSUV, 2010c. Disponível em: <[http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2020/01/Estatutos\\_del\\_Partido\\_PSU.pdf](http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2020/01/Estatutos_del_Partido_PSU.pdf)>. Acesso em 15 Dez 2022.

\_\_\_\_\_. “PSUV, corazón de los grandes procesos políticos de Venezuela”. **PSUV**, 2009d. Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/PSUV-corazon-de-los-grandes-procesos-politicos-de-Venezuela/#.Y8B3vRXMJPZ>>. Acesso em: 01 Jan 2023.

RAATZ, L. “Venezuela constrói drone com ajuda do Irã”. *O Estado de São Paulo*. 15 jul 2012. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/362533/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 jan 2022.

RAPOPORT, Anatole. *Prefácio*. In: CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

REPORTERO 24. “CAVIM: suspenden fabricación de pistola Zamorana”. 28 mai 2011. Disponível em: <<https://www.reportero24.com/2011/05/28/cavim-suspenden-fabricacion-de-pistola-zamoran-a-2/>>. Acesso em: 05 jan 2021.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Ley de presupuesto 2003. Disponível em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/Ley-de-Presupuesto-2003.pdf>>. Acesso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Ley de presupuesto 2005. Disponível em: <[https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/Ley\\_de\\_Presupuesto\\_2005.pdf](https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/Ley_de_Presupuesto_2005.pdf)>. Acesso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Ley de presupuesto 2006. Disponível em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/02-Ley-de-Presupuesto-2006.pdf>>. Acesso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Ley de presupuesto 2007. Disponível em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/02.-Ley-de-Presupuesto-2007.pdf>>. Acesso em 10 jan 2022.



\_\_\_\_\_. Ley de presupuesto para el ejercicio fiscal 2008 \_\_\_\_\_. Ley de presupuesto 2008 - Título I, II y III. Disponible em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/02.1.Ley-de-Presupuesto-2008-T%C3%ADtulo-I-II.pdf>>; <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/02.2.-Ley-de-Presupuesto-2008-T%C3%ADtulo-III.pdf>>. Acceso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Ley de presupuesto para el ejercicio fiscal 2009 - Título I y II. Disponible em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/11/02.1.-Ley-de-Presupuesto-2009-T%C3%ADtulo-I-II-1.pdf>>. Acceso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Ley de Presupuesto para el ejercicio fiscal 2010 - Título I, II, III y IV . Disponible em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/02.1.-Ley-de-Presupuesto-2010-T%C3%ADtulo-I-II.pdf>>; <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/02.2.-Ley-de-Presupuesto-2010-Titulo-III-.pdf>>; <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Ley-de-Presupuesto-2010-T%C3%ADtulo-IV.pdf>>. Acceso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Proyecto de Ley de Presupuesto para el ejercicio fiscal 2011 - Título I, II y IV . Disponible em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-2011-T%C3%ADtulo-I-II.pdf>>; <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Ley-de-Presupuesto-2011-Titulo-IV.pdf>>. Acceso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Proyecto de Ley de Presupuesto para el ejercicio fiscal 2013 - Título II, III y IV. Disponible em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-2013.-T%C3%ADtulo-II.pdf>>; <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-2013.-T%C3%ADtulo-III.pdf>>; <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-2013.-T%C3%ADtulo-IV.pdf>>. Acceso em 10 jan 2022.

Dtulo-III.pdf;

<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-2013.-T%C3%ADtulo-IV.pdf>>. Acesso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Proyecto de Ley de Presupuesto para el ejercicio fiscal 2014 - Título I. Disponível em:

<<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-2014.-T%C3%AADtulo-I.pdf>> . Acesso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Proyecto de Ley de Presupuesto para el ejercicio fiscal 2015 - Título I, II, III y IV. Disponível

em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Titulo-I.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Titulo-II.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Titulo-III-Tomo-I.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Titulo-III-Tomo-II.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-2015-T%C3%ADtulo-IV.pdf>>. Acesso em 10 jan 2021.

\_\_\_\_\_. Proyecto de Ley de Presupuesto para el ejercicio fiscal 2016 - Título I, II, III y IV. Disponível

em: <<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-de-Presupuesto-2016-T%C3%ADtulo-II.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Proyecto-de-Ley-de-Presupuesto-2016-T%C3%ADtulo-III1.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Titulo-II.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Titulo-III-Tomo-I.pdf>;  
<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2016/07/Titulo-III-Tomo-II.pdf>>. Acesso em 10 jan 2022.

\_\_\_\_\_. Presupuesto para el ejercicio económico financeiro 2017. Título III Tomo I. Disponível em:

<<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/Presupuesto-2017-T%C3%ADtulo-III-Tomo-I.pdf>>

ulo-II-Tomo-I.pdf;

<https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2017/02/Presupuesto-2017-T%C3%ADulo-III-Tomo-I.pdf>>. Acesso em 10 jan 2022.

ROBLIN, Sebastien. *\$10 Billion in the Hole: Venezuela Owes Russia Tons of Money for Weapons*. *National Interest*, 2019. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/10-billion-hole-venezuela-owes-russia-tons-money-weapons-93906>>. Acesso em: 29 Jul 2022.

RODRÍGUEZ-FRANCO, X. “La Democracia Uniformada: el poder militar en Venezuela”. *POLIS*, vol.2, num. 1, p. 245-272, 2006.

ROJAS, E. “¿Quién manda más en el Psuv: Maduro o Diosdado?”. *Aporrea*, 2021. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/actualidad/a304957.html>>. Acesso em: 22 Dez 2022.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. O treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada - Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo: UNESP, 1999.

SALES, Jean Rodrigues. “A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil”. *Tempo*. 2009, v. 14, n. 27, p. 199-217. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200013>>. Acesso em 29 Dez 2021.

SANTOS, R. P. “En cada cuadra un comité, en cada barrio revolución”: os CDR e a participação popular na transição socialista em Cuba (1960-1975). 2017. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, P. V. F. “Os usos da idéia agostiniana de guerra santa na fundamentação teórica da suma potestadis de Inocêncio III (1160-1216)”. In: XIV Encontro Regional de História da

ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. Resumos do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: NUMEM, 2010.

SCARTEZINI, N. “As Forças Armadas Bolivarianas: povo em armas?” *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 10, p. 53-60, 2011.

SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político. Teoria do Partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SECCO, Lincoln. “A Guerra da Venezuela”. *Resistência*, 2019. Disponível em: <<https://www.resistencia.cc/a-guerra-da-venezuela/>>. Acesso em: 29 de set. de 2019.

SENA, C. M. (2014). *Los comunistas cubanos y las luchas por el poder en los años 50*. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas*, 7(2), 237–256.

SESIN, C. “In Venezuela, Some Party Loyalists Look Past Maduro for Next President”. **NBCNews**, 2017. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/news/latino/venezuela-some-party-loyalists-look-past-maduro-next-president-n811926>>. Acesso em 20 Dez 2022.

SILVA, P. “Mucho cuidado con la orden que dio Diosdado”. **Aporrea**, 2019. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/ideologia/a283663.html>>. Acesso em: 20 Dez 2022.

SILVEIRA, Éder da Silva. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. *Anos 90, Porto Alegre*, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013.

SPINOZA, M. D. “*Venezuela fabricará pistolas y subametralladoras*”. *Segured*. 25 ago 2005. Disponível em: <<https://segured.com/2005/08/25/venezuela-fabricara-pistolas-y-subametralladoras/>>. Acesso em: 05 jan 2021.

STEPAN, A. “The new professionalism of internal warfare and military role expansion” In: STEPAN, A. (org.). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven: Yale University Press, 1973, p. 47-65.

STRAKA, T. “El socialismo pretoriano”. *Nueva Sociedad*, Caracas, 2016. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/el-socialismo-pretoriano/>>. Acesso em 10 Dez 2022.

TENNANT, G.A. *Dissident Cuban Communism: The case of trotskyism, 1932-1965*. 1999. 443 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Bradford, Bradford.

TRANSPARENCIA VENEZUELA. “El gobierno aprobó a los militares créditos adicionales que superan el presupuesto nacional 2018”. *Transparencia Venezuela*. 04 jul 2018. Disponível em : <<https://transparencia.org.ve/el-gobierno-aprobo-a-los-militares-creditos-adicionales-que-sup-eran-el-presupuesto-nacional-2018/>>. Acesso em: 09 jan 2021.

TUKATCHEVSKY, Mikhail. *O Exército Vermelho*. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/12/117266/>>. Acesso em: 28 Dez 2021.

TYSZKA, A. B.; MARCANO, C. *Hugo Chávez sin uniforme: una historia personal*. Caracas: Debate, 2006.

VASCONCELOS, J. Euclides. “Defesa nacional e mobilização popular na doutrina militar cubana”. *Tensões Mundiais*, v. 14, p. 33-48, 2018.

\_\_\_\_\_. “Uma introdução à Guerra de Todo o Povo, a doutrina militar do Estado cubano”. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 7, p. 510-528, 2017.

VASCONCELOS, J. S. “Trabalho voluntário e socialismo nos canaviais cubanos: uma história da safra de 1970”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, (21), p. 34–65, 2016. Disponível em: <<https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2495>>. Acesso em: 17 Set 2022.

VICENTE, M. “La alta abstención marca un nuevo escenario político en Cuba”. *El País*, La Habana, 28 Nov 2022. Disponível em: <<https://elpais.com/internacional/2022-11-28/la-alta-abstencion-marca-un-nuevo-escenario-politico-en-cuba.html>>. Acesso em: 18 Nov 2022.

VIEIRA, Amarildo. "Teoria do Foquismo". *Mouro*, v. 05, p. 94-105, 2011.

VINOGRADOFF, L. "Un tribunal militar condena a 97 golpistas en Venezuela". *El País*, 1993. Disponível em: <[https://elpais.com/diario/1993/01/14/internacional/726966013\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1993/01/14/internacional/726966013_850215.html)>. Acesso em: 15 Dez 2022.

VOLO, Lorraine Bayard. *Women and the Cuban Insurrection: How Gender Shaped Castro's Victory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

WALKER, P. G. "Political-Military Relations from 1959 to the present". In: HOROWITZ, Irving Louis (org.). *Cuban Communism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1995.

WASSERMAN, C.; Ribeiro, V. "Cuba e a esquerda latino-americana. Entre o impacto da Revolução de 1959 e a Revolução Bolivariana". *Cahiers des Amériques Latines* (Paris) , v. 1-2, p. 75-87, 2009.

WOODS, A. "Primer Congreso Extraordinario del PSUV - Chávez hace un llamado por la V Internacional". **In defence of marxism**, 2009. Disponível em: <<https://www.marxist.com/primer-congreso-extraordinario-psuv.htm>>. Acesso em 20 Dez 2022.

## ANEXOS

ANEXO I - Volume de Transferências de Armamentos para Cuba em *Trend Indicator Value* (TIV) no período 1951-1970.

Ano	Canadá	EUA	Nicarágua	Reino Unido	Tchecoslováquia	União Soviética	Total Anual
1951	0	8	0	0	0	0	8
1952	0	12	0	0	0	0	12
1953	0	13	0	0	0	0	13
1954	0	20	0	0	0	0	20
1955	0	3	0	0	0	0	3
1956	0	35	0	0	0	0	35
1957	1	10	0	0	0	0	11
1958	0	0	2	21	0	0	23
1959	0	1	0	9	0	0	10
1960	0	0	0	0	38	115	153
1961	0	0	0	0	27	496	523
1962	0	0	0	0	1	1320	1321
1963	0	0	0	0	1	283	284
1964	0	0	0	0	0	248	248
1965	0	0	0	0	4	126	130
1966	0	0	0	0	4	228	232
1967	0	0	0	0	0	162	162
1968	0	0	0	0	0	155	155
1969	0	0	0	0	0	155	155
1970	0	0	0	0	0	155	155
Total por país	1	102	2	30	74	3444	3652

Fonte: SIPRI (2022)

ANEXO II - Volume de Transferências de Armamentos para Cuba em *Trend Indicator Value* (TIV) no período 1980-1991.

Ano	Tchecoslováquia	União Soviética	Total Anual
1980	0	349	349
1981	0	964	964
1982	105	859	964
1983	0	770	770
1984	0	426	426
1985	0	352	352
1986	0	281	281
1987	0	73	73
1988	0	167	167
1989	0	94	94
1990	0	169	169
1991	0	159	159
Total por país	105	4662	4767

Fonte: SIPRI (2022)



## ANEXO III - Gasto orçamentário cubano com Defesa e Ordem Pública entre 1978 e 1994.

Ano	Gasto orçamentário em Defesa e Ordem Pública em milhões de dólares (segundo valor de 1996).	Percentual do Gasto com Defesa e Ordem Pública em relação ao Orçamento público.
1978	784	8,6%
1979	841	8,9%
1980	811	8,5%
1981	842	7,5%
1982	924	9,3%
1983	1116	10,8%
1984	1169	10,4%
1985	1471	13,0%
1986	1307	10,9%
1987	1303	11,1%
1988	1326	10,8%
1989	1377	10,2%
1990	1380	9,6%
1991	882	6,0%
1992	842	5,6%
1993	713	4,9%
1994	651	4,6%

Fonte: PÉREZ-LOPEZ (1996)

## ANEXO IV - Gasto militar venezuelano entre 1999 e 2017 (em bilhões de dólares).

ANO	VALOR
1999	2,559
2000	2,193
2001	2,339
2002	1,593
2003	1,419
2004	1,888
2005	2,918
2006	3,726
2007	6,351
2008	6,433
2009	4,185
2010	3,452
2011	4,167
2012	5,310
2013	6,925
2015	4,641
2016	2,342
2017	1,908

ANEXO V - Percentual dos gastos militares venezuelanos em relação ao PIB durante o período de 1999 a 2017.

ANO	Percentual
1999	1,4%
2000	1,5%
2001	1,6%
2002	1,2%
2003	1,2%
2004	1,3%
2005	1,8%
2006	2,0%
2007	1,9%
2008	1,8%
2009	1,2%
2010	1,0%
2011	1,1%
2012	1,3%
2013	1,7%
2014	1,2%
2015	0,9%
2016	0,5%
2017	0,5%

Fonte: SIPRI (2022)

ANEXO VI - Transferências de armas em *Trend Indicator Value (TIV)* para a Venezuela de 1999 a 2016, de acordo com o país de origem.

(continua)

	Alemanha	Áustria	China	Coréia do Sul	França	EUA	Espanha	Holanda	Irã	Israel
1999	0	0	0	0	29	20	0	25	0	0
2000	0	0	0	0	29	0	0	23	0	0
2001	0	0	0	45	5	5	0	20	0	0
2002	8	0	0	0	5	11	0	0	0	25
2003	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0
2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
2005	0	0	0	0	0	0	0	12	0	5
2006	0	0	14	0	0	0	0	6	0	5
2007	0	0	27	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	41	0	0	0	0	0	0	0
2009	8	1	54	0	0	0	24	13	0	3
2010	8	1	89	0	0	0	24	13	0	3
2011	32	1	8	0	0	0	188	75	0	10
2012	8	1	51	0	0	0	55	21	0	3
2013	0	0	97	0	0	0	0	0	1	0
2014	4	1	74	0	0	0	0	10	0	0
2015	0	5	100	0	0	6	0	0	0	0
2016	0	0	76	0	0	0	0	0	0	0
<b>%</b>	<b>1,3%</b>	<b>0,1%</b>	<b>11,2%</b>	<b>0,8%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,1%</b>	<b>5,1%</b>	<b>3,8%</b>	<b>0%</b>	<b>0,8%</b>
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>9</b>	<b>629</b>	<b>45</b>	<b>68</b>	<b>57</b>	<b>290</b>	<b>218</b>	<b>1</b>	<b>44</b>

ANEXO VI - Transferências de armas em *Trend Indicator Value (TIV)* para a Venezuela de 1999 a 2016, de acordo com o país de origem.

(conclusão)

	Itália	Polônia	Reino Unido	Rússia	Suécia	Suíça	Ucrânia
1999	0	11	0	0	0	0	0
2000	13	28	0	0	16	0	0
2001	1	11	0	0	16	0	0
2002	1	0	0	0	0	0	0
2003	0	0	0	0	0	0	0
2004	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	4	0	0	0	0
2006	0	0	0	356	0	0	0
2007	0	0	0	747	0	0	0
2008	0	0	0	697	0	0	0
2009	0	0	0	252	0	4	0
2010	0	0	0	57	0	4	11
2011	0	0	0	266	0	16	0
2012	0	0	0	516	0	4	28
2013	0	0	0	881	0	0	14
2014	0	0	0	79	0	0	14
2015	0	0	0	0	0	0	56
2016	0	0	0	0	0	0	61
<b>%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,9%</b>	<b>0%</b>	<b>68,6%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,5%</b>	<b>3,3%</b>
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>50</b>	<b>4</b>	<b>3850</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>184</b>

Fonte: SIPRI (2012)